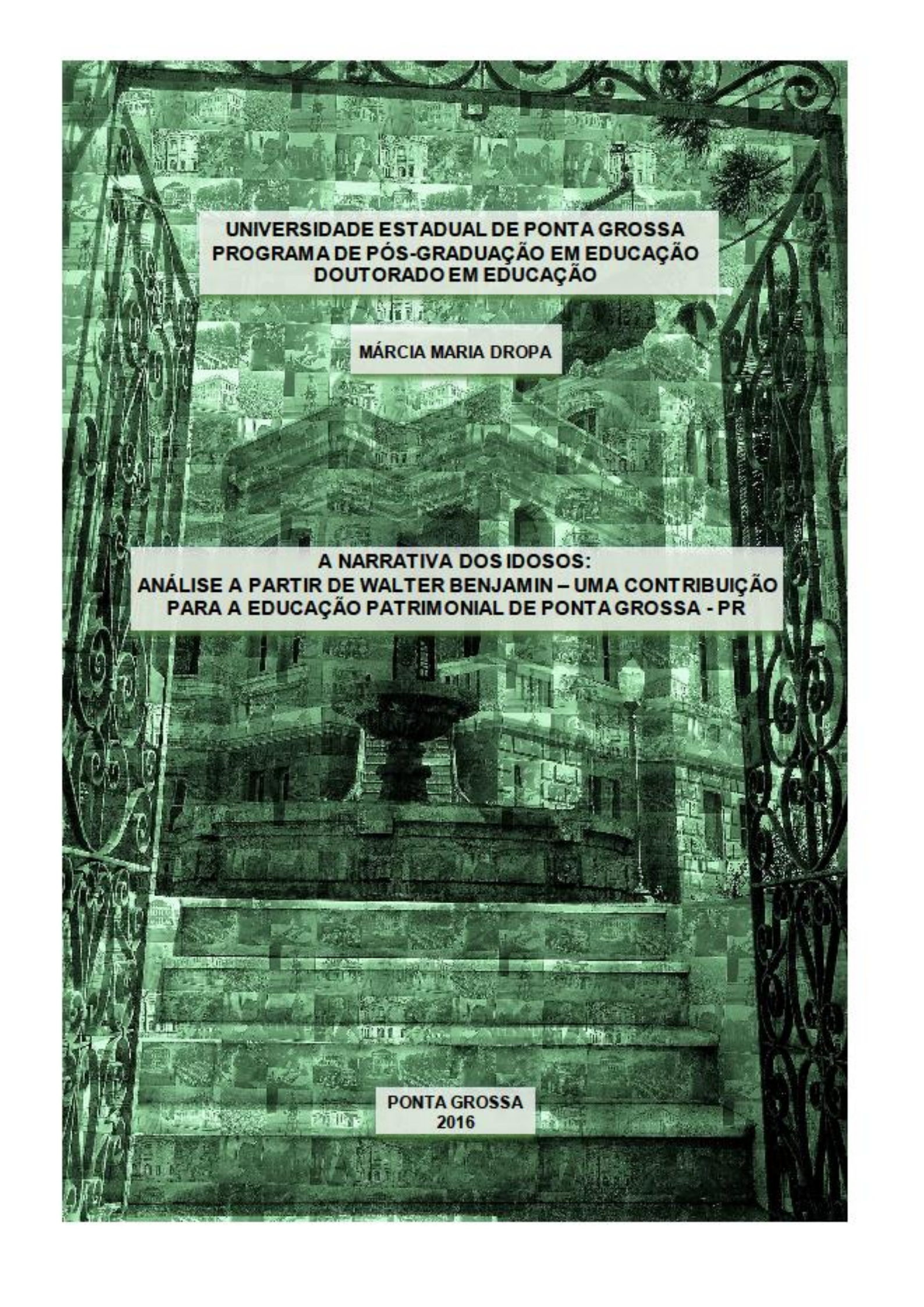




**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

MÁRCIA MARIA DROPA

**A NARRATIVA DOS IDOSOS:
ANÁLISE A PARTIR DE WALTER BENJAMIN – UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE PONTA GROSSA - PR**

**PONTA GROSSA
2016**

MARCIA MARIA DROPA

A NARRATIVA DOS IDOSOS:

**ANÁLISE A PARTIR DE WALTER BENJAMIN – UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE PONTA GROSSA - PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Educação, na Linha de Pesquisa “História e Política Educacional”.

Orientadora: Prof^{ra}. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira

**PONTA GROSSA
2016**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Dropa, Marcia Maria
D786 A narrativa dos idosos; análise a
partir de Walter Benjamin: uma
contribuição para a educação patrimonial/
Marcia Maria Dropa. Ponta Grossa, 2016.
266f.il.

Tese (Doutorado em Educação - Área de
Concentração: Educação), Universidade
Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Rita de Cássia
da Silva Oliveira.

1.Patrimônio Cultural. 2.Educação
Patrimonial. 3.Memória. 4.Experiência.
5.Narração. I.Oliveira, Rita de Cássia da
Silva. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Doutorado em Educação. III. T.

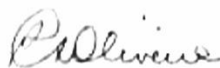
CDD: 363.69

TERMO DE APROVAÇÃO

MÁRCIA MARIA DROPA

A NARRATIVA DOS IDOSOS: ANÁLISE A PARTIR DE WALTER BENJAMIN - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

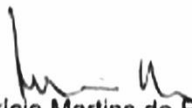
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador (a) Prof^ª Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG



Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury - UNIOESTE



Prof. Dr. Luis Mauricio Martins de Resende - UTFPR



Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky - UEPG



Prof^ª Dra. Maria Isabel Moura Nascimento - UEPG

Ponta Grossa, 16 de dezembro de 2016.

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. (BENJAMIN, 1987, p.239)

Aos meus protagonistas do tempo do agora da tese: Aldo, Antonio, Clarice, Denise, Maria de Lourdes, Mário, Osmário, Paulo e Netinha. O patrimônio propiciou o encontro e a narração.

Aos meus protagonistas do tempo do futuro: o patrimônio vai nos proporcionar o encontro, para continuar a narração.

Aos meus protagonistas do tempo do ontem, do hoje e amanhã: Deus nos proporcionou o encontro e a experiência em família. Ana, Pedro Henrique, Murilo, Pedro, Luiz Aurélio, José Antonio, Marise, Neide, Aghata, Ana Flávia, Rúbia, Danilo, Bruno e Flávia.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus agradecimentos,

À minha orientadora, professora doutora Rita de Cássia da Silva Oliveira, MESTRE...
Orienta caminhos, abre as portas, incentiva e deixa seguir. Obrigada.

Para todos meus familiares – filhos, irmãos, cunhadas, sobrinhos, primos, aqui com carinho representados pela minha irmã Ana Maria Ciunek Dropa.

Para todos os meus verdadeiros amigos, eles sabem quem são, onde estão e se reconhecem assim.

Às professoras e aos professores doutores: Teresa Jussara Luporini, Maria Isabel Moura Nascimento, Luiz Maurício Rezende, Leonel Brizola Monastirsky e Mauro José Ferreira Cury, pelas contribuições na qualificação e na defesa.

Trinta anos de histórias... Circulando na UEPG, em seus corredores, salas, departamentos, escadas, pátios, setores, bibliotecas, laboratórios, Museu, Pax, Proex, Curso de Turismo (meu orgulho) e PPGE. Experiências, memórias e histórias vividas. Um dia a saudade vai ser o amor que ficou.

E, no fim e início de tudo, ao Senhor! Ele me dá a consciência do lugar que me compete, para que não esteja a exigir da vida aquilo que não me pertence.

RESUMO

A construção desta tese teve como referência básica a indagação que Walter Benjamin faz em relação ao valor do Patrimônio Cultural sem que a experiência o vincule à comunidade. A partir do pressuposto teórico da Teoria Crítica, identifica-se que o conhecimento crítico quer mostrar duas situações: em primeiro lugar, que a produção científica tradicional é parcial e, em segundo lugar, que a aparência à qual ela se limita é a mesma produzida pelo capital na sua lógica ilusória-igualdade e liberdade. Os objetivos desta pesquisa concentram-se em analisar as potencialidades e limitações da memória de idosos em se instituir como estratégia para a Educação Patrimonial, tomando como referencial os conceitos de Benjamin (2004), relativos à Memória, Experiência, Narração e ao Tempo do Agora; problematizar o campo do Patrimônio Cultural e o papel da Educação Patrimonial, apontando os avanços das políticas públicas no processo de sensibilização da comunidade acerca da importância e valorização da preservação; e, ainda, buscar na narração do idoso o alargamento das histórias que não foram ditas pela história considerada oficial. Assim, partiu-se para a busca, na memória de idosos, de narrações que suscitasse a reelaboração de novas e instigantes histórias sobre os Patrimônios Culturais de Ponta Grossa, Paraná. Os procedimentos metodológicos seguiram as etapas: definição epistemológica e teórica relativa às categorias da pesquisa e articulação entre Walter Benjamin e a Teoria Crítica, no processo de argumentação da experiência dos idosos e a educação patrimonial; definição dos espaços e atores da pesquisa; coleta de narrações, transcrição e composição das histórias, agrupadas por semelhanças. A tese está dividida em quatro partes: a construção de conceitos a partir dos pressupostos teóricos de Walter Benjamin; a contextualização do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial; a apresentação do referencial histórico dos locais escolhidos; e, por fim, a fala dos idosos na composição de referenciais para a escrita de uma outra história. Considera-se o entendimento de que fazer história é também narrar o passado, a partir de novos olhares do presente. Aliar a questão da experiência, da lembrança, da memória e da narração passou a ser uma preocupação pessoal da pesquisadora, aliada à busca de novos caminhos para sustentar a preservação e, conseqüentemente, subsidiar a Educação Patrimonial, contribuindo com a valorização cultural, por meio de novas estratégias de diálogo com os referenciais arquitetônicos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Memória. Experiência. Narração. Idosos. Walter Benjamin.

ABSTRACT

This research construction had as basic reference the question that Walter Benjamin makes relative to the value of the Cultural Heritage without that experience link him to the community. From the theoretical assumption of critical theory, identifies that the critical knowledge wants to show two situations: first, that the traditional scientific production is partial and, secondly, that the appearance to which it is limited is the same produced by capital in its logic illusive- equality and freedom. The goals of this research are focused on analyzing the potential and limitations of memory from elderly people in establishing how heritage education strategy, taking as a reference the concepts of Benjamin (2004), concerning the memory, experience, narration on these days; discuss the field of Cultural Heritage and the role of heritage education, pointing the advances of public policies in the process of community sensibility about the importance and value of preservation; and, yet, get the narration of the elderly people in the enlargement of the stories that have not been spoken for history considered official. Thus, the search was made for the search, in the memory of the elderly people, of narratives that would provoke the re-elaboration of new and thought-provoking stories about the Cultural Patrimony of Ponta Grossa, Paraná. The methodological procedures followed the following steps: epistemological and theoretical definition concerning the categories of the research and articulation between Walter Benjamin and Critical Theory, in the process of argumentation of the experience of the elderly people and the patrimonial education; definition of the spaces and actors of the research; collection of narrations, transcription and composition of stories, grouped by similarities. The thesis is divided into four parts: the construction of concepts from the theoretical assumptions of Walter Benjamin; the contextualization of Cultural Heritage and the Heritage Education; the presentation of the theoretical history of the places chosen; and, finally, the speech of the elderly people in the composition of selected for writing another story. It is the understanding that make history is also narrate the past, from new looks of this present. Allowing the question of experience, memory, memory and narration has become a personal concern of the researcher, combined with the search for new ways to sustain preservation and, consequently, to subsidize Patrimonial Education, contributing to cultural valorization through new strategies of dialogue with the architectural references.

Keywords: Cultural Heritage. Patrimonial Education. Memory. Experience. Narration. Elderly. People. Walter Benjamin.

LISTA DE SIGLAS

CEDUC	Centro de Educação Patrimonial
CICAPE	Coordenadoria de Integração e Capacitação de Profissionais de Ensino da Rede Pública
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COMPAC	Conselho Municipal de Patrimônio Cultural
DAF	Departamento de Articulação e Fomento
DEMET	Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
INACEN	Instituto Nacional de Artes Cênicas
INL	Instituto Nacional do Livro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional.
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Universidade Estadual de Ponta Grossa
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Primeiras iniciativas de ações preservacionistas	49
Quadro 2 –	Patrimonialização do Patrimônio no Brasil	57
Quadro 3 –	Tombamentos Federais no Estado do Paraná	59
Quadro 4 –	Diversidade dos Tombamentos no Paraná	64
Quadro 5 –	Bens patrimoniais tombados em Ponta Grossa	70
Quadro 6 –	Patrimônio Cultural - Quadro Sinóptico	75
Quadro 7 –	A trajetória da Educação Patrimonial no Brasil	76
Quadro 8 –	Etapas metodológicas da Educação Patrimonial	80
Quadro 9 –	Cartas Patrimoniais e resultados	84
Quadro 10 –	Estruturação da Política Patrimonial do IPHAN	88
Quadro 11 –	Questionário aplicado aos professores e Coordenadores da Rede Pública de Ensino	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Locais de pesquisa.....	100
Gráfico 2 – Faixa etária	101
Gráfico 3 – Regiões do município de Ponta Grossa onde se realizaram as entrevistas	102
Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos entrevistados	103
Gráfico 5 – Conhecimento da população sobre os patrimônios	103
Gráfico 6 – Conhecimento de patrimônios	104
Gráfico 7 – Conhecimento de locais e histórias dos patrimônios	105
Gráfico 8 – Importância de preservar prédios históricos	107
Gráfico 9 – Conhecimento sobre Educação Patrimonial	106
Gráfico 10 – Conhecimento sobre Educação Ambiental.....	108
Gráfico 11 – Interesse de ler histórias a partir da narração dos idosos.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Angelus Novus e Walter Benjamin	41
Figura 2	– Área de Abrangência das Pesquisas	102
Figura 3	– Município de Ponta Grossa.....	113
Figura 4	– Patrimônios Culturais no contexto urbano de Ponta Grossa: 1980 e 2015.....	114
Figura 5	– Patrimônios na planta e destacados na imagem urbana	115
Figura 6	– Companhia Antarctica- Antiga Adriática - 1940.....	116
Figura 7	– Mansão Vila Hilda na década de 1930	117
Figura 8	– Escada de acesso – 1998.....	118
Figura 9	– Torreão - 1998	118
Figura 10	– Escritório de Alberto Thielen - 1998	119
Figura 11	– Sala de Estar - 1998	119
Figura 12	– Sala de Jantar - 1998.....	119
Figura 13	– Detalhe do teto do quarto rosa - 1998	122
Figura 14	– Jardim de Inverno 1998.....	120
Figura 15	– Mansão Vila Hilda - 2008	121
Figura 16	– Fórum na década de 1930	123
Figura 17	– Edifício do Fórum na década de 1950	125
Figura 18	– Entrada do Antigo Fórum - 1998.....	130
Figura 19	– Detalhes do trabalho em madeira - 1998.....	128
Figura 20	– Pinturas parietais – Década de 1940	130
Figura 21	– Tribunal do Júri – Década de 1940	128
Figura 22	– Prédio do Fórum em 2015.....	130
Figura 23	– Edifício Guilherme Naumann – Década de 1920	132
Figura 24	– Edifício Guilherme Naumann – Década de 1940	133
Figura 25	– Dois momentos: década de 1930 e 2015.....	135
Figura 26	– Detalhes arquitetônicos do edifício - 2015	136
Figura 27	– Colégio Estadual Regente Feijó – Década de 1930.....	138
Figura 28	– Construção original do Colégio – Década 1930	139
Figura 29	– Colégio na década de 1920	140
Figura 30	– Colégio da década de 1940	140
Figura 31	– Construção do Colégio na década de 1920.....	142
Figura 32	– Colégio e a Praça Barão do Rio Branco	143
Figuras 33,34	– Detalhes arquitetônicos do Colégio - 2000	144
Figuras 35,36	– Colégio na sua concepção original e com os acréscimos	145
Figura 37	– Sala de Geografia – Década de 1940.....	146
Figura 38	– Colégio Regente Feijó - 2015.....	147
Figura 39	– Estação Paraná – 1905	149
Figura 40	– Estação Paraná – 2014	149
Figura 41	– Estação São Paulo – Rio Grande - 1900	150
Figura 42	– Estação São Paulo – Rio Grande - 1910.....	150
Figura 43	– Estação São Paulo-Rio Grande – Década de 1940	153
Figura 44	– Estação São Paulo – Rio Grande - 2008	153
Figuras 45,46	– Estrutura da Rede Ferroviária – Década de 1930	154
Figura 47	– Antigo Hospital Ferroviário 26 de Outubro – Década 1960.....	155
Figura 48	– Acesso Estação – Década de 1910	155
Figura 49	– Década de 1950.....	155
Figuras 50,51	– Comemorações – Década de 1930.....	156

Figura 52	– Vista aérea do Complexo Ferroviário - Final Década de 1970.....	157
Figura 53	– Escada de acesso ao andar superior – 2015.....	168
Figura 54	– Aspecto da Estação – Década de 1980.....	170
Figura 55	– Guichê de venda de passagens – 2015.....	170
Figura 56	– Aspecto do pátio da Estação – Década de 1950.....	171
Figuras 57,58	– Aspectos do pátio da Rede – Década de 1980 e 1970	171
Figuras 59,60	– Aspectos do Pátio da Rede – Década de 1930 e 1970	172
Figura 61	– Praça João Pessoa – Década de 1940.....	173
Figura 62	– Provável saída dos expedicionários – Década de 1940.....	173
Figura 63	– Desfile comemorativo ao final da guerra	174
Figura 64	– Imagens ilustrativas – Década de 1980	174
Figuras 65,66	– 1ª Munchen Fest realizada no pátio da Estação em 1990.....	175
Figura 67	– Chegada de trem de passageiros e o movimento dos táxis – Década de 1950.....	175
Figuras 68,69	– Imagens ilustrativas do vagão de segunda classe	176
Figura 70	– Locomotiva Maria Fumaça no Pátio da Rede Ferroviária – Ponta Grossa. Década de 1940.....	177
Figura 71	– Aspectos da Fazenda de Juca Pedro - 1850.....	179
Figura 72	– Aspecto do Barracão de Cargas - 1930	180
Figura 73	– Chegada de Getúlio Vargas – Década de 1930	181
Figura 74	– Comício de Getúlio Vargas na Década de 1950.....	181
Figura 75	– Bar do Abreu na Fernandes Pinheiro	182
Figura 76	– Bebedouro dos cavalos na Rua Benjamin Constant - 1966	182
Figuras 77,78	– Aspectos da Feira Popular na Rua Benjamin Constant – Final da década de 1960.....	183
Figura 79	– Campo do União em Uvaranas.....	183
Figuras 80,81	– Aspectos da Praça João Pessoa e a figura do guarda – Década de 1940	184
Figura 82	– Hotel Casimiro, na Rua Fernandes Pinheiro – Década de 1940 ...	185
Figura 83	– Hotel Astória, na Rua Fernandes Pinheiro – Década de 1930	185
Figuras 84,85	– Aspectos da Cooperativa em 1970 e 1950	186
Figura 86	– Fábrica de Macarrão - 1955.....	186
Figura 87	– Fábrica de sabão – 1955	187
Figura 88	– Alfaiataria - 1955.....	187
Figura 89	– Fábrica de fubá – 1955	187
Figura 90	– Torrefação de café.....	187
Figura 91	– Secção de Armarinhos – 1955	187
Figura 92	– Secção de Atacados - 1955	187
Figura 93	– Hospital 26 de Outubro – 1966	188
Figura 94	– Hospital 26 de Outubro - 2014	188
Figura 95	– Plataforma da Estação Ferroviária.....	188
Figura 96	– Plataforma da Estação Década de 1970.....	189
Figura 97	– Estação na década de 1940.....	189
Figura 98	– Família Alberto Thielen	190
Figura 99	– Mansão Vila Hilda – Década de 1930.....	190
Figura 100	– Comemoração de Natal. Década de 1950.....	191
Figura 101	– Comemoração de Natal – Década de 1960.....	191
Figura 102	– Entrada dos fundos para o Jardim de Inverno.....	191
Figuras 103,104	– Aspectos do lazer no Jardim de Inverno	192
Figura 105	– Aspecto do torreão	192

Figura 106	– Aspectos do Cotidiano da Casa.....	193
Figuras 107,108	– Brincadeiras no Jardim	193
Figura 109	– Aspectos do Cotidiano da Casa.....	193
Figura 110	– Dia de Aniversário – Década de 1930.....	194
Figura 111	– Vó Oma e seus bisnetos	194
Figuras 112,113	– Amigos da família no campo de basquete e na fonte	194
Figura 114	– Escola de Datilografia na parte serviçal da mansão	195
Figura 115	– Escola de Datilografia na parte serviçal da mansão	195
Figura 116	– Avenida Francisco Búrzio – Década 1940.....	196
Figuras 117,118	– Residência de Fidêncio Silveira	197
Figuras 119,120	– Aspectos do Jardim	198
Figuras 121,122	– Aspectos do Jardim	199
Figuras 123,124	– Comemorações.....	199
Figura 125	– Primeira sede do correio década de 1930.....	200
Figura 126	– Sede do Correio no Edifício Guilherme Naumann – Década de 1940.....	200
Figura 127	– Dispensários construídos pela Saúde Pública	201
Figura 128	– Aspecto Atual	201
Figuras 129,130	– Descrição do narrador	202
Figura 131	– Edifício e ao lado a residência do Barão de Guaraúna	203
Figura 132	– Edifício e ao lado o Quartel.....	203
Figura 133	– Sala do Diretor do Fórum.....	204
Figura 134	– Cartório Distribuidor	204
Figura 135	– Vara de Família.....	205
Figura 136	– Hall superior	205
Figura 137	– Tribunal do Júri	205
Figura 138	– Escada para piso superior	206
Figura 139	– Sala de Ciências – Década 1940.....	207
Figura 140	– Hall de entrada do Colégio Regente Feijó.....	208
Figura 141	– Colégio planta original	208
Figura 142	– Colégio com os acréscimos	208
Figura 144	– Cotidiano – Década de 1940.....	209
Figura 143	– Pátio interno e as áreas laterais Década de 1940.....	209
Figuras 145,146,147	– Aspectos do Jardim Frontal do Colégio	210
Figura 148	– Lateral do Colégio com pés de cedro.....	211
Figura 149	– Cine Império – Década 1950.....	211
Figura 150	– Igreja do Rosário.....	212
Figuras 151,152	– Praça e a área de Educação Física vista do interior do Colégio	213
Figura 153	– Aspecto da aula de Educação Física	213
Figura 154	– Participação em Olimpíadas.....	214
Figura 155	– Desfile das alunas do Colégio Regente Feijó	214
Figura 156	– Praça Barão do Rio Branco e a Concha Acústica - 197	215
Figura 157	– A praça, comemorações, retretas e a fonte	215
Figura 158	– Fonte Luminosa - 1960	216
Figura 159	– Canalização	217
Figura 160	– Empresa Zacarias	217
Figura 161	– Saída Cine Império	217
Figura 162	– Terreno do Hospital 26 de Outubro – Década de 1940.....	218

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE MEMÓRIA, NARRAÇÃO E EXPERIÊNCIA A PARTIR DE WALTER BENJAMIN.....	27
1.1 TEORIA CRÍTICA.....	27
1.2 WALTER BENJAMIN E A TEORIA CRÍTICA.....	29
1.2.1 Walter Benjamin	29
1.2.2 Leitura de Walter Benjamin.....	30
1.2.3 Benjamin: Memória, Experiência, Narração e Tempo do Agora	33
1.2.3.1 Memória.....	34
1.2.3.2 Experiência.....	36
1.2.3.3 Narração.....	38
1.2.3.4 Tempo do Agora (Jetztzeit).....	41
1.2.4 Walter Benjamin na área da educação	43
1.3 OUTROS PENSADORES DA MEMÓRIA	45
CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	48
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL	48
2.1.1 Considerações preliminares	48
2.1.2 A institucionalização do processo de tombamento	49
2.1.3 Decreto Lei nº 25/37 e Constituição Federal de 1988.....	52
2.1.4 A Proteção do Patrimônio no Paraná	58
2.1.4.1 Proteção Federal	58
2.1.4.2 A Proteção no âmbito Estadual	60
2.1.4.3 A proteção no Âmbito Municipal.....	64
2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	72
2.2.1 Princípios teóricos da Educação Patrimonial	72
2.2.2 Os avanços da Educação Patrimonial	76
2.2.3 Princípios e Diretrizes Conceituais da Educação Patrimonial a partir de Políticas Públicas.....	84
2.2.3.1 Cartas Patrimoniais	84
2.2.3.2 Conceituação - Marcos Legais e Ações	86
CAPÍTULO 3 – A CIDADE, SEUS PATRIMÔNIOS, UMA HISTÓRIA	99
3.1 A EXPRESSÃO DO PATRIMÔNIO PARA A COMUNIDADE LOCAL.....	99
3.2 VILA HILDA.....	116
3.3 PRÉDIO DO ANTIGO FÓRUM	122
3.4 EDIFÍCIO GUILHERME NAUMANN – PROEX	131
3.5 COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ.....	137
3.6 COMPLEXO DA REDE FERROVIÁRIA	147
CAPÍTULO 4 – A CIDADE, SEUS PATRIMÔNIOS, OUTRAS HISTÓRIAS:	
A fala dos Idosos, na composição de referenciais para a Educação Patrimonial	161
4.1 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	167
4.1.1 Estação e suas histórias.....	172
4.1.2 Viagens de trem	175
4.1.3 A Estação e as novidades chegando	179

4.1.4	Histórias Em torno da Estação	182
4.1.5	Praça João Pessoa	183
4.1.6	A Estação e a Economia	184
4.1.7	A Cooperativa Mista 26 de Outubro	186
4.1.8	Saudades	188
4.2	MANSÃO VILA HILDA	189
4.3	PRÉDIO DA PROEX – UEPG	200
4.4	MUSEU CAMPOS GERAIS	203
4.5	REGENTE FEIJÓ	206
4.5.1	O dia a dia no Colégio.....	210
4.5.2	O Colégio e seus arredores	214
4.6	OUTRAS HISTÓRIAS LEMBRADAS E SITUAÇÕES VIVIDAS	218
4.7	FRASES SIGNIFICATIVAS	220
4.8	PROTAGONISTAS DE UMA TESE	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS		225
REFERÊNCIAS.....		232
APÊNDICES		242

INTRODUÇÃO

O interesse de pesquisa sempre abarcou o estudo da questão do patrimônio e os mecanismos de sua preservação. No início da fase do curso de mestrado, quando da escolha de um tema e objeto de trabalho, a tendência voltava-se para os aspectos da museologia, em especial o Museu Campos Gerais da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Paraná. Questionada sobre a viabilidade deste estudo, uma vez que na época o museu só contava com ações voltadas a exposições, buscou-se embasar o estudo sob nova perspectiva e mudança da abordagem, a partir da leitura do trabalho de Jeudy (1990, p.13), ao afirmar que “o patrimônio, uma vez constituído, não é mais que o museu do social”.

Na dissertação, buscou-se entender os mecanismos da preservação, em especial do instituto jurídico do tombamento, bem como conhecer o significado dos bens preservados e o descaso com sua manutenção. Nesse sentido, foi necessário conhecer o histórico dos locais, e sua disposição arquitetônica e urbana, que justificaram os mesmos serem reconhecidos como Patrimônios Culturais do Paraná, em 1990. Em 1999, por uma ação conjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa¹ - UEPG e da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, foi elaborada a Lei Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de Ponta Grossa e aprovada pela Câmara Municipal, tendo sido criado o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC.

Passados 26 anos dos primeiros processos de tombamentos estaduais em Ponta Grossa e 17 anos de ações de uma política pública municipal de preservação, por interferência do instrumento jurídico do tombamento, Ponta Grossa perdeu muitos dos seus referenciais arquitetônicos e que muitas vezes são derrubados da noite para o dia, pelo receio dos proprietários de que seus imóveis sejam inventariados e posteriormente tombados. Além disso, observa-se o descaso, descuido e abandono daqueles prédios que foram tombados em 1990.

Apesar de todos os esforços da Universidade em discutir o tema nos cursos de graduação e de pós-graduação, da Prefeitura (Secretarias de Educação e Turismo), em propor e desenvolver projetos de estudo do meio, elaboração de cursos de qualificação, da intervenção do COMPAC (mesmo que tardiamente), com congresso e cartilha,

¹ Pesquisa feita e realizada por alunos e professores do Curso de Especialização em Educação Patrimonial, ofertado pela UEPG, por intermédio do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DEMET.

percebe-se que isso ainda não dá conta de “preservação” adequada e do respeito ao bem cultural.

Constata-se que a “defesa do passado conjuga-se com a construção do ambiente (lugar e território) onde se desenvolvem modos de vida diferenciados, muitas vezes contraditórios entre si” (ARANTES, 1984, p. 9); “analisar a cidade é também analisar a imagem da cidade” (MENEZES, 1992, p.199); “a cidade, sofre transformações, não é um bem imóvel, mas dinâmico, que constantemente se altera e, “neste processo de transformação, as casas, os objetos arquitetônicos são as palavras que a História vai deixando na cidade” (LYRA, 1993, p. 16). Portanto, pensar o patrimônio é um exercício constante de articular e criar mecanismos para que a relação entre população e seus patrimônios seja efetiva e a Educação Patrimonial é o instrumento para isso.

Nem tudo que foi produzido no passado merece e pode ser guardado, sempre houve critérios para eleger alguns suportes da memória (que recebem a ação preservacionista) e isso mede também aquilo que, por esquecimento ou critério de escolha, vai sendo destruído. O preservar e destruir, guardar ou descartar, caminham na mesma via. Até porque é impossível viver sem perdas. De acordo com Nietzsche, é “inteiramente impossível viver sem que o jogo da destruição impulse a dinâmica da vida” (CHAGAS, 2003, p. 19).

O simples guardar e preservar uma coisa (uma imagem, uma construção) não garante evitar o esquecimento, bem como perder a coisa não significa perder a memória. Não são nos objetos em si que estão presentes a memória e o esquecimento, mas sim nas relações que acontecem entre sujeito e objeto e entre as palavras e as coisas.

É preciso a existência de uma imaginação criadora para que as coisas sejam investidas de memória ou sejam lançadas no limbo do esquecimento. No entanto justificar a preservação pela iminência da perda e a memória pela ameaça do esquecimento, parece mais um argumento tautológico, uma vez que, por essa trilha, deixa-se de considerar que o jogo e as regras do jogo entre esquecimento e memória não são alimentados por eles mesmos e que a preservação e destruição, além de complementares, estão sempre a serviço de sujeitos que se constroem e são construídos através de práticas sociais (CHAGAS, 2003, p. 19, 20).

Se o conceito de patrimônio cultural foi ampliado para além da dimensão física (pedra e cal), o modo de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais também está presente nas ações de preservação e é carregado de signos e

simbologias; assim, também se faz necessária uma abordagem educativa mais ampla em função da dinamicidade da cultura. Cultura entendida aqui a partir de Geertz (1978, p.15), que diz:

[...] acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado.

Esta afirmação propicia reflexões acerca do patrimônio em busca de seus significados, seja como troca, intercâmbio, ou ainda orientação.

A ampliação do conceito, a utilização como ferramenta pedagógica e o consumo pelas comunidades levam ao direcionamento de novas questões relativas ao patrimônio, tais como o direito à memória, diversidade cultural e distensão temporal. Isso tudo altera as práticas educativas, principalmente porque admite um universo ampliado de bens como participantes dos gestos de referência patrimonial, com foco nas relações intersubjetivas mediadas pelas noções afetas ao patrimônio (PEREIRA; ORIÁ, 2012).

A Educação Patrimonial, segundo Florêncio (2014), deve ser pensada como um campo único e específico nas políticas públicas para o patrimônio cultural. Assim, ela pode superar as ações meramente centradas nos acervos e edificações isoladas e propor uma compreensão mais ampla dos “espaços territoriais como documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas” (2014, p.21). A Educação Patrimonial deve ser um instrumento capaz de articulação entre saberes diversificados e, nesta tese, esses saberes são buscados nos idosos, que podem – com suas experiências – contribuir ao narrarem histórias que não estão presentes em nenhum tipo de documento, somente nas suas memórias.

A partir das pesquisas realizadas no mestrado e dos anos de trabalho na área do Patrimônio Cultural, com vistas à sua preservação², divulgação, apropriação, levantamento de problemáticas, e a percepção de que nesta área as pesquisas, os avanços e a busca de soluções devem ser constantes, respalda-se a pesquisa do

² A Carta de Burra de 1980 (Austrália) definiu que a Conservação destacará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. Por sua vez, a Carta de Fortaleza de 1997 destaca que a Preservação do Patrimônio Cultural seja abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva. Desta maneira, entende-se a Preservação como um conjunto de medidas para a manutenção de um bem cultural no que se refere ao respeito pelas raízes históricas, e será o termo utilizado na presente tese.

doutorado. Com base nas leituras anteriormente realizadas, buscaram-se novas alternativas de análise e sustentação teórica e metodológica para embasar esta nova investigação, que apresenta como questão norteadora: É possível reelaborar leituras dos prédios considerados patrimônios culturais de uma cidade a partir da memória dos idosos, visando um melhor entendimento da abrangência do Patrimônio Cultural, assim como possibilidades de subsidiar a Educação Patrimonial?

A narração e a experiência dos idosos contribuem na proposta pedagógica de Educação Patrimonial. Esta tese sustenta-se prioritariamente nos fundamentos teóricos de Walter Benjamin, especialmente no entendimento de que fazer história é também narrar o passado, a partir de novos olhares do presente. Assim se caracterizam como objetivos: analisar as potencialidades e limitações da memória dos idosos em se instituir como estratégia para a Educação Patrimonial, tomando como referencial os conceitos relativos à Memória, Experiência, Narração e ao Tempo do Agora.

Tendo em vista que é necessário um caminho para nortear as buscas referenciais, que sustente a tese de que a narração relativa ao patrimônios e a experiência dos idosos são importantes no processo ensino-aprendizagem, elencaram-se como objetivos específicos: analisar, a partir dos conceitos de Walter Benjamin relativos à Memória, Experiência e Narração, o suporte necessário para embasar teoricamente o processo narrativo dos idosos; problematizar o campo do Patrimônio Cultural Educação Patrimonial, apontando os avanços das políticas públicas, no processo de sensibilização da comunidade acerca da importância e valorização da preservação; contextualizar historicamente os prédios escolhidos para o cenário, que comporão o trabalho de narração dos idosos; e, finalmente, compreender nas histórias narradas dos idosos novas perspectivas de construção de textos sobre os patrimônios culturais.

Nos últimos anos, ações pela preservação – seja na implantação do instrumento do tombamento ou nas pesquisas acadêmicas decorrentes dos diferentes cursos de pós-graduação – são bastante profícuas. No Instituto de Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além das produções técnicas³, muitos artigos e coletâneas estão sendo produzidos, superando-se a visão do patrimônio material e avançando-se para a questão da imaterialidade, por meio das histórias que aconteceram nos locais

³ Entenda-se como produções técnicas as diferentes legislações, manuais de restauração, de uso do patrimônio e regras de área de entorno e de estudos de paisagens urbanas referenciadas como patrimônio.

preservados e também a manutenção do modo de saber e fazer das comunidades tradicionais. Inclusive, hoje, na estrutura do IPHAN, existe a Coordenadoria da Educação Patrimonial, que visa uma aproximação mais efetiva entre a comunidade e seu patrimônio, com o desenvolvimento de ações educativas.

Na UEPG, o curso de Especialização em Educação Patrimonial produziu um número significativo de trabalhos voltados à questão do Patrimônio Cultural, bem como temáticas relativas à Educação. No curso de Pós-Graduação em Geografia, por meio do grupo de pesquisa CNPq “Geografia e História: patrimônio cultural e memória social”, ocorrem produções e discussões diversas sobre memória social, memória individual, lugares da memória, museificação, patrimônio cultural tangível e intangível. A preocupação deste grupo é a pesquisa histórica e geográfica contínua para organizar o Patrimônio Cultural para a educação.

Com relação aos idosos, a UEPG também desenvolve trabalhos efetivos, por meio da Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI) e de Grupos de Pesquisa, como “Política Públicas, educação permanente e práticas educacionais na educação de jovens, adultos e idosos”, que destaca, dentre seus objetivos, o estudo do envelhecimento, da maturidade e da velhice e as relações sócio-econômicas-políticas e culturais dos idosos no contexto moderno.

Durante o levantamento de pesquisas de teses e dissertações que tivessem como recorrência os termos Memória, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Idosos e/ou Terceira Idade, foram encontradas 18 teses na área da Educação e 19 em outras áreas, no entanto, o diálogo entre os termos era bastante vinculado em relatos ora somente de memória e patrimônio, ou patrimônio e lugares da memória. A presença do idoso como narrador dos espaços patrimoniais a partir dos princípios teóricos de Walter Benjamin, apresentou um número reduzido. Com relação às 29 dissertações encontradas na área de Educação e 25 em outras áreas, a conclusão também foi a mesma.

Assim, buscou-se articular a teoria benjaminiana com outros autores, no sentido de melhor entender seu pensamento, sua metodologia e sua forma de escrita da história, por meio de fragmentos e metáforas. Walter Benjamin se caracterizava como um flâneur, e/ou um errante, ou ainda, um caminhante das cidades, e afirmava que “saber orientar-se numa cidade não significa muito, no entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (BENJAMIN, 1987, p.73).

O estudo em questão não escolherá ou definirá uma perspectiva única sobre os possíveis textos que podem compor uma cidade e que podem estar presentes na memória, pois interessa os diferentes modos de olhar e narrar aquilo que se vê, aquilo que sentiu e viveu. Assim, é possível detectar a aproximação da fala com o local, visando a produção de textos escritos que identifiquem o lugar como algo vivo e não passageiro, que propicie futuramente um olhar mais afetivo dos cidadãos com sua própria história.

Afirma Pires (2012, p.22) que “a errância busca encontrar algo que ainda não foi dito, e que permanece nas bordas do visível, revelando-se por uma visão indireta”. Pode-se asseverar que o contexto urbano, com toda a troca simbólica de processos sociais e culturais, também é um espaço escolar e uma instância educativa. Neste sentido, são nesses espaços que se podem narrar histórias, acontecendo de imediato o aprendizado de quem narra e, por sua vez, alimentar dados para futuras produções, elaborações e circulações de materiais didáticos de apoio ao professor, pois na relação com os monumentos/documentos, a memória pode se reconstituir de maneira afetiva.

A busca por um referencial teórico e metodológico levou a leitura do marxismo defendido e analisado por Max Horkheimer e Theodor Adorno – a Teoria Crítica –, que pretende ser capaz de mostrar como as coisas são e também ser capaz de prever o que vai acontecer. Ela questiona o sentido de teoria e prática e, ao questionar esse sentido, vai utilizar a categoria fundamental – a crítica. Crítica é, então, a categoria que vai questionar a separação rígida entre teoria e prática (NOBRE, 2011).

A presente tese apresentará os conceitos de experiência, tempo de agora, narração e memória dos idosos, como subsídios para a produção de textos que podem auxiliar as práticas voltadas à Educação Patrimonial, pois na reflexão Benjamin, fica evidente a sua atenção para as ações e expressões daqueles que não têm a voz reconhecida (oprimidos). Essas expressões, segundo Gagnebin (2006), são de resistência, de buscar caminhos alternativos, de esperança em outra forma de mundo (presença do messianismo em sua escrita) e também de desesperança. O teórico tem uma atenção cuidadosa para o detalhe, mostrando certa desconfiança para modelos e construções totalizantes. Os temas relativos à imobilização do tempo, à narração, à escrita da história, à experiência da/na história, são identificados nos problemas elencados por Benjamin.

Bolle (1984) destaca que o posicionamento de Benjamin frente à preservação não pode ser separado de sua concepção de história. Em suas teses sobre o Conceito de História de 1940, afirma:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1994, p.224).

O sujeito da preservação deve estar atento a esse perigo, o Patrimônio, que mesmo constituído pela força do tombamento, não está a salvo de ser destruído. Tal destruição pode vir da ação da natureza ou da ação mais perigosa, que é a do homem. Deve-se, então, compreender o presente para recuperar e identificar no passado, os momentos significativos da constituição de identidade e de pertencimento do sujeito em relação à sua história e ao espaço em que vive.

Esse passado só pode ser recuperado e modificado em suas relações pela memória dos indivíduos, e, assim, justifica-se a escolha da Teoria Crítica e de um de seus pensadores – Walter Benjamin – para embasar a proposta de contar a história a partir de novos olhares, tendo em vista que o autor defende teoricamente a narrativa oral e a crônica pessoal. Aliado a Benjamin, também se buscou respaldo em Marcel Proust, Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, em relação à memória; em Clifford Geertz, em relação ao olhar, ouvir e escrever; em Paulo Freire, sobre educação; e em Ricardo Moragas, Simone de Beauvoir e Rita Oliveira, sobre velhice, envelhecimento e direitos.

E por fim, mas não menos importante, buscou-se na História Oral características de metodologia interdisciplinar de pesquisa, que se apoia na memória. Trata-se sempre de uma reconstrução evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, em que estão presentes a questão da memória individual e da memória coletiva, porque a testemunha reconstrói o passado à sua maneira e em função do presente, ao relatar sua percepção do que vivenciou no passado (THOMPSON, 1992).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa seguiram as seguintes etapas:

- a) A partir da escolha epistemológica e teórica e o estabelecimento das categorias de pesquisa, que abrangem as questões relativas à Memória, Narração, Experiência, Idosos, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial,

foi realizada a revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações.

- b) A articulação entre as questões só foi possível quando ocorreu o cruzamento das mesmas com a posição teórica escolhida, quer dizer, como Walter Benjamin contribuiu no processo de argumentação da experiência dos idosos e a educação patrimonial.
- c) A definição dos espaços para realizar a visita com os idosos, tendo como princípios fundamentais a ideia de memória, narração e experiência, desenvolvidos por Walter Benjamin, se configurou nos patrimônios já reconhecidos pelo tombamento, e são eles: Mansão Vila Hilda, Antigo Fórum, Edifício Guilherme Naumann (Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UEPG - PROEX), Colégio Estadual Regente Feijó e Complexo da Rede Ferroviária.

A definição dos atores – que se caracterizou no decorrer da pesquisa como idosos, a partir de 60 anos – se justificou por pertencerem a uma comunidade geracional, quer dizer, pessoas de uma mesma geração que, mesmo não se conhecendo, viveram num mesmo período e possuem uma característica comum em função da vivência em uma unidade histórica e social. Não se definiu o número dos idosos e nem o local onde eles seriam encontrados, que foi numa praça, na rua, em esquinas e também com pessoas já conhecidas pela autora, mediante transcrição e composição das histórias, agrupadas por semelhanças.

Compõem a estrutura de argumentação desta tese quatro capítulos, a seguir descritos.

O Capítulo 1, intitulado **“A construção dos conceitos de memória, narração e experiência a partir de Walter Benjamin”**, apresenta a origem da Teoria Crítica e sua base filosófica, e a inserção de Walter Benjamin nesta escola de pensamento. A partir dessa configuração, são apontados os conceitos relativos à Memória, Experiência, Narração e Tempo de Agora. Ainda, a utilização de Benjamin na área da educação, bem como o suporte teórico sobre memória, o que é encontrado em outros autores.

O Capítulo 2, intitulado **“Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial”**, delinea a trajetória da constituição das políticas de patrimônio, destacando-se o Decreto-Lei 25/1937 e os avanços com a Constituição de 1988 até a quarta configuração, quando se deu início às discussões acerca da imaterialidade configurada no registro de

saberes, formas de expressão, entre outros. Destacam-se também as ações realizadas com o intuito de preservação no Paraná, bem como em Ponta Grossa. O capítulo segue apontando a introdução da Educação Patrimonial no âmbito das políticas, as polêmicas em torno da mesma e referenciando as ações desenvolvidas pela Centro de Educação Patrimonial – CEDUC do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O Capítulo 3, intitulado **“A cidade, seus patrimônios, uma história”**, apresenta, de início, uma pesquisa realizada nas ruas, com o objetivo de conhecer a abrangência da apropriação do Patrimônio Cultural pela comunidade e que justifique produções posteriores sobre a temática. Também foi realizada uma pesquisa junto aos Coordenadores e Professores da Rede Pública de Ensino, objetivando identificar seus conhecimentos sobre o tema e as dificuldades da Educação Patrimonial no contexto escolar. A seguir, o Capítulo contextualiza historicamente os prédios que foram tombados pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, em 1990, e que foram investigados pela memória do idoso. A base desta contextualização foi a história dita “oficial”, buscada nos livros, processos de tombamentos, jornais do início do século XX, notícias de jornais no período de tombamento.

Já o Capítulo 4, intitulado **“A cidade, seus patrimônios, outras histórias: a fala dos idosos na composição de referenciais para a Educação Patrimonial”**, busca referendar a cidade como um lugar do olhar, pois Benjamin estudou e escreveu constantemente sobre a cidade, sob a condição de ser empurrado o ser humano para uma desorientação pessoal, como afirma Canevacci:

[...] cada detalhe mínimo do contexto urbano não é mais só ele mesmo: ele se agita como fonte material que produz e difunde – comunica – criações alegóricas, em busca de outros significados. [...] por isso os estudos de Benjamin buscam a nascente cultura de massas (o colecionador, a multidão, o trapeiro, a rua, a moda, as caricaturas e as passagens (CANEVACCI, 2004, p.100-101).

O caminhar do idoso é diferente do caminhante comum, pois ele se locomove pelos espaços, se perde na massa humana de transeuntes, observa e produz relatos, narrando histórias, sem se preocupar com os problemas que envolvem o cotidiano do trabalhador, lutando por sua sobrevivência, na condição de escravo do relógio. Ele é importante, útil e necessário, e aí está o sentido de emancipação apregoado pela Teoria Crítica. Portanto, a partir do caminhar pela cidade com os idosos é que se tecem e se conhecem seus diferentes caminhos, e, em vista disso, pode ser experienciado o urbano como um texto passível de memórias, identificado em novas leituras.

Necessário se faz atentar, constantemente, para as questões epistemológicas que condicionam a investigação empírica, como também para a construção do texto, resultante das narrações. A partir desses relatos, as possibilidades de elaboração de textos se tornam frutíferas e eles podem ser utilizados tanto em sala de aula, como nos próprios locais pelos professores, bem como serem distribuídos para a população em geral.

A intenção foi construir, juntamente com os idosos, narrações e boas histórias sobre os patrimônios, recuperando suas memórias e navegando com eles sobre um território escolar e urbano. A partir de suas falas, busca-se aproximar o jovem dos patrimônios, com vistas a um respeito mais efetivo a um patrimônio tombado, mas muito machucado pelo descaso não somente das autoridades, mas pela própria comunidade, que não o reconhece como espaço de sua história e identidade.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE MEMÓRIA, NARRAÇÃO E EXPERIÊNCIA A PARTIR DE WALTER BENJAMIN

1.1 TEORIA CRÍTICA

A base desta tese sustenta-se nos pressupostos teóricos e narrativos de Walter Benjamin. Segundo os autores Nobre (2008), Seligmann (1999), Matos (2005) e Lowy (2005), pode-se situá-lo na base teórica da Teoria Crítica, mesmo que em muitos de seus escritos identifica-se um autor livre, inteligente e também deslocado.

A expressão Teoria Crítica, como se conhece hoje, aparece pela primeira vez no texto de Max Horkheimer, intitulado “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, que passou a ser o verdadeiro manifesto da Escola de Frankfurt. Esta Teoria nasceu ligada ao Instituto de Pesquisa Social, a uma revista, um pensador que estava no meio de ambos, e em um período crítico da história, nazismo (1933-1945), pelo stalinismo (1924-1953) e pela Segunda Guerra Mundial (1939- 1945) e está intimamente ligada à expressão Escola de Frankfurt.

Desde o início, o Instituto assumiu uma visão teórica sobre o conjunto da vida social, não a analisando somente sob aspectos econômicos, históricos, filosóficos e sociológicos, mas realizando um trabalho interdisciplinar, no qual se pensava uma sociedade contemporânea que, para ser explicada e discutida, não podia ser resumida a uma divisão social do trabalho intelectual. Eles tentavam uma visão global, uma visão da totalidade a partir da perspectiva marxista, materialista e dialética. Foi esse o primeiro sentido da Teoria Crítica que Horkheimer teorizou; pesquisadores de diferentes especialidades trabalhando em regime interdisciplinar e tendo como referência comum a tradição marxista. Foi um projeto amplo que envolveu nomes em economia, em ciência política e direito, em crítica da cultura, em filosofia e em psicologia e psicanálise (NOBRE, 2008).

A base filosófica desta teoria destaca três pontos: um campo teórico, um grupo de pensadores ligados a esse campo e a reunião dos mesmos em torno de uma instituição – Instituto de Pesquisa Social e a Escola de Frankfurt.

Adotando a crítica como sua base de sustentação, a teoria frankfurtiana se filia a três tradições: Kant, Hegel e Marx, pois para os mesmos, estes autores ajudam a

questionar o conceito de teoria, o de dialética e o entendimento da teoria de ideologia, que se converte em estratégia política oposta ao trabalho de reflexão. Comentando Marx, Adorno escreve, posto que a filosofia não conseguiu transformar o mundo, cabe continuar a interpretá-lo (ADORNO, 1975).

Tomar as obras desses autores, em especial Marx como ponto de início para a construção epistemológica da Teoria Crítica, não significa ficar repetindo o que ele disse, mas tentar pensar a partir dele ou deles. Aqui está um dos diferenciais da Teoria Crítica, ela não inventa uma sociedade ideal, ela simplesmente pretende realizar a sociedade que o capital promete e não realiza.

O conhecimento crítico quer mostrar duas situações: 1) a produção científica tradicional é parcial e, 2) a aparência a qual ela se limita é a mesma produzida pelo capital na sua lógica ilusória (igualdade e liberdade). É necessário suprimir essa parcialidade e efetivar um comportamento crítico sob a orientação da emancipação e é essa a amplitude do campo da teoria crítica.

Assim, de acordo com Adorno,

A teoria crítica da sociedade, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado, não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder (1975, p. 163).

Os princípios foram formulados, porém cada pensador desta Escola, vai trabalhar a partir da sua análise do tempo presente do capitalismo e de seu desenvolvimento interno, de acordo com o Modelo de Teoria Crítica. Uma característica que norteia o pensamento é a permanente renovação e capacidade de analisar o tempo histórico presente. E nessa perspectiva, que se busca Walter Benjamin, cujo pensamento com ideias marxistas e também do romantismo alemão, criticou o historicismo conservador, atacou o marxismo socialdemocrata (mistura de positivismo e evolucionismo darwiniano) e o culto ao progresso mecânico da sociedade.

A partir dessa característica da Teoria Crítica de análise do tempo presente aliada a questão de negação da mecanicidade da história, que se pode buscar novas perspectivas de conhecimento e disseminação da importância da preservação e da continuidade e cotidianidade do Patrimônio Cultural nas diferentes comunidades e aqui em especial na cidade de Ponta Grossa.

1.2 WALTER BENJAMIN E A TEORIA CRÍTICA

1.2.1 Walter Benjamin

Em autoanálise se considerava um bom escritor de sua época e geração, em função de nunca escrever a palavra eu ou então falar sobre si mesmo. Walter Benjamin⁴ não é um autor como os outros: sua obra fragmentada, inacabada, às vezes hermética, frequentemente anacrônica e, no entanto, sempre atual, ocupa um lugar singular, no panorama intelectual e político do século XX (LÖWY, 2005, p. 13).

Tenta na década de 1920, entrar na vida acadêmica, com a escrita de sua tese de livre-docência – “Origem do drama barroco alemão”. Este trabalho se caracteriza como uma crítica à “história complacente e autocentrada de ciência burguesa, em particular da filosofia e da teoria literária”. Sua tese não foi aceita na Universidade de Frankfurt, o que leva Benjamin a desistir da vida acadêmica.

Walter Benjamin, foi associado à Escola de Frankfurt, se destacou no grupo com o ensaísta e crítico literário. Importante sua aproximação com a arte, a filosofia, a ciência, sendo assim considerado por muitos teóricos como um dos mais intrigantes pensadores do século XX. Apesar de ser considerado um teórico da Teoria Crítica, Theodor Adorno se refere a ele como um teórico longe de todas as correntes. Importante destacar que ele se opunha ao idealismo absoluto de Adorno e Horkheim, uma vez que sua característica principal é a descontinuidade.

Benjamin foi dentro do grupo de pensadores da Escola, o questionador da ideologia do progresso, e sempre apostou nas classes menos favorecidas e na sua potencialidade como força emancipadora da humanidade. Assim, ele foi um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um adversário marxista do “progressismo, um nostálgico do passado que sonha com o futuro (LÖWY 2002). Não se pode negar que Walter Benjamin sofreu influências do idealismo moderno e do idealismo alemão, como

⁴ Walter Benjamin, nasceu em Berlim no ano de 1892 (15 de julho). Pertencente a uma típica família de comerciantes da burguesia judia, teve inicialmente professores particulares, e depois passou a frequentar escolas pública, então com 10 anos de idade e só concluiu o que chamavam de ensino básico, 10 anos depois. Ao participar do Movimento da Juventude na Alemanha, sentiu-se motivado a escrever seus primeiros textos: *Metafísica da Juventude* em 1914 e *A vida dos estudantes* em 1915. De acordo com Seligmann, (1999), “a descoberta da especificidade do judaísmo, em particular da religião e da mística judaicas, se dá, para Benjamin [...], através do sionismo nascente, graças a sua amizade com Gershom Scholem”. Se conheceram após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando Benjamin se afasta da *Jugendbewegung*, no qual em sua juventude participou e que tinha por objetivo reformar a educação e o ensino alemão, pautado nas ideias da liberdade, natureza e comunidade.

afirma Gaeta (2005, p.3), “na concepção idealista, o ponto de partida para a reflexão filosófica é o eu, o sujeito e a consciência [...], no trabalho *As Passagens*, trabalhará com o sujeito ideador, produtor de imagens e de significados”

Descoberto tardiamente pelos países de língua latina, esse autor alemão, judeu, teólogo, filósofo, marxista, tem ainda grandes lacunas no que se refere ao seu pensamento e sua teoria da história, que deve ser vista como uma prática transformadora e também redentora e revolucionária. O debate que preocupou Benjamin e que ainda preocupa a literatura, a história, a filosofia e também a educação, remete às questões mais amplas de uma prática política e também da atividade de narração: o que é contar uma história? O que é contar a história? Qual o significado disso? Serve para que e para quem? Por que essa necessidade e também essa incapacidade de contar? (GAGNEBIN, 2011). Essas questões norteiam as reflexões em torno do discurso a respeito da história, que não deve se separar da prática.

De acordo com Ricouer (2007), a narração é importante para a constituição do sujeito a partir das experiências coletivas. Essas questões da narração, experiência e perda da tradição, norteiam o pensamento de Walter Benjamin e embasam teoricamente as possibilidades de narração dos idosos sobre as histórias vividas nos diversos patrimônios e em diferentes temporalidades.

1.2.2 Leitura de Walter Benjamin

Sua caminhada teórico-metodológica faz com que escreva quase toda a sua obra em textos curtos, composto de aforismos, ensaios e fragmentos, que ele considerava como ruínas. Para Benjamin, “cada objeto, fragmento ou insignificância contam o todo. A totalidade se revela na singularidade e os estilhaços se compõem em imagens como as de um caleidoscópio” (KRAMER, 2009, p. 290). Dessa maneira, uma das questões centrais a ser trabalhada pelo historiador é “escovar a história a contrapelo” Essa expressão aparece em suas teses sobre o conceito de história, onde afirma,

[...] nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Com um pensamento aberto, antidogmático, reflete sobre o mundo contemporâneo, e é considerado um filósofo marxista, com características e inspiração na área do humanismo, também valorizando a reflexão teológica. Mesmo sendo considerado um filósofo e um teórico marxista, Benjamin contesta a ideia de progresso (seja da social-democracia, seja do marxismo), aplicando a teoria crítica da história. Ele critica a história como continuidade e busca na descontinuidade, os momentos críticos, pois são nesses momentos que as mudanças podem acontecer. E, é assim, na descontinuidade que o pesquisador pode e deve se apropriar de pensamentos e lembranças, para trabalhar questões relativas à historicidade do patrimônio, a partir de narrativas daqueles que viveram um determinado momento de sua vida e que hoje se configura em histórico.

Ele rompe com a linearidade, pois se preocupava com que tipo de herança a história linear iria deixar para o mundo. Ao romper com isso, seus escritos (em formulações metafóricas ou expressões alegóricas), define que a história é a história que o sujeito vive no seu cotidiano, nas suas realizações micro, no seu convívio social. Sendo assim, a linearidade prende o sujeito a um tempo determinado e fixo, como se o mundo que o rodeia fosse algo fora de sua realidade de vivência. Nos encontros, nos fazeres diários, nos gestos, nas narrativas, se elaboram as condições de uma historicidade onde os fragmentos fazem parte de todo um processo, que conduz ao processo de aprender, do saber e do fazer do homem simples e muitas vezes desconhecido, um sujeito presente no ambiente histórico.

A discussão acerca da existência de um método e de um padrão de estudo que possa ser utilizado nos estudos de Benjamin, ainda é presente nas pesquisas que buscam analisá-lo. A partir de afirmações de que suas ideias devem ser tratadas não como métodos, mas sim como concepções filosóficas e que ele não era um cientista social, mas sim um ensaísta, as opiniões divergem. Segundo Gaeta (2005, p.3),

[...] para autores como Jöel Lefebvre (1994), as análises de Benjamin apresentam graves distorções e não podem servir de caminho. Já Willie Bolle (2000) identifica particularidades significativas em suas análises. Sérgio Rouanet, Olgária Matos, Jeanne Marie Gagnebin entre outros, afirmam um método.

Para Sérgio Rouanet (1984, p.12), em sua obra *A origem do drama barroco alemão*,

[...] fazer justiça ao livro de Benjamin, significa antes de mais nada, elucidar o que ele tem de mais enigmático: as considerações epistemológicas e metodológicas que servem de pórtico ao trabalho e que incluem, no essencial, uma reflexão sobre as ideias e as coisas, sobre o nome e a palavra, sobre a origem e a gênese, e sobre a filosofia e o sistema.

Walter Benjamin, trabalha com questões relativas à experiência, ao tempo, a tradição, à narração e também à memória. Matos (1989, p. 31) afirma que a tradição é, para ele, uma dimensão e dentro dela se aloja a aura do tempo, “a consolidação da experiência coletiva, a sanção, a autoridade que garante ao indivíduo à dimensão de sua ancestralidade, tradição que pulsa em cada instante do agora”. Por sua vez, Bolle (1984), considera-o com um dos mais importantes filósofos do século XX, e destaca que em seu texto “A vida dos estudantes”, apresenta uma reflexão sobre: o que hoje se teria a dizer ou ser conhecido pelas futuras gerações. Ao valorizar a questão da narração, destaca a importância da memória e também efetua a crítica ao historicismo.

Em sua reflexão, ele não nega o progressismo, na atividade humana, mas nega uma ideia de progresso baseada nas teorias da história com fundamentos escatológicos, critica o historicismo como procedimento aditivo, pois o mesmo culmina legitimamente na história universal, que por sua vez não tem qualquer armação teórica, ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio e para a história esse tempo está saturado de agoras, que precisam ser investigados e estudados (BENJAMIN, 1994).

Criticou o historicismo positivista que privilegiava a documentação oficial e também negou a possibilidade de causalidade histórica, quando afirma,

O historicismo se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” no qual se infiltraram estilhaços do messiânico (BENJAMIN, 1994, p. 232).

Quando nega a causalidade histórica, acaba valorizando o poder de interpretação do historiador e na realidade propõe que se recupere a memória como uma forma de relacionamento com o passado. Destaca-se também que a crítica de Benjamin se apresenta em muitas de suas obras, sustentadas por uma teoria do conhecimento que não submete as ideias aos conceitos (DROPA; OLIVEIRA, 2015).

Ao pensar na indiferença que caracteriza muitas vezes a relação do sujeito com o passado, as teses de Benjamin oferecem uma fonte inesgotável de “belas citações” para historiadores, educadores, e pesquisadores preocupados com o patrimônio cultural, sua preservação e divulgação de uma comunidade.

1.2.3 BENJAMIN: MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA, NARRAÇÃO E TEMPO DO AGORA

Existe uma tendência em considerar Walter Benjamin como um historiador da cultura, principalmente em função da “Teses sobre o conceito de história”, escrito por volta de 1940, que é descrito como um trabalho de cunho filosófico e político, com forte tendência cultural, e avaliado como um dos mais importantes do século XX. Para Löwy (2005), este é o documento mais significativo desde as “Teses sobre Feuerbach” de Marx. Apesar de suas obras já circularem no Brasil desde a década de 1970, ele é creditado como pensador polêmico e não compreendido, mesmo nos dias atuais. Isso ocorre segundo Belo (2011), pela pouca disposição que se tem em integrar em seu pensamento, “a dimensão teológica, de inspiração místico-judaica, e a dimensão política de influência marxista” (p.163).

Para entender Walter Benjamin, necessário se faz não buscar meras informações, mas se dispor a caminhar e saber caminhar pela complexidade de seus escritos, não sendo possível uma visão panorâmica, pois somente os detalhes garantem a amplitude de seu pensamento, como afirmou Calasso (1997), talvez o lugar de Benjamin só possa ser reconhecido quando se entra nele como um jardim cercado de grandes muralhas.

Porém, não há método que assegure o caminho para chegar a esse jardim, como ele próprio afirma, “método é caminho indireto, é desvio” (1984, p.50). Isso pode ser exemplificado como olhar um prédio histórico, os detalhes da arquitetura, nos contam segredos, artimanhas de um período visto no presente. É necessário não se fixar somente nos detalhes ou no olhar objetivista, deve-se olhar com os próprios olhos e com os olhos de outros, pois muito mais do que conhecer ou ter vivido uma experiência, ela pode também proporcionar a sensação de fazer parte do patrimônio e de todo um conjunto de palavras de outros elementos que compõe a paisagem urbana e que muitas vezes passam despercebidos. Já afirmava Benjamin, “qual o valor do nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (1994, p. 115)

A seguir serão apresentadas algumas concepções, que podem ser consideradas a sustentação epistemológica da construção da metodologia de Walter Benjamin e que embasarão a presente tese: Memória, Experiência, Narração e Tempo do Agora (*Jetztzeit*).

1.2.3.1 Memória

Walter Benjamin é conhecido como teórico da memória e da conservação do passado. Seus textos oferecem um farto material, para educadores, sociólogos, filósofos e historiadores que se preocupam com as questões da preservação do patrimônio e o campo museológico. Em vários materiais pesquisados na fase do levantamento do estado da arte, pode-se identificar a preocupação com a indiferença das cidades, das comunidades e sua relação com o passado.

A questão do lembrar e esquecer atravessa todo o pensamento e as obras de Benjamin. As maneiras de lembrar e esquecer, como as maneiras de narrar, são mecanismos importantes e essenciais na construção da identidade pessoal, coletiva e ficcional. Não que a identidade seja uma substância, mas ela remete a questão da narrativa. Memória, história e identidade, não são conceitos imutáveis, mas sofrem interferências e transformações históricas.

Muitos filósofos apresentaram em seus estudos a temática memória. Tudo começa com Platão, retomado com Aristóteles, por Santo Agostinho (Confissões), depois são retomadas por Bergson, Ricouer, Hegel, Nietzsche e via Proust, Walter Benjamin. Nietzsche quando escreve sobre a memória, trata em primeiro lugar do caráter do esquecimento, enfatizando a necessidade de um bom esquecimento (nem tudo precisa ser lembrado). A filosofia quando trata da linguagem, acaba tratando do tempo e particularmente tem que tratar da memória. Filósofos se deparam com esta questão, porque questionam esse enigma: como o homem se lembra? E por que lembra de algumas coisas e não de outras? (GAGNEBIN, 2011). Entra-se então no campo da seletividade da memória, nem tudo pode ser lembrado e muitas vezes tem-se a necessidade de um suporte que subsidie a memória, suporte este que pode ser um trauma ou então um suporte material.

Atualmente os debates acerca da memória coletiva estão bastante presentes na produção acadêmica, mas Walter Benjamin tenta pensar a questão desta memória à luz das pesquisas sobre a memória individual de seu tempo e das pesquisas de Freud

e Marcel Proust. Eles dão mais atenção às imagens mnêmicas (inconscientes), que as vezes atrapalham o lembrar, mas que voltam a memória. Isso é interessante, quer dizer, associação com imagens que você nem pensava que pudesse lembrar. São as lembranças inconscientes, que em sua obra *Em Busca do Tempo Perdido*⁵, Proust afirmava que todo o processo de escrita é desencadeado pela emergência dessas lembranças (inconscientes) e que assim ele vai lembrar de coisas das quais nunca lembrava antes (PROUST, 1914).

Benjamin recupera as análises de Freud e Proust e tenta pensar de como isto seria possível também ser utilizado nos processos da memória coletiva. Como ir contra uma memória que ele designa como memória dos dominantes- uma versão dominante da história, como deixar que voltem a margem do oceano da história, momentos que foram retraídos ou recalcados (segundo Freud) e esquecidos (segundo Proust) e que podiam apontar outras formas possíveis de narração, de histórias, e ele afirma,

Sabemos que Proust não descreveu na sua obra uma vida como de fato ela foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu. Porém esse comentário ainda é difuso, e demasiada grosseiro. Pois o importante para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência. Ou seria preferível falar do trabalho de Penélope do esquecimento. A memória involuntária de Proust, não está mais próxima do esquecimento que daquilo que em geral chamamos de reminiscência? [...] Max Unold, que não foi o pior de seus leitores, referindo-se ao "tédio" resultante deste procedimento, comparou as narrativas de Proust com "histórias de cocheiro": "ele conseguiu tornar interessantes as histórias de cocheiro. Ele diz: imagine caro leitor, ontem eu mergulhei um bolinho numa xícara de chá, então me lembrei que tinha morado no campo, quando criança. Para dizer isso, Proust usa oitenta páginas, e o faz de modo tão fascinante que deixamos de ser ouvintes, e nos identificamos com o próprio narrador desse sonho acordado (BENJAMIN, 1994, p. 37 e 39).

A memória recebe imagens e por ela também é afetada, muitas vezes de maneira passiva, a lembrança chega involuntariamente por meio de um cheiro, uma construção, uma música, entre outros. Mas também é pesquisa, investigação, pode questionar, interrogar, pois possui capacidade intensa de atividade. Afirma Belo,

Colocando em discussão os princípios peculiares a uma construção metodológica inspirada na obra de Walter Benjamin, podemos tomar como uma primeira orientação, que o método a ser construído deve implicar sempre a desconstrução da linearidade histórica estabelecida pela história tradicional. O historiador deve, pois, contribuir para a criação de outras histórias (BELO, 2011, p.167).

⁵ A obra *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, é composta de 7 volumes, a saber: Volume 1 - No caminho de Swann (1913); Volume 2 - À Sombra das Moças em Flor (1918); Volume III - O Caminho de Guermantes (1920); Volume IV - Sodoma e Gomorra (1921); Volume 5 - A prisioneira (1925); Volume VI - A fugitiva (1925); e Volume VII - O tempo recuperado (1927).

Foi com Proust, que Benjamin aprendeu a diferenciar entre a memória voluntária e involuntária. Proust afirmava que,

[...] memória voluntária é sobretudo uma memória da inteligência e dos olhos, só nos oferece do passado momentos sem verdade; mas um odor, um sabor, reencontrados em circunstâncias diferentes, revelam em nós, a despeito de nós mesmos, o passado; nós sentimos o quanto este passado era diferente daquilo que acreditávamos nos recordar, e que nossa memória voluntária pintava, como os maus pintores, com cores sem verdade (PROUST, 1992, p.80).

Assim o historiador, tem a responsabilidade de evitar o esquecimento, quer dizer, evitar silenciar vozes do passado. E, essas vozes vem de indivíduos, grupos, que viveram determinados momentos, possuem lembranças e experiências, que podem aflorar na memória e assim serem transmitidas por meio da oralidade (DROPA; OLIVEIRA, 2015).

Desde os seus primeiros textos, manifestou interesse pelo conceito de experiência, a palavra que usa é *Erfahrung*, que no seu radical “fahr” significa viajar. Segundo Matos (1989), no antigo alemão, “farh” é atravessar uma região durante uma viagem, por lugares desconhecidos. E a palavra latina para experiência tem como radical “per”, sair de um perímetro, sair do conhecido, do já vivido, para ampliar vivências, novos acontecimentos em nossas vidas, como atravessar uma região. Então, as experiências que acontecem durante uma travessia no desconhecido, numa viagem, são experiências que alargam a identidade, o conhecimento, a sensibilidade. Walter Benjamin já afirmava, “eu viajo para conhecer a minha geografia (1994, p.198).

1.2.3.2 Experiência

No ensaio “O Narrador” (BENJAMIN, 1994), o autor busca esboçar uma tipologia de vários tipos de memória e de narração, parte da constatação de que após o final da 1ª Grande Guerra os combatentes voltavam mudos dos campos de batalha, não mais ricos e sim mais pobres em experiência comunicável. Voltaram mudos, não conseguindo nem contar e nem lembrar. A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que todos os narradores recorreram. Nas narrativas escritas, são consideradas as melhores, as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos diferentes narradores anônimos.

Em outro ensaio “Experiência e Pobreza” (BENJAMIN, 1994), que trata da questão da experiência, afirma que existe tanto a experiência da pobreza, quanto a pobreza da experiência. Este ensaio começa com a citação de uma parábola,

Um velho no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos. Os filhos cavam mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho”. Comenta Benjamin, tais experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: “Ele é muito jovem, em breve poderá compreender”. Ou: “Um dia ainda compreenderá”. Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens (1994, p. 114).

Poderia ser interpretada esta história como algo relacionado a nobreza de esforço e trabalho. Ela não tem no texto de Benjamin, finalidades morais, mas é a encenação da história que lhe interessa. O que importa é que seu pai fala (do leito de morte) e é ouvido, os filhos acatam a palavra transmitida, como algo que passa de pai para filho, de geração para geração e que é algo maior que as experiências individuais, ele insiste muito mais na perda da experiência (GAGNEBIN, 2006). “Ficamos pobres diz Benjamin. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano (1994, p.119).

Em seus textos dos anos 1930, retoma a questão da Experiência de acordo com Gagnebin (2006), a partir de um novo problema: demonstra de um lado o enfraquecimento da “*Erfarung*” (experiência coletiva), na sociedade capitalista, e o fortalecimento da “*Erlebnis*”(vivência, experiência individual), que é uma característica do ser solitário⁶ e “esboça, ao mesmo tempo uma reflexão sobre a necessidade de sua reconstrução para garantir uma memória e uma palavra comuns, malgrado a desagregação e o esfacelamento do social” (1994, p. 9). Walter Benjamin detecta neste processo do fim ou do fracasso da “*Erfarung*” o fim da arte de contar, da narração tradicional, do narrador. Recuperar a narrativa, a partir de novas abordagens e perspectivas, se torna fundamental no método de pesquisa baseado em Benjamin,

⁶ Sua experiência, seus sentimentos, sua mulher, seus filhos, sua casa, seus objetos pessoais. Essa interiorização psicológica é acompanhada por uma interiorização especificamente espacial: a arquitetura começa a valorizar, justamente o “interior”. A casa particular passa a ser uma espécie de refúgio, contra o mundo exterior hostil e anônimo. Na casa o homem é grande, na rua ele é um anônimo. Despossuído do sentido da sua vida, o indivíduo tenta, desesperadamente, deixar a marca de sua posse nos objetos pessoais: iniciais bordadas num lenço, bolsinhos, caixinhas. É a separação entre o público e o privado que a sociedade capitalista exacerba (GAGNEBIN, 2011, p.59-60).

desde que se tenha uma postura baseada na razão, mas que não descarta em hipótese nenhuma a experiência do homem.

1.2.3.3 Narração

Quando Walter Benjamin trabalha o narrador, ele se refere a um personagem social que ele vai determinar, não é a voz narrativa. Também aponta diferentes usos do adjetivo épico no sentido amplo, que se opõe ao dramático e o lírico (GAGNEBIN, 2006). Destaca que o gênero narrativo é abrangente, não é a poesia, nem o teatro, nem contos, novelas e romances. Essas afirmações ajudam a entender a dimensão antropológica da narração, pois o narrador quando fala, fala de experiências comuns a todos, quando numa organização de tempo, havia algo comum a todos. A capacidade infinita de lembrar e contar antigas, remete a uma sociedade cujos ritmos de trabalho e de descanso eram diferentes do tempo capitalista.

Assim, é importante retomar a narração do idoso, que em função de tempo de trabalho encerrado, vive um tempo diferente daquele que viveu no período que produzia. Ele não faz mais parte do tempo econômico, da luta pela sobrevivência e pelo sucesso concorrencial, por isso pode-se afirmar que a memória dessas pessoas também se transforma e não é a mesma. Muitas vezes o falar, o narrar pode ser uma necessidade ou uma decisão pessoal de recuperar lembranças de um tempo que por ter sido rápido, passa a ser lembrado de uma maneira diferente.

Mesmo as formas tradicionais de contar, das lembranças compartilhadas e da memória coletiva tenham sido esquecidas, desapareceu também a escuta paciente e respeitosa dos velhos. Benjamin não diz que isso tem que ser recuperado, até porque o desenvolvimento capitalista e técnico da modernidade e da contemporaneidade, não permite esta volta ao passado, as formas comunitárias de vida. Trata-se de inventar outras formas de memória, outras maneiras de narrar. Os exemplos citados em *O Narrador* (BENJAMIN, 1994), são ligados à oralidade, que incluem diversas formas tradicionais e atuais de estímulo à narrativa.

A origem do narrador que alimenta a narrativa, origina-se em duas figuras: a do viajante e a do camponês sedentário. O primeiro se identifica com os povos distantes (dimensão espacial) e o segundo narra as histórias das gerações anteriores (dimensão temporal). O narrador tem origem humilde, sendo em geral um homem do povo, ele

sabe dar conselhos, pois a narrativa apresenta sempre um valor prático (FRANCO, 2015).

A partir de suas vivências individuais os narradores expõem ou narram uma experiência coletiva. É a partir do nascimento do romance que Benjamin detecta a crise da narrativa, e isso também foi agravado com o surgimento da informação⁷. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. A arte de narrar está definhando porque a sabedoria – o lado épico do que pode ser verdade, está em extinção. E isso acontece em função da evolução secular das forças produtivas que afastam os homens cada vez mais. Afastam dentro de um mesmo espaço, e esse distanciamento humano, ocorre porque se recebe inúmeras informações diariamente do mundo todo e ao mesmo tempo somos vazios em contar histórias surpreendentes.

A tradição oral, patrimônio da poesia épica, tem uma natureza fundamentalmente distinta da que caracteriza o romance. O que distingue o romance de todas as outras formas de prosa – contos de fada, lendas e mesmo novelas – é que ele nem procede da tradição oral e nem a alimenta. Ele se distingue, especialmente, da narrativa. O narrador retira da experiência o que ele conta: a sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado. Exemplo o livro do gênero Dom Quixote (BENJAMIN, 1994, p. 200-201).

Narrativa relaciona-se com transmissão de histórias de uma geração a outra, por meio da tradição oral, apesar que ela também pode ser composta pela escrita.

A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes estes dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. “quem viaja tem muito para contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Mia Couto (2007 e 2012), se caracteriza como um narrador dos dias atuais, escreve sobre a África, evidenciando a memória das pessoas assentadas no espaço, na vida e na experiência das pessoas, sendo que os seus textos têm o efeito sobre as pessoas, como um itinerário de uma viagem do presente ao presente e ao passado,

⁷ Os romances passam a contar parte dos fatos de um determinado tempo, mas muito pautado na subjetividade as vezes carregadas de esquemas fantasiosos (como exemplo os romances policiais). O romance faz o leitor imaginar determinadas situações (nem sempre verdadeiras) a partir do olhar imaginário do autor. Por sua vez a informação torna-se essencialmente objetiva, repassando o fato de fato como aconteceu. Para Benjamin, o ato de narrar, tem que ter presente a pessoa que fala e o ouvinte. Essa narração pode posteriormente ser escrita também, mas ela é determinada pela lembrança que aflora a memória de quem narra.

nos seus textos está o que “gostaríamos de dizer quando abordássemos a relação entre tempo histórico, saudades e espaços” (FERREIRA, 2009, p.129).

Por sua vez, em narrativas Italo Calvino destaca as viagens de Marco Polo e as descrições que faz para o imperador Kublai Khan, sobre as paisagens e o cotidiano das cidades que visitou. Os pequenos textos destacam muitas vezes um conhecimento maior dos lugares do que os documentos escritos. É o sentido da narração que se encontra na proposta de Benjamin.

Ambos os autores citados, subsidiam a forma de produção de escrita a partir da narração dos idosos: em Mia Couto pode-se olhar a cidade a partir da *flanerie*, o caminhar e o registrar o que vê e em Italo Calvino a riqueza dos detalhes que o olhar crítico e também afetivo registra. Pode ser que a partir de estímulos, como ver prédios, o barulho do trânsito, a fala dos pedestres a imensa riqueza de detalhes visuais que compõe uma cidade, o idoso possa a partir da abordagem de *flâneur* de Benjamin, narrar e contar histórias sobre sua vivência e que interesse para o coletivo, no processo de conhecimento e posterior preservação do nosso patrimônio.

Walter Benjamin afirma que o cronista é o narrador da história e se preocupa com a apreensão do tempo histórico em termos de intensidade e não da cronologia propriamente dita, a mesma serviria como base a produção de uma historiografia regida por outra temporalidade que a de uma causa linear exterior ao evento (GAGNEBIN, 2011).

No momento que Benjamin destaca, que não há necessidade de obedecer ao progressismo e a continuidade linear e rotineira da história oficial, ele quer dizer, que se deve identificar nas falas e experiências das pessoas, o poder de narrar e contar, sem o *continuum*, pois o “cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido pela história” (1994, p. 223).

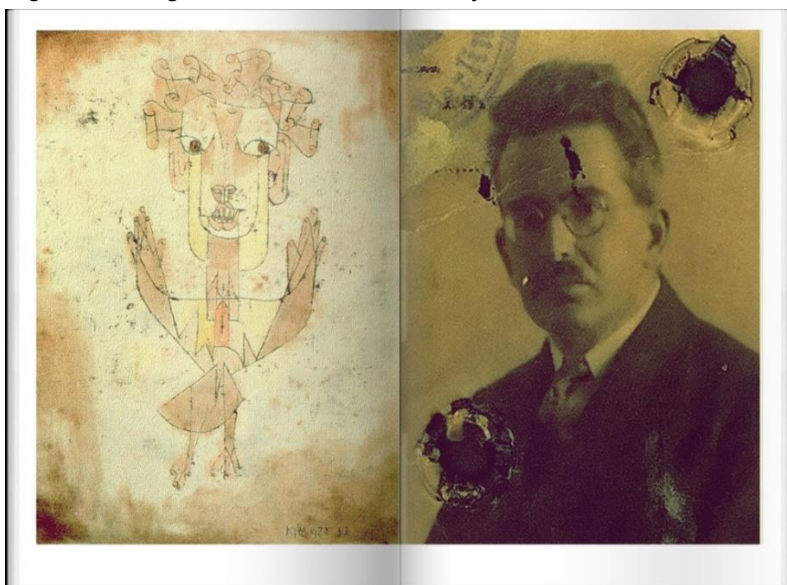
Ele critica uma história que tenha como base a continuidade e busca nas descontinuidades momentos decisivos, nos quais as mudanças ocorrem. Mais do que como “o que foi”, a história é vista como um “a se fazer”, como uma ação possível, se opondo a crer num passado imutável e num futuro também imutável (KRAMER, 2009). Para isso, ele usa a alegoria do *Angelus Novus*⁸, em sua tese IX, sobre o Conceito de História, que para ele é um símbolo (Figura 1) de sua posição contrária à história oficial

⁸Quadro de Paul Klee, que ele adquire quando jovem.

e defende uma reescrita constante de uma história inacabada e que pode ser pela memória e experiências significativas do passado. Assim ele descreve o anjo da história,

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa aos nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (1994, p.226).

Figura 1 – *Angelus Novus* e Walter Benjamin



Fonte: Disponível em: <https://ceasefiremagazine.co.uk/walter-benjamin-messianism-revolution-theses-history/>

Ele nunca abandonou a necessidade de reconhecer a intensividade da experiência do estudioso com a própria história. Por isso, o pensador pode ser considerado um cronista da história, não se preocupando com os grandes feitos, mas com o fato de que nada do que um dia aconteceu possa ser considerado perdido para a história.

1.2.3.4 Tempo do Agora (*Jetztzeit*)

O passado contém o presente, “*Jetztzeit*” – “tempo de agora”, ou “tempo atual”, e na Tese 14, Sobre o Conceito de História, Benjamin, afirma, “a história é objeto de

uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”. (1994, p.229), e na Tese 2 destaca:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não tem as mulheres que cortejamos irmãs que elas nem chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso (BENJAMIN, 1994, p.223).

A concepção de tempo, está intimamente ligada à maneira de como se vive o próprio tempo presente. Para Benjamin, o tempo só pode ser vivido como experiência, já que é pleno de agoras, e esses agoras são pontos de encontro entre passado, presente e futuro. O que se recupera no passado pode influir na maneira como se está entendendo o presente, prognosticando as ações do futuro. Para Benjamin, os calendários representam o contrário do tempo vazio: são expressões de um tempo histórico, heterogêneo, carregados de memória e também de acontecimentos atuais. (LÖWY, 2005). Esta questão pode ser exemplificada com os acontecimentos comuns a todos, por exemplo, os feriados se diferem de outros dias, pois dependendo de qual, lembranças, rememoração, saudades, conforto, decepção, expressam uma verdadeira consciência histórica.

Assim, o tempo histórico não pode ser confundido com o tempo cronometrado dos relógios, pois este tempo rouba o agora, no qual está nossa possibilidade de ação. Por isso que Benjamin na Tese 15, se identifica de modo mais preciso a temporalidade vazia: a dos relógios.

A concepção do tempo que propõe Benjamin tem suas fontes na tradição messiânica judaica: para os hebreus, o tempo não era uma categoria vazia, abstrata e linear, mas inseparável de seu conteúdo. Mas, de uma certa maneira, é o conjunto das culturas tradicionais, pré-capitalistas ou pré-industriais que guarda em seus calendários e suas festas, os vestígios da consciência histórica do tempo (LÖWY, 2005, p. 125).

Desta maneira, voltar ao passado não tem o propósito somente de conhecê-lo, mas por intermédio dele, fazer o que a Teoria Crítica propõe, colocar o presente numa situação de permanente crítica. Assim, a relação entre presente e passado é profundamente histórica. Articula-se o passado, não o descreve, como se descreve um objeto físico. Benjamin afirmava que é necessário inventar outras formas de memória,

outras formas de narração, em especial, para lutar contra o encurtamento da percepção temporal. (GAGNEBIN, 2006). Pode-se comparar aqui, a constatação de Nora (1993), quando afirma sobre o processo de aceleração da história e a perda de referenciais em função da passagem rápida do tempo presente. Atualmente corre-se atrás do agora, das novidades, que também rapidamente se modificam. Pode-se ser mais histórico em relação ao presente? Ou então relativizar a noção de contemporâneo? Problemas atuais, mas que encontram ressonância teórica nas obras de Benjamin.

1.2.4 WALTER BENJAMIN NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Sua obra como um todo é pautada em uma teoria crítica da cultura e da modernidade e fornecem um material muito importante para estudar a história, a política, as concepções de infância, da linguagem, da leitura e escrita. Foi um pensador crítico da cultura de seu tempo e, aberto a diversas áreas do conhecimento, de teorias e abordagens (KRAMER, 2009).

A década de 1970, marcou o acesso das obras de Walter Benjamin no Brasil, com a publicação do volume da Coleção Os pensadores pela Editora Abril Cultural: Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas em 1975. A Editora Brasiliense em 1985 iniciou a publicação das Obras Escolhidas de Benjamin com o primeiro volume de Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura; em 1987 foi traduzido e publicado o segundo volume Rua de mão única, e em 1989, o terceiro volume Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Fora da coleção Obras escolhidas, foi publicado também Documentos da Cultura e Documentos da Barbárie.

Com relação ao campo educacional, Barbosa, Catani e Moraes desenvolveram um estudo sobre a presença das obras de Benjamin em 1.342 (números de periódicos e identificaram 215 artigos que citaram o autor. O material foi analisado de acordo com 3 categorias: apropriação incidental, apropriação conceitual tópica e apropriação do modo de trabalho. Os conceitos mais frequentes foram o de narrativa, o de história e a conexão passado-presente, conceito de memória voluntária e involuntária, a questão da reprodutibilidade técnica da imagem (fotografia, cinema e obras de arte), a relação cultura e narrativa, dentre outros (2015). Interessante destacar que as produções se referiam à Memória e História da Educação, Educação e Comunicação, Política e Filosofia da Educação, Formação de Professores, Educação Infantil, Sociologia da Educação, Pedagogia e Didática.

Referência na área é a teórica Sonia Kramer, que na categoria “apropriação do modo de trabalho”, propõe a valorização da rememoração como uma maneira de construção e reconstrução do sujeito e de subjetividades, pois

A rememoração de experiências como um modo fértil de conduzir processos de formação de professores fundamenta-se ainda em reflexões de Benjamin sobre a relevância de tornar visível aquilo que parece miúdo e sem importância, como a experiência pessoal, e a sabedoria contida na possibilidade de dizer, ouvir e olhar em comunidade (BARBOSA; CATANI; MORAES, 2015, p. 324).

Os conceitos propostos por Benjamin possuem potencialidade para reflexões no campo pedagógico, com base principalmente na ideia da experiência, uma vez que se pode diferenciar, assim, uma educação baseada somente na transmissão de conteúdos/conhecimentos com outra que se fundamente na valorização e construção de saberes decorrentes da sabedoria que vem com a tradição. Isso é possível uma vez que em todo o seu discurso, ele critica a linearidade da História. Neste sentido, é possível ensinar a história fora das concepções historicistas e recuperar saberes e práticas educacionais, histórias de vida e vividas nos espaços proporcionando uma visão de historicidade por meio também da dimensão narrativa nos procedimentos educacionais. Diferentes temas podem e são trabalhados na perspectiva benjaminiana e de acordo com a pesquisa de Barbosa et al. (2015), são recorrentes os seguintes: cultura e conceito de história, experiência, narração, memória, infância e brinquedos.

O método de produzir a história de Benjamin, situa-se na ideia de fragmento, expressões alegóricas como já citado, ele foi capaz de identificar naqueles temas ou aspectos, muitas vezes descartados pelos pensadores, questões significativas, situações que levam a reflexão crítica e a valorização da percepção infantil, destacando seu potencial crítico, “uma vez que para a criança exercitar uma mimese ativa, conhecer é agir” (FRANCO, 2015, p. 17). Ousou e elaborou um livro que foi dedicado à lembrança de imagens infantis intitulado *Infância em Berlim* por volta de 1900 e *Rua de Mão Única* em 1928. Tinha uma paixão por livros infantis, bem como por brinquedos, sendo colecionador dos mesmos. Quando folheava os livros muito rápido detectou que as imagens se movimentavam e nos brinquedos identificou projeto de civilização neles embutido.

Os recentes trabalhos na área da educação que destacam o teórico Walter Benjamin relacionam-no como possibilidade de leitura do espaço, leitura de histórias de vida de professores bem, como a relação entre educação e narrativa, a partir de uma experiência urbana. Porém, há necessidade de destacar a cidade como um espaço de

aprendizado, por meio dos agentes urbanos, sejam eles os flâneurs, os poetas ou cronistas. É possível identificar, que o idoso pode ser qualquer um deles e por seu intermédio recuperar aspectos significativos da historicidade dos referenciais arquitetônicos ou não de Ponta Grossa, que venha a contribuir na produção de textos didáticos ampliando as possibilidades de material a ser investigado e estudado em sala de aula, ampliando as possibilidades da Educação Patrimonial.

1.3 OUTROS PENSADORES DA MEMÓRIA

Hoje a preocupação com a memória é bastante profícua, surgem muitos debates e reflexões relativos a lembrar e esquecer, histórias de vida, “resgate”, história de professores, de escolas, do cotidiano, de tradições, entre outros. Em diferentes áreas de atuação desde a ciências humanas até as ciências duras, artigos e eventos da área abrem a possibilidade de produções relativas as relações entre memórias e escrita, autobiografias, registros de trajetórias, espaços museológicos, sob a égide da Mnemosyne, fazendo dela não só um objeto de estudo, mas também uma obrigação ética, na qual se afirma que o dever consiste em preservá-la, em salvá-la do desaparecimento e esquecimento, com objetivo de manter as tradições, vidas, falas e imagens.

A sustentação teórica de tais ações encontra-se respaldada em diversos teóricos da área, em especial Nora (1993), com os estudos sobre *Les lieux de mémoire* – Os lugares da memória, uma vez que os espaços ocupados pelos homens, acumulam-se de memórias, vivências

Por suas reflexões filosóficas e políticas, Walter Benjamin e Theodor W. Adorno contribuíram sobremaneira para tais empreendimentos. Cabe notar, entretanto, que a preocupação com a memória, mesmo que seja tão antiga como a poesia homérica, assume hoje traços muito específicos. É justamente porque não estamos mais inseridos em uma tradição de memória viva, oral, comunitária e coletiva, como dizia Maurice Halbwachs, e temos o sentimento tão forte da caducidade das existências e das obras humanas, que precisamos inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança. Criamos, assim, centros de memória, organizamos colóquios, livros, números especiais, recolhemos documentos, fotografias, restos e, simultaneamente, jogamos fora quilos e quilos de papel, não lembramos de muitos nomes e perdemos a conta de outros tantos acontecimentos ditos importantes (GAGNEBIN, 2006, 97).

Maurice Halbwachs (2003), ao analisar de maneira detalhada a memória e suas dimensões individual, coletiva e histórica, estabelece uma clara distinção entre História e Memória, a história é uma e podemos dizer que não há outra história, a memória

trabalha com o vivido, o que ainda está latente no grupo e por sua vez, a História trabalha e reconstrói uma representação de fatos distantes ou mesmo quando se encerra a possibilidade de se encontrarem testemunhas daquela lembrança.

A noção de história apresentada por Halbwachs é aquela história narrativa, predominante no seu tempo e guarda uma distância muito grande com a forma que hoje a pesquisa histórica é trabalhada. Porém, a utilização de Halbwachs no terreno da produção do estudo do patrimônio histórico é muito profícua, uma vez que apresenta subsídios, para entender que a memória é uma capacidade seletiva, que apresenta duas operações opostas: a de lembrar e a de esquecer.

As imagens habituais do mundo que rodeia os indivíduos, são partes inseparáveis do eu, por mais que não se atente a isso. Mas é possível estabelecer uma relação entre o eu e o mundo material, nesse caso o Patrimônio Cultural Edificado, na medida que além da pedra e cal, estabeleça-se uma relação de afetividade por meio da recuperação de histórias vividas no local.

Neste sentido, em relação à imagem da cidade, a reconstrução que se pode fazer dela tem suas raízes no presente e, a partir do momento que se recupera um espaço preservado, é na história viva que se buscam referências de apoio à memória. Desta forma, pode-se ver a história e a memória, apesar de distintas, mantendo importantes ligações.

Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar, para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça (HALBWACHS, 2003, p. 170).

A cidade, como um organismo vivo transforma-se e, se esta transformação não for controlada racionalmente, ela começa a se perder, e com ela, perde-se um referencial de identidade. Quando Nora (1993) afirma que se assiste, hoje, a um processo de aceleração da história, o mundo por meio da globalização está se tornando um só e a história, por sua vez, torna-se mais rápida. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza, que são os edifícios, os acervos documentais, enfim, o Patrimônio Histórico, está ligada a este momento em que os locais de memória deveriam existir pois, na realidade, não existem mais, meios de memória.

Muitas pessoas necessitam do suporte material para lembrar, como afirma Nora (1993, p.8), “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares, porque não haveria memória transportada pela história. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.

Na destruição dos suportes materiais da memória, (dos lugares da memória) a sociedade marcada pela divisão social e capital do trabalho, congelou as formas de lembrar, apagou as pegadas das trajetórias históricas e paisagens de uma comunidade inteira. [...]. Os preconceitos da funcionalidade demoliram paisagens de uma vida, de gerações.

Bosi (1994, p.53) afirma que “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança”. E continua afirmando, que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, as experiências do passado.

Por sua vez, Ricouer (2007) enfoca a memória, a história e o esquecimento, buscando uma outra abordagem que aprofunda a questão política de saber até que ponto que se pode ou se deve lembrar de tudo e até que ponto é importante lembrar do máximo de coisas, depois tentar esquecer ou tirar algum proveito para uma vivência melhor no presente. A noção de esquecimento é muito forte neste autor, (isto o diferencia em alguns momentos de Walter Benjamin que não viveu a rememoração da 2ª Guerra), pois a memória e o esquecimento também são fatos ligados aos traumas que a humanidade viveu no século XX.

A partir da leitura de diferentes autores do campo da memória, optou-se em fundamentar essa pesquisa em Walter Benjamin, uma vez que na maioria das teses, ainda é muito utilizada os autores sacralizados na área da memória e narração por meio da História Oral, que são: Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Ecléa Bose e Portelli. Utilizar o referido teórico é avançar nas questões relativas à memória, patrimônios e lugares da memória e também na Educação Patrimonial.

CAPÍTULO 2

PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

2.1.1 Considerações preliminares

Quando se fala em preservação do patrimônio cultural no Brasil, se identificam diferentes fases, que se iniciam no período colonial se institucionalizam no Período Imperial, se legalizam no Brasil Republicano do século XX e só se fortalecem e se ampliam no final do século XX, com as ações de preservação da cultura dos diferentes grupos sociais e da proteção da imaterialidade das comunidades, até então discriminadas no contexto cultural brasileiro, no que se refere a manutenção e respeito às diversidades.

Conhecer a trajetória da constituição do Patrimônio Cultural no Brasil, é importante para entender a construção teórica e prática deste conceito tão abrangente e controverso. Se a ideia de identidade nacional se forjou a partir de uma história oficial e também pelo patrimônio construído, tenta-se até hoje eliminar a mesma da mentalidade da população. Isso só vai acontecer com ações de educação formal e não formal.

As ações do período Colonial e Imperial e o sentido de preservação, muitas vezes confundido com manutenção de determinada ordem estabelecida, pode ser observado no Quadro 1, que resume as tentativas de valorização de monumentos, placas comemorativas, fortalezas do litoral, espaços públicos como as antigas Casas de Câmara e Cadeia, construções barrocas, mas em detrimento de realizações e construções que representassem a história das comunidades tradicionais. Muitas vezes a construção da identidade nacional em um determinado período, foi acompanhada de discursos ideológicos da negação do passado.

Quadro 1 – Primeiras iniciativas de ações preservacionistas

Período Histórico	Denominação ou Fase	Cenário e Ações
Meados do Século XVIII	Manutenção de monumentos como troféus de Conquista	Tentativa de não deixar transformar as edificações civis em quartéis militares. Carta de 1742. ⁹
Século XIX	Construção da Memória Nacional oficial, por meio da guarda de documentos “Coletar para bem guardar e guardar para bem servir” ¹⁰ Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Arquivo Nacional (NA) em 1838 ¹¹	- Negação dos valores culturais do passado. - Cultura oficial: padrões europeus - Na configuração urbana a presença o Neo Clássico, seja na arquitetura civil, como na religiosa. - Reforma modernizadora em edifícios coloniais - Recolhimento dos documentos do Brasil Colônia e organizados pelo poder imperial.¹²
Século XX – de 1920 a 1937	Ideia de construção e preservação da Memória Nacional	- Ante projetos de lei em defesa bens arqueológicos e de criação Inspetoria dos Monumentos Históricos. Sem sucesso. - Criação Inspetorias Estaduais - Ouro Preto – Monumento Nacional (1933) - Criação do Museu Histórico Nacional e a Inspetoria de Monumentos Nacionais. Antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (SPHAN) em 1934.

Fonte: Organizado pela autora (2016)

2.1.2 A institucionalização do processo de tombamento

O pensamento de preservação estruturado no Brasil mesclou-se e muitas vezes confundiu-se com os ideais de uma parte da intelectualidade, predominante nos anos

⁹ Nesse documento, aborda aspectos ainda hoje pertinentes, como a questão do uso dos monumentos (“...me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados[...]), da carga documental adquirida pelo edifício (“[...] se arruinará também uma memória que mudamente estava recordando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitânia[...]), da importância didática da preservação ([...] são livros que falam, sem que seja necessário lê-los[...]), a relação custo-benefício ([...] mas por nós poupamos a despesa de dez ou doze mil cruzados é coisa indigna que se saiba que, por um preço tão vil nos exponhamos a que se sepulte, na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação.”). E finalmente, evoca o problema da descaracterização dos monumentos (“[...] será mais útil fabricar-se quartéis novos do que bulir no Palácio das Duas Torres, porque tenho por certo que, por mais que se trabalhe em atalhar despesas, em polir a obra, sempre ficará uma colcha de retalhos”). Segundo documento elaborado por José La Pastina Filho. Arquiteto responsável pelo Escritório Técnico do SPHAN no Paraná.

¹⁰ Schwarcz (1993, p.137).

¹¹ Em torno deles estava o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional (originada da Real Biblioteca).

¹² O IHGB, nas mãos de uma forte oligarquia local, se autorepresentará enquanto uma fala oficial.

1920 e 1930, apresentando como um dos objetivos do movimento modernista a definição de uma identidade para a Nação. Entretanto, este movimento iniciado em 1922,

[...] ainda que marcado por nossa tradicional visão esteticista da cultura, foi um grito de alerta para a necessidade de afirmação de nossa identidade nacional. O negro real passou a substituir o negro idealizado, o índio real, o silvícola criado pelos indigenistas. O interesse pelos problemas reais da região e do País passa ao primeiro plano das preocupações dos intelectuais de prestígio. E se fez mais lúcida a consciência de que havíamos vivido de costas para nossa herança cultural (FURTADO, 1987, p.57).

Na origem do pensamento de preservação encontram-se as ideias modernistas¹³, principalmente representadas por Mário de Andrade, que localizava nas manifestações culturais do período barroco e nas manifestações folclóricas as forças que seriam capazes de manter um Brasil autêntico, enfrentando o universo moderno.

Valorizar tais tradições era como revelar a cultura brasileira e 'conscientizar' o povo de sua 'civilização' específica, sua distinção étnica, sua arte, sua história. Tratava-se de moldar a cultura brasileira a partir de olhares particulares, seletivos, de objetos portadores da capacidade simbólica de promover a representação nacional e, ao mesmo tempo, de servir de referência para o desenvolvimento de uma estética na qual se refletisse aquilo que uma elite intelectual entendia como retrato síntese do 'verdadeiro' Brasil (RODRIGUES, 1996, p.195).

A pedido de Gustavo Capanema, responsável pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1936 Mário de Andrade¹⁴ elaborou o anteprojeto de criação de um Serviço Nacional de Patrimônio que tinha por base a ideia de patrimônio, no qual estavam englobados objetos da arte pura e aplicada¹⁵, arte popular e erudita, paisagens

¹³ A vontade de concretizar e fortalecer no Brasil uma arte moderna, que eliminasse os costumes, gostos e cópias europeias e assim valorizando o local, o nacional caracterizou os ideais modernistas. Em suas três fases, agregou diversos intelectuais e artistas, onde no campo do patrimônio se destacam Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

¹⁴ A criação do Ministério da Educação em 1930, marca a entrada em cena do modernista paulista Mário Raul de Moraes Andrade, nos negócios do Estado. A convite de Francisco Campos, primeiro titular daquela pasta, é convidado a integrar uma comissão que se responsabilizaria pela reforma do ensino de música. É dele a famosa frase, contida no livro História da Música "Se você não tiver talento, faça música brasileira; se você tiver algum talento, faça música brasileira; se você for um gênio, faça música brasileira". Em 1935, Mário de Andrade se envolve intensamente na organização do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. Suas aventuras no Departamento ficaram conhecidas: cria parques infantis e a discoteca municipal. Envia ao Nordeste a primeira missão de pesquisa folclórica, contrata o casal Lévi-Strauss para ministrar curso de etnologia em São Paulo, cria a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo e em 1937, a convite do ministro Capanema, projeta a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, SPAN, depois SPHAN (BOMENY, 1995).

¹⁵ Arte pura é uma denominação popular para as manifestações regionais de cada povo. Sem influência do estudo acadêmico ou técnico, que faz do belo um fim em si próprio. Arte aplicada é aplicada em coisas específicas, possui um fim utilitário, como arquitetura, culinária, arte terapêutica.

arqueológicas, dança, música e etnografia, além de acrescentar, aquilo que chamou de 'arte histórica', ou seja, objetos que de alguma forma refletiam, contavam e comemoravam o Brasil e sua evolução nacional, ou seja, todo o documento histórico (papéis, artefatos, monumentos) que registrasse o passado nacional, deveriam ser conservados.

Dessa forma, monumentos que tivessem sido criados para um fim que se tornou histórico, que tivessem sido palco de fatos significativos, ou porque neles tivessem vivido figuras ilustres da nacionalidade, deveriam ser conservados ao lado de exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil, uma vez que estes também eram portadores de qualidade histórica (RODRIGUES, 1996, p. 195).

A preocupação com os monumentos arquitetônicos seria completada com a valorização de outros objetos que poderiam ser tombados – “monumentos da arte popular” (RODRIGUES, 1996, p.195), como arquitetura funcional de casas (construções populares, caboclas, etc.), como cruzeiros, cruzes mortuárias e capelas.

O documento elaborado por Mário de Andrade (o anteprojeto de criação de um Serviço Nacional de Patrimônio), foi usado em discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos da instituição a ser criada.

No mesmo ano da elaboração do anteprojeto (abril 1936), o Presidente Getúlio Vargas autorizou o funcionamento, em caráter experimental, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Em outubro, o Presidente da República enviou ao Congresso projeto de lei objetivando fixar “os princípios fundamentais da proteção das coisas de valor histórico ou artístico” e traçar “o plano de ação dos poderes públicos” na matéria do anteprojeto (SPHAN, 1987), que sinalizaria os procedimentos da preservação.

Em janeiro de 1937, a Lei nº 378 reorganizava o Ministério da Educação e Saúde Pública e oficializava a criação do SPHAN. Em novembro, ocorreu o golpe de Estado, dissolvendo o Congresso e interrompendo a tramitação do projeto de lei sobre a proteção do patrimônio. Dessa forma, Gustavo Capanema justificava junto ao governo que, apesar de a Lei nº 378 ter dado estrutura definitiva, verificou-se que a ação do Serviço Histórico e Artístico Nacional não teria a necessária eficácia se não fossem determinados os princípios fundamentais da proteção dos bens.

Esse princípio, além de traçar o plano de ação dos poderes públicos, deveria assegurar, mediante penalidades, a cooperação de todos. Para isso, seria necessário transformar o projeto que organiza a proteção do patrimônio em lei, e em 30 de

novembro foi expedido o Decreto Lei nº 25, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O SPHAN, agora respaldado pelo Decreto Lei nº 25/37, era uma instituição subordinada ao então Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo à frente Gustavo Capanema, o qual convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade, um intelectual mineiro associado aos modernistas, para dirigir o órgão recém-criado.

Efetivava-se, assim, a política pública de proteção do patrimônio, mas as ideias modernistas de valorização da cultura em suas diversidades locais, a ação dos estados e municípios foi prejudicada ou então esquecida. Passa-se a valorizar obras isoladas completamente fora da dinâmica da memória e do patrimônio.

2.1.3 Decreto Lei nº 25/37 e Constituição Federal de 1988

O Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 nascido no meio e em contradições com um autoritarismo de Estado¹⁶ (Estado Novo), desenvolveu “uma concepção de patrimônio histórico, mesclada de rebeldia modernista, que acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas, na tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição de identidade nacional” (FENELON, 1992, p.29).

Boa parte dessa lei se dedicou a esclarecer os mecanismos jurídicos da forma de proteção que foi adotada, disciplinando o tombamento de bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional.

Interessante destacar a diferenciação entre preservação e tombamento. A preservação refere-se a toda e qualquer ação que o Estado venha a ter, com o objetivo de conservar, manter a integridade dos traços que definem o bem e conservar a memória dos valores culturais de uma Nação, bem como o reconhecimento dos seus valores pelo próprio povo. Existem várias maneiras de preservar, entre elas a Educação Patrimonial. Já tombamento é um dos instrumentos jurídicos para proteger o bem.

No Decreto, o patrimônio é conceituado de maneira genérica, como apresentado no Capítulo I, no seu art. 1º,

Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu

¹⁶ O governo de Getúlio Vargas se caracterizou como uma ditadura e foi no cerne deste processo que se efetivou as políticas públicas de preservação. A contradição se justifica na mistura da rebeldia modernista e a sacralização do autoritarismo.

excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

A palavra “bens”, nessa ótica, terá um valor econômico muito forte, e é ela que vai designar assim os objetos que merecem a proteção oficial, sendo significativo o número de tombamentos de patrimônios edificados, como Igrejas, Palacetes, Sobrados, Antigos Engenhos, Fazendas, Panteões, Escolas, Teatros, Pontes, Estações Ferroviárias, Prédios Públicos, entre outros. Muitos desses ‘bens’ foram restaurados, conservados e abertos à visitação pública, e em sua grande maioria são “símbolos do passado da Nação” (FENELON, 1992, p.30), ou símbolos de justiça e valores nacionalistas, como é o caso, em Ponta Grossa, do Prédio do Fórum e do Colégio Regente Feijó. Esses valores até devem ser preservados dentro de uma história que se diz oficial, mas há necessidade de buscar constantemente novos elementos que configurem histórias que complementem o historicismo dos patrimônios, pois afirma Benjamin (1994), que o prazer de conhecer está na aquisição do mesmo, e isto significa o eterno aprendizado humano. Mesmo a lei de preservação/tombamento de Ponta Grossa ser de 1999, como será referendado posteriormente, as ações efetivas ainda são pautadas nos meandros da lei de 1937. É preciso reverter essa situação.

Os símbolos do poder do Estado ou do poder econômico, preservados e enaltecidos, são transformados em obras de arte e cultura. Esses elementos passam a servir de instrumentos simbólicos e imaginários de poder, de busca a construção da identidade nacional, mesmo sendo essa construção forjada. Baczko (1985, p.299) destaca que “exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio”.

Além da questão de valorização econômica do bem, a expressão excepcionalidade e fatos memoráveis tornou-se também um critério muito forte para determinar o patrimônio, deixando-se de lado simplicidade do sujeito e da construção. Grande parte da cultura popular foi deixada de lado, onde maioria a população, desprovida da memória coletiva e, por conseguinte, da consciência histórica, continuou sem se reconhecer nesses símbolos, uma vez que poucas ações efetivas de vincular a educação e preservação foram realizadas.

Sendo assim, a ação do SPHAN consagrou por muito tempo os documentos da história da arquitetura brasileira, “era nesta que buscava justificativas para o

reconhecimento oficial dos bens e era por meio desta que sua ação se aproximava da História Nacional”, (RODRIGUES, 1996, p.196). Convém destacar também a presença significativa de técnicos voltados à área de Arquitetura e Engenharia. A inserção do historiador, do geógrafo e do pedagogo começa a se efetivar nos organismos oficiais que atuam no campo da preservação.

A preocupação de somente valorizar e perpetuar um patrimônio que deveria acentuar a presença do Estado institucionalizado e também valorizar uma única classe social, “apagou-se marcas importantes do cotidiano e da experiência social vivenciada por grandes contingentes da população, alijada da reflexão para constituir-se em cultura” (FENELON, 1992, p.30).

Após a aprovação do Decreto Lei 25/37, todo o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade para a preservação do patrimônio, restaram apenas algumas citações, uma vez que a essência se esvaía sob o peso da conveniência ou então exigências do período.

Enquanto Mário de Andrade apontava na sua definição de Patrimônio Histórico “todas as obras de arte”, o Decreto 25/37 restringia-se às obras de “interesse público”, deixando vazia sua definição. Outra preocupação do escritor era a preservação das manifestações populares, questões que foram pouco a pouco se perdendo com a excessiva valorização dos aspectos formais de caracterização das obras de arte e dos modelos representativos de estilos arquitetônicos.

A política preservacionista do Decreto 25/37, além de possuir um caráter ideológico de construção da identidade nacional, valorizando aspectos formais das obras de “arte”, dos documentos ou ainda das edificações, não referenciava as relações sociais que tornaram possíveis o surgimento dos bens. Nesse cenário é importante o papel do historiador-professor-pesquisador, de não sacralizar o objeto tombado somente por seu valor arquitetônico e estético, mas, principalmente, descobrir neles toda a gama de relações históricas que permitiram sua origem e sua contextualização de uma maneira lógica dentro do quadro social (urbano ou rural).

O historiador, professor e pesquisador, não deve possuir simplesmente um apego saudosista ao passado, quando se trata de um patrimônio, mas, analisa-lo criticamente como um documento, registro de informação e suporte da memória, por sua vez o professor de todos os níveis precisa se apropriar desta cultura patrimonial e trabalhar em sala de aula, como elemento socializador de pertencimento.

Duas correntes se destacaram no SPHAN. A primeira ligada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, hegemônica até a segunda metade da década de 1970; e a segunda, ligada a Aloísio Magalhães e ao desenvolvimento de uma renovação ideológica e institucional da política de preservação do patrimônio cultural, que vem se desenvolvendo desde 1979. Aloísio Magalhães, a política de patrimônio cultural no Brasil sofre profundas transformações. Para ele, “o tempo cultural não é cronológico. Coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro, os bens patrimoniais, fazem parte de uma categoria mais ampla: os bens culturais” (GONÇALVES, 1996, p.51).

Aloísio Magalhães ampliou a noção de patrimônio cultural, não a restringindo somente à arte e arquitetura colonial brasileira. Outras formas de cultura popular são valorizadas, tais como: “arte e arquitetura popular; diferentes tipos de artesanato, religiões populares, culturas étnicas, esportes, festas populares, etc.” (GONÇALVES, 1996, p. 56). Todos esses bens culturais passaram a ser destacados, não somente pelo caráter excepcional, mas como integrantes da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes grupos sociais, não obstante tenha havido um número de tombamentos muito grande, ligados ao patrimônio edificado.

Uma grande discussão antecedeu a Constituição de 1988: até que ponto um decreto poderia intervir na propriedade privada e a quem competia tombar bens culturais? E dentro desse contexto, ampliavam-se as discussões sobre patrimônio histórico, que passa a ser designado por patrimônio cultural, incluindo as representações culturais, nas quais estavam presentes o meio ambiente, e toda a complexidade simbólica dos bens. Embora tenha sido utilizada a expressão ‘patrimônio histórico e cultural’, este último é o gênero em que se agregam tanto o patrimônio histórico quanto o patrimônio artístico, não se diferencia mais as duas terminologias, define-se o Patrimônio Cultural abrangente, conforme faz menção a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no seu art. 216.¹⁷

¹⁷ Artigo 216 da Constituição de 1988 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
 I - as formas de expressão;
 II - os modos de criar, fazer e viver;
 III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Uma das grandes inovações trazidas pela Constituição de 1988 foi o aprofundamento com relação aos dois temas polêmicos, em que ela endossa a intervenção na propriedade privada como uma necessidade para ordenar a preservação. Outra questão relevante foi a que definiu claramente os bens culturais, afirmando que os mesmos existem independentes da vontade da lei, do administrador e do tombamento, basta que a comunidade os descubra, proteja e os preserve por meio de diferentes mecanismos.

O sentido de preservação no Brasil vinculou-se a diferentes momentos, ora a salvaguarda de bens que enaltecessem o Estado, ora a preocupação com a inserção da cultura popular como patrimônio processo. A construção de narrativas sobre o Patrimônio apresentava também diferentes motivos, à medida que assumia o caráter de construção de uma identidade nacional. Sendo assim, o Patrimônio Histórico mudava de acordo com as épocas, desde a preservação de um 'forte', onde julgavam-se os bens históricos unicamente pelo valor que possuem de per si, até a preocupação de se preservarem os documentos escritos, com o objetivo da construção oficial da história do Brasil.

A partir do ano de 2000, a noção de Patrimônio se ampliou com a publicação do Decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, no qual se criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial¹⁸. São eles que discutem e implementam as políticas públicas para o reconhecimento, a valorização e o apoio de preservação sustentável aos designados bens de natureza imaterial, (ofícios, modos de fazer tradicionais, formas de expressão (musicais, coreográficas, literárias, cênicas e lúdicas), locais onde acontecem e se reproduzem práticas culturais e celebrações coletivas, são inventariados, registrados e propostas ações de salvaguarda.¹⁹

§ 1º O poder público com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos".

¹⁸ Em função do patrimônio imaterial não ser estático, podendo evoluir, bem como desaparecer, ele não é tombado, mas sim registrado como Patrimônio Cultural do Brasil. O registro deve ser avaliado a cada 10 anos. (OLIVEIRA, 2011).

¹⁹ A proteção legal do Patrimônio Imaterial no Brasil, pautou-se no artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial ocorrida em Paris, em 2003, onde a expressão designa "[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos

Mais recentemente, a proteção de bens culturais cresceu, considerando também o conceito de paisagem cultural, que foi regulamentada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -por meio da Portaria 127 de 2009. Considera-se paisagem cultural uma porção peculiar do território que demonstre a interação entre o homem e o meio natural, onde existem marcas e valores das relações humanas.²⁰

A seguir, no Quadro 2, podem ser observadas as diferentes fases da patrimonialização no Brasil, de 1937 (implantação do SPHAN), com a valorização dos bens culturais materiais isolados (tombamento de igrejas, palácios, casas de câmara e cadeia, placas comemorativas, entre outros). Posteriormente a preocupação com os conjuntos urbanos e, uma parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), criada em 1966, visando a divulgação e a promoção dos lugares históricos com potenciais para o desenvolvimento do turismo. Na terceira configuração já aparece a denominação de Educação Patrimonial, mas ainda com um discurso de promoção e da introdução de uma metodologia proposta por um Guia a ser seguido, e por fim, a ampliação do campo patrimonial com a introdução dos registros de saberes e fazeres, caracterizados pela intangibilidade.

Quadro 2 – Patrimonialização do Patrimônio no Brasil

Fase/Período	Denominação	Ações
Primeira Configuração (1937-1968)	Fase Heroica/ Monumentos Pedra e cal	Modernistas/ Ante-Projeto de Mário de Andrade Criação do SPHAN Decreto Lei 25/1937 Salvaguarda de bens isolados – fatos memoráveis a História do Brasil
Segunda Configuração (1969-1979)	Conjuntos Urbanos e Turismo	Denominação IPHAN Conjunto Bens Culturais Centros Históricos Turismo Cultural
Terceira Configuração (1979-2002)	Bens Culturais Educação Patrimonial - Guias	Bem Cultural – múltiplas manifestações culturais. Ampliação do conceito Patrimônio Cultural Diversidade Cultural – diferentes grupos formadores da sociedade brasileira
Quarta Configuração 2002 até dias atuais	Imaterialidade e Educação Patrimonial	O Patrimônio Cultural - Educação Formal e Não Formal Registro de Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares

Fonte: Delgado (2008)

e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O patrimônio imaterial é passado de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades, gerando um sentimento de identidade e continuidade (CURY, 2004, p. 373).

²⁰ A paisagem cultural também não é protegida pelo tombamento, e sim pela Chancela de Paisagem Cultural Brasileira. (OLIVEIRA, 2011).

Não se pode negar, porém, que, mesmo com a tentativa de mudança em relação àquilo que se constitui Patrimônio Cultural, as ações ainda estão permeadas por uma visão estratificada. Em Ponta Grossa, por exemplo, as atenções nos processos de tombamento estavam voltadas fundamentalmente para a preservação do patrimônio edificado, e porque não dizer enaltecedora de uma produção cultural elitista.

As situações de valorização excessiva, sobre o bem material edificado em detrimento à cultura e saber popular, somente mudam, quando as práticas de preservação, incluem em todas as suas fases, a Educação Patrimonial, seja por meio de inventários educativos, registros didáticos, narração de histórias vividas no referido patrimônio e apropriação pela comunidade de seu valor cultural, mas de uso diversificado. Afirma Benjamin: “pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (1994, p. 115).

2.1.4 A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NO PARANÁ

2.1.4.1 Proteção Federal

Destaca-se que o período de 1890-1937 foi de “consolidação do processo de reprodução, no âmbito das províncias, do modelo institucional experimentado com êxito na esfera do poder central/federal” (CAMARGO, 1999, p. 27). Neste período, realizava-se a tentativa de construir identidades regionais e locais.

A proteção do patrimônio histórico no âmbito federal no Paraná, tem início quando o historiador paranaense David Carneiro, cumprindo o pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade (diretor do SPHAN), colocou em inventário os bens que, segundo seus critérios, deveriam receber a proteção da Legislação Federal e ser protegidos no Estado.

A partir da confecção dessa relação em 08 de abril de 1937, aparecem como bens a serem protegidos os exemplares de construções do período colonial, como a Fortaleza da Ilha do Mel e o Convento dos Jesuítas, ambas situadas em Paranaguá, no litoral paranaense. No planalto também foram inventariadas algumas construções na Cidade da Lapa, como a Igreja Matriz e a casa da Família Lacerda. Até mesmo David Carneiro, justificando a importância da Lapa na Revolução Federalista, propõe que a cidade seja reconhecida como Monumento Nacional. Com exceção da cidade

da Lapa, as outras edificações foram tombadas como Patrimônio Nacional pelo SPHAN, em 1938.

Em 1948, após a criação do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, são retomadas as comunicações com o SPHAN. Até 1976, vários tombamentos federais são efetivados no Paraná. Em 1984, ocorre a criação do escritório Técnico da SPHAN/ Pró-Memória e, segundo o arquiteto La Pastina (1989, s/p), “ a criação desse escritório possibilitou a implantação de uma política de real integração entre as ações preservacionistas a nível municipal, estadual e federal, procurando contar sempre com a participação das populações locais”.

A seguir, no Quadro 3 constam os Patrimônios tombados pelo Governo Federal, e a importância dada no Paraná para o Patrimônio edificado:

Quadro 3 – Tombamentos Federais no Estado do Paraná²¹

Ano	Bens Tombados	Localização
1938	Casa do Coronel Joaquim Lacerda	Lapa
1938	Igreja Matriz de Santo Antonio	Lapa
1938	Casa Rua Francisco Cunha	Lapa
1938	Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres	Paranaguá
1938	Antigo Colégio dos Jesuítas	Paranaguá
1940	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Lapa
1941	Coleção do Museu Davi Carneiro	Curitiba
1938	Igreja Matriz Nossa Senhora do Bonsucesso	Guaratuba
1941	Coleção do Museu Paranaense	Curitiba
1967	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	Paranaguá
1967	Igreja de São Benedito	Paranaguá
1984	Antigo Paço Municipal	Curitiba
1985	Antigo Engenho de Mate – Rondinha	Campo Largo
1985	Teatro São João	Lapa
1998	Setor Histórico da cidade	Lapa
2011	Conjunto Urbano de Paranaguá	Paranaguá
2013	Centro Histórico de Antonina	Antonina

Fonte: IPHAN – Instituto Histórico e Artístico Nacional²²

A política de preservação do Patrimônio Histórico Federal no Paraná, desde o seu início, seguiu as diretrizes daquilo que o SPHAN tinha como característica maior: a preservação de edifícios vinculados à importância do poder constituído. Na cidade da Lapa por exemplo, apesar de existir uma residência tombada que hoje se constitui em um Museu de Época, a qual tenta passar aos visitantes o cotidiano de uma família

²¹ Está no processo de tombamento provisório a Capela de Tamanduá (1951) em Palmeira. Está em processo de instrução os seguintes bens: Fazenda Capão Alto (1987) em Castro; Instalação de Água Potável (1982) em Curitiba; Antiga Rodoviária e Cine Teatro Ouro Verde (2011) em Londrina; Estação Ferroviária Paranaguá-Curitiba (1983) em Paranaguá; Igreja de Água Branca (2015) em São Mateus do Sul e Igrejas Ucrânicas do Paraná (2011).

²² Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 18 mar. 2016.

no início do século, é comum que a mesma seja explorada por seus guias até de uma forma exagerada, pois a casa foi palco dos conflitos da Revolução Federalista, ficando o seu cotidiano à mercê do bom observador.

Isso evidencia ainda que, apesar da abrangência do Patrimônio Cultural ter se alargado de uma maneira significativa, a prática de preservação ainda permanece sob a influência da construção do imaginário nacionalista e do poder constituído, ocorrida na década de 1930. Esse fato pode se configurar em um entrave que faça as políticas culturais de preservação do Estado e do Município terem dificuldades em definir o caminho viável para a sua atuação. Parece que, em função disso, os estudiosos do Patrimônio, entre eles os historiadores, afastam-se da discussão sobre o que preservar e por que preservar.

O Patrimônio Cultural em geral, principalmente o edificado, possui todas as condições para a construção do pensamento histórico, vinculado de uma maneira fundamental à produção da história local. O historiador, o geógrafo, o pedagogo precisa cotidianamente descobrir e criar novas formas de como fazer isso. Nesse sentido, a gama de documentação que se apresenta para a produção da história regional cresceria sensivelmente.

2.1.4.2 A Proteção no âmbito Estadual

As primeiras notícias de preservação no Paraná, por meio de iniciativas próprias locais, remontam a 1855, quando o Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, por intermédio da Lei nº 33 de 07 de abril de 1855, criava um Arquivo Público na Secretaria de Governo da Província. Esse arquivo tinha por “finalidade ‘coligir’ todas as memórias impressas ou manuscritas relativas à história e geografia da Província, como: cartas geográficas, cópias de projetos de obras públicas, mapas estatísticos, relatórios de Presidente da Província e do Secretário, entre outros” (WESTPHALEN, 1991, p.29).

Em 1876, com a criação do Museu Paranaense, iniciou-se no Paraná um trabalho mais sistematizado de coleta e guarda de peças oriundas dos sambaquis no litoral paranaense (LYRA, 1994). Foram essas as primeiras iniciativas no século XIX, por parte dos paranaenses, de guarda de vestígios materiais.

No período republicano, as primeiras iniciativas de preservação ocorrem a partir de 1900, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, que tinha

por objetivo coligir, estudar, publicar e arquivar todos os documentos que servissem à historiografia do paranaense, promovendo a difusão de seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna.

Este momento da produção e preservação estava intimamente ligado à experiência de construção de uma identidade cultural do estado, em função da própria ascensão do Regime Republicano. Afirma Pereira (1997, p.21) que “além da necessidade de construção de uma nova imagem nacional, de uma nova idéia de Nação, através das representações, abre-se pela descentralização política, espaço para os regionalismos”.

Surgiu então, no Paraná, o Movimento Paranista, que pretendia construir uma identidade cultural, em uma época carente de representações necessitando de “invenção das tradições” (HOBBSAWN, 1984), em particular por meio das artes plásticas. Constroem-se, no período, símbolos, lendas, histórias e tradições que representassem o ideal de ser paranista. E nessa linha de pensamento, em 1948, o Estado passou a se preocupar com a preservação do patrimônio cultural, criando o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico.

Após cinco anos, baseada no Decreto 25/37, foi instituída a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, ligada à Divisão de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura e sancionada a Lei nº 1.211 de 1953, passando então a legislar sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Esse fato foi considerado uma iniciativa pioneira, em um período em que a proteção do patrimônio dos Estados era exercida, em grande parte dos estados brasileiros, unicamente pelo SPHAN.

Uma das polêmicas geradas em torno da Lei 1.211, que na verdade é uma cópia do Decreto Lei 25, que possibilitava ao Estado a instituir seus bens culturais, é a respeito da necessidade do Estado (ou mesmo o Município) ter uma lei de tombamento. Necessária ou não, o que se pode destacar é que, enquanto não existir uma consciência preservacionista, um conjunto de leis tem que estar à mão para coibir o uso (e abuso) sem critérios, pois esse abuso é uma marca constante em relação ao patrimônio cultural da sociedade. A partir do momento em que existir uma conscientização, como afirmou Aloísio Magalhães, a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio, onde leis coercitivas (tombamentos, restrições e multas) para a defesa e constituição da memória histórica não precisarão existir mais.

As primeiras medidas de tombamento pela Lei 1.211 ocorreram sobre os bens que já haviam sido tombados pelo SPHAN. O primeiro tombamento estadual efetuou-se sobre a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas, em Paranaguá, tombada pelo SPHAN em 1962. Dentro de uma política estadual de preservação até 1979, ocorreram no Estado 60 tombamentos em diversos municípios.

A partir de 1979²³, no governo de Ney Braga, foi efetivada a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e, com ela, criou-se a nova estrutura relativa à proteção do Patrimônio Histórico no Paraná. Extinta a antiga Diretoria de Assuntos Culturais e Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, foi efetivada, então, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural que sancionou a criação da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico sendo ela a unidade técnica responsável pelos processos de inventário, tombamentos, bem como as propostas de preservação dos bens que são considerados de interesse histórico e/ou artístico. Além disso, tem a responsabilidade de prestar assessoria técnica, na fiscalização dos bens tombados e das áreas de interesse de preservação.

Nesse período (1979 - 1982), a Secretaria investiu principalmente em três áreas,

[...] inventário, preservação e conservação do patrimônio histórico cultural; levantamento do perfil sócio-cultural da população paranaense, promoção do intercâmbio cultural, valorização e difusão dos aspectos relevantes das manifestações culturais do Paraná. No que se refere à ação preservacionista, ela foi dirigida para a preservação da memória cultural e artística, da paisagem urbana, dos sítios ecológicos e panorâmicos, o que já demonstrava a emergência de uma preocupação com a preservação ambiental (LUPORINI, 1997, p. 117).

Esse crescimento da amplitude, do conceito e da política de preservação colocou no rol dos tombamentos a preservação de áreas urbanas e naturais, não privilegiando somente o patrimônio edificado ou coleções históricas, o que já vinha sendo praticado no Paraná desde 1974, como, por exemplo o tombamento da paisagem Urbana da Rua XV de Novembro, em Curitiba, e o tombamento da Ilha do Mel, na Baía de Paranaguá em 1975. Em 1985, uma das maiores ações de preservação deu-se com o tombamento da Serra do Mar, ato que deu origem, no Paraná, a uma política de incentivo para criação de Associações de Preservação do Patrimônio Histórico e Natural.

²³ Ano em que ocorre também a mudança da direção do SPHAN e consequentemente a ampliação do conceito em relação ao Patrimônio Histórico.

Essas práticas levaram a Secretaria de Estado, a partir do final da década de 1980 a criar, na estrutura da Coordenadoria do Patrimônio Cultural a Curadoria do Patrimônio Natural. A política de preservação encerrou a década com o tombamento do Setor Histórico Urbano da Lapa e iniciou a outra com o tombamento do Setor Histórico de Paranaguá, porém não se realizou nenhuma prática efetiva voltada a Educação Patrimonial ou a inserção de conteúdos voltados ao processo de preservação como um todo nos currículos escolares. Destaca-se também que a preocupação era bastante efetiva com a questão do tombamento e preservação de edificações, por diversas vezes arbitrárias e desvinculadas da participação da comunidade. Pode-se notar assim, como a questão do poder simbólico e, por conseguinte, a violência simbólica operaram em todo o processo de afirmação do patrimônio como discurso de construção de uma identidade.

A década de 1990 foi profícua do ponto-de-vista cultural em relação ao seu Patrimônio, quando foi lançado, pela Secretaria da Cultura, o projeto Paraná da Gente: Terra, História e Memória²⁴, com a ambiciosa meta de atingir a maioria dos municípios. Tinha como objetivo central o levantamento, cadastramento e classificação dos bens de interesse para a preservação do patrimônio histórico, artístico, natural e arqueológico de cada município²⁵

Um aspecto desse projeto chama a atenção, pois o Governo do Estado do Paraná, na época representado pelo Governador Roberto Requião, além de querer “resgatar” a cultura paranaense, esperava também recolher aquilo que Luporini (1997, p.150-151) chama de “dividendos” culturais e sócio-políticos, a possibilidade de melhoria da imagem do Governo junto à sociedade em geral, pelo tratamento integrado a questões ligadas a valores paranaenses e à possibilidade de uma ampla repercussão do projeto, apresentando um baixo custo. “ Percebe-se que havia uma certa urgência na execução, pois Roberto Requião renunciaria no final de 1994, para concorrer a uma vaga no Senado” (LUPORINI, 1997, P.152). E os dividendos políticos que o projeto poderia apresentar são um dado bastante interessante, se pensar que ainda permanece forte a influência do imaginário nacionalista forjado de 1930 em

²⁴ O projeto Paraná da Gente: terra, história e memória, teve como objetivo básico o levantamento e cadastramento dos bens de interesse para o patrimônio histórico, artístico e natural dos municípios interessados em participar do projeto. Este inventário (termo também utilizado) deveria contar com a ampla participação das comunidades locais, indicando o que consideravam seus bens representativos. Projeto de amplitude que envolveu diferentes órgãos estaduais e municipais.

²⁵ Dados retirados do projeto: O Paraná da Gente, Terra, História e Memória, lançado publicamente pelo Governo Estado do Paraná em 1993.

conjunto, no Paraná, com o ideário paranista. Apesar desta colocação, não se pode negar que, a partir de 1990, houve um crescente número de tombamentos e, principalmente, uma crescente preocupação com outro aspecto, que não somente o tombamento oficial, ou seja, a Educação Patrimonial, que está sendo levada às escolas.

Posteriormente, em 2003, o projeto foi relançado novamente somente com o nome Paraná da Gente, utilizando a mesma metodologia anterior, porém com as facilidades de que muitos municípios já possuíam seus inventários e diagnósticos culturais e já estavam conectados com a internet. Essa nova etapa de coleta cultural ficou conhecida como: Terra, Cultura e Poder – A Arqueologia de um Estado, cujos resultados foram amplamente divulgados em publicações temáticas, com o título de Cadernos Paraná da Gente.²⁶

Esse projeto deu origem a valorização dos patrimônios locais, assim é possível identificar a quantidade e diversidade que o Paraná possui de bens tombados (Quadro 4), além de vários municípios terem dado início a campanhas de preservação e de agilização para a criação de Leis Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural, que começou a delinear-se em Ponta Grossa desde o ano de 1999.

Quadro 4 – Diversidade dos Tombamentos no Paraná²⁷

Centro Histórico	02	Residência	37
Edificações Religiosas	18	Palácio e Palacete	07
Estação de Passageiros	14	Monumento	06
Edifício Público ou de uso Coletivo	28	Paisagem Urbana	06
Edifício de Ensino	10	Árvore Urbana	07
Fortificação e Indústria	04	Parque e Área Natural	09
Ponte	04	Imagem, Escultura e Pintura	09
Fazenda	3	Documento e Objetos	05

Fonte: Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná²⁸

2.1.4.3 A proteção no Âmbito Municipal

Partindo da afirmação de que por muitos anos o Estado desempenhou um papel de protagonista nas questões de definir e promover o patrimônio, mesmo

²⁶ Foram publicados 6 cadernos conforme segue: 1- Pratos típicos paranaenses; 2- Festas populares do Paraná; 3-Lendas e contos populares do Paraná; 4- Simpósio de Cultura Paranaense; 5- Municípios paranaenses: origem e significado de seus nomes e 6- Catálogo de Equipamentos Culturais do Paraná.

²⁷ Porém ainda pode ser observado o pequeno número de referenciais ligados a cultura popular. Na tabela 2 pode ser observado ainda a predominância da pedra e cal.

²⁸ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=249>. Acesso em: 17 mar. 2016.

fundado num imaginário conservacionista e monumentalista, a ele cabe o papel de resgatar, preservar e manter os bens históricos para que estes tenham a capacidade de glorificar a nacionalidade, tornando esses bens como símbolos de ordem, progresso, coesão, poder e grandeza. Esta prática esteve presente tanto na esfera federal como na estadual, até pouco tempo atrás.

Em alguns municípios, a prática da preservação possui um amparo legal desde o processo de tombamento, incluindo a conservação das edificações. Então, poder-se-ia supor que Ponta Grossa, sendo uma cidade de 193 anos, fundada com a base de uma sociedade conservadora, preservasse o seu patrimônio histórico-cultural em todos os sentidos. Entretanto, ainda é uma prática cultural acanhada. O pouco que se percebe são as tentativas de tombamento pelo COMPAC, que na prática encontra uma certa dificuldade em sensibilizar a comunidade, pois o tombamento é somente uma das formas de preservação, uma vez que a educação e o envolvimento de todos nesse processo, devem ser constante e efetivo. Antes da efetivação do COMPAC em 1999, o patrimônio somente aparecia de forma acanhada nos Códigos de Postura, Planos Diretores e Lei de Zoneamentos.

Percorrendo o primeiro Código de Posturas da Intendência, 02 de janeiro de 1891, constata-se apenas uma preocupação do governo municipal em determinar medidas apropriadas para as construções e alinhamentos nos limites do círculo urbano. Nota-se neste documento uma atenção do governo municipal em intervir com práticas disciplinadoras no sentido de tornar a cidade mais higienizada, que pudesse constituir um espaço comum a todos os seus habitantes. Bresciani (1990, p. 161) apresenta esta questão como “Primeira porta que desvenda a cidade. A Ideia Sanitária que se constitui”.

Além disso, os Códigos de Postura transformaram-se em um aparato legal que se propunha ordenar a vida da cidade acerca da melhor maneira de se administrar o processo de expansão e embelezamento urbano (FRITSCH, 1985).

Apesar desta preocupação inicial de urbanização, não se faz notar em Ponta Grossa nenhuma medida efetiva de preservação. Se existia alguma preocupação com a proteção do patrimônio, ela se restringia à Capital – Curitiba.

Já no Código de Posturas de 1914, a preocupação com o embelezamento da cidade no seu aspecto urbano torna-se mais evidente. Existem normas para pinturas de residências, construções de passeios em frente das casas, entre outros. Este Código chama a atenção sobre a preocupação que a Prefeitura tinha no período em

relação a construções que poderiam cair, fazendo com que seus moradores providenciassem a demolição. Também pode ser detectada uma preocupação com o meio ambiente, que se supõe ser a primeira iniciativa de preservação ambiental, posto que ainda muito rudimentar, chama atenção por aparecer num Código de Posturas do início do século. Conforme se destaca:

Art 3º - A Câmara arborizará as ruas e praças da Cidade, quando julgar conveniente, e fará a conservação d'aquellas, sendo os proprietários ou inquilinos obrigados a zelarem das árvores plantadas na frente de suas casas, sob pena de 5\$000 réis de multa

Art 4º - Aquelle que for encontrado em flagrante delicto de destruição ou estrago de árvores plantadas nas ruas e praças, será punido em 10\$000 reis de multa, além de pagar o dano causado.

Depois de 1914, um Novo Código de Posturas foi decretado em 1939, no qual se verifica, pela primeira vez, uma referência específica sobre patrimônio histórico. No Capítulo I, encontra-se no “Art. 11º - o patrimônio do município é constituído pelos bens públicos municipais. Entre os quais destacam-se os seguintes: VI – os monumentos históricos e artísticos existentes nos lugares públicos”.

A partir de 1967, um novo Plano Diretor – Lei 1.939 foi aprovado para o Município de Ponta Grossa, sendo o primeiro documento oficial do município no qual aparece claramente uma preocupação no sentido de preservação do patrimônio histórico e natural:

Secção IV – Da Paisagem Urbana e Rural

Art. 24º - Visando a preservação e a valorização da paisagem urbana e rural, bem como dos elementos históricos e tradicionais da comunidade, este Plano prevê a fixação de glebas, especificadas na planta básica, bem como de logradouros públicos e outros locais, como áreas de proteção paisagística, sujeitas à regulamentação especial, para os quais poderão ser estabelecidas as seguintes medidas:

- I- Convênio com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico da União, objetivando o tombamento de edificações e logradouros;
- II - Estímulos tributários para usos e atividades adequadas;
- III - Penalidades pelo não cumprimento das medidas que regulamentarem a preservação dessas áreas”.

Salvo as determinações do Plano Diretor de 1967, durante a realização deste levantamento (1998), não foi possível encontrar nenhum documento daquele período que comprove que tenham sido postas em prática essas regulamentações de proteção ao Patrimônio Histórico de Ponta Grossa. A única constatação de tentativa preservacionista ocorreu em 1968, no governo do Prefeito Plauto Miró Guimarães que, segundo depoimento do Dr Arichernes Gobbo, “foi no tempo do governo Plauto, que

houve uma preocupação da Prefeitura em preservar a Capela de Santa Bárbara, nós tentamos fazer o tombamento, vieram os técnicos aqui e acharam que não tinha nada de importante arquitetonicamente para ser preservado”.²⁹

No período da Lei de 1967 até 1990 (23 anos) Ponta Grossa assistiu a perda da maior parte do seu Patrimônio Edificado, onde para efeito de ilustração, pode-se destacar a demolição: Catedral do Bispado, Palácio Episcopal, Casa de Comércio Osternack e algumas residências do Setor Histórico da cidade.

A partir de 1990, quando Ponta Grossa por intermédio do Governo Estadual tombou seis edificações, iniciaram-se discussões mais profundas sobre a questão preservacionista. Em 1992, a Lei nº 4.839 aprovou o Novo Plano Diretor em substituição ao de 1967 e, novamente o Patrimônio Histórico foi referenciado,

Art 6º - Para a consecução dos objetivos previstos no artigo anterior, tem-se como diretrizes:

I- da área físico-territorial:

13- tratamento especial às edificações e monumentos de valor histórico, através de mecanismos de incentivo à sua conservação e recuperação.

Seguindo essa lei, no mesmo ano foi aprovada a Lei nº 4.586 de 1992, que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação das áreas urbanas do Município de Ponta Grossa, destacada no seu art. 41,

Nenhuma edificação localizada na Zona Central poderá ser demolida ou reformada sem prévio parecer da Coordenação Estadual do Patrimônio Histórico, até que o Poder Executivo promova o levantamento e mapeamento, bem como a regulamentação legal pertinente ao tombamento e preservação das construções de valor artístico, histórico ou cultural nelas existentes, submetendo-os à aprovação da Câmara Municipal.

Tentativas isoladas começaram a surgir, a partir de então, no sentido de criar mecanismos para a preservação. Mesmo com a deliberação de proteção elencada no Plano Diretor e na Lei de Zoneamento, a cidade continuava assistindo parte do seu patrimônio desaparecer. Na Câmara Municipal tentou-se aprovar um projeto que aumentasse as zonas de proteção, o qual foi rejeitado. Alguns vereadores que fizeram oposição ao projeto argumentavam que “eram contra devido ao que ocorreu quando

²⁹ Arichernes Gobbo, funcionário público e advogado do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Ponta Grossa, falecido em 1998. Entrevista concedida em 19 de março de 1997.

do tombamento dos barracões da Rede³⁰, considerados por eles como verdadeiros “monstregos”, que enfeiam a cidade e impedem o progresso”.³¹

A primeira medida efetiva (de se estudar uma prática) que se tem conhecimento para o desenvolvimento de uma prática preservacionista na cidade, surgiu quando, em 1993, a Prefeitura resolveu constituir um Grupo de trabalho integrado por alguns servidores e representantes da Curadoria do Patrimônio, da UEPG e do Instituto Ambiental do Paraná, para proceder o “levantamento e mapeamento das edificações de valor artístico, histórico e cultural existentes na Zona Central da cidade”³²

Essa comissão iniciou um estudo realizando o levantamento fotográfico e documental. Contudo em uma determinada fase do trabalho, ocorreu a mudança de secretário e a comissão se desfez.

Em outubro de 1998 foi encaminhado para aprovação da Câmara Municipal de Ponta Grossa um Projeto de Lei que dispunha sobre a “Preservação do Patrimônio Natural e Cultural do Município e instituía o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa. Com a aprovação do projeto, em julho de 1999, Ponta Grossa passou a ter uma Legislação Municipal – Lei nº 6.183/99 que regulamenta a política preservacionista e que em 2005 foi modificada estando em vigor a Lei 8.431 de 20 de dezembro.

Na época da criação desta lei e a constituição do Conselho de Patrimônio Cultural de Ponta Grossa – COMPAC, após quase um século de descuido com a nossa memória histórica, criou-se a oportunidade para que a cidade pudesse descobrir e reconhecer sua identidade e sua personalidade. Entretanto este reconhecimento precisou sempre ser feito por meios coercitivos, uma vez que é necessário constantemente o incentivo para que todos tenham a sensibilidade ao conhecimento, num movimento permanente de valorização do bem cultural. Novamente afirma-se a questão de que não existiu por parte do COMPAC nenhuma ação efetiva na criação de ações educacionais.

Pode-se afirmar que em Ponta Grossa as ideias de “moderno” e “progresso” geraram uma destruição das marcas do passado. Não somente marcas

³⁰ Os barracões da Rede não foram tombados pelo Estado, mas sim conservados como parte da área envoltória e posteriormente tombados pelo Compac.

³¹ Jornal Diário da Manhã, 18 jun.1993.

³² Portaria nº 796/93, da Secretaria de Administração e Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

arquitetônicas, mas traços culturais representativos da história da cidade estão desaparecendo paulatinamente: uma banda, um clube, um campo de futebol, uma praça, um cinema, uma igreja, uma escola, uma árvore.

Gradativamente a cidade perde símbolos que, por muito tempo, fizeram parte do seu cenário e imaginário, o qual mostrava a “cara da cidade”. Corre-se o risco de não se identificar mais com o local em que se vive. Uma frase de Sérgio Leoni³³ afirma que: “a verdadeira pátria do coração é a cidade em que nascemos ou escolhemos para viver”. O nosso passado arquitetônico e histórico pode desaparecer, mas com medidas preventivas a curto prazo e medidas educacionais a longo prazo ainda é possível reverter essa situação que, embora existente, não chegou aos limites da perda total.

A partir do momento em que se considerar a cidade como um palco onde se desenvolve uma série de representações culturais, sendo o seu habitante o principal ator, a prática preservacionista terá um significativo avanço. Contudo para que isso ocorra, é necessário que o ator se aproprie do cenário e identifique-se com ele. Esse ambiente precisa ser preservado, também por meio das edificações, pois elas representam fundamentalmente a trajetória histórica de crescimento urbano do espaço que ele ocupa e que outros já ocuparam. Nesse sentido, a cidade vai revelando-se como um patrimônio cultural, pelo menos por intermédio de seus prédios preservados.

Tendo em vista este entendimento da cidade, toda a intervenção urbana, para que resulte em melhoria da qualidade de vida do cidadão local, deve partir da compreensão da história impressa na paisagem em que ele habita e do modo como se apropria dessa história como sua memória, lugar de identificação, seu mundo diferenciado (REZENDE SILVA, 1996, p. 168).

Percorrer a cidade em busca de uma identificação histórico-cultural por meio de seu Patrimônio Histórico Edificado ainda é possível. E os prédios escolhidos até o momento para representar este patrimônio podem ser visualizados na Quadro 5.

³³ Sergio Leoni, foi Prefeito do Município da Lapa- Paraná por três gestões. Na sua administração ocorreram os processos de tombamento de edificações isoladas e posteriormente o tombamento do centro histórico.

Quadro 5 – Bens patrimoniais tombados em Ponta Grossa

continua

Designação	Data Inscrição
Capela Santa Bárbara do Pitangui*	10/08/2000
Clube Literário e Recreativo 13 de Maio	04/12/2001
Residência de Ernesto Guimarães Vilela /CASA DA DANÇA	19/02/2002
CHAMINÉ 1 Olaria 12 de Outubro /São Sebastião	19/02/2002
CHAMINÉ 2 Cerâmica Aymoré	04/06/2002
Casa Justus	04/06/2002
Casa de Paulo Lange	04/06/2002
Sede do Jornal Diário dos Campos	04/06/2002
Sede da Farmácia Catedral	04/06/2002
Sede da Vidraçaria Sant'Ana	04/06/2002
Reservatório de Água da Cidade de Ponta Grossa/ Sanepar	04/06/2002
Hospital 26 de Outubro*	04/06/2002
Distribuidora de Doces Acácia /Botequim	18/06/2002
Fachada da Massalândia	18/06/2002
Sede dos Escoteiros Campos Gerais	03/09/2002
Estação Arte /Estação de Cargas da RFFSA	03/09/2002
Centro de Cultura Cidade de Ponta Grossa	03/09/2002
Sede do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente/CMDCA	03/09/2002
Museu Época	03/09/2002
Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa	03/09/2002
Casa Casemiro	03/09/2002
Estação Ferroviária de Guaragi	03/09/2002
Casa Rizental	24/09/2002
Casa Bittencourt	24/09/2002
Sede da Escola Desafio	24/09/2002
Casa Christiano Justus	24/09/2002
Casa dos Anjos	24/09/2002
CHAMINÉ Indústrias Wagner	24/09/2002
Residência de Flávio Carvalho Guimarães	05/08/2003
Casa dos Relógios /Chocolataria Gramado	05/08/2003
Refúgio dos Nobres /Marco de madeira	05/08/2003
Colégio Estadual Doutor Munhoz da Rocha	05/08/2003
Antiga Loja Novo Mundo	05/08/2003
Concha Acústica Carlos Gomes	09/12/2003
Arquibancada do Hipódromo de Uvaranas	09/12/2003
Bar Asa Branca	09/12/2003
Sede do Colégio São Luiz	09/12/2003
Vivenda Ernestina Virmond	09/12/2003
Casa da Família Nadal /Paulino Primo Nadal	09/12/2003
Cine-Teatro Ópera	09/08/2004
Casa do Divino	09/08/2004
Igreja de Nossa Senhora Imaculada Conceição	09/08/2004
Companhia Pontagrossense de Telecomunicações /Casa Amarela	09/08/2004
Escola Profissional Tiburcio Cavalcanti	09/08/2004
Residência de Hebe Santos Fernal/Leopoldo Cunha	02/04/2012
Hospital Infantil Getúlio Vargas	14/05/2012
Clube Dante Alighieri	14/05/2012
Sociedade Polonesa Renascença	14/05/2012
Residência de Arthur Guimarães Villela /Restaurante Royale	02/07/2012
Residência de Maria da Luz de Araujo Vianna /Centro Europeu	02/07/2012

conclusão	
Designação	Data Inscrição
Lord Magazin	02/07/2012
Odontologia Rivadávia Borba	
Castelo dos Baixinhos /Centro de Cultura Italiana	
Locomotiva 250	
Mansão Villa Hilda	10/05/1990
Casa da Memória /Estações de passageiros da estrada de ferro de Ponta Grossa *	30/05/1990
Estação Saudade /Estações de passageiros da estrada de ferro de Ponta Grossa *	30/05/1990
Colégio Estadual Regente Feijó *	03/11/1990
Edifício do Fórum da Comarca de Ponta Grossa *	03/11/1990
Edifício da PROEX *	03/11/1990
Parque de Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada *	18/01/1966

Fonte: Arquivos do Conselho do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa – COMPAC

* Bens patrimoniais também tombados pela Coordenadoria do Estado do Paraná.

A ideia de Patrimônio Cultural aqui proposta é a possibilidade de, por meio da leitura da cidade, descobrir aquilo que comumente se chama de personalidade e identidade e um contexto de permanente valorização do bem cultural, entendendo essa cultura como um conjunto de inúmeras interações que o homem cria para si, além das coisas que ele necessita para sustentar essas relações que estão presentes no seu patrimônio. Mas preservar esse patrimônio, conforme comentado, só se justifica se o mesmo continuar frequentemente a explicar essas relações comuns em sua vida.

A partir da exposição anterior evidencia-se o alargamento gradativo da noção de Patrimônio Cultural, pelas ações do IPHAN, bem como pela Constituição de 1988. Assim, o conceito que baliza este trabalho tem o suporte na tangibilidade e intangibilidade dos bens culturais, entendido como toda a ação humana na prática da convivência em sociedade, na qual principalmente, não há necessidade pura e simples de um reconhecimento oficial por meio do tombamento para que determinado bem e/ou produção torne-se patrimônio. O patrimônio deve existir e ser referenciado como tal pela própria comunidade onde está inserido.

Falar em Patrimônio Cultural é falar de valores, destaca Meneses (1992, p.189), porém, “é preciso, pois, sublinhar que os valores são sempre atribuídos, daí serem historicamente marcados”. Para isso, designam-se quatro categorias de valores, que podem operar na definição do significado cultural do bem: valores cognitivos (associados ao conhecimento que o prédio pode transmitir por meio de histórias narradas), valores formais (funções estéticas, onde se valoriza a técnica

construtiva, bem como os diferentes estilos arquitetônicos), valores afetivos (relações subjetivas, (como por exemplo o valor que um determinado bem pode ter para uma comunidade, não vai ser sempre o mesmo, depende da vivência relativa a ele), valores pragmáticos (de uso na época em que foi construído e o uso atual).

2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.2.1 Princípios teóricos da Educação Patrimonial

A configuração do campo teórico e epistemológico da Educação Patrimonial, está voltada a influência de diversos estudiosos na área, pois o crescente interesse pela problemática patrimonial, desde a década de 1990, fez com que inúmeros trabalhos fossem realizados aliando a teoria com a prática por meio da educação patrimonial. Assim, a memória coletiva, a narração, a memória social, a lembrança, a cidade, o direito a memória, a história cotidiana, a história vivida, a velhice, a patrimonialização e as narrativas intergeracionais são temas de inúmeras dissertações e teses no Brasil, mas o que chama a atenção são que poucas estão vinculadas à área do conhecimento da educação.

Afirma Chagas (2004), que o interesse está concentrado no imaginário, na memória social e no debate que se organiza em torno do denominado patrimônio cultural, e, muitas vezes este interesse se caracteriza como político no sentido do que preservar e como preservar. Chagas afirma ainda que:

Nos últimos anos a expressão educação patrimonial consagrou-se. E consagrou-se não como metodologia, mas como campo de trabalho, de reflexão e de ação. Para além da educação patrimonial, interessa pensar a educação como alguma coisa que não se faz sem se ter em conta um determinado patrimônio cultural e determinados aspectos da memória social; para além da educação patrimonial interessa compreender a educação como prática social aberta à criação e ao novo, à eclosão de valores que podem nos habilitar para a alegria e a emoção de lidar com as diferenças (CHAGAS, 2004, s.p.).

A partir da reflexão de que algo novo pode surgir do relacionamento que se tem com as coisas ou imagens (a capacidade de manter um relacionamento), percebe-se que as imagens e as coisas, também ensinam e exercem sobre os indivíduos o poder de afetar e ser afetadas. Novos olhares devem permear as realidades patrimoniais, buscando novas possibilidades de reflexão e análise.

Ainda é difícil definir a abrangência da Educação Patrimonial (o campo teórico é muito recente), uma vez que no processo ensino-aprendizagem ela se situa nos intervalos das disciplinas, não se configurando em uma ação efetiva e contínua nos currículos.

A Educação Patrimonial não deve ser utilizada somente depois que um bem é reconhecido como patrimônio, mas deve fazer parte de todo o processo de reconhecimento, inventariação e preservação por meio do instituto do tombamento. Quando este bem já está tombado ou então referenciado por registro ou chancela, as ações educativas têm que se pautar em favorecer que a comunidade se aproprie do que foi definido para ela como importante e passe a achar importante também.

Porém, mesmo com todas as novas ações de valorização do bem cultural que advenha também das classes populares, não se consegue surtir grandes efeitos, uma vez que todo o processo muitas vezes é feito de cima para baixo e consequentemente com uma “imposição arbitrária que, no entanto, é apresentada àquele que sofre a violência de modo dissimulado, que oculta as relações de força que estão na base de seu poder”.³⁴

Pode-se afirmar que a trajetória da preservação patrimonial no Brasil, se constituiu num campo de forças, ora econômico, cultural, político e também social, pois as políticas de preservação sempre estão inseridas em campos de conflitos e negociações entre os diversos setores e grupos sociais que se envolvem diretamente na definição de critérios de seleção e atribuição de valores

O interesse da preservação de determinado edifício ou manifestação cultural apresenta diferenças para os diversos campos. No campo econômico, em função da especulação imobiliária ou de mobilidade urbana, um prédio antigo é muitas vezes um transtorno, porém para a questão artística ele é um referencial de técnicas construtivas, mão de obra especializada, etc. O patrimônio sempre é o mesmo, o que muda são as diferentes formas de vê-lo, bem como protegê-lo, e essas formas devem ser pautadas na educação voltada a prática da preservação.

Se toda a prática educativa tem que ser desenvolvida associada a cultura e patrimônio, então a expressão Educação Patrimonial, segundo Chagas (2006, p.7), é um “pleonismo e caiu no gosto popular”, porém de maneira simplificada e sem capacidade de crítica.

³⁴ Anotações em sala durante a disciplina: Pierre Bourdieu: Sociologia e Educação.

Para Chagas (2006, p.2), quatro pressupostos definem o território, o híbrido ou o campo de disputas na relação Educação e Patrimônio, “campo museal contém o campo patrimonial, bem como museu, patrimônio e memória são campos de tensão, [...] assim Educação e Patrimônio são práticas socialmente adjetivadas”, porque se alguém determina qual patrimônio é representativo para a cidade, nós professor também escolhe a abordagem que irá adotar, muitas vezes deixando de lado o debate crítico e a dialética tão presentes nestes campos. Apesar deles serem independentes, são articulados entre si.

Cada vez mais se amplia o campo e práticas múltiplas em relação à temática, mas é importante identificar que ainda existe uma carência de reflexão crítica e teórica.

De acordo com Scifoni (2012), as limitações de recursos humanos e materiais para os projetos acabam prejudicando o avanço, uma vez que grande parte das publicações sobre o tema, caminha referenciando a mesma conceituação contida no Guia Básico de Educação Patrimonial de 1999. Este guia teve sua importância como um marco de afirmação da área da educação dentro dos mecanismos legais de patrimônio. Contudo, existe a necessidade de avançar em relação àquelas proposições. É neste sentido que a autora também questiona sobre os caminhos na reflexão sobre o tema. Estas reflexões devem se pautar em: O que preservar. Porque preservar. E para quem preservar. O sentido amplo do termo preservação, deve envolver de tal maneira a sociedade, para que ela se aproprie da palavra pertencimento em seu aspecto afetivo e não veja só um monumento ou uma manifestação cultural como algo distante dela.

Que história esses locais podem contar, a partir da vivência dos seus moradores? Como narrar e compartilhar acontecimentos fora da linearidade do historicismo? Pode ser que de posse de um novo referencial, de uma nova postura político-pedagógica na qual a Educação patrimonial se torne o eixo estruturante das ações com ênfase a cultura, possa-se vislumbrar que as comunidades receptoras não sejam tratadas como meras receptoras das ações instituídas pelos Conselhos ou então pelos técnicos da área do patrimônio, mas com projetos construídos coletivamente. Essa participação só ocorrerá quando para além dos valores estéticos e formais de um edifício, sejam fortalecidos os laços afetivos, sociais e simbólicos.

É necessário que a aproximação com teóricos acerca da questão patrimonial se torne profícua, e os diálogos de áreas diferentes se aproximem e, como o encontro entre Henri-Pierre Jeudy e Lev Semenovitch Vygotsky,

[...] um dos pontos importantes no encontro entre Jeudy e Vygotsky surge, também, no que diz respeito à importância da linguagem. Em Vygotsky (2005) a linguagem media os significados dos conceitos, que são atribuídos pela interação dos sujeitos com o contexto social. A linguagem não é um conceito abordado por Jeudy (1990), no entanto, a relevância das memórias na constituição do patrimônio e a própria relação entre patrimônio e memórias traz à tona a presença fundamental da linguagem, pois é pelos relatos e documentos que se desencadeiam as memórias e, conseqüentemente, os possíveis patrimônios. A memória traz a linguagem oral como um elemento fundamental, que se torna mais importante do que os lugares e objetos (VIANA, 2009, p. 42).

A partir das novas abordagens do patrimônio, necessário se faz seguir as orientações de Freire (1987, p.14), no que se refere a necessidade do professor ser pesquisador, buscando sempre na sua prática docente a indagação e as respostas na pesquisa. “Há o dever de respeitar os saberes dos educandos e das classes populares. É preciso discutir com os alunos a realidade concreta, a violência, a convivência com as pessoas e as implicações políticas e ideológicas”. No Quadro 6, pode ser observado as diferentes fases teóricas da abrangência das conceituações e categorias do Patrimônio Cultural.

Quadro 6 – Patrimônio Cultural - Quadro Sinóptico

Paradigma	Século XX	Século XXI
1- Terminologia	Patrimônio Histórico e Artístico	Patrimônio Cultural
2- Objeto e instrumento de preservação	Bens materiais (imóveis) - Tombamento	Bens materiais e imateriais - Registro
3- Objetivo	Construção da Identidade Nacional	Promoção da Diversidade Cultural
4- Esfera de Atuação	Poder Público (nível federal)	Poder Público (nível municipal), sociedade civil e setor privado

Fonte: Pereira e Oriá (2012).

A construção da prática pedagógica e métodos de ensino referente ao estudo dos patrimônios deve levar em consideração o respeito aos saberes dos educandos, o conhecimento da estética e da ética, o reconhecimento da assunção e da identidade cultural, a prática da alegria e a esperança, o exercício da curiosidade e o comprometimento em preservar o que é de todos (FREIRE, 1987). Em resumo, pode-se dizer que as estratégias de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico, levando em conta que a Educação Patrimonial não seja somente a reprodução das relações sociais de dominação, mas que contribua dentro de uma perspectiva libertadora e de emancipação.

2.2.2 Os avanços da Educação Patrimonial

As ações relativas à prática da educação voltada ao patrimônio ocorreram em diferentes momentos. De início pouco fomentadas, seguidas de tentativas de formar uma consciência de preservação e, posteriormente, com ações efetivas voltadas à educação comunitária (valor do patrimônio local) e também ações que visavam a utilização de maneira adequada dos patrimônios pelas escolas. No Quadro 7, a seguir, pode ser observada uma sinopse desta trajetória.

Quadro 7 – A trajetória da Educação Patrimonial no Brasil

Contexto Nacional	Propostas de ações
1936 Mário de Andrade – elaboração do anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	- Importância do caráter pedagógico dos Museus/Imagens. Necessidade de articulação entre os museus regionais e municipais. - Imagens devem estar presentes no ato de ensinar - Muitas das tentativas de ações foram escamoteadas no discurso de criação do Estado Nacional.
1937 Decreto Lei 25/1937	- Aprovação da lei e referência vaga sobre educação no Art 25
1937-1967 Gestão de Rodrigo Melo Franco	- Abertura de museus, incentivos a exposições, visitas a monumentos, com divulgação dos acervos do órgão. - Ações voltadas ao grande público (capitais e cidades de médio porte), mas nada específico para as escolas. - Tentativas de publicações sobre o patrimônio, mas que não causaram efeito na população por serem técnicas
1975 Criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC por Aluísio Magalhães	- Campanhas de apropriação do patrimônio pela comunidade, com o lema “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio” - Comunidade detentora do destino de sua cultura - Não houve atuação direta na área de educação escolar
Gestão de Aluísio Magalhães 1979	- Fomento a diversidade do patrimônio Cultural e avanços no processo de educação patrimonial
1981-1986 Projeto Interação	- Discussão de produção de alternativas pedagógicas, métodos e materiais didáticos com conteúdo pautados nas referências culturais diversas.
1983 Museu Imperial de Petrópolis - RJ	- Primeiro Seminário sobre o Uso Educacional dos Museus e Monumentos. - Introdução da expressão Educação Patrimonial”
1999 Guia Básico de Educação Patrimonial	- Proposta metodológica para desenvolvimento de ações educacionais
2004 Criação da GEDUC	- Gerência de Educação Patrimonial e Projetos
2009 Reestruturação para CEDUC	- Coordenação de Educação Patrimonial.
2004 a 2016	- CEDUC realiza encontros na área de Educação Patrimonial. - Desenvolve o projeto Casas do Patrimônio - Desenvolve o Projeto Pro-Ext – Programa de Extensão Universitária - Desenvolve o Projeto Mais Educação³⁵

Fonte: Organizado pela autora (2016)

³⁵ Com exceção do Projeto Casas do Patrimônio, os outros são desenvolvidos em parceria.

Apesar dos ideais de Mário de Andrade terem sido muitas vezes escamoteadas sob a égide da constituição de um Estado Nacional, pautado na dinâmica das relações sociais de uma elite³⁶ constituída no Brasil, pode-se afirmar que no período de 1937-1967, sob o comando de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, as iniciativas educativas do IPHAN se caracterizaram por aberturas de museus, incentivo de exposições, visitas a monumentos, tombamentos e divulgação jornalística, evidenciando a importância dos acervos referenciados pelo órgão. São ações que se direcionam para o público como um todo, restrito às capitais e algumas cidades de médio porte no interior, mas nada em específico para as escolas, mesmo o presidente assegurando na época que o único meio de assegurar a permanência do patrimônio de arte e da história do Brasil é o da educação popular.

A preocupação era que a comunidade se apropriasse do patrimônio nacional, garantindo a eficácia do discurso de que ele é da população. Para isso, empreenderam-se campanhas de informação e publicações sobre o valor patrimonial que, apesar de relativo esforço, apresentou-se aquém das expectativas, uma vez que a população permaneceu indiferente à causa, devido ao fato de as publicações serem extremamente técnicas. A partir dos meados da década de 1970, com a criação do Conselho Nacional de Referência Cultural – CNRC³⁷, por iniciativa de Aloísio Magalhães, a questão da apropriação do Patrimônio Histórico pela comunidade passou a ser apresentada de maneira consistente, sendo o lema desse discurso “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio” (FONSECA, 1997, p. 185).

O CNRC, preocupado com a possibilidade de esmagamento dos valores culturais brasileiros, diante ao acelerado processo de crescimento econômico, de industrialização e de expansão de diversidade dos meios de comunicação de massa, discutia a necessidade de coletar informações para subsidiar o planejamento de ações voltadas à cultura brasileira.

Em termos amplos, sua proposta se orientava para a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio para abranger questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade. [...] Assim, buscavam-se formas de aproximação com o ponto de

³⁶ Caracterizada pelos produtores de café e também da industrialização que começava a crescer no Brasil. Aliados a isso, ainda temos os famosos Barões do Mate no Paraná, grandes latifundiários no Sul, bem como o movimento Paranista destacava os nomes de grandes políticos do Estado.

³⁷ O Conselho Nacional de Referência Cultural se transforma na Fundação Nacional Pró-Memória – FNpM - em 1980.

vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também o destino de sua própria cultura (FLORÊNCIO, 2014, p. 7).

As propostas do CNRC não atuaram de forma direta na área da educação, e a educação patrimonial não teve o destaque necessário, mas representou o início de um diálogo mais efetivo entre processos educacionais e a preservação patrimonial, principalmente com o trabalho realizado pelo Projeto Interação³⁸, entre 1982 e 1986, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura.

Nas Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC, em sua linha programática denominada “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no País”, buscava-se desenvolver uma série de ações que proporcionassem meios de a comunidade participar do processo educacional, de modo que a aprendizagem dos conteúdos culturais se fizesse a partir dos valores da comunidade. Dessa forma, entende-se que o processo educacional “é mais amplo do que a escolarização; que a escola não é o único agente do processo educacional e que as manifestações culturais compreendem todo o universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade” (BRANDÃO, 1996, p.293-294).

Este projeto discutiu, no Brasil, pela primeira vez a produção de alternativas pedagógicas, métodos e materiais didáticos com conteúdos pautados nas referências culturais. Ele reconheceu as manifestações e diferenças culturais, defendeu uma metodologia participativa e de acompanhamento técnico das experiências educacionais desenvolvidas, e propôs um trabalho em conjunto com secretarias municipais, estaduais e universidades, além de associações e grupos amadores de teatro, música, entre outros. O projeto propunha a utilização das artes, dos monumentos e locais históricos, dos museus, das praças e dos locais de manifestações culturais populares como instrumentos potencializadores da aprendizagem.

[...] para a escola “freiriana” de educação, um dos pontos fundamentais nessas discussões é o conceito antropológico de cultura. Em suas experiências, Freire observou que este tema é indispensável em qualquer contexto. O argumento é de que, ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela. A cultura material torna-se elemento do processo de “alfabetização cultural” empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e populares (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.82).

³⁸ O Projeto Interação, contou com a participação de órgãos vinculados à cultura – EMBRAFILME, FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN, Instituto Nacional do Livro – INL e Fundação Nacional Pró-Memória.

O Projeto Interação não teve continuidade depois de 1986, em função das próprias mudanças no cenário político e também no IPHAN, mas foi um exemplo vivo e forte de participação e emancipação cultural das comunidades que até o momento estavam isoladas no processo da produção cultural nacional. Esse projeto foi um precursor dos atuais modelos de gestão pública cultural envolvendo a sociedade civil e o Estado, e apresentou de maneira forte sua marca nas discussões que antecederam a Constituição de 1988, quando somente as edificações tombadas eram consideradas patrimônios históricos. Foi precursor das novas conceituações e alargamento das categorias relativas a tangibilidade e intangibilidade. Contudo, a expressão Educação Patrimonial não era usada e nem referendada, mas sim o conceito de Educação Cultural voltada para todos.

Concomitantemente ao projeto Interação, ocorreu no Museu Imperial de Petrópolis – RJ, em 1983, o Primeiro Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, que introduziu no Brasil a expressão Educação Patrimonial, baseada na metodologia e na experiência em museus trazidas da Inglaterra “*heritage education*”. Buscava-se o uso de monumentos e construções históricas para finalidades educacionais. Em 1999, foi lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, definido pelas autoras (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) como uma proposta metodológica para desenvolver ações educacionais pautadas na apropriação dos bens culturais (museus, monumentos e fenômenos culturais).

A Educação Patrimonial é definida como um

[...] processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual [...] levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6).

Para que os bens sejam preservados e se caracterizem como patrimônio pela comunidade, existe a necessidade de conhecimento e apropriação, uma vez que são esses os meios necessários no entendimento de preservação sustentável, que constrói e fortalece sentimentos de cidadania, participação consciente e identidade. As autoras defendem a ideia de que a Educação Patrimonial é um mecanismo de “alfabetização cultural”, em que cada indivíduo reconhece o seu meio e valoriza o mundo que o rodeia, compreendendo a trajetória sociocultural do local que o abriga. Tudo isso valoriza a cultura e reforça a autoestima de pertencimento a um grupo social.

As autoras afirmam que a metodologia da Educação Patrimonial, pode levar os professores a utilizarem qualquer tipo de objeto em sala de aula ou no seu habitat natural, como peças e instrumentos importantes no desenvolvimento do currículo e não só ilustrando a aula. Um objeto pode trazer evidências culturais, apresentando assim uma multiplicidade de aspectos e significados. Por meio de etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação o professor deve delimitar os objetivos das atividades e do que será investigado, que pode variar de um objeto, lenda, manifestação cultural ou uma cidade (estudo urbanístico, arquitetônico, social, econômico).

Segundo o Guia de Educação Patrimonial, definido o aspecto a ser estudado, a ação se desenvolverá a partir de quatro etapas metodológicas progressivas, conforme apontado no Quadro 8.

Quadro 8– Etapas metodológicas da Educação Patrimonial

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) Observação	Exercícios de percepção visual/ sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive	- identificação do objeto/função/ significado; - desenvolvimento da percepção visual e simbólica
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografia, maquetes, mapas e plantas baixas	- fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; - desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipótese, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais e entrevistas	- desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, textos, filme e vídeo.	- envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Guia Básico de Educação Patrimonial (1999).

Na utilização da metodologia, o professor, coordenador ou o monitor de oficinas deve ter claro seus objetivos, decisão das habilidades, conceitos e conhecimentos que os alunos devem adquirir para que o trabalho se insira no currículo escolar, levando a uma discussão pedagógica e gerando um produto final tangível. O Guia apresenta ainda as diferentes categorias e conceitos que podem ser exploradas pela metodologia, como: Objeto (uma descoberta), Monumento (explorando o meio ambiente histórico), Centros Históricos (descobrimos a vida no passado no presente), Sítios Arqueológicos

(escavando o presente para encontrar o passado). Ressalta também a importância do enfoque interdisciplinar e multidisciplinar, inclusive apontando as diferentes disciplinas envolvidas e os conteúdos a serem trabalhados na matemática, ciências, tecnologia, arte, geografia e história. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

A metodologia da Educação Patrimonial proposta não se restringe somente a bens materiais, como também aos imateriais que até esse momento não eram estudados e nem discutidos junto ao IPHAN ou então as Coordenadorias Estaduais. O público alvo sem dúvida são os professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem na educação escolar. Por outro lado, muitas ações realizadas apontaram experiências ocorridas em comunidades e fora do âmbito dos museus ou então dos monumentos consagrados pelo tombamento.

A publicação do Guia de Educação Patrimonial foi importante e pioneira na área e seu conteúdo pautou a formatação teórica e prática de muitos cursos de capacitação para professores e técnicos das superintendências do IPHAN³⁹. Em 2007, o IPHAN publicou o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, com o objetivo de mostrar diferentes atividades que poderiam ser desenvolvidas com diferentes públicos, para provocar ações positivas no processo de preservação. O Manual, afirma Grunberg (2007, p.4):

[...] busca desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc. ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares, etc.

Pode-se identificar neste manual um avanço prático nas questões da Educação Patrimonial a partir da afirmação de que a mesma se configura em um sistema constante de trabalho educativo onde o centro é o Patrimônio Cultural com todas as manifestações e expressões que os homens criam ao longo de sua trajetória histórica e que se acumulam com de outras gerações. “Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá sua contribuição preservando ou esquecendo essa herança” (GRUNBERG, 2007, p. 5).

³⁹ Na sua estrutura organizacional o IPHAN, comporta 27 Superintendências Estaduais, responsáveis pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do Instituto, em âmbito estadual e, supervisão técnica e administrativa dos 31 Escritórios Técnicos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/708/>. Acesso em: 16 out. 2015.

Tanto o guia como o manual foram publicações pioneiras, seja na metodologia proposta, como nas atividades que poderiam ser realizadas a partir de um inventário efetuado junto ao local de estudo. Foi uma tentativa bem-sucedida de sistematizar ações possíveis de serem realizadas frente a diversidades culturais do Brasil. De início foi concentrada na materialidade, avançando pouco a pouco para questões imateriais da cultura, buscando a diversidade presente na pluralidade das diferentes comunidades. Esta metodologia na época, não chegou a todas as escolas e também o IPHAN não teve a preocupação de articulação com o Ministério da Educação e com as diferentes Secretarias Estaduais e/ou Municipais.

Apesar desse material ter sido muito criticado posteriormente, pois possuía afirmações controversas, tal como: a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultura” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.6), foi o início de um processo no Brasil que buscou o conhecimento mais específico de suas realidades patrimoniais, por meio dos inventários feitos pela comunidade. Porém, não se pode negar que muitos dos patrimônios elencados representavam determinados momentos políticos e religiosos, como a escolha de Igrejas, Palácios, Casas dos Bispos, Prefeituras, deixando de lado as construções civis mais simples, como a casa do pescador, o terreiro de umbanda, a capela de uma colônia. Mas foi um início que demandou novas e contínuas ações.

De um lado, as discussões e as análises contribuem para o avanço teórico e epistemológico da Educação Patrimonial, quando questionam algumas afirmações e postulados do Guia e Manual, principalmente os que afirmam que os mesmos eram voltados para roteiro de atividades a serem desenvolvidas não apresentando possibilidades de discussão sobre o patrimônio e a educação. Também se questiona que se forjou um termo, quando na realidade já se realizava atividades voltadas no processo de relação entre patrimônio e sua preservação com a construção de uma identidade nacional e regional por meio da educação.

Segundo Scifione (2012), a Educação Patrimonial, surgiu como um desdobramento no âmbito das práticas educativas que já se realizavam nos museus antes do Seminário de Petrópolis, desde o final do século XIX. Por sua vez Chagas (2006) destaca que estabelecer uma data, uma cidade, um museu e uma,

[...] paternidade ou maternidade, não tem respaldo no cotidiano dos praticantes da assim chamada “educação patrimonial”. O seu vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a

cultura, o patrimônio e a preservação. De outro modo, a expressão em análise constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum autor, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular (SCIFIONE, 2012, p.5).

Deve-se abolir toda e qualquer imaturidade em relação ao patrimônio, museu e a educação, e desenvolver uma análise crítica, que visa criar uma investigação para entender a quem interessa, e em que medida, os estudos relativos à memória, ao patrimônio, à educação e ao museu. O sentido de pertencimento quando se trabalha questões patrimoniais deve avançar além da simples patrimonialização, o que significa simplesmente a institucionalização dos mecanismos muitas vezes jurídicos de proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural tangível e intangível.

Um desafio a ser superado é trabalhar além da poética do patrimônio, para longe de suas articulações políticas e científicas. Tanto o museu como o patrimônio são dispositivos narrativos que contam histórias e fazem a mediação entre diferentes épocas, grupos, pessoas. São pontes, janelas ou portas que servem para a narração e comunicação, servindo, portanto, para nos humanizar (CHAGAS, 2006). Nesta perspectiva a intersecção dos sujeitos (Terceira Idade) desta tese com seu objeto (educação patrimonial), podem contribuir para o surgimento de novas discussões da relação educação e patrimônio, uma vez que os avanços no conceito de Patrimônio exigem tomadas efetivas nas ações educativas, que envolvam um patrimônio material e a descoberta de sua imaterialidade por meio da experiência e narração de histórias vividas pelos idosos no local.

No momento em que se afirma que não se pode praticar a educação fora do campo do patrimônio (dependendo do entendimento de patrimônio), a expressão Educação Patrimonial é redundante, mas se a mesma é utilizada, deve-se buscar constantemente compreender seus usos e significados, bem como buscar relacioná-la com os processos de tombamento e manutenção do bem. Assim, uma das questões de pesquisa se torna clara neste momento, se o prédio já está tombado e isso ocorreu sem a presença da comunidade, deve-se preservá-lo utilizando os mecanismos ou estratégias da narração na Educação Patrimonial.

O idoso, por meio da narração (poética, lírica, dramática, emocional, racional ou saudosista), pode tornar clara a tensão e angústia humana implicada na construção cultural de um patrimônio pessoal (história vivida) e a necessidade de construção de pontes que interliguem o passado vivido a partir do presente sentido. Se por um lado a

ponte (material e espiritual) pode ser entendida como um patrimônio, por outro o patrimônio (material ou imaterial), pode ser entendido e visto como uma ponte entre os tempos, os espaços, os indivíduos, os coletivos, e as culturas diferentes. Ao se entender o patrimônio como ponte, deve-se dilatar nossa noção de patrimônio (CHAGAS, 2006).

Esta mudança de conceituação parece lógica, num contexto de crescimento acelerado e, muitas vezes, mal equacionado pelas administrações públicas que fazem dos centros urbanos grandes aglomerados humanos, atingindo um grau alto de destruição de todas as marcas deixadas pelos seus antecedentes. Perdem-se com isso grandes referenciais, tanto do ponto de vista documental (todo e qualquer registro deixado pelo homem), como do ponto de vista ambiental (destruição dos elementos básicos para a vida). É a tentativa de proteger esses vestígios ameaçados que fez com que se alargassem as noções de patrimônio. Isso tudo, a partir do momento que se consideram como patrimônio, todas as manifestações culturais.

2.2.3 Princípios e Diretrizes Conceituais da Educação Patrimonial a partir de Políticas Públicas

2.2.3.1 Cartas Patrimoniais

As Cartas Patrimoniais se caracterizam em compromissos assumidos por países/ estados/cidades e instituições, sobre as recomendações e “cartas conclusivas das reuniões relativas à proteção do patrimônio cultural, ocorridas em diversas épocas e partes do mundo” (CURY, 2000, p. 10). Em diversas cartas, recomendações, compromissos ou normas a preocupação com a educação é presente.

A seguir, apresenta-se o Quadro 9, com as principais Cartas, seguidas das resoluções na área da educação.

Quadro 9 – Cartas Patrimoniais e resultados

Ano	Carta
1931	Carta de Atenas – não danificar
1956	Conferência Geral da UNESCO – educação do público
1962	Conferência de Paris – ação educativa dentro e fora da escola
1964	Conferência de Paris – cidadãos, respeito pelos patrimônios - turismo
1968	Conferência Geral de Paris – Programas educativos – envolvendo toda comunidade
1970	Compromisso de Brasília – Universidades – trabalhos acadêmicos
1996	Carta Internacional do Icomos, Sofia – pela primeira vez aparece o termo Educação Patrimonial
1997	Carta de Fortaleza – Programa Nacional de Educação Patrimonial
1999	Decisão 460, Colômbia - Leis preservação e Programas Educativos

Fonte: Organizado pela autora (2016)

Na primeira reunião realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Grécia em 1931, a Carta de Atenas ressalta o papel da educação e respeito aos monumentos, como uma preocupação de que os educadores deveriam habituar a infância e juventude a não danificar os monumentos.

Na Conferência Geral da UNESCO – em 1956, em Nova Delhi, se destaca a necessidade de educação do público, onde os países se comprometiam a elaborar ações educativas para desenvolver nos estudantes, respeito e estima ao passado, principalmente na disciplina de história.

Em 1962, na Conferência de Paris, reportam-se a ação educativa dentro e fora da escola, onde os professores receberiam preparação especial, facilitando a tarefa dos museus. A imprensa e associações privadas seriam responsáveis pela educação do público, sendo que o Estado deveria inclusive prestar ajuda material.

Em 1964, em outra Conferência em Paris, a ação educativa é novamente referendada como uma colaboração internacional de desenvolver nos cidadãos interesse e respeito pelos patrimônios das nações. Essa preocupação do período tem muito a ver com o desenvolvimento da atividade turística e no mal-uso que se faziam dos monumentos considerados atrativos, como por exemplo As Pirâmides do Egito, Sinos de Borobudur, Cidade de Petra, entre outros.

Na Conferência Geral de Paris, em 1968, ampliam-se as ações voltadas para Programas Educativos, onde os Estados deveriam incentivar o interesse pela valorização, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, por meio de revistas especializadas, artigos em jornais, programas de rádio, estabelecimentos de ensino e associações. A preocupação era, com o perigo que a construção de novas obras ou ampliações de espaços públicos pudesse causar ao monumento. No Compromisso de Brasília em 1970, destacou-se o papel das Universidades em proporcionar o entrosamento com bibliotecas, arquivos públicos nacionais, estaduais e municipais e que a mesma deveria incentivar a elaboração de trabalhos acadêmicos.

Em 1996, na Carta internacional do ICOMOS em Sofia, 1996, se fala em educação para a comunidade, em equipes de pesquisa, treinamento e educação patrimonial. E, por fim no documento do Mercosul, em reunião ocorrida em Mar del Plata, o termo patrimônio intangível é referenciado com evidência, sugerindo-se um modelo de cartilha para ser aplicada no sistema de educação formal e informal.

Este é um resumo das diretrizes educacionais propostas nas Cartas Patrimoniais e que devem balizar as ações educativas nos três níveis, pois a Carta de

Fortaleza, de 1997, prevê que seja desenvolvido um Programa Nacional de Educação Patrimonial de forma a equalizar as ações. E a Decisão 460, de 1999, da Colômbia, propõe que os países, estados e municípios elaborem leis de preservação e desenvolvam programas educativos de estímulo e respeito ao patrimônio cultural.

A Decisão 460, referenda as ações em diversos municípios do Brasil e, aqui destaca-se a implantação pela UEPG do Curso de Especialização em Educação Patrimonial, tendo como diretriz norteadora que a produção do saber por alunos, tendo a Memória Local como objeto de estudo, pode ser uma experiência potencializadora para o currículo escolar.⁴⁰

Apesar de tantas ações propostas e preocupações com a educação, ainda são comuns, por parte do cidadão não sentir nenhum apego ou relação afetiva pelo prédio como referencial de cultura, memória e história. Já aqueles que referenciam, pautam essa referência na beleza da arquitetura externa e na riqueza dos detalhes internos.

2.2.3.2 Conceituação - Marcos Legais e Ações

As ações voltadas à Educação Patrimonial de 1981 a 1996 (citadas no Quadro 1) concentraram-se em duas grandes frentes, o Projeto Interação e a Introdução da “metodologia” da Educação Patrimonial. Apesar do IPHAN ter apoiado a metodologia com algumas oficinas realizadas, e ter publicado o Guia, não existia no Instituto nenhuma diretriz efetiva voltada à educação que propiciasse a apropriação dos bens pela comunidade e assim criassem vínculos de valorização e preservação.

É importante diferenciar ações educativas das ações de capacitação e divulgação. Ações de capacitação são voltadas à formação de grupos específicos para a preservação, no caso, mão de obra para restauro e conservação. Por sua vez, ações de divulgação se destinam a disseminar as diretrizes da política da preservação e atuação do IPHAN, relação de bens tombados, entre outros. As ações de formação continuada têm componentes da Educação Patrimonial, por sua vez as ações educativas tem componentes de divulgação. Mas, as ações educativas devem ter uma diretriz específica para que o sujeito se aproprie e preserve os bens culturais (OLIVEIRA, 2011).

A mistura dessas ações era uma característica no IPHAN, que se preocupava muito mais em divulgação e promoção, relegando à educativa a realização de

⁴⁰ Projeto de Curso de Especialização em Educação Patrimonial, 1998. UEPG/DEMET.

palestras e publicação de cartilhas, que nem sempre provocam efeitos significativos. Os objetivos da Educação Patrimonial devem pautar-se em conhecimento dos valores dos bens patrimoniais (significado para a comunidade), compreensão dos direitos e deveres dos órgãos públicos, organizações civis e sujeitos sobre preservação, envolvimento da comunidade com seus bens e com a diversidade cultural, construção de relações de parceria e disseminação sobre a relação entre tradição, cultura, modernidade e evolução dos bens materiais e imateriais.

A disseminação do conhecimento específico sobre a proteção daquilo que se elege como importante para as referências culturais deve evoluir constantemente daquilo que era chamado de Educação Patrimonial Tradicional – a memória e a identidade construída a partir dos bens da elite e estatais para Educação Patrimonial Emancipadora – para memória e o alargamento das diferenças sociais, culturais e afetivas, nos diferentes contextos e períodos históricos. A linearidade e o historicismo devem ser combatidos para avançarmos na explicação e compreensão da conexão dos acontecimentos e mostrar por meio da constituição e permanência dos bens culturais como as coisas são e como podemos entender a prática das ações do homem, como prática transformadora das relações sociais vigentes (NOBRE, 2011).

Com a evolução do termo e ampliação das concepções de Patrimônio e Cultura, em 2004, foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC). É a primeira instância da área central do IPHAN voltada exclusivamente para a Educação Patrimonial. A referida gerência por muito tempo ficou limitada de recursos humanos e sempre carente de sustentação dentro do Instituto, mas mesmo assim teve como mérito iniciar as discussões acerca de uma Política Nacional de Educação Patrimonial. Em 2009, em uma nova reestruturação do IPHAN, a GEDUC foi transformada em CEDUC, ligada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF).

As ações educacionais voltadas à preservação do patrimônio multiplicaram-se nos últimos anos. Após a consolidação do termo Educação Patrimonial (implantado no Brasil em 1983), muitas ações, projetos, práticas e objetivos pedagógicos foram realizados⁴¹. Entretanto, sempre faltava uma orientação programática clara e definida em instâncias superiores, assim aconteciam ações pontuais de promoção, propostas educativas, projetos e encontros, cartilhas e/ou materiais de apoio, cadernos temáticos ou então publicações oriundas de realizações de oficinas que se

⁴¹ Destaque para o único curso de Especialização em Educação Patrimonial no Paraná, ofertado pelo Departamento de Método e Técnicas da UEPG.

misturavam às práticas significativas onde essas produções não podem se constituir em um fim em si mesmo, mas devem compor partes dos processos educativos.

Após várias discussões entre a academia e a CEDUC, aprofundamentos teóricos e análise de práticas já desenvolvidas, hoje se defende que a Educação Patrimonial

Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO, 2014, p. 19).

Identifica-se atualmente nas escolas e nas práticas educativas voltadas ao patrimônio cultural uma dilatação dos espaços patrimoniais. Não só museus ou edificações isoladas são estudadas, mas o espaço como um todo, a cidade como um organismo e documento vivo, que pode ser lida, conhecida, referenciada, interpretada de acordo com diferentes estratégias educacionais. Aqui novamente destaca-se o papel do idoso como um interlocutor entre passado e presente no sentido de narrar histórias que ajudem a compreensão dos espaços como pertencimento e construção da identidade. A política de educação patrimonial do IPHAN está estruturada em três eixos de atuação, conforme o Quadro 10.

Quadro 10 – Estruturação da Política Patrimonial do IPHAN

Eixos	Estratégias
1- Inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal	Criação, em parceria com o Ministério da Educação, do Programa de Extensão Universitária – ProExt e do Programa Mais Educação.
2- Gestão compartilhada das ações educativas	Projeto Pedagógico e de Educação Patrimonial – Casas do Patrimônio – fomento à criação de Redes
3- Instituição de Marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial	Política Nacional de Educação Patrimonial, onde estão registrados os seguintes documentos: Carta de Nova Olinda (2009), I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural (2009) e Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial. (FLORÊNCIO, 2014) ⁴²

Fonte: Organizado pela autora (2016)

Dos três eixos, importante destacar os dois primeiros eixos, que tratam de ações específicas na área da Educação Patrimonial e que estão sendo levadas aos

⁴² Esses documentos podem ser acessados em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>

municípios brasileiros – que têm patrimônios geridos pelo IPHAN –, o que em parte limita a ação da disseminação. E a mesma deve ser feita em todas as comunidades que de uma forma direta preservou seus patrimônios, entra no campo de discussão as ações que devem ser desenvolvidas também pelos municípios.

O primeiro eixo referencia que a reflexão sobre a preservação patrimonial deve ser levada ao Ensino Formal. Duas estratégias foram implementadas pelo IPHAN em parceria com o Ministério da Educação: Programa de Extensão Universitária – ProExt⁴³, uma tentativa de articulação e aproximação com o Ensino Superior, com o objetivo de apoiar as Universidades Públicas no fomento de programas ou projetos extensionistas versando sobre a inclusão social e criação de políticas públicas voltadas a este fim, de forma a contribuir com a construção e/ou manutenção da cidadania, por meio das experiências e saberes comunitários, na região de influência da Instituição de Ensino Superior.

Para tanto foi criada a Linha Temática “Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro”, visando estimular a participação e envolvimento dos agentes na preservação e divulgação da importância patrimonial. Apesar de se caracterizar como uma ação promissora no campo da política pública voltada a educação patrimonial, dificuldades aconteceram na continuidade dos projetos universitários em função do atraso das verbas e o programa por meio de seleção não atender todas as IES.

Na educação básica, foi criado o Programa Mais Educação⁴⁴, com o objetivo de ampliar a jornada escolar reorganizando o currículo, (Educação Integral). O compartilhamento entre os profissionais da educação e as famílias busca a construção de políticas para a diminuição das desigualdades sociais e educacionais. A parceria entre IPHAN e MEC iniciou em 2011, quando foram propostas atividades específicas de educação patrimonial, levando em consideração a ampliação e diversidade dos espaços educativos. Assim, foram mapeadas as referências culturais por meio de um inventário pedagógico da localidade.

⁴³ Programa de Extensão Universitária – ProExt, criado pelo Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008. Coordenado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC.

⁴⁴ O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. As atividades fomentadas são organizadas em macrocampos que envolvem temas associados às políticas federais desenvolvidas pelos ministérios parceiros, como: da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia, do Esporte, do Meio Ambiente e a Controladoria Geral da União. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Experiências que apresentaram resultado positivo na Região dos Campos Gerais - PR, ocorreram no município da Lapa, cujas práticas contribuíram para a instalação no Município da Casa do Patrimônio. Ponta Grossa foi beneficiada com o Programa somente no ano de 2013 e 2015 no Colégio Senador Correia⁴⁵.

Na Colégio Estadual Senador Correia o trabalho foi desenvolvido por duas professoras e ofertado para alunos de 6º e 7º anos do período vespertino em contraturno pela manhã. Foram trabalhados na área de História a questão da Educação Patrimonial, com temas relativos ao patrimônio material e imaterial⁴⁶, a partir do mundo, Brasil até nosso Estado e Município, de forma teórica e lúdica. Porém, as professoras destacam que encontraram muitos entraves, desde a falta de comprometimento da família, alunos desinteressados e com baixa frequência, instalações inadequadas e corte de recursos. Assim, os objetivos propostos não foram totalmente atingidos.⁴⁷ Essa falta de interesse e comprometimento até pode ser justificada pela ausência de representação dos patrimônios no imaginário social, uma vez que outras necessidades de ocupação espacial se tornam mais importantes, como: construção de uma loja, de um shopping, sustentadas pelo modo de produção capitalista – uso racional e imediato do solo para atender as necessidades materiais presentes e não as históricas. A cidade é vista como uma mercadoria que deve atender imediatamente as necessidades de consumo e não de preservação. Apesar de tudo, essas iniciativas devem continuar.

No início de 2016, a Coordenação da Educação Patrimonial do IPHAN no Paraná, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação passou a desenvolver em alguns municípios, as Oficinas de Inventários Participativos⁴⁸, com o objetivo de divulgar junto aos professores um material elaborado pelo CEDUC/IPHAN e a equipe do Mais Educação/MEC⁴⁹, para o desenvolvimento de inventários pedagógicos, que possibilita o aluno olhar para os espaços da vida cotidiana, tomando-os como espaços educativos.

Todo o espaço que possibilite e estimule, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que

⁴⁵ Informações prestadas pela Coordenação de Educação Patrimonial da Superintendência do IPHAN no Paraná.

⁴⁶ Monumentos, prédios históricos, lendas: de Vila Velha, lagoa Dourada, Cataratas do Iguaçu, Araucárias, Gralha Azul, Erva Mate, bem como lendas urbanas, rurais de do próprio colégio.

⁴⁷ Depoimento da Professora Lisete Coelho em 20 de setembro de 2016.

⁴⁸ Foi lançada a publicação Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação, 2016.

⁴⁹ Informações em <https://iphanparana.wordpress.com/category/noticias/educacao-patrimonial/>.

um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação dos seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra [...] o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. E o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (engenheiros, arquitetos...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (FARIA, 2010, p.25).

A escola junto com seus agentes pode transformar o espaço numa referência e propor diferentes reflexões sobre o que um determinado patrimônio representa, representou ou poderá vir a representar. A ocupação do espaço depende das estratégias desenvolvidas pelos professores para que o mesmo seja um encontro e um desencontro, carregado de temporalidades e narrativas, como afirmava Benjamin (1987, p.73), “saber orientar-se numa cidade, não significa muito. No entanto perder-se numa cidade como alguém se perde numa floresta, requer instrução”.

O segundo eixo, Gestão compartilhada das ações educativas tem por objetivo fomentar a Rede das Casas de Patrimônio, privilegiando ações descentralizadas das políticas públicas e buscando uma construção coletiva da noção de Patrimônio e sua apropriação.

As Casas do Patrimônio constituem-se em um Projeto Pedagógico e de Educação Patrimonial. O fundamento da criação das casas pautou-se em ampliar as relações do IPHAN com a sociedade e os poderes públicos estaduais e municipais. Uma vez que o Instituto tem 27 superintendências, as mesmas contribuem na instalação das casas e fazem os primeiros contatos para a construção coletiva de uma nova postura institucional. Atualmente essas casas são instaladas nos municípios que possuem bem tombado em nível federal, porém nada impede que outros solicitem essa parceria, e também trabalhem esse propósito. A partir do momento em que ocorre a instalação e as parcerias são firmadas (universidades, institutos superiores, ONGS, secretarias municipais), o IPHAN passa somente a ser um parceiro, uma vez que este projeto prevê uma independência em relação aos órgãos públicos. Porém, elas devem atuar em consonância com outras políticas públicas, principalmente as promovidas pelo Ministério da Educação, Cultura, Cidades, Justiça, Turismo e Meio-Ambiente.

Não se trata de uma estrutura física, (pode até ser num salão comunitário ou num bem tombado, como por exemplo na Lapa que funciona da Casa Lacerda), pois elas se constituem em espaços de diálogos sobre Patrimônio Cultural a partir da Educação Patrimonial. Não existem programas de atividades ou de estrutura

padronizado, pois cada casa deverá adaptar seus diálogos, projetos e propostas de acordo com suas especificidades, necessidades e, também, equipamentos.

Entre os objetivos das Casas de Patrimônio pode-se destacar: articular as representações do IPHAN, com as instituições civis; promover oficinas para agentes culturais (professores, estudantes, guias, comunidade interessada), centradas na interface Patrimônio e Educação; garantir práticas educativas multi/transdisciplinares, com abordagens transversais de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs; valorizar ações educativas que promovam a interface entre as diferentes áreas e dimensões do Patrimônio Cultural e em especial, garantir um espaço de trocas de experiências que destaque a Educação Patrimonial (FLORENCIO, 2014).

Na realidade a implantação dessas casas é uma tentativa do IPHAN se aproximar das comunidades detentoras de bens tombados, até porque, sua relação com a comunidade, sempre foram relações tensas. Um pequeno grupo define o que é patrimônio, realiza os procedimentos legais para o tombamento e apresenta para a comunidade, sem sequer saber do interesse da mesma na preservação. Isso pode ser apontado também em nível de legislação estadual e municipal. Os técnicos definem o que é importante ser preservado, fazem os estudos arquitetônicos e históricos necessários, mandam para aprovação ou não de um Conselho, que via de regra deveria ser representativo da comunidade (mas sabe-se que nem sempre isso ocorre), procedem o tombamento e determinam as regras de utilização sem que a população tenha ao menos conhecido o processo.

Além de uma aproximação, também é uma iniciativa de pensar as ações educativas de valorização e preservação do Patrimônio como ações institucionais. O que se pode identificar, a partir das análises da trajetória da Educação Patrimonial nos órgãos públicos, é um distanciamento, onde nem sempre os técnicos percebem que não são folhetos informativos, cartilhas, palestras, subsídios necessários para que se efetive a verdadeira relação afetiva e cognitiva da comunidade com o seu bem cultural. São questões a serem discutidas no quarto capítulo desta tese.

Se o conceito de patrimônio cultural adotado nesta tese aponta a questões de valores, a Educação Patrimonial é uma ação educativa que deve instigar e envolver a comunidade, em duplo aspecto, seja ela colaborando com a disseminação da importância cultural ou seja ela usufruindo dessa mesma importância, ressaltando os valores afetivos e cognitivos. Até aqui destacaram-se as ações do IPHAN, porém se

faz necessário também conhecer as do Estado do Paraná e as do Município de Ponta Grossa.

No Paraná, a Educação Patrimonial é desenvolvida pela Superintendência do IPHAN no Estado, a partir dos princípios e macroprocessos institucionais, definidos pelo CEDUC, citados anteriormente.

Com relação as ações educacionais da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná órgão pertencente a Secretaria do Estado da Cultura, destacam-se intervenções nas escolas e no Centro Juvenil de Artes Plástica (trabalho desenvolvido por uma pedagoga). Os técnicos realizam palestras, oficinas, cursos, atendem pesquisadores e montagem de exposições. Isso demonstra a maneira como a Educação patrimonial é vista pelo Estado, ainda de maneira incipiente sem articulação com os demais setores da sociedade e do próprio governo estadual. Ressalta-se aqui, o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Cultura nos anos de 1993 e 2003, quando foi realizado o inventário dos lugares e práticas culturais do Estado.

Em Ponta Grossa, a UEPG vem desenvolvendo ações efetivas na área, seja por meio de pesquisas de acadêmicos em TCCs, monografias, dissertações⁵⁰ e grupos de pesquisa. Merece destaque o Grupo de Pesquisa na área da Geografia intitulado “Geografia e História: memória social e patrimônio cultural”, que apesar de trabalhar com questões relativas ao patrimônio cultural, lugares da memória, memória individual, memória dos distraídos e memória dos trabalhadores, não desenvolve pesquisa na área de Educação Patrimonial, isso em função de que um dos objetivos do grupo é a necessidade de pesquisa histórica contínua sobre os espaços patrimoniais e depois organizar o mesmo para a Educação.⁵¹

A primeira iniciativa em Ponta Grossa, em relação a estudos sobre a Educação Patrimonial, foi uma ação da UEPG, Departamento de História (DEHIS), Departamento de Métodos (DEMET) e Coordenadoria de Integração e Capacitação de Profissionais de Ensino da Rede Pública (CICAPE), com a criação do “Curso de Extensão em Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o Ensino de 1º Grau”, realizada de 01 de agosto de 1997 a 20 de dezembro de 1997,

⁵⁰ Ainda não está registrado na UEPG, teses relativas especificamente à temática da Educação Patrimonial. Teses em outras instituições foram defendidas, ressalta-se aqui a tese Lugares de Memória no Estado do Paraná da professora aposentada Teresa Jussara Luporini, no Programa de Pós-Graduação da UNICAMP.

⁵¹ Dados coletados com o Coordenador do Grupo Professor Leonel Brizola Monastirsky do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG.

com carga horária de 180 horas, divididas em teórica e prática. As disciplinas que compuseram o referido curso foram: - Patrimônio Cultural - Patrimônio Ambiental - Patrimônio Documental - Patrimônio Edificado - Patrimônio Museológico.

A partir dos conteúdos teóricos apresentados em sala de aula, o curso propiciou coleta de dados através de estudos do meio, pesquisas de campo e viagens técnicas à diferentes realidades patrimoniais da cidade e da região dos Campos Gerais, atingindo os objetivos propostos.

A avaliação dos dezoito participantes foi positiva, sendo que solicitaram a continuidade dos estudos a partir de um Curso de Especialização na mesma área de Educação Patrimonial. Nesse sentido, em 1998 foi encaminhado para aprovação o Projeto para criação do Curso de Especialização em Educação Patrimonial, com carga horária de 375 horas aulas, com a seguinte estrutura curricular: Políticas Públicas: Cultura, Patrimônio e Educação; Movimentos Sociais, Cidadania e Patrimônio; História da Cultura Brasileira; Patrimônio Documental e Museológico; Patrimônio Histórico e Ambiental; Realidades Patrimoniais da Região e Educação Patrimonial. Os objetivos do curso foram: 1) colaborar para a formação de recursos humanos para atuar na perspectiva da educação patrimonial, valorizando as diferentes dimensões do Patrimônio Cultural local, regional e nacional. 2) contribuir para o desenvolvimento da consciência preservacionista enquanto referencial da identidade cultural e a construção da cidadania. 3) analisar as realidades patrimoniais em diferentes espaços geográficos e sua aplicabilidade no Ensino Fundamental e Médio.

Esse curso teve início em 1998 com 4 edições, 5 turmas de 45 alunos, qualificando um total de 225 estudantes, que variavam entre professores de história, geografia, letras e turismo. Além disso atingiu Professores do Ensino Fundamental e Médio, engenheiros, advogados, arquitetos, funcionários públicos, e egressos dos cursos superiores. Foi uma iniciativa pioneira na cidade, que colaborou em repassar e discutir questões teórico-metodológicas, aliadas a questão prática, de forma crítica, privilegiando o cenário escolar, mas não se restringindo a ele. Foram produzidos um total de monografias em diversas temáticas, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1– Monografias Especialização em Educação Patrimonial

Temáticas	Quantidade
Aldeamentos e afins	2
Bairros/Praças/Ruas	12
Direito/Arquivos	5
Educação/Escolas/Biblioteca	11
Folclore/Tradição/Mentalidades	6
História de Vida	1
Imigração	7
Patrimônio Cidades e Comércio	7
Patrimônio Natural	7
Política e Militares	3
Rádio/Cinema/Jornal	6
Religiosidade/Igrejas	15
Saúde/Medicina/Hospitais	6
Total	88

Fonte: Acervo Proesp. Organizado pela autora (2016)⁵²

O curso se respaldou em diversos teóricos, como Pierre Nora (1993), quando apresenta e analisa os conceitos de Lugares da Memória, apontando que a questão da identidade dos diferenciados grupos humanos está articulada aos locais onde se cristaliza e se refugia a memória, bem como na afirmação de Fernandes (1993) e Oriá (1997), que destacam que a Educação Patrimonial compreende desde a inclusão de conteúdos programáticos nos currículos escolares de todos os níveis de ensino até o acesso a cursos de extensão e divulgação para professores e comunidade. Por sua vez o embasamento em Manique e Proença (1994), apresentava a questão que o amplo conhecimento dos patrimônios culturais que existem nas comunidades, devem partir das novas relações da escola com a mesma, visando a disseminação de redes explicativas e colaborativas sobre o contexto do meio histórico em que convivem.

Como foi comentado anteriormente em 1993 e 2003, o governo do Paraná por meio da Secretaria de Cultura, desenvolveu o Projeto Paraná da Gente, importante iniciativa no sentido de inventariar as realidades patrimoniais materiais e imateriais das comunidades. Na segunda etapa do projeto, que também fez parte das comemorações dos 150 Anos da Emancipação Política no Paraná, as universidades estaduais foram convidadas a discutir a temática, sendo que a UEPG organizou seu Simpósio com a temática: Terra, Cultura e Poder: Expressões do patrimônio na Região dos Campos Gerais, com mesas redondas e publicação de artigos organizados exclusivamente para o momento que versavam sobre educação,

⁵² Dados retirados dos Relatórios do Curso de Especialização em Educação Patrimonial, arquivados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP.

memória, Educação Patrimonial, produção de conhecimento para a Educação Patrimonial, políticas públicas, patrimônio e a relação entre turismo e patrimônio dos municípios da Lapa, Castro, Palmeira e Jaguariaíva

Esta foi uma oportunidade de discutir a relação patrimônio e comunidade tendo como protagonista a Educação Patrimonial, recuperando parte daquilo que Mario de Andrade em 1934, destacou: que o objetivo de quem trabalha com a área patrimonial é não ser limitado em ações individuais, mas sim desenvolvê-lo e propaga-lo para o maior número possível de comunidades, para angariar simpatizantes para a causa, pois sem a participação efetiva de todos a preservação de nosso patrimônio não se efetivará. Ações e mais ações são necessárias, recuperar aquilo que foi perdido ou então criar novas perspectivas de diálogo com o patrimônio. Sob a ótica de história de Walter Benjamin, não se pode e nem se deve transformar a cidade em um grande espaço museológico, mas sim recuperar aspectos do cotidiano histórico por meio da narração dos sujeitos que viveram um período ou então que ainda guardam na memória a história contada por seus pais ou avós.

Nesta linha de disseminação cada vez maior do valor dos bens culturais, a Prefeitura de Ponta Grossa por meio da Secretaria de Turismo em 2002, desenvolveu o Projeto Trocando Figurinhas, que referenciava os diferentes patrimônios da cidade e que chegava até os alunos de forma gratuita⁵³. Esse projeto também representa a aproximação teórica entre Mário de Andrade (importância das imagens na educação) e Walter Benjamin, quando esse afirma, “a obra de Sander é mais que um livro de imagens, é um atlas no qual podemos exercitar-nos” (1994, p.103). Exercitar com os alunos o ato de conhecer por imagens, antes de efetivar o conhecimento no próprio patrimônio.

A partir desses pressupostos, também a Secretaria Municipal de Educação, desenvolveu de 2006 a 2012, o Projeto “Educação Patrimonial: a metodologia do estudo do meio como processo de formação continuada de professores da rede municipal de Ponta Grossa – PR, cujo o objetivo era o conhecimento sobre as realidades patrimoniais local, regional e nacional, destacando tanto os patrimônios naturais quanto os culturais, destacando,

⁵³ Em 2002, o Projeto foi implantado nas escolas municipais de Ponta Grossa e em 2003 nas Escolas Particulares e foram envolvidos neste projeto em torno de 30 mil estudantes. O responsável pela elaboração do mesmo foi o turismólogo Marcelo Chemin.

[...] que a formação continuada de professores tem-se revelado como um dos fatores que agregam qualidade ao processo ensino aprendizagem pois permite que o profissional melhore o seu desempenho ao analisar, em profundidade e de forma coletiva, os fatores intervenientes do seu cotidiano (LUPORINI; BLUM, 2012, p. 17).

Também como uma ação do município, a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, desenvolveu em 2007, um Programa de Qualificação Profissional no Turismo, que entre os inúmeros cursos ofertados, se destaca o de Turismo Local e Regional, em parceria com a Secretaria de Educação.⁵⁴

A construção conceitual e a análise sobre patrimônio dessas ações, pautaram-se em entender o Patrimônio Cultural como toda a ação humana na prática da convivência na sociedade e constatar que a diversidade patrimonial das comunidades podem ser fontes novas e inesgotáveis na elaboração de novas propostas pedagógicas, que está em permanente evolução, foram e são muito estimulantes.

Não há hipótese e nem se questiona se desfazer de tudo o que já foi preservado⁵⁵, mas enxergar esse patrimônio sob novas perspectivas críticas e problematizadoras. Enxergar este patrimônio a partir do olhar de quem em algum momento viveu e conviveu com ele. Os bens tombados nas cidades geralmente são ligados à um determinado grupo social, que não tem a preocupação ou intenção de deixar que as entrelinhas sejam lidas, mas como afirma Benjamin (2010, p.225),

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão de cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

Escovar a história a contrapelo, expressão de um formidável alcance historiográfico e político, significa a recusa em juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre aqueles que jazem por terra (LÖWY, 2005). Essa expressão pode sugerir para a educação patrimonial superar a mera visão celebrativa e não crítica dos patrimônios. Ou seja, ir além do conteúdo

⁵⁴ Foram qualificados em torno de 400 professores da Rede Pública Municipal, produzidas 10 mil cartilhas sobre turismo, mas com destaque para o Patrimônio Cultural local, 400 encartes de orientações de utilização do material, bem como Mapa Turístico e um DVD turístico distribuído para todas as escolas. Este material pode ser conhecido nos seguintes sites: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/fumtur/cartilha>, <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/fumtur/mapa-turistico>, <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/fumtur/video-turistico>

⁵⁵ Mesmo que muitos referenciais preservados representem conjunturas econômicas e políticas, referenciando somente as classes sociais detentoras do poder.

técnico, da arquitetura, da composição de engenharia, das pinturas parietais ou então dos adornos, mas valorizando o sujeito como produtor de cultura.

No capítulo seguinte propõe-se essa dinâmica, a apresentação dos patrimônios, em primeiro lugar com dados que descrevem a história dos prédios e posteriormente com histórias vividas nos espaços hoje considerados patrimônios, mas que na lembrança dos sujeitos eram espaços funcionais. Essa leitura proposta, aproxima o patrimônio dos diferentes jogos dialéticos de ocupação, produção e representação do espaço. O que hoje para nós é patrimônio, até sacralizado como um monumento histórico, para os idosos era o espaço da produção e da experiência de vida do cotidiano.

Para Walter Benjamin, a experiência do sujeito está ligada e também condicionada à um conjunto de representações que partem do individual para o coletivo. Assim, as experiências não se resumem a uma só e estão ligadas a experiência da história e da tradição, quer dizer, somos todos participantes de um processo cultural. Desta maneira, a experiência está intimamente ligada à memória individual e coletiva, que ele aponta como *Erlebnis* e *Erfahrung* e aponta as diferenças entre as mesmas, no processo de rememoração e narração.

CAPÍTULO 3

A CIDADE, SEUS PATRIMÔNIOS, UMA HISTÓRIA

3.1 A EXPRESSÃO DO PATRIMÔNIO PARA A COMUNIDADE LOCAL

Os patrimônios escolhidos para a análise desta pesquisa se basearam em três critérios:

- 1) Fazem parte da lista de bens preservados no Estado do Paraná, desde 1990, com reconhecido valor social, econômico, artístico, paisagístico e turístico;
- 2) Por serem os mais antigos no processo de preservação e também em parte por terem sido estudados em diferentes momentos pela academia, são mais conhecidos pela comunidade;
- 3) São espaços utilizados atualmente pela própria comunidade em exposições artísticas, exposições museais, espaços de eventos, local de ensino e de disseminação cultural, onde identifica-se assim: Edifício Guilherme Naumann (Proex), Antigo Fórum (Museu Campos Gerais), Complexo Ferroviário (as duas estações), Colégio Regente Feijó e a Mansão Vila Hilda.

A partir destes três critérios estabelecidos, buscou-se por meio da realização de duas pesquisas de campo, identificar o grau de conhecimento e apropriação dos espaços, pela comunidade.

Um dos princípios básicos da Educação Patrimonial, é a busca constante da compreensão dos usos e significados do Patrimônio Cultural, assim ela só avança se o cenário apresentado é reconhecido ou não pela comunidade onde estão inseridos. Se é reconhecido, busca-se aprofundar as questões no campo da afeição mais profunda e apropriação para a manutenção dos referenciais. Se não, deve-se ampliar o campo e as práticas múltiplas em relação ao comprometimento de que preservar o que é de todos, é uma tarefa de todos. (FREIRE, 1987).

A primeira pesquisa foi desenvolvida nas ruas da cidade, com a aplicação de 100 questionários,⁵⁶ em diferentes pontos da cidade, com pessoas interpeladas

⁵⁶ O questionário se encontra no Apêndice 1.

aleatoriamente,⁵⁷ em dias e horários diferenciados. Por meio dos gráficos a seguir, é possível conhecer o grau de identificação das pessoas em relação ao “seu” patrimônio e o interesse em conhecer ou não suas histórias.

Não houve a preocupação por parte da pesquisadora em escolher locais, a partir da circulação pela cidade as questões eram colocadas a todos aqueles que se disponham em responder, desde o público universitário, público que frequentam ou circulam pelas praças, comércio e até o público em seu momento de lazer nos períodos das apresentações natalinas no final de 2015 no Parque Ambiental ou então nas apresentações de bandas do Projeto Sexta a Seis que ocorre na plataforma da Estação.

Gráfico 1 – Locais de pesquisa



Fonte: Organizado pela autora (2016)

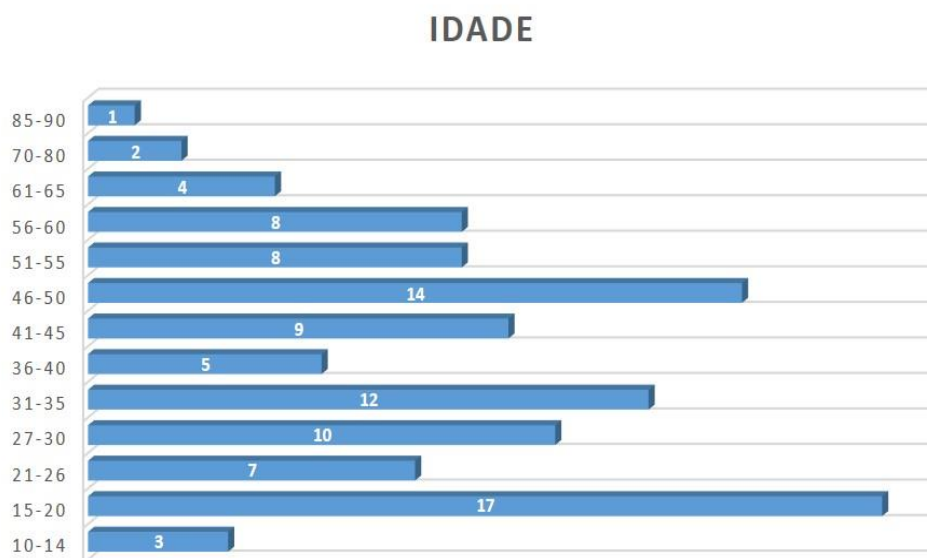
No Gráfico 1 pode ser observado com mais detalhes os locais da pesquisa e pode-se atentar também a facilidade de questionar as pessoas no seu local de entretenimento, como foi o caso do Parque Ambiental, onde 24 pessoas participaram e na Estação São Paulo-Rio Grande⁵⁸ com a participação de 11 pessoas. As pessoas

⁵⁷ Com o objetivo de conhecer o vínculo das mesmas com os locais que se confirmam como Patrimônio Cultural da cidade. A partir de questões básicas como Idade, Escolaridade, Profissão, Local de Residência, buscaram-se respostas positivas ou não em relação ao conceito de Patrimônio, localização e história dos mesmos, bem como a importância da preservação e vontade de conhecer histórias vividas e contadas pelos idosos.

⁵⁸ Também conhecida como Estação Roxo de Rodrigues e passou a ser chamada de Estação Ponta Grossa com a unificação de várias ferrovias com a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA.

que foram interpeladas na rua, em seus locais de trabalho ou de estudo, bem como em trânsito nas praças, demonstraram uma certa resistência para as respostas, o que justifica o menor número por exemplo no Terminal Central.

Gráfico 2 – Faixa etária



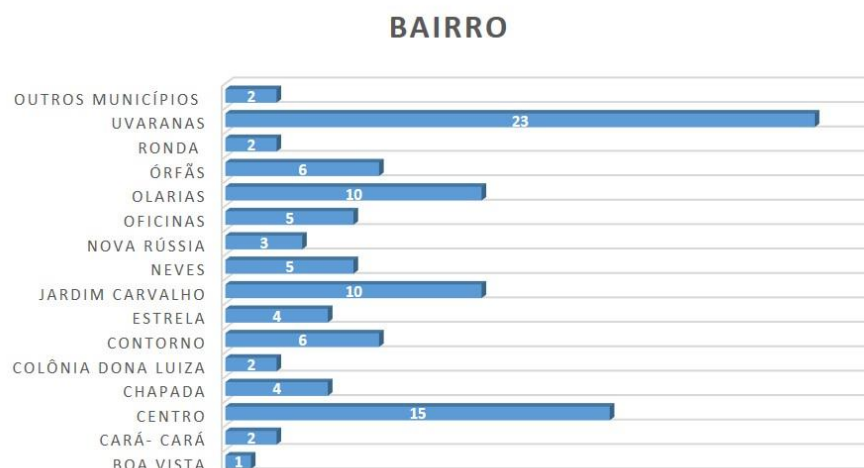
Fonte: Organizado pela autora (2016)

A idade variou entre 10 a 90 anos de idade, conforme apontado no Gráfico 2. Interessante foi identificar que as idades relativas de 46 a 50 anos e de 15-20, apresentam números relativamente altos, em função de que eram pessoas que estavam ou no Parque Ambiental nas comemorações de Natal ou então no projeto musical na Estação Ferroviária.

Um dado importante nesta pesquisa é, que a partir do momento que se percorre o centro da cidade de Ponta Grossa, principalmente em dias e horários diferenciados, se consegue abranger um público de diferentes regiões do município, como pode ser observado no Gráfico 3.

O conhecimento das pessoas e a dimensão alcançada se torna significativa, pois é possível identificar o grau representatividade que os patrimônios (que na sua grande maioria se localizam no centro) possuem. Não é o caso de saber qual a região conhece mais ou não, mas sim de fortalecer a pesquisa como representativa de uma realidade.

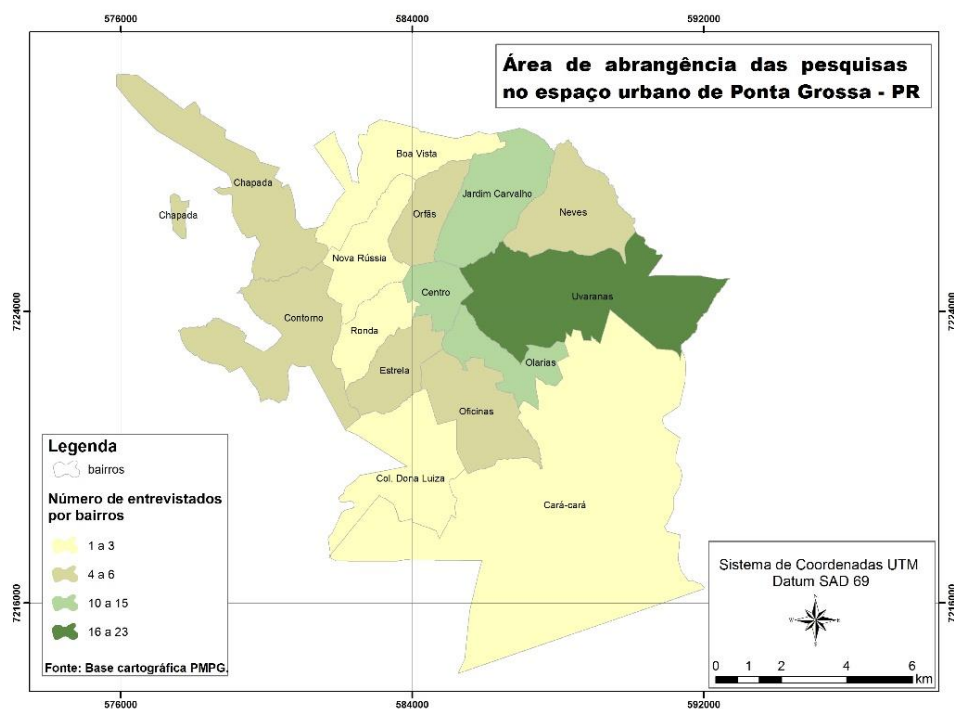
Gráfico 3 – Regiões do município de Ponta Grossa onde se realizaram as entrevistas



Fonte: Organizado pela autora (2016)

Na Figura 2, relativa à espacialização das entrevistas, identifica-se que o público alvo atingiu diferentes setores da cidade, sendo possível conhecer o nível de conhecimento das realidades patrimoniais pelos ponta-grossenses da grande maioria dos bairros, mesmo sendo pesquisa feita por amostragem.

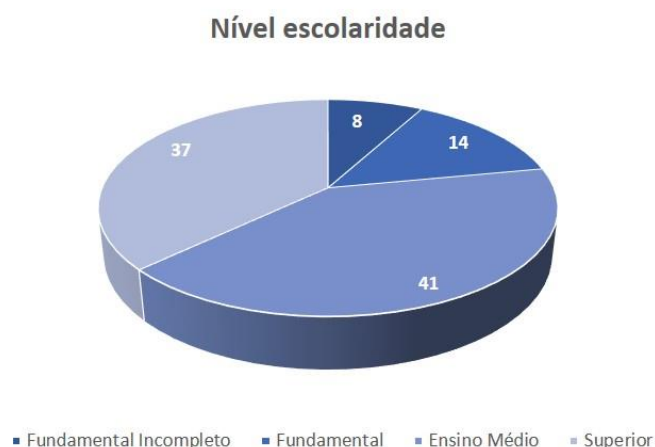
Figura 2 – Área de Abrangência das Pesquisas



Fonte: Organizado por Átila Cristian Santana e Márcia Maria Dropa (2016)

Outra variável levantada, foi a escolaridade (Gráfico 4), que auxiliou as análises feitas sobre o grau de conhecimento relativos às realidades patrimoniais.

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Organizado pela autora (2016)

Depois deste conhecimento preliminar do público alvo da pesquisa, foi questionado sobre o significado do termo Patrimônio Cultural (Gráfico 5). Apesar de que desde a Constituição de 1988, não se utilizar o termo patrimônio histórico e sim o patrimônio cultural, ainda se faz necessário utilizar as duas terminologias, para um melhor entendimento do significado e da relação entre história e cultura. Dos 21 que responderam não, 10 são do Ensino Fundamental, 4 do Ensino Médio e 7 do Ensino Superior. Isso aponta uma questão que deve ser pensada com muito critério na prática educativa, o que é patrimônio? Sem saber o significado, não é possível a compreensão da importância do imóvel tombado como referência cultural

Gráfico 5 – Conhecimento da população sobre os patrimônios



Fonte: Organizado pela autora (2016)

O conhecimento da população sobre os patrimônios existentes (Gráfico 6), apresentou uma aproximação entre um grupo que conhece 6 ou mais, com o grupo que não conhece nenhum. São números muito próximos e que mostram a necessidade de uma maior divulgação das realidades patrimoniais. Afirma-se isso em função de que muitos do primeiro grupo são professores, estudantes ou profissionais liberais, e do segundo grupo aparecem comerciantes, vendedores ambulantes, donas de casa e taxistas.

Gráfico 6 – Conhecimento de patrimônios



Fonte: Organizado pela autora (2016)

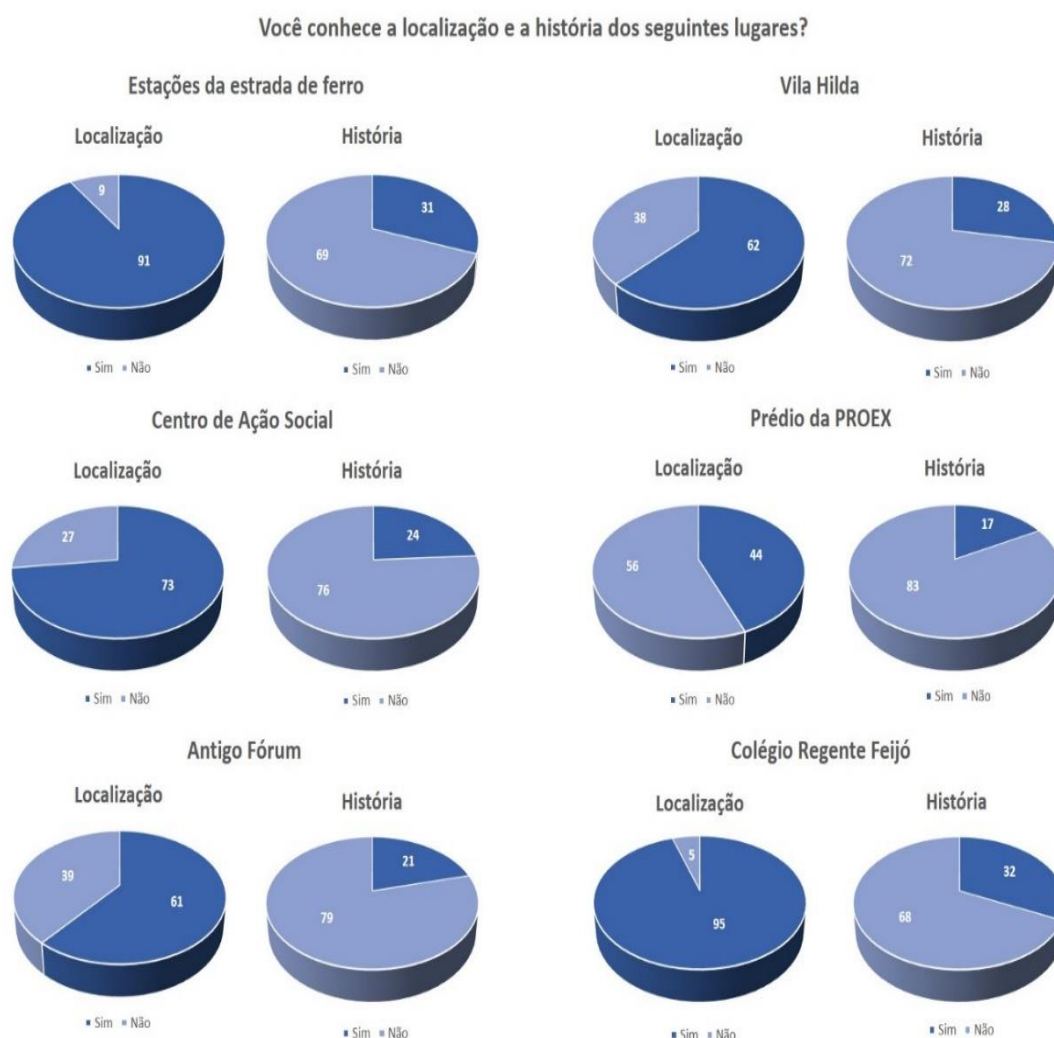
Quando respondido numericamente o conhecimento de locais considerados patrimônios, isso não significa que o entrevistado conheça sua história. Muitos alegaram que conhecem mais de seis, por ouvir falar dos prédios, mas não necessariamente que os reconhecem como tal.

Observando o (Gráfico 7), evidencia-se a falta de conhecimento das histórias dos referenciais culturais, a grande maioria conhece a localização, mas quando questionados sobre a história, paravam, pensavam um pouco e a resposta era: acho que não sei, onde tem isso? Foi anexada a esta pergunta também o Centro de Ação Social (antigo Hospital 26 de Outubro), pela proximidade espacial e temporal do espaço da ferrovia. Além disso, pretendeu-se saber se um local tombado e que é utilizado diariamente pela população em diferentes ações sociais, econômicas e culturais seria lembrado e conhecido, mas pelo gráfico pode-se confirmar que não.

As constatações levam a considerar o baixo nível de conhecimento que a comunidade possui de seus locais considerados históricos e que o processo de

tombamento como apontado no Capítulo 2, acontece totalmente sem a participação comunitária. Resta então, desenvolver novas estratégias para que a prática da preservação e reconhecimento de valores culturais seja disseminada de diversas maneiras.

Gráfico 7 – Conhecimento de locais e histórias dos patrimônios

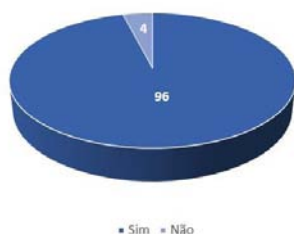


Fonte: Organizado pela autora (2016)

Essa disseminação precisa ocorrer, porque a maioria absoluta das pessoas acredita na importância da permanência dos prédios históricos, como pode ser observado no (Gráfico 8). A Educação Patrimonial ainda está longe do alcance de todos, ao contrário da Educação Ambiental, como é apontado nos Gráficos 9 e 10.

Gráfico 8 – Importância de preservar prédios históricos

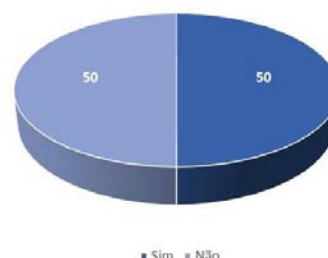
Acredita que é importante preservar os prédios históricos?



Fonte: Organizado pela autora (2016)

Gráfico 9 – Conhecimento sobre Educação Patrimonial

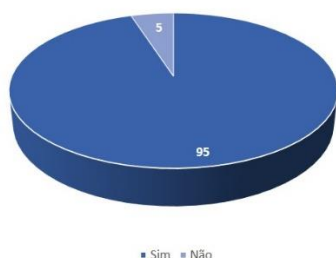
Já ouviu falar em Educação Patrimonial?



Fonte: Organizado pela autora (2016)

Gráfico 10 – Conhecimento sobre Educação Ambiental

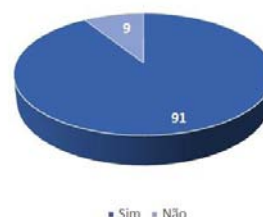
Já ouviu falar em Educação Ambiental?



Fonte: Organizado pela autora (2016)

Gráfico 11 – Interesse de ler histórias a partir da narração dos idosos

Você teria interesse de ler histórias dos Patrimônios Culturais de Ponta Grossa, a partir da narração dos idosos?



Fonte: Organizado pela autora (2016)

A produção constante de materiais para divulgação e disseminação dos patrimônios culturais é uma das formas de preservação, além do tombamento. O tombamento em si como um instrumento jurídico garante a manutenção física do bem, mas não sua integridade como documento que pode representar a identidade local. O envolvimento afetivo, a internalização, a apropriação e valorização do bem pelas pessoas, acontece de maneira mais efetiva quando existe a aproximação do indivíduo com seu local, e isso pode ser proporcionado por textos explicativos e também por textos narrativos de quem viveu ou então conheceu histórias sobre os diferentes momentos que compõem o espaço urbano. Existe o interesse da comunidade conhecer, mas o que faltam são instrumentos para isto, como pode ser observado no (Gráfico 11).

Walter Benjamin já afirmava que “saber-se orientar numa cidade não significa muito, no entanto perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (1987, p.73). E essa instrução muitas vezes está na nossa frente como

pesquisadores responsáveis pelo levantamento e também pela disseminação dos conhecimentos, requer encontra-la além dos documentos oficiais.

A segunda pesquisa foi uma aplicação de questionário on line com 87 pessoas divididas em 3 categorias: 32 Coordenadores da Rede Municipal de Ensino; 30 Coordenadores da Rede Estadual de Ensino e 25 Professores da Rede Estadual de Ensino. Da Rede Estadual de Ensino participaram professores e coordenadores de 34 escolas e da Rede Municipal de Ensino participaram coordenadores de 32 escolas.

Foram levantadas as questões (Quadro 11) para serem respondidas e em algumas sugeria-se comentários.

Quadro 11 – Questionário aplicado aos professores e Coordenadores da Rede Pública de Ensino

1	Conceito de Patrimônio Cultural
2	Você consegue identificar um patrimônio cultural local nas seguintes categorias: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão, Modos de Fazer e Saberes?
3	Conhece os princípios básicos da Educação Patrimonial? Comente.
4	Acompanhou alguma prática pedagógica em Educação Patrimonial desenvolvida por professores na Escola em que trabalha? Comente (Para os coordenadores).
5	Na sua opinião, qual a maior dificuldade para os professores desenvolverem ações da Educação Patrimonial objetivando a preservação do patrimônio histórico cultural de Ponta Grossa?
6	As Escolas possuem material didático de apoio acessível para subsidiar a Educação Patrimonial?
7	Uma tese de doutorado pode contribuir com material didático relativo ao Patrimônio Cultural local?
8	Qual sua opinião sobre a preservação do Patrimônio Cultural em Ponta Grossa?

Fonte: Organizado pela autora (2016)

Realizada a tabulação e análise das respostas⁵⁹, pode-se apresentar o seguinte cenário em relação à percepção e conhecimento do público alvo da Rede Estadual em relação ao patrimônio cultural de Ponta Grossa. Quando questionados sobre o conceito de Patrimônio Cultural, o mesmo está ligado à aquisição de conhecimentos, realizações dos homens, conjuntos de bens materiais e imateriais, conjuntos de tradições, herança do passado, monumentos históricos, bem público, edificações históricas, manutenção da identidade e a história local deixada para futuras gerações. As palavras mais recorrentes foram herança, povo, em menor número conjunto de bens materiais e imateriais, e somente duas respostas vinculadas a memória.

Na questão da identificação das categorias dos patrimônios culturais, principalmente em relação aos lugares e objetos, foram lembrados: a Estação Ferroviária por 18 pessoas, a Mansão Vila Hilda por 9 pessoas, a PROEX (Edifício

⁵⁹ As tabulações com todas as respostas encontram-se no Apêndices 2 e 3.

Guilherme Naumann) por 1 pessoa e o Colégio Regente Feijó por 2 pessoas. Nenhuma referência ao prédio do Antigo Fórum. Nas respostas pode-se verificar a falta de conhecimento da maioria em citar, no mínimo, os patrimônios que já são referenciados e conhecidos na cidade e que se configuram objetos do cenário desta pesquisa.

Com relação ao conhecimento sobre os princípios básicos da Educação Patrimonial, 30 responderam que conhecem e 25 que não conhecem. O conhecimento se deu por meio de palestras, leituras de documentos e estudos pessoais, cursos da Secretaria Municipal de Educação, capacitação formal e informal, Graduação e Pós-Graduação e somente 1 resposta de conhecimento a partir do Projeto Mais Educação.

A questão direcionada aos Coordenadores sobre o acompanhamento de alguma prática pedagógica, 11 responderam que acompanharam e 19 não tem conhecimento de nenhuma prática realizada. Foram citadas nas respostas afirmativas apresentações de danças típicas, capoeira e culinária, visitas aos locais, Semana da Consciência Negra, curso multidisciplinar e realização de feira com objetos antigos.

A dificuldade para o desenvolvimento de ações da Educação Patrimonial se configura, em especial, na falta de material impresso que aborde a questão de maneira teórica, reflexiva e condizente com as possibilidades do professor no entendimento da questão patrimonial, falta de material visual e escrito sobre os patrimônios da cidade que chegue até a escola. Segue-se com dificuldades de deslocamento para visitas, falta de interesse, estímulo e iniciativa do professor e da escola, carga horária reduzida, sobrecarga de trabalho, conteúdo restrito sobre o tema nas séries iniciais e indisciplina dos alunos.

Neste sentido, as respostas sobre a escola possuir material de apoio sobre Educação Patrimonial, apresentou uma proporção maior do negativo, com 45 respostas dizendo que não possui material e somente 10 apontando a existência do mesmo na escola, apontando que existem produções na biblioteca por meio dos livros didáticos, materiais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e nos projetos do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).

Quando questionados sobre a utilidade de uma tese de doutorado para embasamento teórico de ações e material didático, 52 respostas foram afirmativas e 3 negativas. A negação ocorreu em função de que uma tese se limita à pesquisa, e na escola é preciso questões práticas, não apenas pesquisas e dados. Porém, aqueles que acreditam na contribuição de teses nas práticas escolares destacam que o

embasamento teórico fortifica as ações e que se apresentar, levantamentos, dados, novos conhecimentos, teoria para serem discutidas nas reuniões pedagógicas, se transforma em rico material de apoio.

A visão dos entrevistados em relação à preservação do patrimônio cultural de Ponta Grossa se mostrou bastante pessimista, com afirmações categóricas de que é muito frágil, sem preocupação dos gestores em preservar, abandonada, vergonhosa, esquecida e com falta de políticas públicas efetivas. Porém, houve também apontamentos no sentido de que há necessidade de uma ação conjunta entre Educação e Comunidade no entendimento e necessidade da preservação.

Quanto aos Coordenadores da Rede Municipal de Ensino⁶⁰, no cenário identificado sobre o Patrimônio Cultural de Ponta Grossa em relação ao conceito do mesmo se destacaram os lugares (cidades, bairros, lugares históricos, praças), objetos e manifestações culturais que retratam a história local e são referências da identidade das pessoas. Conjuntos de bens materiais e imateriais considerados de interesse e importância para a história da cidade, costumes de um povo, heranças e lembranças do passado. Identificou-se, neste grupo, uma recorrência maior aos bens materiais e imateriais do povo, mas somente em uma resposta foi encontrada a palavra memória.

Nas questões da identificação das categorias dos patrimônios culturais, principalmente sobre lugares e objetos, foram lembradas a Estação Saudade – nome de reconhecimento da Estação Ferroviária de Ponta Grossa – por 10 pessoas, a Mansão Vila Hilda por 15 pessoas e a PROEX (Edifício Guilherme Nauman) por 1 pessoa. Novamente nenhuma referência ao edifício do Antigo Fórum, bem como do Colégio Regente Feijó, o que demonstra a pouca relação dos pesquisados com o conhecimento dos prédios referenciados nesta pesquisa.

Já em relação aos conhecimentos dos princípios básicos da Educação Patrimonial, 17 pessoas responderam que sim e 15 pessoas responderam negativamente. Das respostas positivas, os caminhos para este conhecimento partiram de cursos de qualificação e de formação propiciados de Prefeitura Municipal, Formação Continuada, livros didáticos, estudos, leituras, pesquisas e informações colhidas nos documentos escolares e televisão.

O acompanhamento de práticas pedagógicas apresentou 22 respostas positivas e 10 negativas. Quem acompanhou citou projetos sobre a escola, patrono e bairro,

⁶⁰ As tabulações com todas as respostas encontram-se no Apêndice 4.

proposta e concurso de práticas pedagógicas realizadas pela Prefeitura em parceria com a UEPG, projetos relativos aos antigos quilombos e desenvolvimento e criação de um blog.

A dificuldade para o desenvolvimento efetivo de práticas, pautaram-se em ausência de material específico impresso ou digital e atualizado sobre o assunto para subsidiar a prática. A falta de conhecimento e comprometimento dos professores aliada a aula passeios com guias especializados dificulta desenvolvimento das práticas relativas a construção nas crianças dos hábitos de preservação cultural. O custo e a distância para levar os alunos até os locais estudados em sala, bem como a falta de exigência nos planejamentos e também o tempo. Destaca-se aqui que nas respostas positivas houve referências a não existir dificuldade em função dos diversos cursos de capacitação que foram ofertados.

Na sequência das indagações, 17 pessoas responderam que nas escolas existe material para a prática da Educação Patrimonial e 15 pessoas responderam negativamente. Nas afirmações da existência do material aparecem livros didáticos, panfletos, revistas, DVDs, material on line no site da prefeitura e os próprios materiais organizados pelas escolas.

Quando questionados se uma tese de doutorado pode contribuir com materiais para o desenvolvimento de ações, constatou-se 29 respostas positivas e 3 negativas justificadas pela não possibilidade de uma tese contribuir ou corresponder ao trabalho e conteúdo escolar, pois as escolas precisam de material significativo para o aluno. Positivamente destacou-se que a pesquisa pode contribuir para aprofundar e atualizar conhecimentos, pois é resultado de um estudo mais aprofundado.

A percepção dos entrevistados em relação ao Patrimônio Cultural de Ponta Grossa, tal como o outro grupo entrevistado é um pouco pessimista, pois expressões como demolição, modificação, falta de valorização e investimentos, abandono e falta de acesso, contribuem para a pouca importância que é dada à questão. Mas posições otimistas também se apresentaram no sentido de que nosso patrimônio é rico, presente, conservado dentro das possibilidades do proprietário e que há necessidade de refletir e ensinar aos alunos e comunidade a importância de preservar.

Conhecendo a abrangência e as indagações da comunidade escolar e da comunidade em geral sobre os patrimônios culturais de Ponta Grossa, identificou-se a necessidade de produzir novas alternativas que avancem na compreensão e aceitação dos bens, muitas vezes determinados pelo Estado como referência da cultura e

identidade local. Sabe-se que as ações coercitivas (tombamento) produzidas pela legislação federal, estadual e municipal não são e nunca serão suficientes no processo de salvaguarda, porque muitas vezes elas se perdem nos ideais de uma política pública centralizadora e burocrática.

O IPHAN, por meio do CEDUC, atualmente incentiva as comunidades a buscar o entendimento de que o convívio com o patrimônio e sua história devem nascer da estima sincera, e esta fortalecerá uma política cultural, pautada nas noções de memória, experiência, narração e tempo de agora (BENJAMIN, 1987) sem os fetichismos do historicismo linear e totalmente cronológico.

A Educação Patrimonial se fortalece com ações concretas na educação formal e não formal, pois como afirmava Aloísio Magalhães (1997, p. 8), “A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio cultural. Só se preserva aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece”. E para conhecer é necessário pesquisar e levantar dados, compor uma história “cronológica” e descritiva, para situar os patrimônios num contexto social, político e econômico, para depois avançar em novos caminhos e novas perspectivas, nesta pesquisa, com os idosos.

Os prédios contextualizados compõem parte do quadro de bens protegidos pela legislação estadual. Todos são edificações tombadas no Município de Ponta Grossa, num mesmo contexto histórico. A história dos tombamentos é interessante no sentido de que a preocupação de proteger só se manifestou na cidade, quando os prédios foram ameaçados de demolição ou sofrer uma descaracterização.

O ano de 1990 marcou a cidade com uma política de reestruturação do espaço urbano, em função de melhorias do transporte coletivo. Espaços ocupados anteriormente (como a Rede Ferroviária) estavam ameaçados de uma retaliação mercantil, o que alteraria sensivelmente a imagem da cidade, inclusive com a demolição dos prédios da Estação Ferroviária. Além disso, a Vila Hilda, que era a sede da Biblioteca Pública Municipal, em função de uma tentativa de ampliação de seu espaço interno, seria totalmente camuflada por uma utilização dita “moderna” e “racional”.

De repente, “desmancharíamos com os pés o que nossos antepassados fizeram com as mãos” (Lemos, 1992, p.216). Sendo assim, parte da população mobilizou-se, enfrentando a prefeitura na defesa desses bens. A primeira ameaça recaiu sobre a Vila Hilda, que foi preservada por iniciativa de um grupo de artistas plásticos que conseguiram chamar a atenção para o tema, e com isso mobilizar a opinião pública em defesa daquele imóvel. Fosse o que fosse, ela deveria ser conservada.

A partir daí a preocupação girou em torno da defesa dos dois prédios da Estação Ferroviária. Novamente o grupo citado anteriormente mobilizou-se, juntamente com a UEPG e segmentos da sociedade, na defesa do amplo complexo ferroviário.

A polêmica em torno desses prédios surgiu a partir do tombamento. O que fazer com o espaço? Em função do Projeto Municipal de alocar, naquele espaço, o terminal Rodoviário Urbano e o restante da área ser vendida a empresas particulares, o debate e até um embate teve início. Ocorreu, então, uma acirrada discussão pública entre a “permanência” e a “mudança”. Aproveitando o momento de discursos pela necessidade de preservação, novos tombamentos foram solicitados, entrando na lista de bens protegidos, mais três edificações: Prédio da PROEX, Prédio do Fórum (Atual Museu dos Campos Gerais da UEPG e o Colégio Estadual Regente Feijó. A importância desses bens aparece no sentido de ampliação do espaço urbano para além dos limites conhecidos até o início do século XX (Colina da Catedral), especialmente em relação à Vila Hilda e às Estações Ferroviárias.

Esses prédios são parte orgânica do passado e, à medida que se possui essas edificações e se olha para elas, é possível estabelecer-se, por seu intermédio, uma relação com esse passado. Mas somente olhar é o suficiente para criar um vínculo afetivo com os mesmos? Acredita-se que não, pois o vínculo com a edificação se estabelece a partir da aquisição dos valores relativos ao mesmo. Estes valores já foram apresentados anteriormente e destaca-se aqui o valor afetivo que somente se estabelece a partir do momento que se conhece os valores econômicos, sociais, entre outros. Assim, a ponte entre as edificações do passado e hoje determinadas como nosso patrimônio cultural e os valores a ele designados podem ser construídos por meio dos diálogos narrativos, que buscam, na lembrança, elementos que se constituem numa memória coletiva, a partir da criação de uma memória individual.

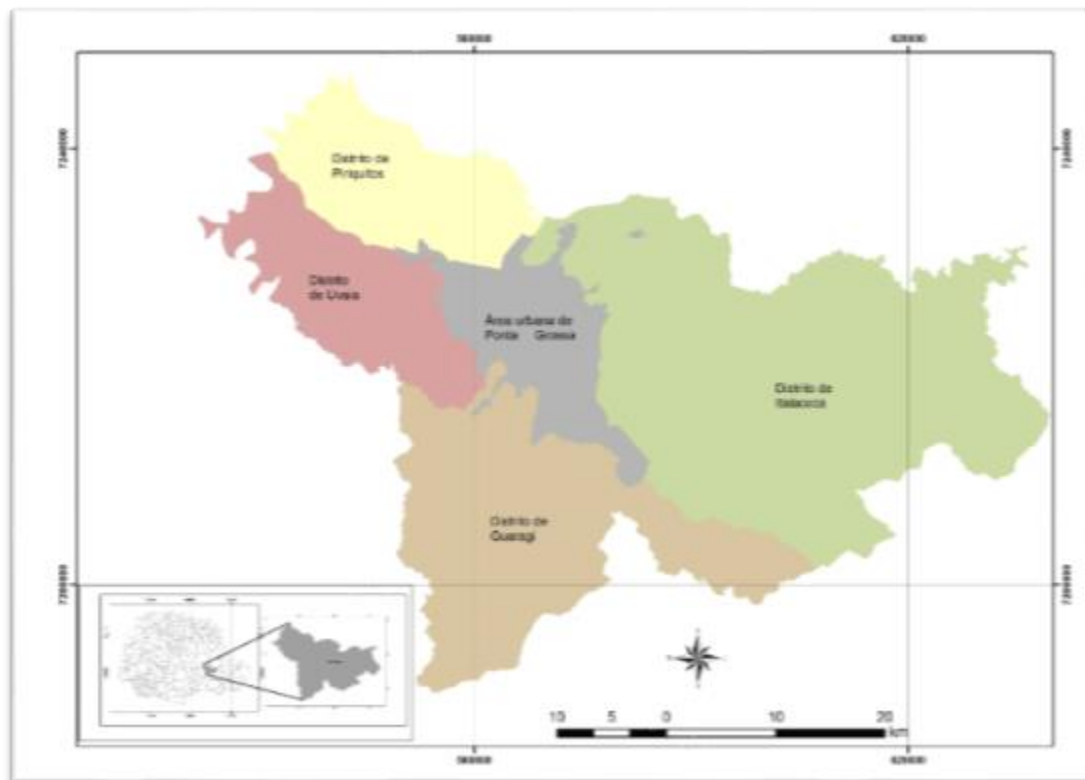
Pode-se afirmar que imaterialidade dos patrimônios se constroem a partir de sua materialidade, se não tenho o suporte material o imaterial se enfraquece. E nesse discurso dialético pode-se falar também da relação entre memória individual e memória coletiva, pois a segunda se constrói e se fortalece a partir da primeira.

Mas onde buscar esses diálogos narrativos? Muitos são os caminhos, ora em livros de memorialistas, em romances, em documentos considerados oficiais, em revistas comemorativas, mas principalmente na memória daqueles que viveram e ou então conheceram os prédios em seu habitat natural, quer dizer, uma estação ferroviária, como uma estação de partir e chegar e não como um local de exposições;

uma residência como um lar carregado de subjetividade familiar e não como sede de um órgão público. Buscar no idoso essas experiências por meio da narração, recupera não só uma história voltada a marcação de datas de um historicismo pautado nas evidências documentais e lineares, mas de uma historicidade pautada nas sensações, nos sentimentos e no respeito a diversidade de olhares e emoções (BENJAMIN, 1994).

A partir das pesquisas realizadas e apresentadas anteriormente, é necessário construir caminhos alternativos para a efetiva consolidação do respeito ao patrimônio por meio da Educação Patrimonial, e o início é o conhecimento factual e historicista. Apresentam-se, a seguir, os patrimônios elencados Mansão Vila Hilda, Prédio do Antigo Fórum, Edifício Guilherme Naumann (PROEX), Colégio Estadual Regente Feijó e Complexo da Rede Ferroviária (Estação Paraná e Estação São Paulo-Rio Grande), em primeiro lugar no contexto espacial urbano (Figura 3, 4 e 5), seguidos de uma descrição histórica e arquitetônica referendada por documentos oficiais⁶¹, apontando pistas a serem seguidas para a construção efetiva e continuada da história da sociedade ponta-grossense.

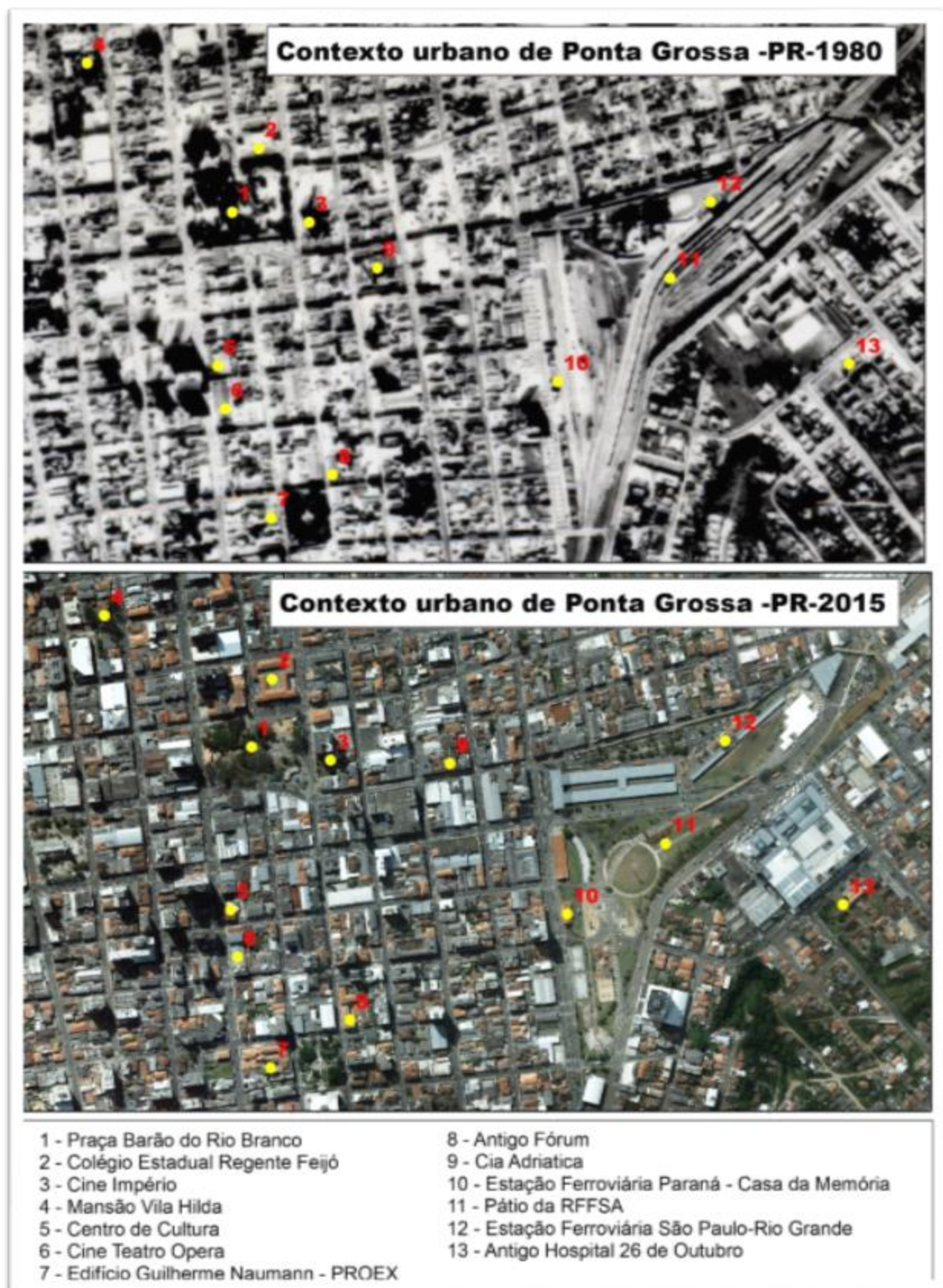
Figura 3 – Município de Ponta Grossa



Fonte: Organizado por Átila Cristian Santana (2016)

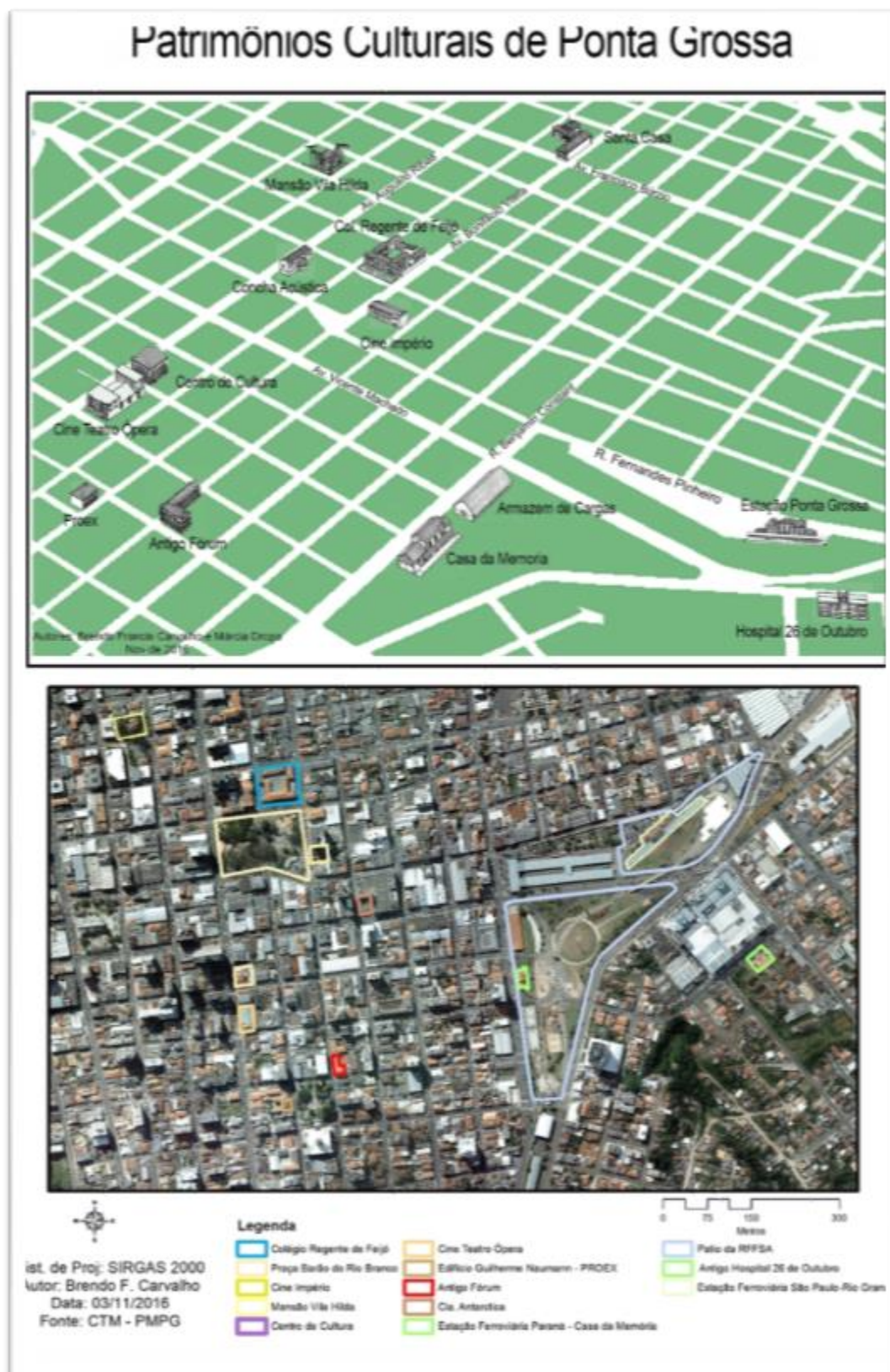
⁶¹ Destacam-se aqui como documentos oficiais: Processos de Tombamentos, Álbuns Comemorativos do Paraná e de Ponta Grossa, Livros produzidos por historiadores em comemoração aos aniversários da cidade, Correio Ferroviário e Atas do Fórum.

Figura 4 – Patrimônios Culturais no contexto urbano de Ponta Grossa: 1980 e 2015



Fonte: Organizado por Átila Cristian Santana e Márcia Maria Dropa (2016)

Figura 5 – Patrimônios na planta e destacados na imagem urbana



Fonte: Organizado por Brendo Carvalho (2016)

3.2 VILA HILDA

A Mansão Vila Hilda serviu de moradia para a Família Thielen até o falecimento de seu proprietário em 19/03/1958, quando sua esposa Ida Hilda Thielen, transferiu residência para Curitiba. A história desta casa, também está vinculada a um importante momento econômico da cidade, que foi a industrialização, pois o proprietário era filho de Henrique Thielen e herdou a Cervejaria Adriática/Antarctica.

Figura 6 – Companhia Antarctica- Antiga Adriática - 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite

Em 1968, foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa⁶² e passou a abrigar a Biblioteca Pública Municipal “Prof. Bruno Enei”. Além da biblioteca, a parte do subsolo foi ocupada, durante vários anos, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Em 1988, a Biblioteca foi transferida sob a alegação de dois motivos: ora o local não era adequado para a guarda de livros, ora os livros estavam prejudicando a estrutura da casa. No ano de 1990, a mansão foi tombada pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná.

É um exemplo da arquitetura neoclássica da cidade, com suas paredes quase centenárias; agora, restauradas, chama a atenção por constituir-se num local de bom gosto, em meio à parafernália arquitetônica ao seu redor.

⁶² O imóvel foi vendido à Prefeitura por Cr\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil cruzados), bem como suas benfeitorias em anexo.

Figura 7 – Mansão Vila Hilda na década de 1930



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

Surgiu isolada na época e, posteriormente, foi cercada de árvores e outros imóveis, porém nenhum com a mesma imponência. O casarão possuía aproximadamente 600 metros quadrados, evidenciando uma arquitetura francesa,

Possui singularidades da concepção arquitetônica, como o jogo de reentrâncias e saliências. O vocabulário ornamental é eclético, com paramentos externos revestidos à bossagem, decoração de aplicações com inspirações florísticas. Nota-se nítida influência do repertório formal do “art nouveau” (LYRA, 1994, p.183).

A mansão estava organizada em três níveis: o porão alto, o pavimento principal e os torreões. Ou ainda, segundo Rosina Coeli Alice Parchen, “A casa possui 2 pavimentos sendo um deles porão habitável e o outro, o pavimento nobre da casa. Tem ainda sótão, torreão e mirante. Possui detalhes ornamentais, que denotam a boa qualidade da mão de obra local”.

A entrada principal da casa era feita por uma escada externa de mármore, ligando o jardim à varanda e à parte senhorial da casa, onde residia o proprietário e seus familiares; o pavimento inferior era habitado pelos serviçais. O torreão e o mirante, aspectos arquitetônicos, diferenciavam esta casa de todas as outras e foram construídos em madeira e ferro, recobertos com chapas de metal.

Figura 8 – Escada de acesso – 1998



Figura 9 – Torreão - 1998



Fonte: Acervo particular da autora (2016)

A Mansão possui uma qualidade arquitetônica, que transcende a arquitetura da região. Contém elementos decorativos de fachada, uma riqueza de janelas, portas e esquadrias, evidenciando todo um conjunto arquitetônico, projetado especialmente para a casa, chamando atenção pelas suas características completamente novas nas construções da época.

A casa era dividida em alas e todos os seus cômodos revelam um significativo conjunto artístico. A casa, além de seu conjunto arquitetônico externo, primava pela qualidade de suas pinturas internas, perfeitos afrescos com ricos detalhes, que pertencem a uma linha da Escola Clássica Alemã, abordando paisagens e motivos europeus e também algumas paisagens locais, com traços e cores fortes. Os afrescos foram pintados pelo artista alemão Paulo Wagner.⁶³

As pinturas internas revelam mais que a beleza da casa de Alberto Thielen, elas são um referencial das finalidades originais de cada cômodo, que possuía uma

⁶³ Paulo Wagner também foi responsável pelas obras do Centro de Cultura e na Capela do Antigo Hospital Ferroviário 26 de Outubro. Natural da cidade de Leipzig na Alemanha, nasceu em 18/09/1890. Cursou escola de pintura ainda na sua cidade natal, aos 18 anos veio para o Brasil residindo em Irati e Curitiba, posteriormente fixando residência em Ponta Grossa, onde viveu por mais de 50 anos. Além da pintura, fazia trabalhos artísticos em madeira, como molduras, brinquedos e mobiliário. Suas obras estão espalhadas em muitos lares da cidade, além de muitas que foram para os Estados Unidos e Europa. Além da pintura de retratos, paisagens e ornamentação de residências, ensinava sua arte mantendo na sua própria residência uma Escola de Pintura.

cor diferente e desenhos diferentes. O escritório de Alberto Thielen tem motivos culturais, com a pintura de corujas intercaladas com livros abertos e folhas de acácia. Por sua vez, a sala de estar, com paisagens características da região, e a de jantar apresentam motivos de frutas.

Figura 10 – Escritório de Alberto Thielen - 1998



Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Figura 11 – Sala de Estar - 1998



Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Figura 12 – Sala de Jantar - 1998



Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Uma das peças que chama a atenção na casa é o chamado “quarto rosa” ou “quarto da menina”, todo trabalhado na cor básica rosa, onde há guirlandas de flores nas faixas do teto com anjos brincando em meio a nuvens. Nota o observador mais atento uma pequena modificação proposital nos movimentos de pernas, braços e nas cores de pele e dos cabelos dos anjinhos.

Figura 13 – Detalhe do teto do quarto rosa - 1998



Autor: Desconhecido
 Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Figura 14 – Jardim de Inverno - 1998



Autor: Desconhecido
 Fonte: Acervo particular da autora (2016)

O jardim de inverno, fechado posteriormente e transformado em entrada, é também uma peça original. Suas paredes contêm painéis com paisagens europeias pintadas e, em um desses painéis, sobressai-se um castelo, todo branco, diferenciando-se dos campos-matas-rios que aparecem em outros cômodos.

Quem a contempla de fora, não consegue supor ou até imaginar os detalhes artísticos (pinturas, portas) que o seu interior apresenta. Da sala de jantar, ricamente pintada com motivos afins, até o “quarto rosa”, com decoração feminina, todos os outros cômodos ainda contêm pinturas decorativas simples, mas de qualidade artística. Dentro de um estilo também da “art nouveau”, foi utilizado em sua construção o ferro, todo forjado à mão e presente no muro da mansão, denotando a qualidade da mão de obra da região.

O prédio, com todo o seu aspecto senhorial, apresenta uma imponência que pode ir além da simples visualização. O olhar observador pode descobrir certos detalhes, como a escada de mármore, corrimões de ferro, jardins, bancos que, mesmo sofrendo a ação do tempo, permanecem como testemunhos de uma trama social, que utilizou esse espaço como palco. Descobrir esses testemunhos é um desafio. É difícil olhar sua sólida construção e imaginá-la um prédio público (hoje sede da Fundação Municipal de Cultura). Ela possui, nos enfeites de seus beirais, na distribuição de suas janelas, no torreão no alto da casa, na localização dos bancos do jardim, na fonte e no próprio jardim, a identidade de um palacete, construído como tal para abrigar uma vasta e abastada família e seus empregados, denotando na distribuição de seus cômodos uma forte hierarquia social.

Figura 15 – Mansão Vila Hilda - 2008



Autor: Domingos Silva

Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Mas ela ainda oferece muitas surpresas. Ao entrar na casa, mesmo sem prestar atenção às suas pinturas artísticas, o visitante mais curioso, pode descer até seu porão (onde habitavam os serviçais), com seu pé direito extremamente baixo (em relação ao andar de cima) e ter a sensação de aperto, de sufoco. Ao subir até a parte nobre sente-se transportado a um mundo aberto, livre, colorido, com muita luz, seguindo as pegadas imaginárias dos que um dia ali habitaram. Alcança-se o sótão e, de lá, por uma estreita escada, chega-se ao torreão, podendo por meio do mirante, composto por ferro fundido com detalhes rendilhados, denotando uma aparência leve, esvoaçante, tal como os anjos do quarto rosa, podia-se vislumbrar uma Ponta Grossa inédita, vista de dentro, sem a imagem dilatada, que a visão dos outros prédios do centro oferecem.

A mansão Vila Hilda, do ponto de vista do estilo arquitetônico, é cheia de detalhes, entalhes, enfeites que mostram a sua beleza. Isso é inquestionável. Não se pode negar que a sua preservação (por intermédio do tombamento) ocorreu muito mais pela sua grandiosidade monumental na cidade, do que pela atribuição de valor histórico. Em nenhum momento, na análise dos processos de preservação, encontraram-se referências sobre sua importância na expansão do quadro urbano, da

qualidade da mão de obra. É preciso, ainda, levantar a questão que esse prédio preservado pode proporcionar um estudo, a partir de sua arquitetura que reproduz a divisão e segregação social, sem falar nas possibilidades de estudo no campo da cultura material.

Do ponto de vista de sua solidez, a casa provou largamente suas qualidades, resistindo impavidamente as ações do tempo, do vandalismo e descaso das autoridades e da comunidade. Está pronta a ser desvendada por aqueles que acreditam que o patrimônio edificado conta muito mais história nas suas paredes, do que a história contada em livros. Estudando suas paredes, o pesquisador de diferentes áreas pode incorrer em questões de preservação que ainda estão muito restritas a questões técnicas e políticas, pelo menos em cidades menores. Apesar de o Patrimônio Cultural possuir hoje uma conotação diferente, mais abrangente, ainda é difícil fugir da ideia de monumentalidade que preservou a Vila Hilda. Fugir do caráter monumental do Patrimônio e estudá-lo dentro de uma concepção historiográfica não é fácil. Essas dificuldades decorrem, em parte, do recente ingresso do historiador, do pedagogo, do geógrafo, entre outros na área do patrimônio cultural.

É muito difícil encontrar subsídios para estudar o cotidiano da casa como festas, enterros, nascimentos ou, ainda, o relacionamento entre seus moradores, isto é, os diferentes usos que se faz do espaço e os diferentes sentidos que se atribuem a eles, em documentos oficiais, porém pela memória dos que habitaram a casa, das pessoas que conheceram o local e, por meio de fotos de álbuns familiares, é possível desvendar outros aspectos do cotidiano da mansão. Observando a Mansão, pelas suas repartições em cômodos, pinturas, pode-se ainda descobrir e estudar uma rede de relações sociais, que muitas vezes são deixadas de lado, quando considerado o Patrimônio Cultural apenas como símbolo de monumentalidade.

3.3 PRÉDIO DO ANTIGO FÓRUM

O edifício do Antigo Fórum da Comarca de Ponta Grossa, está localizado à Rua Engenheiro Schamber, esquina com a Rua Marechal Deodoro, no considerado Centro Histórico de Ponta Grossa.

Figura 16 – Fórum na década de 1930



Fonte: Acervo Foto Elite (1995)

Nota: Praça Marechal Floriano Peixoto, onde o Fórum aparece no lado direito.

Prefeito da cidade na época, o Cel Vitor Antonio Batista pleiteou junto ao governo estadual a compra do terreno para a construção do prédio onde funcionaria o Fórum. A propriedade foi adquirida no dia 17/10/1925 pelo Governo do Estado do Paraná, representado por Caetano Munhoz da Rocha. Junto com a construção do Fórum, outras edificações eram solicitadas pelo governo municipal,

Na mensagem pela Prefeitura enviada à Câmara em dezembro do anno pretérito⁶⁴, dando notícia da visita a esta cidade do Exmo. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Chefe do Governo Estadual, a 10 de outubro daquelle anno, affirmei haverem ficado definitivamente resolvidas as construcções do Fórum, da Detenção, do Dispensário Antivenereo, a serem executadas pelo benemérito patricio, em Ponta Grossa.⁶⁵

Durante a construção do prédio (2 anos aproximadamente), o prefeito enviava à Câmara relatórios frequentes sobre o desenrolar da obra, enaltecendo sempre a figura do Governador, bem como o projeto arquitetônico, um símbolo do poder e ordem, como se constata na mensagem,

Fórum e Detenção receberam já as cobertas e o seu acabamento dar-se-á em curto prazo, ficando superiormente dotada a cidade desses elementos de ordem, posto que o Governo, na execução das obras observou meticulosamente as exigências da hodierna architectura para trabalhos dessa natureza, resultando que taes construcções são modelares.⁶⁶

⁶⁴ Ano pretérito - 1925.

⁶⁵ Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Exercício Financeiro 1925/1926. Mensagem apresentada à Câmara Municipal em sessão de Dezembro de 1926 pelo cidadão Victor Antonio Batista, Prefeito Municipal.

⁶⁶ PMPG. Exercício Financeiro 1925/1926

Algumas construções em uma cidade são marcadas com um referencial simbólico muito forte (principalmente em prédios públicos). Isso é uma constante em toda a arquitetura do prédio do Fórum, em que se percebe que o poder constituído da época construiu um monumento, e construíram-no sólido, imponente para permanecer por muito tempo, mas com a ideia de que permanecesse válido o valor que esse edifício deveria representar. Afirma Baczko (1985, p.313),

[...] todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas. A arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia o poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais “nobres”, etc.

Segundo Pedroso (1983, p.4), “as dependências do prédio eram superiores às necessidades do judiciário da Comarca”. O prédio composto de dois andares foi ocupado primeiramente no andar superior, onde localizavam-se a Sala de Tribunal do Júri, Gabinete dos Juízes e Promotoria Pública. Neste sentido, o Dr. Isaías Beviláqua, Juiz de Direito e primeiro Diretor do Fórum, abriu o espaço térreo para o uso de várias entidades oficiais. Assim, o prédio abrigou o símbolo de justiça da cidade, que ficou presente no imaginário social por muitos anos e, ainda hoje, reflete não mais nas suas dependências, mas na sua arquitetura imponente, um referencial de poder⁶⁷.

A década de 1920 foi profícua com o surgimento de edificações no quadro urbano da cidade. O projeto arquitetônico do edifício ficou sob a responsabilidade do engenheiro Ângelo Lopes. A construção do edifício coube a Paulo Ferreira do Valle, construtor também de outros prédios públicos e particulares da cidade, entre eles destaca-se a Vila Hilda.

O trabalho de arte das fachadas foi executado por Rodolpho Roedel e pelos irmãos Max e Alberto Wosgerau, considerados os mais renomados mestres pedreiros da época. A parte de carpintaria, como portas, janelas e escadas, foi executada por Roberto Amadio. O grande portão de ferro da entrada foi trabalhado por Rodolfo Metzentin. As decorações do teto foram realizadas por Luiz Collares. Segundo Lyra

⁶⁷ As outras salas do pavimento superior todas ocupadas, também, com atividades referentes ao judiciário, tais como: Gabinete do Juiz e Sala de Audiências da 1ª Vara Cível, Sala da Promotoria Pública e Gabinete e Sala de Audiências da 2ª Vara do Crime.

O andar inferior foi ocupado por outras entidades oficiais que, segundo o levantamento feito pela Profª. Maria Lourdes O. Pedroso (1983), assim procedeu-se: quatro salas foram ocupadas pela Coletoria Estadual; duas salas cedidas à delegacia de Polícia; três salas foram divididas entre os Tabelionatos e, ainda no pavimento superior, instalou-se Cartório do Crime, de Registro Civil e a Secretaria de Alistamento Militar.

(1984, p.179), “é fato raro ocorrer, mas na história desse edifício estão registrados os nomes de seus criadores”.

O prédio do Fórum ostenta uma fachada trabalhada segundo um vocabulário variado, como era de prática habitual, no ecletismo difundido no período.

Figura 17 – Edifício do Fórum na década de 1950



Fonte: Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo> (2016)

Toda a construção obedece a um programa construtivo. Nos períodos chamados ecléticos, quando falta uma ideia original, natural ou até diferente, segundo Zevi (1996, p.66), “os arquitetos vão buscar nas formas do passado, os temas que servem funcional ou simbolicamente para as suas construções”.

Construído no alinhamento da rua, sem recuo de testadas, possui um desvio de horizontalidade, formando um degrau, quer dizer um soco. Possui características de trabalhos de alto relevo que saem da superfície para fora, numa técnica conhecida como bossagem.

Lyra (1984, p.179) assim descreve a arquitetura externa do prédio:

Destacam-se as duas janelas rasgadas abertas para as sacadas sobre a entrada e na esquina. O coroamento é feito por cornija denticulada e platibanda ornamentada com baixos relevos de desenho geométrico. Destacam-se os frontões que interrompem as platibandas: um triangular pontuando o eixo da entrada do edifício; e os outros três, curvos nas extremidades e na esquina. O ritmo das fachadas é marcado por pilastras, sendo que algumas percorrem-nas da base à cornija e outras enquadram só os tramos do pavimento superior. São pilastras com caneluras rasas e capitéis toscanos.

Quando a parede sobrepassa o telhado, quer dizer, o telhado termina antes e é escondido por uma mureta, esse volume chama-se platibanda. Ela não esconde o

telhado todo, apenas a sua ponta, sendo que o escoamento das águas da chuva era feito por intermédio de calhas.

A existência de platibandas nas construções feitas no alinhamento das ruas era uma exigência do Código de Posturas de 1914 do município de Ponta Grossa, que no seu artigo 109, do Capítulo referente a Coberta e Telhados, assim expressava, “toda a edificação de prédios que se fizer em alinhamentos de ruas e praças, além de obedecer ao padrão da Câmara, deverá ser de platibandas para as frentes das ruas e praças, observando que a infração será punida com multas e demolição da obra”.

Isto justifica construções ainda existentes na cidade com esse estilo arquitetônico. Ressalta-se, porém, que a existência ou não da platibanda evidenciava o poder econômico dos proprietários. A partir do Código de Posturas de 1914, a pessoa podia construir sua casa no alinhamento da rua, desde que não pingasse água diretamente sobre a calçada. Sendo assim, a platibanda existia para proteger e esconder as calhas, e a sua construção sempre exigia mais custo. Se trabalhada em altos relevos, era uma casa mais rica, portanto uma casa mais cara. Em relação ao Fórum, a platibanda ornamentada pode ser historicamente interpretada como poder de controle e justiça.

Os detalhes que ostentam a fachada desse edifício, exprimem uma afirmação de autoridade, de poder e da materialidade da justiça. Não só os detalhes arquitetônicos externos desse prédio podem ser interpretados como um símbolo imaginário e ideológico do poder, mas a sua própria localização. Ponta Grossa, na década de 1920, tinha como centro principal urbano a área circundante da Catedral de Sant’Ana, na região alta da cidade.

Essa região, além de abrigar o prédio do Fórum, também era local de residência de famílias de fazendeiros, da residência do Barão de Guaraúna, do prédio comercial de Guilherme Naumann (considerado a primeira construção de dois pavimentos da cidade), além da Sede Social do Clube Pontagrossense (considerado o mais importante da época, por ser o representante de uma elite econômica, social e cultural). Próximo a essa região, estava a Rua XV de Novembro, local de referência cultural com cinema, teatro, hotéis e também econômica, pois ali surgiram as mais importantes agências bancárias da cidade. Ainda nessa região alta, estava a sede da Câmara Municipal e a Cadeia Pública. Constata-se, assim, que o local escolhido para o Fórum, era privilegiado e estratégico do ponto de vista social, econômico, político e, a partir de sua construção, da justiça.

Nesta linha, pode-se afirmar que, para entender o significado histórico social de um prédio, há necessidade de entender seu contexto ambiental, uma vez que os homens se tornaram “senhores do espaço” e o “saber vê-lo” constitui a chave que conduzirá à compreensão dos edifícios. O caráter fundamental da arquitetura está no fato de agir com um vocabulário tridimensional que inclui o homem. A arte, tal como a pintura, age sobre o indivíduo, sobre duas dimensões, apesar de poder sugerir três ou quatro delas. A escultura, por sua vez, pode agir sobre três dimensões, embora o homem apreciador de uma pintura fique de fora, observando o lado exterior que apresenta as três dimensões. A arquitetura, por seu lado, vem a ser uma grande escultura que absorve o homem, e na qual ele pode penetrar e caminhar, conhecendo o seu interior (ZEVI, 1996).

Para Zevi (1996), a arquitetura em suas três dimensões absorve o homem, então a análise arquitetural deve ser mais profunda, quer dizer, as quatro fachadas, seja de uma simples casa, de uma mansão, de uma igreja ou de um prédio público, por mais que perfeitas na sua ornamentação externa, nada mais são do que um invólucro, dentro do qual está contida a “jóia arquitetônica”. Em outras palavras, o autor afirma: “em cada edifício, o continente é o invólucro mural, o conteúdo é o espaço interior” (p.20).

E esse espaço interior do Fórum era o local onde as relações de poder, de obediência, de justiça, marcaram o dia a dia das atividades judiciais. Existe ainda muita história a ser recuperada, vinculando o prédio do Fórum à vida da população.

Adentra-se ao prédio por uma grande porta de ferro, toda trabalhada com motivos geométricos e florais, executada pelo serralheiro Rodolfo Metzentin que, na época, era o responsável pela confecção de gradis, chapas de fogão, etc.

A parte interior do Fórum é uma caixa de surpresas. A ligação entre o pavimento inferior e o superior é feita por uma escada de madeira, que se inicia única, para posteriormente dividir-se em duas partes: uma à esquerda e outra à direita. O início dessa escada é marcado por duas carrancas, num trabalho artístico de entalhe realizado por Roberto Amadio, que se destacava na cidade por sua habilidade em entalhar a madeira, além de seu trabalho com móveis e molduras. Além da escada, o trabalho na madeira destaca-se também nas portas, janelas e nos detalhes divisórios das salas.

Figura 18 – Entrada do Antigo Fórum - 1998



Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Figura 19 – Detalhes do trabalho em madeira - 1998



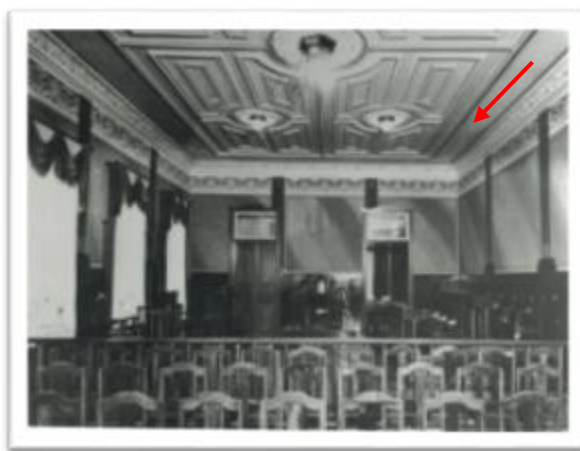
Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Os tetos da Sala do Júri, do saguão superior e da entrada apresentam trabalhos de relevos arquitetônicos produzidos todos por Luiz Collares, que tinha por ajudante Vicente Madalozzo.

Figura 20 – Pinturas parietais – Década de 1940



Figura 21 – Tribunal do Júri – Década de 1940



Autor: Reprodução Foto Bianchi – 1998
 Fonte: Acervo particular da autora (2016)
 Nota: Hall de entrada para o tribunal do Júri no andar superior
 Destaca-se o trabalho de gesso no teto

Identifica-se, ao observar as pinturas no interior do prédio, uma continuidade do símbolo imaginário e ideológico do poder e da justiça, que caracterizava a arquitetura externa. Exemplo forte encontrava-se no saguão superior que dá acesso à Sala do Tribunal do Juri, onde as paredes eram marcadas por pinturas de colunas romanas. De toda a arquitetura externa e interna, somente as pinturas não existem mais, e sua lembrança registrada somente em imagens.

No início das atividades do Fórum, somente o pavimento superior foi ocupado, sendo utilizada a Grande Sala do Tribunal e a sala dos fundos anexa a ela (onde os jurados recolhiam-se para o veredicto). A sala do tribunal possuía todos os móveis trabalhados em madeira, e a pintura das paredes era marcada pela sobriedade que o local requeria. Além das pinturas que se destacavam, o forro era todo trabalhado em alto relevo e cortinas de veludo completavam a decoração das paredes da sala ampla. Atualmente, esta sala não possui mais suas pinturas originais, e as cortinas e a grande maioria dos móveis foram substituídas.

Um julgamento harmonioso sobre o edifício do Fórum deve se basear não somente no seu valor arquitetônico externo, mas em todos os aspectos: esculturais, decorativos ou pictóricos existentes nos quadros, bem como nos móveis. Destaca Zevi (1996, p.27/28), “o julgamento arquitetônico é fundamentalmente um julgamento sobre o espaço interior dos edifícios”.

A arquitetura desse prédio supõe uma afirmação de autoridade e também uma simbologia de dominação, como a anunciar que a justiça do homem sobre o homem existe. Essa construção até hoje ostenta esse mito, quer dizer, mesmo rodeada de construções consideradas modernas, ela representa todo um referencial de poder, constituindo um modelo (justiça), que é difícil separar do prédio, mesmo hoje ele tendo outra função. De tudo isso, como afirma Argan (1992, p.235), “é próprio do monumento comunicar um conteúdo ou um significado de valor – por exemplo, a autoridade do Estado ou da lei, a importância da memória de um fato ou de uma personalidade da história”.

Muitas vezes, cristalizam-se fatos na memória das pessoas, trazendo à tona, constantemente, o porquê do sentido da construção. Por meio de registro em placas, fica eternizado o nome das pessoas ligadas à funcionalidade do prédio em momentos diferenciados. No Fórum, essa constatação é marcante, por intermédio de exemplo citado abaixo. No primeiro lance da escada, na entrada, em local de destaque existe uma placa em bronze com os seguintes dizeres,

Dando ao Fórum o nome de Desembargador Joaquim Ferreira Guimarães. Figura gloriosa de obreiro incansável da missão sublime de administrar a justiça. A comunidade presta a reconhecida homenagem. 1970

A quase totalidade do prédio do Fórum estava conservada antes e depois de seu tombamento. Procurou-se respeitar e conservar o aspecto original do prédio, porém, como resultado de uma nova atribuição, um novo valor lhe foi dado. Agora, além de sua importância como obra arquitetônica, de valor referencial no processo construtivo, ele assume não mais o papel da justiça, mas o depositário da memória material da cidade. Desapareceu o Fórum, surgiu o Museu. Com os anos de uso, o prédio se deteriorou de tal maneira que hoje passa por um processo completo de restauração.

Mas, percorrer o interior do prédio, descobrindo marcas, pistas deixadas por aqueles que ali trabalharam, sofreram, vibraram ou simplesmente passaram, é uma tentativa histórica, no mínimo instigante.

Com o crescimento da cidade, várias repartições que não pertenciam às atividades judiciais foram sendo retiradas, e o prédio gradativamente foi sendo completado somente pelo judiciário. Chega-se ao início da década de 1980, e o grandioso prédio de 1928 torna-se pequeno para a função a outra ligada à simbologia cultural. Passou, então, a abrigar o Museu Campos Gerais e assim permanece até hoje.

Figura 22- Prédio do Fórum em 2015



Autor: Renato Pereira

Fonte: Acervo Compac (2015)

A UEPG, por intermédio de um contrato de comodato realizado entre ela e a Secretaria de Administração do Estado do Paraná, adquiriu o prédio com a finalidade de ali instalar o Centro de Criatividade, o Museu e o Clube de Ciências da UNESCO, a partir de 1982. Com o próprio crescimento, agora com relação às atividades universitárias, o Centro de Criatividade transformou-se em Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, passando a ocupar outro local, um edifício também tombado como Patrimônio Histórico. A partir de então, todo o edifício do antigo Fórum foi tomado pelo Museu Campos Gerais e dividido em várias secções. Atualmente (2016), o prédio encontra-se fechado para restauro e o Museu tem sua sede na mesma rua.

3.4 EDIFÍCIO GUILHERME NAUMANN – PROEX

A história inicial deste prédio está ligada ao comércio da cidade, uma vez que foi o estabelecimento comercial de propriedade de Guilherme Naumann. Chegou a Ponta Grossa procedente da Alemanha (1890) e foi o segundo germânico a pisar em terras dos Campos Gerais. Casado com uma ponta-grossense constituiu uma numerosa família. Sapateiro por profissão, montou na Praça Marechal Floriano Peixoto sua sapataria “que graças ao seu talento prospera rapidamente”. Com o crescimento de seu negócio, no início do século XX, iniciou a construção de um edifício com dois pavimentos no próprio local onde residia, passando a atuar também no ramo do comércio de ferragens, possuindo uma variedade de artigos comercializáveis. Sua loja possuía desde ferramentas simples e utilitárias até famosas máquinas de costura das marcas Singer e Original Vitória, sendo que estas eram importadas da própria Alemanha e da América do Norte.

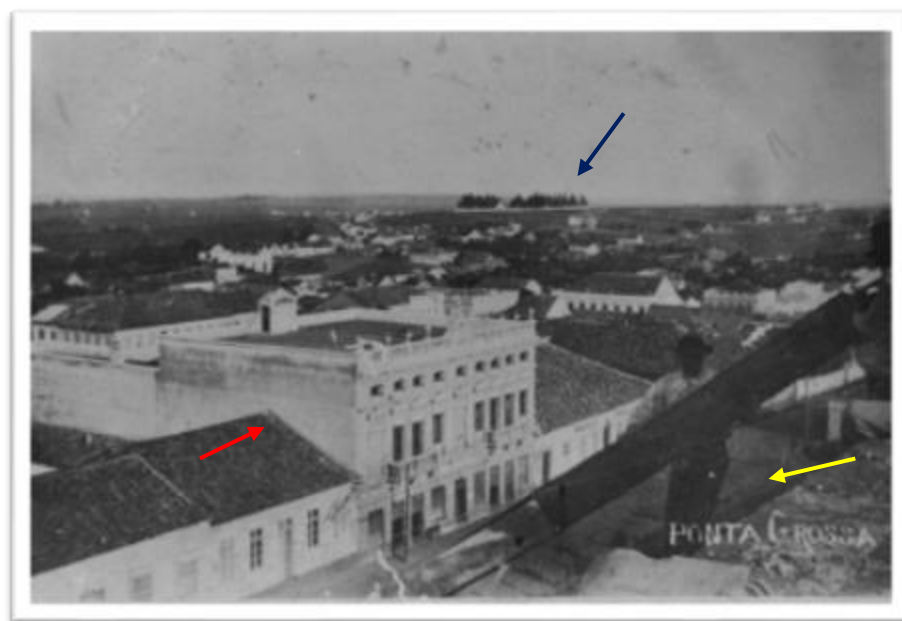
Ao edifício deu o seu nome, passando a ser conhecido como Edifício Guilherme Naumann. Ao observar a construção, apesar de ter sido descaracterizada com o tempo pelas próprias funções que o prédio assumiu, pode-se supor a vontade de um homem que queria fazer parte de uma sociedade, procurando destaque pela profissão e também pelo lado material, transferindo para a fachada de sua casa a importância que a sociedade não lhe conferia. Isso em função de que, uma das grandes dificuldades dos imigrantes foi a integração com a comunidade local.

Uma hipótese para tentar justificar os detalhes arquitetônicos do prédio pode ser a de que o proprietário tentou imprimir externamente uma preocupação de

aceitação, de passar ao imaginário das pessoas, por meio do concreto, a importância que possuía. Afirmo Baczko (1985, p.301) que “é próprio da imaginação transportar o homem para fora de si próprio. Nenhuma relação social, é possível sem que o homem prolongue sua existência através da imagem que tem de si próprio e de outrem”. Essa questão de transferência do ser ou então do vir a ser do homem, por intermédio de construções materiais, pode ser discutida também a partir da afirmação de Benjamin (1987, p.31): “a obra é a máscara mortuária da concepção”.

O edifício Guilherme Naumann possui dois andares e está localizado na Praça Marechal Floriano Peixoto nº 129, no Centro Histórico da cidade, pertencente à UEPG e serve de sede para a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, daí ser conhecido como prédio da PROEX. A construção foi iniciada por volta de 1900 e concluída em 1906. Depois da Catedral, destacou-se como um dos prédios mais altos da cidade. Em função de sua localização privilegiada, o edifício era visto dos mais diversos pontos.

Figura 23 – Edifício Guilherme Naumann – Década de 1920



Fonte: Acervo particular da autora (2016)

Notas: → Edifício Guilherme Naumann na sua concepção original
→ Catedral de Sant'Ana
→ Curiosidade: Cemitério Municipal São José

Figura 24 – Edifício Guilherme Naumann – Década de 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (1995)

Guilherme Naumann dividiu sua propriedade em dois setores: a parte inferior, que era a sua loja, e a parte superior, que servia de morada da família. Manteve sua loja de ferragens naquele local até 1933, quando a mesma foi vendida para o Sr. Proxedes Gonçalves Pereira, residente na Capital (Curitiba) que, a partir de então, não ocupa o imóvel, passando a alugá-lo a outras pessoas.

O prédio, que era construído para moradia e comércio, passou a receber as mais diferenciadas funções, sendo adaptado à exigência de cada uma delas, o que veio a descaracterizá-lo tanto interna como externamente. A primeira função a ele designada foi a de sede do Serviço de Telégrafo e mais tarde sede da Companhia de Correios e Telégrafos, a qual permaneceu no imóvel por mais de 10 anos. Com a saída do serviço de Correio e Telégrafo, o prédio voltou a assumir novamente uma atividade comercial, desta vez como sede da farmácia do Dr. Jayme Gusmann⁶⁸ que, além do comércio farmacêutico, possuía no local um laboratório de manipulação.

O proprietário do edifício, Sr. Proxedes, após a desativação da farmácia, vendeu-o para o Governo do Estado do Paraná, sendo então instalada no local a Faculdade de Odontologia. Esta nova função permaneceu por dois anos, quando a Faculdade foi desativada por não ter sido reconhecida pelos órgãos oficiais de ensino superior. Depois de algum tempo desocupado, o Governo do Estado instalou no local

⁶⁸ Dr. Jayme Gusmann, era farmacêutico e professor da antiga Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ponta Grossa.

os Escritórios do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, que permaneceu por volta de 10 anos. Com a transferência do DER para sede nova e própria, o Governo do Estado permitiu que no local fosse instalada a Sede dos Escoteiros de Ponta Grossa, bem como a Creche Pureza Ribas. A saída destes dois órgãos aconteceu em função do precário estado de conservação em que se encontrava o prédio. O prédio, construído no início do século, adentrou a década de 1980 bastante descaracterizado do seu original.

A partir de 1980, a UEPG passou a solicitar ao Governo do Estado o direito de uso do imóvel e, no governo de José Richa, foi lavrada em cartório uma Escritura Pública de Cessão de Uso de Imóvel, sendo o órgão cedente o Governo do Estado do Paraná e como outorgada cessionária a UEPG. Ocorreu um trabalho de recuperação parcial do prédio e, a partir de então, tornou-se sede do Centro de Criatividade, posteriormente passando a abrigar a PROEX. Tornou-se também um espaço para exposições de artes plásticas, e um local onde a Universidade oferece para a comunidade os mais variados tipos de cursos como: pintura, escultura, serigrafia, canto e instrumentalização musical. Em 1990, o edifício foi tombado pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico do Paraná.

Se em relação ao prédio do Fórum há registros de seus criadores, com o prédio da PROEX não ocorre o mesmo. Não se conhece o autor do projeto, nem seu construtor, e existem grandes incógnitas sobre esse edifício e seu proprietário. Apesar de ter sido uma grande loja de ferragens, não foram encontrados documentos em relação à sua história. Percorridos jornais, álbuns e revistas da época, além de uma pesquisa no “Arquivo da Prefeitura”, nenhuma referência foi encontrada. Mas o prédio está lá, e o que chama atenção foi a sua permanência pois, com exceção do Prédio do Fórum, todas as antigas construções da Praça Marechal Floriano Peixoto já desapareceram. Este prédio, com suas características arquitetônicas, a qualidade dos detalhes internos e externos, bem como a sua privilegiada inserção no espaço urbano, confere-no inquestionável importância.

Essa afirmação solidifica a questão colocada no início, além de este prédio estar bem localizado estrategicamente do ponto de vista geográfico que ele também estava num local privilegiado do ponto de vista econômico, na região nobre da cidade. Imponente edifício de dois pavimentos, sem recuo de testada, construído no

alinhamento da rua⁶⁹, suas paredes são de alvenaria de tijolo e sua cobertura de duas águas, completadas com telhas francesas. De acordo com o Código de Posturas do município, por ser uma construção sem recuo, o telhado é escondido por uma platibanda abalaustrada, quer dizer, platibanda é vedada por balaústres⁷⁰, formando uma moldura, era completada por pontas em forma de pequenos globos.

Na fachada do prédio, destacam-se ressaltos em massa em cima das janelas, que merecem ser referenciados pela técnica e perfeição com que foram executados. Na parte térrea, os paramentos são tratados a bossagem e, no superior, são lisos com adornos de sobreverga em volutas⁷¹. Os vãos das janelas superiores são rasgados e guarnecidos por guarda corpo de balaústres, isto é, sacadas abalaustradas. Completam a fachada dois balcões sobre robustos modilhões, que são ornatos em forma de S invertido.

Figura 25 – Dois momentos: década de 1930 e 2015



Fonte: Disponível em: uepgfocafoto.wordpress.com (2016)

⁶⁹ A construção sem recuo de testada é uma característica em todas as casas no centro da cidade até por volta de 1940, somente diferenciando-se deste tipo de construção a Vila Hilda.

⁷⁰ Balaústres, são pequenas colunas, que podem ser de madeira, pedra ou metal, que sustenta, junto com outros iguais, regularmente distribuídos, uma travessa, um corrimão ou um peitoril. No caso da PROEX, a platibanda é composta por balaústres.

⁷¹ Sobreverga significa verga sobre verga. Verga é uma peça de pedra ou madeira que se põe horizontalmente sobre ombreiras de portas ou janelas. E volutas são ornatos espiralados.

Figura 26 – Detalhes arquitetônicos do edifício - 2015



Autor: Desconhecido

Fonte: Disponível em: lembrancasdeumtempo.wordpress.com (2016)

Observar o prédio da PROEX é afirmar que a arquitetura pode ser um aspecto visual da história. Neste sentido, pode-se levantar a hipótese de que, nas suas linhas arquitetônicas, em sua localização geográfica, seu proprietário procurava mostrar – no aspecto exterior de sua residência – o valor econômico que o prédio possuía, pois muitas vezes a amplidão das formas exibe o poder de seu possuidor. Foi construído numa época em que o discurso de progresso e modernização, por meio do crescimento urbano, era vivo na cidade. Quem possuía um destaque econômico transferia para sua propriedade ornamentos tais como a dizer “aqui a riqueza existe”. Afirma Coelho Neto (1997, p.41) que “o modo de disposição e de atribuição de significados ao espaço é na verdade um dos elementos da infraestrutura do comportamento humano”.

Convém destacar que o prédio sofreu várias alterações durante os anos de sua existência, para que fossem cumpridas as funções que a ele delegavam. Na fachada externa, ora abriam novas portas, ora fechavam-nas, transformando-as em janelas. Os diferentes usos que se faz de um certo espaço e os diferentes sentidos que se atribuem a ele, conforme a cultura e a época, podem levar a uma descaracterização da função original do bem, e isso aconteceu nesse prédio. O prédio preservado não pode ser visto somente como uma estética bonita ou feia. Preservar não significa idolatrar o passado. A postura do historiador frente a esses problemas deve ser de observação da arquitetura de uma maneira em que ela não se encerra, mas avança sobre o espaço. Afirma Argan (1992, p.236),

[...] a arquitetura privada se torna comunicação de valores reais ou atribuídos: ela denuncia, não só com o luxo ou a grandeza, a condição social ou apenas econômica dos proprietários, mas também com a repetição de símbolos de prestígio tomados de empréstimo aos monumentos-modelos e com sua própria situação no contexto urbano.

Para o pesquisador, o bem deve ser analisado, visto como um referencial, um documento, um registro de informações que foram deixadas e podem ser resgatadas. Deve-se entender que tudo o que aparece como realizações, dentro do contexto da cidade, pode ser interpretado e a ele dado um valor. Não importa somente preservar ou conservar um monumento segundo critérios de julgamento ou atribuição de valores dados por especialistas, mas o interesse deve residir, sim, em como o prédio pode continuamente ser reavaliado pela comunidade urbana, já que uma construção não é feita só de pedras, mas de homens. E são estes homens que atribuem valor às pedras, às construções e não somente os especialistas.

O valor de um bem é o que a comunidade lhe atribui e descobrir, estudar esses valores em épocas diferentes pode compor ações educativas no processo da educação patrimonial, pois o monumento só se transforma em documento a partir de como ele é analisado.

3.5 COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ

Atualmente, o prédio em questão abriga o Colégio Regente Feijó, com ensino Fundamental e Médio, não obstante sua construção original ter sido realizada para ser a Escola Normal de Ponta Grossa. Segundo a Reforma de Ensino realizada por César Prieto Martinez, Ponta Grossa foi a cidade do interior escolhida para ser sede de uma Escola Normal. Em 1922, foi inaugurado o novo edifício da Escola Normal de Curitiba. Destaca Luporini (1994, p.25),

[...] na Revista 'O Ensino', de abril de 1922, está registrada a notícia de que, brevemente, seria assinado contrato de construção do prédio que abrigaria a Escola Normal de Ponta Grossa, sendo em seguida, lançada a pedra fundamental que marcaria o início do empreendimento.

Após concluída a construção do prédio, em 27 de fevereiro, na Praça Barão do Rio Branco, aconteceu a sua inauguração. Várias autoridades compareceram ao ato, além do corpo docente e discente da Escola e de outros estabelecimentos de ensino

do município⁷². As aulas da Escola Normal Primária iniciaram-se em março de 1924 e, juntamente, passaram a funcionar a Escola de Aplicação, Escola Complementar e Jardim de Infância. Estava, assim, Ponta Grossa equipada com uma Escola possuidora de regulamento próprio para realizar a prática pedagógica dos futuros professores.

Figura 27 – Colégio Estadual Regente Feijó – Década de 1930



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

Com o constante crescimento que acontecia desde o início do século e se acentuava na década de 1920, necessitava a cidade, na época, de um estabelecimento de ensino secundário. Naquela época, os alunos do interior do estado matriculavam-se no Ginásio Paranaense da Capital. Como a procura por vagas nesse estabelecimento crescia ano após ano, aventou-se a possibilidade de o Ginásio ser ampliado. Porém, a medida adotada para suprir as necessidades de ofertas de vagas foi solucionada de outra maneira. Resolveu-se que era preferível criar um novo ginásio no interior do Estado, em vez de ampliar o Ginásio da capital. Escolhido o município de Ponta Grossa, o parecer nº 11 de 21 de fevereiro de 1927, publicado no Diário Oficial, criava oficialmente o Ginásio Regente Feijó.

Para a sede do estabelecimento, o Governo Estadual adquiriu um amplo prédio na Rua Dr. Colares. Nomeados os primeiros professores, no dia 28 de março

⁷² Entre as autoridades presentes, destaca-se Dr. Caetano Munhoz da Rocha (Presidente do estado), o Sr. Alcides Munhoz (Secretário Geral do Estado), César Prieto Martinez (Inspetor Geral do Estado), Coronel Brasília Ribas (Prefeito de Ponta Grossa), Dr. Joaquim Meneleu de Almeida Torres (Diretor do estabelecimento), entre outros.

de 1927, foi inaugurado solenemente o Ginásio.⁷³ Presentes ao ato inaugural estavam o Governador do Estado e autoridades municipais⁷⁴, sendo que o Corpo Docente, composto de seis membros, prestou com solenidade a promessa legal do compromisso assumido. Como o prédio adquirido pelo Governo do Estado na Rua Dr. Colares era na realidade uma residência, foram necessárias várias reformas para deixá-lo com as condições exigidas para o ensino. Sendo assim, as aulas do início do ano de 1927 foram dadas no Edifício da Escola Normal Primária. Depois de alguns meses, terminadas as obras de reformas, o Ginásio mudou-se para sua sede própria.

Figura 28 - Construção original do Colégio – Década 1930



Fonte: Disponível em: <http://www.panoramio.com> (2016)

Nota: Por muitos anos foi a Escola de Aplicação e Escola Normal e hoje é sede do Centro de Cultura

Em 1938, o Decreto nº 6150 determinou a fusão do Ginásio Regente Feijó à Escola Normal de Ponta Grossa (LUPORINI, 1994). As escolas, porém, funcionavam em prédios separados: a Escola Normal na Praça Barão do Rio Branco, e o Ginásio Regente Feijó na Rua Dr. Colares. Com o aumento significativo de alunos matriculados no Ginásio Regente Feijó (800 aproximadamente), em 1939, foi realizada a troca dos prédios: a Escola Normal passou a ocupar o edifício da Rua Dr. Colares, desocupando o local que lhe havia sido destinado; e o Regente Feijó passou a ocupar o prédio da Praça Barão do Rio Branco, onde está até hoje.

⁷³ Existem divergências de datas, e alguns autores referenciam 1/04/1927, como data oficial de inauguração.

⁷⁴ Governador do Estado Caetano Munhoz da Rocha. Prefeito de Ponta Grossa Victor Antonio Batista.

Figura 29 – Colégio na década de 1920



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite

Figura 30 – Colégio da década de 1940



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite

Na década de 1950, foi revogado o decreto que havia anexado as duas escolas. A partir de então, configuraram-se o Instituto Estadual de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez e o Colégio Estadual Regente Feijó. Apesar da troca de prédios, da fusão das escolas, o Regente, como é carinhosamente chamado na cidade, está muito mais presente na memória da população que o Instituto de Educação (Escola Normal). Sabe-se que a memória é, por sua natureza, uma qualidade seletiva e subentende duas operações: a de lembrar e a de esquecer. Mas neste caso não é a questão de esquecer a Escola Normal, esta problemática pode ser explicada pela presença marcante do Regente Feijó no cotidiano e no imaginário das pessoas, fazendo com que seja constantemente lembrado em detrimento à outra escola.

O Colégio é todo carregado de um referencial imaginário muito forte, que está presente não só na sua arquitetura e localização,⁷⁵ mas também na importância educacional que a população lhe atribui. Nesse colégio estudaram pessoas oriundas de várias classes sociais, e a partir de 1970 ele vai se caracterizar como um grande colégio popular, o que pode até justificar o carinho que a população por ele, tanto pelo prédio como pela escola em si. Isto se justifica com a afirmação de Canclini (1994, p.97): “os produtos gerados pelas classes populares costumam ser mais representativos da história local e mais adequados às necessidades presentes do grupo que os fabrica. Constituem, neste sentido, seu próprio patrimônio”.

⁷⁵ O Colégio Estadual Regente Feijó está localizado na Praça Barão do Rio Branco (também conhecido por Ponto Azul). Além de ser uma zona central de grande movimento, esta praça foi por muitos anos o Terminal Rodoviário Urbano da cidade. Por isso, o fluxo de pessoas no local era intenso.

Como já foi referenciado, o edifício foi construído para ser sede da Escola Normal de Ponta Grossa, num período em que o Governo do Estado do Paraná⁷⁶, por intermédio de seu Inspetor Geral de Ensino, César Prieto Martinez, promoveu uma Reforma de Ensino. Entre outros objetivos, visava à construção de novas escolas, dentro dos “preceitos pedagógicos modernos” (LUPORINI, 1994, p.38), sugerindo inclusive as características que deveriam ser as ideais nos prédios escolares, propondo também a reforma adequada das já existentes. Essa construção de prédios modelares fazia parte de sua obra pedagógica, ao passo que tanto a Escola Normal de Curitiba como a de Ponta Grossa e Paranaguá foram construídas “atendendo a todos os requisitos para que ali se desenvolvesse o melhor ensino: salas amplas, ambientes e bibliotecas, entre outros” (LUPORINI, 1994, p.39).

É importante ressaltar que, neste período (década de 1920), o Paraná passava por grandes transformações de natureza econômica. A cultura ervateira crescia sensivelmente, criando uma sociedade que ostentava seu poder por meio de suas construções. A ferrovia estendia-se por toda a região dos Campos Gerais, interligando regiões até então fora do circuito econômico. Destaca-se também o movimento cultural, com a criação e instalação da Universidade do Paraná.

Em termos de educação, as reformas em vigência tinham um caráter nacionalista, uma vez que nos currículos escolares, recomendavam-se festas escolares e eventos para homenagear fatos e personagens, objetivando o engrandecimento do passado nacional. Esta necessidade de construir uma nova imagem nacional, por meio de representações, configurava-se pela descentralização política e surgimento de espaços para o regionalismo. No Paraná, este período de construção regional chama-se Paranismo.

Neste contexto que surgiu o prédio do Colégio Regente Feijó. Em 1922, foi registrada a notícia no Estado de que a pedra fundamental, que marcaria o início da construção, fora lançada. Dois anos após, em 27 de fevereiro de 1924, o prédio foi oficialmente inaugurado e passou a fazer parte do contexto educacional da cidade, bem como da sua paisagem urbana. Presentes ao ato inaugural estavam as autoridades, e também parte da população da cidade, tal como aconteceu com a inauguração do Parque Infantil em 1935.

⁷⁶ Governador do Paraná Caetano Munhoz da Rocha.

A solenidade foi uma festa, pois segundo registros encontrados nas Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa, a existência de uma Escola de Ensino Secundário na cidade, vinha ao encontro dos anseios da população, tornando Ponta Grossa o principal centro educador do interior do Estado. Jovens de todo o interior passaram a deslocar-se para estudar em Ponta Grossa, não necessitando ir até Curitiba.

O local escolhido para a construção do prédio localizava-se em zona urbana de moradias, em frente à Praça que, futuramente, seria denominada Barão do Rio Branco. Conforme foi referenciado na descrição da construção da Vila Hilda, essa região fugia dos ambientes privilegiados para a construção, situando-se mais ou menos cinco quadras abaixo da Catedral do Bispado, o que evidencia um crescimento e alargamento urbanos de uma região que até final do século era pouco povoada. A partir de 1910, a cidade cresceu para esta direção. Conforme consta no Álbum do Paraná de 1923, o Projeto da Escola Normal de Ponta Grossa foi de autoria do “Sr. Dr. Carlos Ross, Director das Obras Públicas do Estado do Paraná, autor também dos belíssimos projetos da Escola Normal da Capital e de Paranaguá. O constructor da Escola Normal de Ponta Grossa, foi o sr. Max Stoltz” (ÁLBUM..., 1923).

Figura 31 – Construção do Colégio na década de 1920



Autor: Desconhecido

Fonte: Álbum de Ponta Grossa – 1923

Em 1923, as obras da Escola já estavam bastante adiantadas. Situava-se à frente do prédio o Parque onde eram realizadas as aulas de Educação Física, bem como as comemorações cívicas da escola. Na gestão do Prefeito José Hoffman, esse parque foi incorporado à Praça Barão do Rio Branco e as aulas de Educação Física passaram a ser realizadas no pátio interno. Essas aulas eram uma exigência da

Reforma de Ensino⁷⁷, efetuada por Cesar P. Martinez. Entende-se o porquê de o logradouro estar por vários anos inserido na área arquitetônica pertencente à Escola. Várias atividades foram realizadas em praça pública, evidenciando a afirmativa de Martinez,

[...] eis aí a verdadeira escola republicana: o pobrezinho, o remediado e o rico desconhece, nesses momentos, suas posições para conhecerem apenas o amor e a simpatia que os aproxima. Quando um dia o destino tiver que escolher os eleitos do povo, eles bem sabem que cada um pode ser chamado, porque todos são iguais (LUPORINI, 1994, p.33).

Figura 32 – Colégio e a Praça Barão do Rio Branco



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa

Nota: Praça onde eram realizadas comemorações e aulas de educação física do Colégio

Ao apresentar seus alunos em atividades, seja física ou comemorativa, a Escola mostra a sociedade ou cria a ilusão do ideal republicano, em que todos são iguais e pertencem a um passado único. Destaca-se ainda que, próximo à escola, estavam dois prédios de Escolas Particulares: o Colégio Sant'Ana e o Colégio São Luiz. É de supor que o prédio público, dentro do contexto histórico da época, não poderia ser de uma arquitetura simples, até mesmo para não ser ofuscado pelos outros dois edifícios. O prédio do Colégio Regente Feijó era a imagem do Estado nacionalista, maior, mais imponente.

Acredita-se que a força do nacionalismo e da igualdade pregada pela República e discursada na época precisava de um suporte material, com um valor

⁷⁷ Na reforma de Cesar Prieto Martinez, inseriam-se passeatas, apresentações de exercícios ginásticos e atividades cívicas.

referencial forte. Posteriormente, durante o Governo de Getúlio Vargas, esse discurso ideológico também se efetivou, ou seja, a força do Estado fez-se presente em todos os setores sociais. Apesar dos problemas enfrentados pela sociedade, em todos os níveis (municipal, estadual e federal), ocorria na época aquilo que Munford (1998) afirma ser a “arquitetura da compensação”, oferece-se ao povo, “pedras grandiloqüentes”, apesar de subtrair dele inúmeros privilégios.

A construção do prédio em si pertencia, como de praxe na época, ao estilo eclético, apresentando vestígios do estilo clássico e da "art nouveau". Segundo Lyra (1994, p.180), “impõe-se no conjunto pela sobriedade e imponência de sua arquitetura. Exemplo do ecletismo da época, possui um repertório simples de ornamentos”. É uma construção de dois pavimentos, localizada em uma esquina, com jardim a sua frente. Sólida construção, que tem alicerces de pedra e paredes de tijolos. O pavimento superior é arrematado por platibandas que escondem o telhado composto por telhas tipo Marselhesa. Apresenta sequência de janelas retangulares com ornatos de massa, sob e sobre os vãos. O pavimento inferior possui revestimento à bossagem, repetindo a sequência de coberturas do andar superior, com janelas vergamente arredondadas. A ordem diferenciada de janelas evidencia o estilo clássico, é uma homenagem do eclético ao clássico.

O discurso arquitetônico do prédio desenvolve-se vagaroso e tranquilo, correspondente às suas funções. É uma construção de uma linguagem compacta e coerente com o discurso ideológico do nacionalismo da época. Evidenciam-se, na construção, carrancas de leões que podem ser interpretados na linguagem nacionalista da época, como a força do Estado, expressa na arquitetura.

Figuras 33 e 34 – Detalhes arquitetônicos do Colégio - 2000



Fonte: Acervo Particular da autora

Essa questão (leões) é muito controvertida e muito intrigante, pois os mesmos aparecem também nas escadarias do Fórum. O que significavam? Adereço da Arquitetura? Demonstração de força e superioridade? Essas indagações que o prédio mostra, demonstram uma outra leitura que o pesquisador pode fazer em referência ao bem histórico.

Os espaços que se chama de exteriores, e que se relacionam com o edifício, são ao mesmo tempo interiores em relação à cidade. Por isso, o conjunto arquitetônico deve ser visto tanto externamente como internamente. É uma questão de sensibilidade familiarizar-se com as diferentes linguagens e fisionomias do edifício, dentro do contexto espacial em que está inserido. O prédio do Colégio Regente Feijó deve ser visto como um todo; em um determinado período, ele procurava demonstrar fora de suas paredes o seu objetivo educacional, e em outro, é na qualidade do conjunto interior que ele demonstra sua força. Força esta que ficou presente na memória da sociedade ou de todos aqueles que lá estudaram.

A realidade de um edifício não consiste em quatro paredes e no teto, mas no espaço contido, no espaço dentro do qual se vive e se realizam as atividades a que se propõe a construção.

Em 1939, quando o Ginásio Regente Feijó passou a ocupar o prédio, ele contava com dez salas de aula no pavimento térreo e mais dez no superior. Na década de 1950, sofreu algumas alterações com um acréscimo nas partes laterais, fazendo o prédio prolongar-se de ambos os lados até o nível da rua, eliminando os jardins laterais.

Figuras 35 e 36 – Colégio na sua concepção original e com os acréscimos



Autor: Desconhecido

Fonte: Antigamente Ponta Grossa / Acervo particular da autora

As salas originais atendiam a uma proposta pedagógica, pois eram ambientadas de acordo com a disciplina ali ministrada. Como forma de ilustração, destaca-se a sala de geografia, que era equipada com mapas dotados de dispositivos que permitiam baixá-los ao nível desejado pelo professor. A escola contava ainda com sala de Biologia e História Natural, Laboratório de Física e Química, mais a biblioteca.

Figura 37 – Sala de Geografia – Década de 1940



Fonte: Acervo Museu Campos Gerais – UEPG (2016)

Nos corredores do pavimento superior, enfileiravam-se ao longo das paredes os quadros de formatura das turmas que colavam grau. O primeiro quadro era de 1931. “Eram quadros de madeira, muitos deles de tamanho considerável, com formatos os mais diversos, entalhados. Verdadeiras obras de arte da marcenaria local” (CHAMMA, 1980, p.35).

Em 1965, a direção do colégio, resolveu pintar internamente o mesmo, sendo os quadros retirados e guardados num depósito no subsolo. Local úmido e sem ventilação, rapidamente os quadros foram danificados, tanto que, em 1970, quando se tentou recuperá-los, não foi mais possível. Junto com esses quadros, foi uma boa parte da memória do Colégio. Da mesma forma, a totalidade do material das salas ambientes não existe mais. Esses quadros e esses materiais pedagógicos mereceriam um estudo mais aprofundado, se não tivessem desaparecidos.

O prédio do Colégio Regente Feijó foi tombado pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná em 1990 e transformado em um Patrimônio Histórico protegido por lei. O prédio merece ser protegido e conhecido, não pelo seu valor meramente arquitetônico, mas como um referencial da memória da educação na cidade e das relações sociais que por ela aconteceram e acontecem. Segundo Foucault (1994,

p.144), “a arquitetura não é apenas considerada como um elemento no espaço, mas é especialmente pensada como uma imersão no campo das relações sociais, onde evidencia certos efeitos específicos”.

Figura 38 – Colégio Regente Feijó - 2015



Autor: Domingos Silva
Fonte: Acervo Foto Elite (2015)

A história desse prédio não é apenas uma história monumental do ponto de vista material, ela é importante enquanto memória coletiva do passado, consciência crítica do presente e premissa do futuro. Muito de seu cotidiano ainda pode ser resgatado, pois ela permanece viva e atuante no processo educacional da cidade. É o espaço onde as relações são permanentes e duradouras.

3.6 COMPLEXO DA REDE FERROVIÁRIA

No início do transporte ferroviário no Paraná, devido à sua localização geográfica, Ponta Grossa foi beneficiada, alcançando até 1940 a condição de maior cidade do interior. Já é lugar comum entre os historiadores de Ponta Grossa, afirmar que “A História de Ponta Grossa é a história de seus caminhos”. Primeiro o Caminho das Tropas, posteriormente a ferrovia e a rodovia. Em função da ferrovia, a cidade cresceu e adquiriu uma fisionomia própria, diferentemente das outras cidades que tiveram sua origem vinculada também ao tropeirismo. A ferrovia ajudou na configuração da urbanização de Ponta Grossa.

Após a conclusão do trecho que ligava Curitiba ao Litoral, a "Compagnie Générale de Chemins de fêr Bresiliens" ampliou sua extensão para o interior do Estado, chegando com os trilhos até Ponta Grossa. Essa ampliação justificava-se pelo fato de que a erva-mate explorada nas regiões interioranas, devido à falta de estradas de rodagem e a precariedade das que existiam, não alcançava um índice satisfatório de exportação. Aliado a isso, existia o grande contingente de colonos imigrantes (entre os quais se destacam poloneses e ucranianos) que chegavam ao Paraná e eram fixados em colônias na região de Curitiba e dos Campos Gerais. Esses colonos, posto que produzindo, não tinham como escoar a sua produção. Ressalta-se que a ampliação dessa ferrovia foi um fator importante para a fixação do colono, não somente como incentivo à produção agrícola, mas também para a utilização de sua mão de obra nos trabalhos de construção da ferrovia.

Com a abertura da Estrada de Ferro de Curitiba a Ponta Grossa, também a economia do mate sofreu sensíveis alterações. A produção chegava até Ponta Grossa transportada pelos carroções escravos e daí era enviada a Paranaguá, via Curitiba. Ponta Grossa tornou-se, então, o ponto terminal da Estrada de Ferro do Paraná, que se estendia de Paranaguá até os Campos Gerais. Para isso foi construída a Estação Paraná, localizada na Rua Benjamin Constant. A partir de sua inauguração em 1894, a Estação passou a prestar-se para os serviços de embarque e desembarques de passageiros, bem como para o transporte de cargas. Anexo à Estação, foi construído em madeira o barracão de cargas, substituído após um incêndio por um de alvenaria.

Essa Estação já estava funcionando quando, em 1896, foi dado início a uma nova Linha, que partiria de Ponta Grossa, fazendo uma ligação norte/sul, Itararé a Uruguai, conforme já citado. Essa construção foi subsidiada pela Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, passando a ser também o nome da Estrada de Ferro, que na década de 1960 passou a ser chamada de Estação Ponta Grossa.

O município passou a contar então com duas Estações. Devido à proximidade uma da outra (ocupavam um único pátio), a Estação Paraná passou a servir como entreposto de transporte de cargas, ao passo que a Estação São Paulo-Rio Grande (a maior) serviria basicamente para o embarque e desembarque de passageiros. Em função de ser uma Estação para passageiros, justifica-se o grande número de fotos existentes da mesma se comparada com a Estação menor (de cargas).

A Estação Paraná foi o primeiro prédio construído em Ponta Grossa para servir de estação do terminal ferroviário, fazendo a ligação Curitiba – Ponta Grossa.

Localizada na Rua Benjamin Constant, era uma construção simples, tendo em sua arquitetura “a singeleza das construções locais, harmonizava-se com o todo, tinha a “cara da cidade” (LAVALLE, 1996, p.81). Além disso, é interessante observar as semelhanças arquitetônicas de outras estações da região com a de Ponta Grossa. Pode ter sido um padrão estabelecido pela companhia construtora.

Construção de 1894, constituída de dois pavimentos somente no corpo central do prédio, denotava o sentido funcional do mesmo além das três janelas superiores, as três portas no térreo. Essa Estação foi construída por uma companhia francesa, que trouxe forte influência da arquitetura funcional, característica da Europa na segunda metade do século XIX.

Figura 39 – Estação Paraná – 1905



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Museu Campos Gerais (2015)

Figura 40 – Estação Paraná – 2014



Autor: Renato Pereira
Fonte: Acervo COMPAC/PMPG (2015)

Apesar de se afirmar na cidade que se tratava de estilo colonial luso-português, isso pode ser colocado em dúvida, uma vez que Portugal não tinha tradição de arquitetura francesa no período. Porém, o caráter funcional e utilitário estavam presentes nesse prédio, que foi construído para servir de embarque e desembarque (principalmente de cargas), mas também para a chegada e saída de passageiros. Sua função principal era a de atender a demanda do comércio de erva mate crescente na época.

Quando não se encontra um referencial muito vasto para trabalhar a forma de um edifício, tentar explicá-lo é um terreno muito perigoso para os historiadores. Supõe-se seu caráter funcional e utilitário a partir da função que foi determinada ao prédio no contexto de sua construção e de sua vida na cidade. Como afirma Lyra (1984, p.180): “Construção ladeada por duas alas: uma com porta e outra com duas. Meramente

utilitária, tem nas vergas de arco batido com chave saliente os únicos elementos ornamentais. A cobertura é em duas águas”.

O valor da preservação deste prédio não está vinculado à sua arquitetura propriamente dita, mas, principalmente, no valor referencial para a cidade. Ele (o prédio) foi marco de um período de crescimento econômico muito marcante para a região. A inauguração da linha que ligava Curitiba – Ponta Grossa, foi a responsável por sua construção e por marcar o fim de um modelo de locomoção (tropas), inaugurando a fase próspera trazida pela ferrovia. A sua preservação por meio do tombamento estadual protegeu um monumento importante para a história da cidade. Não o monumento vinculado exclusivamente à arquitetura, mas principalmente, como afirma Le Goff (1984, p.95): “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. Tombado em 1990, o prédio passou por uma restauração e hoje é sede da Casa da Memória de Ponta Grossa.

A Estação São Paulo - Rio Grande situada na Praça João Pessoa recebe a seguinte expressão, de acordo com Lyra (1984, p.180), “a segunda estação, maior e mais expressiva”. Por sua vez, para Lavallo (1996, p.82), “o edifício da Estação, de porte maior, destacava-se na época de sua construção por sua localização e porte, com um grande espaço aberto à frente, que parecia aumentar sua importância e tamanho”. Esse prédio, construído entre 1898-1900, teria a função de ser, além de um posto de entrecargas, uma passagem do trem internacional (Itararé-Uruguaí), por isso sua construção foi sólida, elegante e expressiva.

Figura 41 – Estação São Paulo – Rio Grande - 1900



Figura 42 – Estação São Paulo – Rio Grande - 1910



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Museu Campos Gerais (2016)

Ao contrário de outros prédios tombados, dos quais não existem dados sobre sua arquitetura original, o prédio da Estação é descrito por Ernesto Senna em 1900, quando esteve presente na sua inauguração, de forma detalhada:

A gare de Ponta Grossa está perfeitamente aparelhada com todos os requisitos de uma estação de primeira classe. O edifício principal é de construção sólida, elegante e econômica. Tem duas fachadas, uma voltada para a Avenida Fernandes Pinheiro e outra para a via férrea, onde corre uma confortável marquise cobrindo a plataforma de embarque dos passageiros. Tem dois pavimentos. No pavimento térreo, cujas entradas principais das duas fachadas estão no corpo central, acham-se instaladas a agência, o telegrapho, a bilheteria, o armazem de bagagens e o deposito. Um vasto salão cujas divisões de bellissima guarnição de madeira de pinho e imbuya, estylo manuelino [...], nos flancos deste salão estão collocadas as salas de espera para os passageiros de 1ª e 2ª classes. Por uma longa bem lançada escada, construída dos mais resistentes e bellos espécimes de madeiras do Paraná., tem-se acesso ao pavimento superior do edificio. [...] A mobília é simples, elegante e bem estabelecida para os fins em vista. É toda de imbuya e pinho do Paraná. Neste edificio onde se nota muita luz, muito ar, água em quantidade, sente-se perfeita compreensão das necessidades de uma administração de estrada de ferro. Diante desse edificio acha se construído um vasto armazém para mercadorias (p.5).

O espaço interior desse edifício denotava toda a importância dada a ele; também externamente as relações dimensionais do edifício, relativamente ao parâmetro urbano, seguiram todas as tendências daquilo que a Estação deveria expressar. Depois de inúmeras modificações, o prédio pode ser descrito como uma construção de dois andares, acompanhada por duas alas laterais⁷⁸ de um só pavimento, e o seu centro é destacado por um conjunto de frontões que avançam para fora do plano da parede principal, “arrematada por um frontão semicircular, sobreposto a uma platibanda vazada, ornada com acrotérios em forma de jarras nas extremidades” (LYRA, 1994, p.180).

Essa frontaria superior central ainda é destacada por três janelas retangulares que, na sua parte superior, têm um acabamento em forma de tímpanos; no térreo, destacam-se as três portas de acesso à estação, arqueadas. “Cunhais com caneluras e capitéis jônicos emolduram o andar de cima; e, com aparelho de bossagem, o de baixo” (LYRA, 1994, p.180). Pela observação desses detalhes, denota-se o alto grau de especialidade da mão de obra da época, pelo que se supõe que esses trabalhos eram feitos por um pedreiro de maior envergadura profissional.

⁷⁸ Tais alas laterais foram acrescentadas posteriormente, não faziam parte do edifício original, construído e inaugurado em 1900.

Entretanto, não existe em Ponta Grossa nenhum registro mais apurado dessa mão de obra qualificada, que realizou esses trabalhos não somente no prédio da Rede Ferroviária, mas também nos outros bens tombados. Sabe-se da história do prédio, mas muito pouco das pessoas que o fizeram, havendo uma lacuna que os historiadores ainda podem preencher por meio da História Oral. Resgatar a história desses bens tombados, mediante testemunhos orais, pode vir a se tornar um interessante campo de investigação, no que se refere ao Patrimônio pois, “a história não é mais monumental; ela é importante enquanto memória coletiva do passado, consciência crítica do presente e premissa operatória do futuro [...] A equivalência metafórica entre 'patrimônio' e 'memória coletiva', permanece como algo a ser conquistado” (JEUDY, 1990, p.13).

Neste prédio detecta-se mais uma vez a influência do ecletismo vigente na arquitetura da época, na qual se destacam as ordens diferenciadas das janelas, herança do clássico e também da "Art Nouveau", com a grande utilização do ferro. No final do século XIX e início do XX, as estruturas metálicas estiveram em voga no Brasil, chegando a caracterizar determinados tipos de arquiteturas oficiais, especialmente nos grandes edifícios públicos. Esse aspecto é percebido em Ponta Grossa, na construção da Estação Ferroviária, estando presente, também, na arquitetura do Fórum.

No espaço arquitetônico da Rede (interior e exterior), devem ser analisadas as atribuições dadas a ele, relacionando aspectos de função e valor, sempre considerando que um é prolongamento do outro. Mas, neste caso, em relação a esse bem, a atribuição de dois tipos de valor - “valor da função e função do valor” - (Argan, 1992), ocorre em níveis e épocas diferenciadas. Em um determinado tempo, ela teve a função de servir à sua cidade, seja com o transporte de pessoas, mercadorias, ou ainda como fator de geração de progresso. Muitos que dela utilizavam, percebiam seu valor imediato funcional, mas não o valor estético, o valor como obra arte, e o agravante de tudo isso é a grande parte da população, que na época do tombamento, não conseguiu identificar no prédio o valor histórico e cultural.

Depois (1990), o prédio modificou-se, e adaptou-se às exigências que a ele atribuíram. Sua estrutura física permaneceu, pois, muitas vezes a estrutura do prédio é permanente e duradoura, e a decoração e os detalhes são na realidade o que muda.

Figura 43 – Estação São Paulo-Rio Grande –
Década de 1940



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Casa da Memória

Figura 44 – Estação São Paulo – Rio Grande -
2008



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo SMICT/UEPG/SESI – Celso Parubocz

Com relação à Rede Ferroviária, destaca-se, mais uma vez, não só sua importância econômica para a cidade, mas também a diferenciação de espaços que sua estrutura física criou, dividindo a cidade em dois setores tornando-se quase que fatal, o processo de tombamento da mesma. Logo, dividindo a cidade, houve um setor que cresceu substancialmente.

Após a desativação de toda a estrutura física da Rede Ferroviária, com sua transferência para outro local, gerou-se a polêmica: o que fazer com um espaço no centro da cidade, extremamente valorizado e pertencente à comunidade? Como unir dois setores urbanos que sempre foram divididos, sem prejudicar o valor histórico do espaço? Vários projetos foram criados, discussões foram feitas entre técnicos, porém, com a mudança da estrutura política na cidade, em decorrência de eleições, o projeto escolhido privilegiaria a construção de um grande shopping center. Nesse momento, quando os dois prédios foram ameaçados de desaparecimento, alguns setores da cidade manifestaram-se e solicitaram o tombamento.

A extensão da Estrada de Ferro do Paraná até Ponta Grossa e, posteriormente, a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande - EFSPRG aceleraram o desenvolvimento econômico da cidade e da região, bem como ampliou sensivelmente a configuração urbana de Ponta Grossa. Apesar de a erva-mate já fazer parte da economia de Ponta Grossa, a estrada de ferro facilitava o seu transporte, tornando-a, no início do século, um dos principais produtos da economia da região, com um aumento significativo de engenhos de beneficiamento.

Com o transporte facilitado para o litoral, Ponta Grossa cresceu no setor comercial e, mais tarde, no setor madeireiro, atraindo, inclusive, inúmeras serrarias para a região. A estrada de ferro chegara à cidade num período de estagnação econômica decorrente da perda de importância da atividade tropeira, que tinha sido o suporte da economia paranaense. Além disso, segundo Lavalle (1996, p.81),

[...] com a inauguração de um grande trecho dessa ferrovia, a cidade tornou-se passagem obrigatória para quem se deslocava por esse meio de transporte entre o extremo sul e São Paulo. A essa dinamização da região, que passou das mulas para o trem, acrescenta-se que por alguns anos, os escritórios centrais da nova ferrovia localizaram-se em Ponta Grossa, enquanto se construíam alguns trechos da mesma.

A cidade, que já passava nessa época por um pequeno desenvolvimento urbanístico, transformou-se, abrindo espaço para uma nova região, ampliando o seu quadro urbano: “foi um elemento novo num centro urbano de ruas estreitas e acidentadas” (LAVALLE, 1996, p.81). Além disso, a ferrovia que se instalou, em função de sua importância como centro de irradiação para outras regiões, trouxe consigo toda a estrutura de uma grande empresa, jamais vista na cidade. Junto com ela foram implantados “pátios de manobras, oficinas, estações de cargas e passageiros, depósitos, usinas de tratamento de dormentes e trilhos (MONASTIRSKI, 1997, p.49).

Figuras 45 e 46 – Estrutura da Rede Ferroviária – Década de 1930



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória - 2015

Influenciou também em aspectos sociais e culturais, pois devido ao grande número de funcionários, em 1906, foi inaugurada a “Associação Beneficente 26 de Outubro”, para dar atendimento médico aos ferroviários e seus familiares, tanto da cidade como da região, além de efetivar a fundação de uma escola profissionalizante.

Fundou-se uma Cooperativa e ampliou-se os limites urbanos do município com a criação de vilas operárias.

Figura 47 – Antigo Hospital Ferroviário 26 de Outubro – Década 1960



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Museu Campos Gerais

Paulatinamente, o espaço amplo onde se localizava propriamente a Estação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foi recebendo inúmeras melhorias, transformando-se no espaço visual mais bonito da cidade não só no seu prédio.

Figura 48 – Acesso Estação – Década de 1910



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite

Figura 49 – Década de 1950



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite

A vida econômica da cidade se desenvolveu muito em função da ferrovia: empregos foram gerados (com eles também conflitos sociais de classe), a vida comercial reativada, a urbanização crescente. Tudo isso fez com que aumentasse a vinda de imigrantes e também de migrantes de outras regiões. Sabe-se que, com a desagregação da sociedade campeira, em função do término da rota das tropas, muitas cidades que surgiram de um pouso de tropeiro entraram em crise econômica.

Assim, Ponta Grossa foi o alvo da atenção desses habitantes que, fugindo da falta de perspectiva em suas cidades, migravam para esta região. Outro fato decorrente da ferrovia foi o aumento da população que, por sua vez, propiciou, também, o aumento da própria ferrovia.

Mas o que mais chama a atenção, quando se estuda a implantação da ferrovia na cidade, foi a modificação que ocorreu nos hábitos cotidianos. A estação transformou-se num local de encontro, de saída e de chegada, de comemorações, e, se os documentos não registraram, ou se registraram perderam-se com o tempo, as fotos conseguiram segurar traços e vestígios da época.

Tornou-se um hábito, para muitos, aguardar a chegada de certas composições que vinham de São Paulo, de Curitiba, do Sul, para saber as novidades, que chegava ou saía da cidade. As autoridades federais ou estaduais eram recebidas com banda de música, concentração escolares e o povo, que prestigiava essas ocasiões (LAVALLE, 1996, p.83).

Figuras 50 e 51 – Comemorações – Década de 1930



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente em Ponta Grossa

Uma das características marcantes de Ponta Grossa sempre foi sua topografia: o início do núcleo urbano foi sobre uma colina, por isso a cidade é marcada por regiões íngremes e grotões. Essa topografia dividia a cidade em setores, fazendo surgir expressões tais como: no alto da colina, na região alta, entre outras.

A ferrovia chegou e, com o passar dos anos, ficou evidenciada a divisão que ela também causou na cidade, como se os seus trilhos fossem um rio divisor, com a cidade crescendo ao seu redor, surgindo então novas expressões, “para lá da linha”, “depois da linha”, vindo de determinados bairros ou indo para eles. Só se chegava ao centro ou ao bairro, depois de passar a linha.

Figura 52 – Vista aérea do Complexo Ferroviário – Final Década de 1970



Fonte: Acervo Foto Elite

Notas: → Edificações da Estação

→ Malha ferroviária que cortava o centro de Ponta Grossa até 1990

A partir de 1960, as ferrovias no Paraná começaram a entrar em decadência, principalmente em decorrência do sistema rodoviário, que se alastrava por todo o Estado. Em 1980, a Rede Ferroviária começou, paulatinamente, a transferir suas instalações para o bairro de Uvaranas. Em 1985, tiveram início as negociações entre Rede Ferroviária Federal e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Em 1988, foi efetivada a compra do Pátio Central da Rede e de todas as instalações pertencentes a ela.

Essa região cresceu sensivelmente com o forte comércio que ali se instalou, principalmente aquele organizado pelos imigrantes turcos e sírios vindos para a cidade, surgindo, com isso, inúmeros hotéis. Hoje, a Rua Coronel Cláudio ainda é chamada pela grande maioria da população, mesmo pelos mais jovens de "Rua da Estação" ou ainda "Rua dos Turcos". Sem dúvida, é o espaço da cidade que mais suscita análise. Ainda é possível, por meio do Patrimônio Edificado que está presente, estudar cada elemento encontrado, descobrir modos de vida, hábitos, estratificações sociais, transformações e comparar, com os dados recolhidos por intermédio da história oral, a versão de quem fez ou ainda faz uso daquele espaço urbano.

Em Ponta Grossa, a prática da preservação de seu patrimônio histórico ainda se vincula à teimosia de poucos que tentam preservar algum referencial. Muitas vezes, a prática preservacionista entra em choque com a ideia de progresso e modernização. Isto pôde ser bem visualizado na cidade, quando a Rede foi totalmente descaracterizada para ser vendida para a propriedade privada, justificada por um

discurso de modernização e de progresso. Deve-se entender que a preservação pode se transformar num campo de valorização da qualidade de vida de seus habitantes, da busca de sua cidadania, da preservação do bem cultural, como um sentimento de liberdade a si própria, a partir do envolvimento um pouco mais profundo da comunidade com as questões relativas à sua cidade.

A prática preservacionista e o envolvimento da comunidade são uma tarefa que está em permanente construção, mas ainda muito difícil. A resposta a isso dá-se por dois motivos: em primeiro lugar, preserva-se a história das classes dominantes (elitismo), os prédios que constituem o patrimônio, ainda em sua grande maioria, são aqueles relacionados com a produção cultural de uma minoria. Por exemplo, em Ponta Grossa, na preservação da Vila Hilda, verificou-se a vinculação da casa ao seu proprietário; porém, toda uma referência da mão de obra qualificada que participou da construção, praticamente foi esquecida, ou então, não lembrada. O cotidiano de seus moradores também não mereceu destaque. Nesse processo de seleção histórica para justificar a preservação, inúmeras criações culturais relevantes foram perdidas.

Em segundo lugar, é necessária a democratização do patrimônio cultural, tornando-o coletivo, ou seja, é preciso eliminar determinadas barreiras que impedem o acesso da população na apropriação dos Patrimônios. Um dos caminhos para reverter esta situação pode ser a Educação Patrimonial.

Pelo aspecto arquitetônico, de beleza, o patrimônio edificado de Ponta Grossa não apresenta um caráter privilegiado, que é comum se encontrar em outros edifícios tombados no Paraná, assim como também não possui características formais de arquitetura, que foi tão comum como critérios adotados pelos técnicos que trabalham na área de preservação. Mas os prédios tombados possuem um referencial importante para se conhecer um pouco da história urbana da cidade. Por que construir aqui ou ali? Que critérios eram utilizados? O que significou para a cidade a instalação e construção de determinado edifício, num determinado local? Por que se utilizaram determinados elementos decorativos? Como o espaço foi assumido pela comunidade? Em torno dessas indagações é que deve ser pensado o Patrimônio Cultural para o historiador. Um prédio pode ser estudado como um documento para a história, mas não somente para a história factual. A preservação de um prédio não é mais concebida somente como um cenário para lembrar acontecimentos marcantes.

Se a história desse século, de acordo com o que diz Veyne (1992, p.7) “compreendeu que a sua verdadeira tarefa era a de explicar”, por sua vez as

concepções de patrimônio se alargam cada vez mais. Poder-se-ia transpor a afirmação de Veyne, sobre a questão de a história possuir condições de explicar ou não, o patrimônio. O perigo para estudar o patrimônio cultural é que seu estudo parece fácil, mas não o é, haja vista que a questão do patrimônio cultural, um novo campo sendo explorado como fonte para os historiadores, envolve uma diversidade de elementos que muitas vezes se mostram como grandes abstrações, como cultura, memória, nacionalidade, cidadania e identidade. Que relação pode ser feita entre a questão de preservação de um patrimônio histórico e a preservação da memória? A memória histórica existe, só resta saber recuperá-la de maneira adequada.

Assim, o Patrimônio Cultural, em um sentido mais amplo, deve ser capaz ou deve levar as pessoas a se apropriarem do seu discurso, quer dizer, não significa, num determinado momento, valorizar somente o que é grandiloquente, mas perceber, mesmo numa escala monumental, o que foi um período e como a sociedade era apropriada por um discurso de construção do poder, do simbólico. Desvendar os “mistérios” do patrimônio edificado e apresentá-los à sociedade, para uma leitura mais crítica do contexto em que se vive, é o exercício da cidadania cultural.

Desta forma, não se pode mais considerar que o patrimônio seja somente constituído por um mundo de formas e objetos excepcionais, deixando de fora as condições de vida e trabalho de quem os produziu. “A história, a estética dos prédios em Ponta Grossa, foram levantadas, porém resta a continuidade do trabalho no sentido de buscar as histórias que ainda podem ser descobertas, os caminhos pelos quais esse Patrimônio foi se constituindo” (DROPA, 1999, p.286).

Neste contexto, o acervo do patrimônio cultural, por intermédio do patrimônio edificado, deve ser abordado além de seus valores artísticos e históricos, deve ser visto como produto da fabricação, apreendido por meio da memória do fazer. E para se entender a amplitude hoje delegada ao Patrimônio Cultural Urbano, teria que conhecer a cidade e a memória histórica e afetiva “que, selecionada pela visão de seus habitantes, desempenha um papel fundamental para o resguardo de sua unidade e continuidade” (CAMPELLO, 1994, p.24).

A partir do momento que o professor/pesquisador se envolve com as questões relativas ao patrimônio, dificilmente as pesquisas são concluídas, uma vez que a cada olhar para a cidade, novas indagações surgem, possibilitando novas análises de estudo. Quando se identifica uma casa, uma igreja, considerada bem patrimonial, em estado de abandono, surgem inquietações, tais como: mas se é tombada por que não está

preservada? Quem é o responsável pela manutenção? Por que os próprios cidadãos não se mobilizam para reverter a situação? Quais os fatores que levam a esta apatia? Há necessidade então do educar: educar o olhar, educar a paixão, educar a atitude, pois percebe-se o mundo tal como é e todas as percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente em que se vive (MOSCOVICI, 2003).

Buscar novas verdades, aprofundar os estudos, respeitar as diferenças, conhecer as especificidades, discutir os caminhos, identificar nas diversidades as diferentes identidades culturais, desenvolver o livre pensamento, questionar o consenso, quebrar pré-conceitos, buscar a preservação, são parâmetros que embasam o desenvolvimento da pesquisa e das ações educacionais voltadas ao patrimônio (DROPA; OLIVEIRA, 2015). Mesmo sendo repetitivo, afirma-se que constituir e defender o patrimônio cultural são características por meio das quais se dá forma e conteúdo ao que se chama de “nacionalidade” e “identidade”. É muito importante destacar que o problema não reside apenas no sentido de preservar ou não, mas principalmente no que defender, como fazê-lo e como torná-lo parte da memória coletiva.

Pode ser que, de posse de um novo referencial, interdisciplinando-se, o professor encontre um caminho mais efetivo nesse mundo simbólico do Patrimônio. No estudo sobre o Patrimônio Cultural (neste caso em particular o edificado), seu desvendamento é ‘irresistível’ e ‘fascinante’, fugindo de uma mera interpretação do monumento como arquétipo e estereótipo. “Arquétipo de um passado que se quer salvar. Estereótipo de um futuro que se quer construir” (MAFFESOLI⁷⁹ apud SANTOS, 1996, p.87).

Essas são as histórias dos prédios pesquisados a partir de fontes impressas. No entanto, existem muitas histórias que estão adormecidas na memória daquele que conheceu os locais num determinado período, pois os indivíduos constroem relações em suas práticas sociais. Assim, é possível registrar as falas criando um documento alternativo. Mancuso (1998) denomina essas lembranças que podem ser revigoradas como memória oral. É possível construir um sentido novo para o Patrimônio Cultural ao se desenterrar do passado a narração, conforme será desenvolvido no próximo capítulo.

⁷⁹ MAFFESOLI, Michel. O paradigma estético: a sociologia como arte. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.21, p. 113-117, 1986.

CAPÍTULO 4
A CIDADE, SEUS PATRIMÔNIOS, OUTRAS HISTÓRIAS:
A FALA DOS IDOSOS, NA COMPOSIÇÃO DE REFERENCIAIS PARA A
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Uma cidade é composta de materialidades e imaterialidades, seja nas suas construções e nas histórias vividas e reconstruídas, por intermédio da memória. Já é senso comum afirmar que a memória necessita de um suporte material para que as lembranças a sustentem, e aqui se reafirma tal colocação, uma vez que, no caminhar pelos patrimônios, os idosos recordaram-se de situações e destacaram que nem sabiam que se lembravam de tantos detalhes

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, p.14).

O valor de um bem é o que a comunidade lhe atribui e identificar esses valores por meio de épocas diferentes deve ser o papel do historiador e também do educador, pois o monumento só se transforma em documento a partir de como ele é analisado.

Esta deve ser uma preocupação constante no processo de análise histórica dos patrimônios culturais, que não merecem ser vistos tão somente pelo seu valor estético. São os homens que atribuem valores, transformam coisas em bens e, esses bens constituem o Patrimônio, que deve ser adquirido e transmitido, sempre num ciclo constante. Se isso não acontecer, corre-se o risco de retomar-se à postura de preservar o patrimônio somente como monumento material. Desvencilhar-se dessa noção patrimônio/monumento não é fácil, deve ser constantemente repensada.

Pode ser que, por este caminho, o homem veja na reforma de um prédio histórico, não uma descaracterização, mas a atribuição de uma nova função, revitalização e a continuidade do prédio no contexto social da comunidade. E o cético que acredita que preservar o passado por intermédio de suas construções é congelamento e, por isso, atraso no crescimento urbano, venha a olhar diferente o

patrimônio, pois ele também é parte de uma comunidade que atribui valor ao monumento, transformando-o em documento.

A partir de um estudo mais sistemático desse prédio e sua inserção no conjunto de bens móveis urbanos que fazem parte da vida da cidade, pode-se romper com a visão monumental da preservação, percebendo mais especificamente os valores inerentes ao Patrimônio Cultural.

É preciso, pois sublinhar que os valores são sempre atribuídos. Daí serem historicamente marcados. Assim, para se falar de valores culturais, exige-se conhecimento das redes de interação, por intermédio dos quais são produzidos, armazenados, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados os valores (MENESES, 1992, p.189).

O prédio inserido no contexto urbano é uma espécie de escrita, um tipo de texto que o historiador pode decifrar para a sociedade. A leitura do prédio do Colégio Regente Feijó (por exemplo) deve ser feita no contexto urbano da região onde ele está localizado e é, por sua vez, ampla, restando apenas reiniciá-la.

Buscando na teoria da história de Walter Benjamin, que o passado não é acabado e precisa ser revisitado, para que o presente e o futuro possam ser transformados, apropria-se das falas dos idosos, para recuperar e pensar em novas narrativas com o objetivo de propor uma nova leitura e uma nova perspectiva de estudo e compreensão acerca do patrimônio em uma linguagem carregada de simbologia imaginária e afetividade.

Não há necessidade da super-ornamentação da linguagem, como afirma Barreto (1985), onde muitos literatos importantes, solenes, respeitados escrevem de uma maneira que nunca se consegue entender. Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito. Essa era a língua versão do progresso que Lima Barreto se recusava a fazer, pois criticava os jornais que só escreviam o que a burguesia queria ler (OSWALD, 2009). Ele procurava na cidade do Rio de Janeiro os aspectos da simplicidade, suas particularidades, as pessoas que se transformavam em personagens de suas obras. Parafraseando Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá (1919, p. 23), “Saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nella e ella vive em mim”. O culto ao patrimônio, bem como a ânsia da conservação dos objetos do passado, pode ser interpretado como um mecanismo de proteção diante a uma ordem simbólica ameaçada, de um sujeito ameaçado.

As narrativas dos idosos no processo de construção de novas leituras dos patrimônios, é um trabalho de paciência, organização, superação de limites, muitas vezes o limite do próprio pesquisador que não consegue escutar aquilo que quer ouvir, mas aquilo que o sujeito quer falar. Mas é gratificante e ao mesmo tempo revelador, porque o idoso narra sua história, sua vida, seus momentos, suas angústias, decepções, alegrias e até notícias derradeiras, tais como: ih, já estou no fim da vida, ih não lembro minha cabeça não funciona mais como antes, não enxergo mais direito e assim por diante. Mas a partir do momento que ele descobre ou percebe que sua história não é somente sua e que tem importância no contexto de crescimento e desenvolvimento de sua cidade, seus olhos brilham, seus lábios ensaiam um sorriso e sua mente transforma-se num poço de lembranças que revigoram e afloram em sua memória.

O idoso, a terceira idade, o velho, a idade avançada e tantos outros sinônimos são cotidianamente chamados a uma realidade por situações emergenciais de ajuda aos filhos, de acolhimento físico do neto, de desapropriação de sua identidade quando desprovidos de um lar. Apesar de inúmeros mecanismos criados atualmente de inserção e proteção dos mesmos, como a Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, que garante diversos direitos, entre eles a educação, ao respeito, à vida, à dignidade, à liberdade, entre outros, ainda se sabe que muitos encontram-se em situações de riscos e desfavorecidos no cumprimento da lei e no respeito às suas peculiaridades.

Durante a caminhada com os idosos (dentro das condições de cada um (a)), pode-se observar algumas situações constrangedoras como: falta de rampa, música alta nos carros estacionados, frases como: a vovozinha tá contando histórias? Dá licença, não atrapalhem a circulação, entre outras. Porém, existência de projetos extensionistas como as Universidades Abertas para a Terceira Idade – UATIs e como exemplo cita-se Universidade Aberta da UEPG, desenvolvem ações efetivas que buscam uma educação voltada para a terceira idade e que possibilite a

[...] inserção social, o reconhecimento dos novos papéis sociais que os idosos assumem com o passar dos anos, além de permitir uma reflexão sobre como a sociedade estruturada em classes sociais é organizada e, desta forma, quais são os meios possíveis para que a população, em especial os idosos, tenha condição de sobrevivência e garantias de melhor qualidade de vida, dignidade e cidadania (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2015, p.17).

Se as autoras citadas anteriormente, afirmam que o idoso, tem condições de aprender, afirma-se que ele também tem mais condições ainda de ensinar, pois como

destaca Benjamin (1994), o método é caminho indireto, é desvio, e assim ao desviar um pouco das fontes ainda consideradas oficiais na história, encontra-se um caminho direto na experiência dos idosos, porque eles não se fixam nos detalhes, mas sim no seu olhar direcionado ao narrar seus momentos e seus acontecimentos, independente se o que narra é importante ou não. A importância dada a sua fala, se desenvolverá a partir do momento que o pesquisador direciona as experiências vividas para o âmbito dos patrimônios edificados.

Isso significa que a narração do idoso é pura, pois é vinculada aos seus feitos e realizações e, em nenhum momento de seu desprendimento em contar, ele percebe a importância que tem para um novo entendimento e uma nova configuração dos patrimônios, que servirá para alertar o olhar de outro sujeito. Deve-se propiciar ao idosos condições de se empoderar, pois ele proporciona as transformações culturais e educacionais quando sua experiência é transformada em texto, que pode por muito tempo modificar as relações do sujeito com o seu patrimônio. E essas relações se tornam eternas enquanto duram, porque serão também transmitidas do presente para o futuro, quando os jovens de hoje contarem para seus filhos as histórias, propiciando o encontro de gerações, mesmo que não presencial.

Essa constatação justifica a escolha do idoso como personagem principal desta pesquisa, por dois motivos: em primeiro é ele que detém a experiência de uma vida e, em segundo não interessa neste momento a sua visão sobre a importância ou não de se preservar, mas sim sua visão histórica dos fatos acontecidos nos locais que foram preservados. Quando se afirma que a memória coletiva e social é construída a partir do conjunto das memórias individuais, que essas memórias individuais podem ser tanto voluntárias como involuntárias e sofrem intervenções ao visualizar um objeto, sentir um cheiro, rever um local (PROUST, 1992).

E esta tese buscou em ambas, os subsídios para provocar ou não os idosos a falar, isso foi demonstrado quando expressões como: “que saudade do barulho de trem, lembro desse cheiro da madeira da estação, esse buxinho (tipo de planta) me traz ótimas recordações”, pois segundo Halbwachs (2003), as lembranças se transformam para o velho, numa atividade, pois ele pensa, busca lembrar, interroga a si e aos outros e também recorre a seus velhos guardados como documentos, cartas, fotos e, também desenterra seus mortos, revisita seus amigos, entre outras situações, desse modo “é que o velho sobrevive, relativizando o novo e sendo relativizado por ele” (WALTY, 2003, p. 35) , no processo de narração das experiências passadas no tempo de agora.

O idoso é uma caixa de surpresas (sentido figurado), ao transmitir sua experiência por meio da narração, ele cria elos de ligação, e passa a constituir um grupo social e não somente um grupo de faixa etária, assim ele se torna nesta pesquisa um elemento chave para a construção de novas histórias relativas aos patrimônios, como será visto a seguir.

Os idosos foram escolhidos aleatoriamente, não houve a preocupação de uma seleção criteriosa a partir de sexo, condição social, econômica ou educacional. A partir do caminhar individual da pesquisadora pelas ruas, praças e corredores da universidade as pessoas foram literalmente paradas e convidadas a conversar, obedecendo o ritmo urbano de cada um e do entendimento de uma etnografia de rua, quer dizer, quando você se movimenta dentro de sua própria localidade, como propõe Walter Benjamin e procura encontrar nos cantos, nas encruzilhadas, nos encontros a vida social urbana e contemporânea, com o objetivo de conhecer o passado.

No relato dos idosos, não se obedeceu uma ordem cronológica e linear, mas de acordo com Benjamin (1994) as narrações aparecem como movimentos de histórias que compuseram a vida das pessoas individualmente, mas que encontram pontos de encontro, que possibilitam a percepção de uma memória coletiva. Mesmos fatos que aconteceram em determinados períodos se entrecruzam formando um mosaico de diferenças e semelhanças. O trem que chegou e partiu não é o mesmo, mas as relações de embarque e desembarque, de encontro e reencontros se aproximam e formam num conjunto, o cotidiano do passado, lembrado a partir do agora de cada indivíduo e que fornece subsídios para sua manutenção (tradição) no futuro.

Ainda nos relatos optou-se por manter a sua originalidade no momento da produção e não foi obedecido nem a ordem linear dos acontecimentos e nem a ordem de realização dos encontros para a produção dos textos. Cada personagem tem seu momento lembrado, pois cada um tem seu passado e sua história, mas quando aproximados eles se encontram e apresentam semelhanças entre si. As falas se misturam (ora fala um, ora fala outro) e para tanto novamente recorreu-se a metodologia de produção historiográfica de Benjamin que em sua obra *Passagens* (2009), trabalha com fragmentos e esses foram organizados por ícones e siglas⁸⁰ no processo de coleta

⁸⁰ Exemplificando: **tradição** representada por um semicírculo cor de rosa; **alegoria** representada por uma cruz dentro de um círculo verde; **progresso** representada por um círculo azul com uma cruz preta; **eterno retorno** representada por um triângulo azul e assim ele formou um grande arquivo de notas e materiais enquanto dispositivo de pesquisa e planta de construção do livro (Bolle, 2009)

de dados e no momento da produção de sua escrita eles se encontram na produção dos textos e que gradativamente desvelam a história de uma cidade.

A partir deste modelo, optou-se em destacar os relatos⁸¹ a partir de cores diferenciadas, justificando a individualidade de cada fala, mas ressaltando também os pontos de encontro entre as mesmas, pois cada um imprimiu em sua narrativa a sua própria marca.

Relato 1 –	Vermelho
Relato 2 –	Azul
Relato 3 –	Verde
Relato 4 –	Rosa
Relato 5 –	Marrom
Relato 6 –	Roxo
Relato 7 –	Cinza
Relato 8 –	Marrom Claro
Relato 9 –	Bordo

Foram utilizadas imagens com o objetivo de tentar relacionar os momentos vividos com os momentos acontecidos, para uma melhor compreensão da evidência de que a memória involuntária provocada, fornece subsídios necessários para a compreensão do contexto e para perceber que a imagem não é uma cópia simplificada ou uma simples reprodução, mas dentro da perspectiva de imagem dialética, porque aproxima o passado e o presente.

Quer sejamos de direita ou de esquerda, temos que nos habituar a ser vistos, venhamos de onde viemos. Por outro lado, teremos também que olhar os outros. A obra de Sander é mais que um livro de imagens, é um atlas, no qual podemos exercitar-nos. A câmera se torna cada vez menor, cada vez mais apta a fixar imagens efêmeras e secretas, cujo efeito do choque paralisa o mecanismo associativo do espectador. Aqui deve intervir a legenda, introduzida pela fotografia para favorecer a liberalização de todas as relações da vida e sem a qual qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga e aproximativa (BENJAMIN, 1994, p. 103 e 107).

⁸¹ Todos os idosos assinaram a Carta de Cessão de Direitos, que se encontra no Apêndice 5.

As fotografias apresentadas junto com os relatos para exemplificar os períodos, além de se caracterizarem como belas, aparecem da escuridão que envolveu os dias que nossos avós e antepassados viveram⁸².

A seguir apresenta-se os relatos, depoimentos, contação de histórias, vivências, experiências transmitidas, tradições lembradas, memórias do passado a partir do tempo do agora dos idosos. Destaca-se que a ordem de apresentação dos prédios históricos escolhidos para o trabalho de *flanerie*, neste contexto entendido também como um caminhante e/ou trapeiro das cidades, também não seguem nenhuma ordem pré-estabelecida.

4.1 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Vive-se hoje numa constante dialética do tempo necessário que a pessoa precisa para sobreviver e da experiência de não se ter mais tempo. Autores como Matos (1999) e Nora (1993) destacam essa questão como a efemeridade do tempo e indicando que o fenômeno contemporâneo das grandes metrópoles isola o sujeito de seu cotidiano e transforma-o em mais um rosto na multidão. Walter Benjamin já apontava, em 1929, em suas análises a partir de Proust, “que não temos tempo de viver os verdadeiros dramas da existência que nos é destinada” (BENJAMIN, 1994, p.46), e afirma que é isso que nos faz viver, conviver e envelhecer e, nada mais. “As rugas e as dobras do rosto são as inscrições deixadas pelas grandes paixões, pelos vícios, pelas intuições que nos falaram, sem que nada percebêssemos, porque nós, senhores do nosso tempo, não estávamos em casa”.

Erfahrung, palavra usada por Benjamin (1994) para experiência, que significa viajar, atravessar uma região, sair de um local já conhecido para ampliar as vivências e a repercussão dela em nossas vidas. As experiências que acontecem num percurso, ampliam nosso conhecimento, nossa sensibilidade e nossa condição no mundo. Mas, no mundo presente, do tempo de agora, com a contração do tempo a experiência está gradativamente sendo abolida. Se eu vivo um tempo acelerado, sem tempo para fazer o necessário, dificilmente adquiro experiência que possa ser transmitida para as futuras gerações, que não seja a mesmice experiência mecânica do viver para sobreviver.

⁸² Afirmções de Walter Benjamin de 1931.

Pode-se ainda recuperar esses modos de vida e que podem ser transmitidos como narrativas comunicáveis por aquele que viveu e experienciou determinados momentos. Porque a relação entre passado e presente deve ser feita pela tradição que chega e necessita ser interpretada, conhecida e identificada como algo pertencente ao seu lugar e assim consequentemente a você.

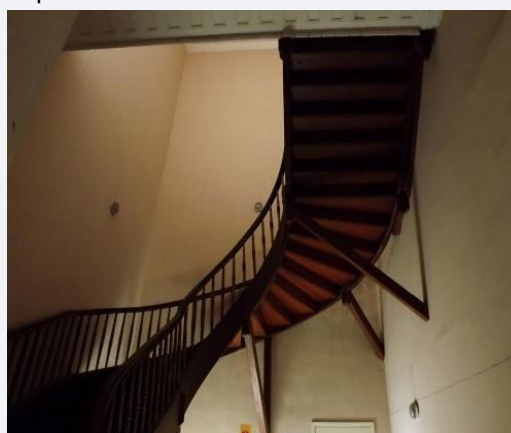
Os relatos que seguem, vem de um período onde o tempo era costurado coletivamente por uma comunidade, na vivência direta de um local: de trabalho, de estudo, de lazer ou de religiosidade. Por isso, os idosos são os protagonistas das narrativas, transformam-se aqui no narrador tradicional, que conta uma história, porque a viveu em sua plenitude.

As escritas decorrentes da fala de cada um, pode parecer uma simples descrição, mas vai além disso, porque mostram uma relação afetiva com o espaço, como a apresentação do prédio da Rede Ferroviária.

No andar superior, tinham várias repartições pertencentes ao Distrito, como: Sala do Chefe do Distrito, Sala do Chefe da Manutenção⁸³, Sala do Controlador de Movimento⁸⁴ (distribuição dos vagões), Sala do Telégrafo⁸⁵, Sala dos Grafistas, Sala e escritórios de Distribuição⁸⁶

O Distrito era responsável por todas as estações de Itararé até Jaguariaíva, de Jaguariaíva vinha para Ponta Grossa até Porto União e de Porto União tinha uma linha que ia até Guarapuava e depois para Harmonia. Tudo era um Distrito.

Figura 53 – Escada de acesso ao andar superior – 2015



Fonte e autoria: Acervo Luis Carlos Kloster (2016)

⁸³ Sala e Escritórios da Manutenção: o chefe da manutenção (via permanente) que chamavam também de BTM2 era o engenheiro Dr. Piazzetta. Responsáveis pelo cuidado e manutenção da linha

⁸⁴ Sala do Chefe e Escritórios de Movimento: Na minha época o chefe era o engenheiro Dr. Luiz Zan. Nesta sala fazia-se todo o controle do movimento dos trens. Os grafistas tinham uma banca onde se colocavam os mapas para ir riscando por onde o trem passava, como por exemplo: o pessoal das estações te chamava via telefone ou telégrafo e avisavam aqui em Guaragi o trem misto com prefixo tal passou na hora e vai indo para Valinhos e o controlador/grafista ia riscando no mapa.

⁸⁵ Sala do Telégrafo: Toda a comunicação era feita por telégrafos, então nesta sala era aquele barulho tec tec tec 24 horas e nos sete dias da semana. Com a diminuição do uso dos telégrafos pela Rede, esta sala servia também para abrigar os Grafistas

⁸⁶ Sala e Escritórios da Distribuição: Fazia a distribuição dos vagões para todo o Distrito

A ligação entre o andar superior e inferior era feita por uma escada de madeira, coisa bem antiga, lembro que subia e descia correndo por esta escada várias vezes no dia, hoje não aguento.

No andar de baixo, funcionava a Agência da Estação de Ponta Grossa, e contava com a Secção dos fiscais de trens, Sala das bagagens, Guichê de venda de passagens, Sala de Correio, Sala da Agência da Estação, Sala do Agente da Estação, Almojarifado, Depósito de roupas, Restaurante e os Mictórios (banheiros).

Lembro de várias coisas quando entro aqui na Estação, como a sala onde trabalhei por 8 anos e que era chamada a Agência da Estação. A Agência era o local responsável pela escala e controle do pessoal, registro do ponto (tinha um quadro com cartões de 150 funcionários), pagamentos, licenças. Neste local existiam duas salas pequenas, uma era do chefe e outra para guardar os cofres de ferro, onde se guardavam documentação, faturas e eram transportados de trem. A Agência também era responsável pela movimentação de trens por exemplo: tinha produtos que eram preferenciais, como uva, carne de frigorífico⁸⁷.

Os fiscais de trem ou também chamados fiscais da estação que organizavam a subida nos trens e avisos de partida e chegada. Aqui em baixo funcionava a entrega e recebimento de bagagens. Quando vinham ou saiam mercadorias da Cooperativa 26 de Outubro a sala ficava lotada.

A questão do espaço físico é ligada ao tempo, na tradição e na memória daquele que viveu no mesmo. Não se pode associar este lembrar com a ideia de saudosismo ou então atraso, porque progresso, muitas vezes é visto como negação do passado dentro dos princípios da modernidade. Nem tudo do passado merece ser preservado, porque aqui não se tratam de relíquias, nem de um cemitério da história, mas se trata de apresentar no presente o sentido do que aconteceu no passado, e que pode ser de grande valia para entender e recuperar experiências que dão significado à preservação e principalmente à prática da Educação Patrimonial. No sentido de entender como os espaços se adaptam as necessidades de cada período, como são apresentados pela linguagem e como esta pode provocar influência na memória coletiva (Benjamin, 1987)

Posso observar algumas mudanças na estrutura do prédio, existem paredes, portas, que não existiam antes, por exemplo na sala do almojarifado não existiam portas, somente uma

⁸⁷ A rede deixava 3 ou 4 vagões lá no Frigorífico Wilson. Todo dia tinha vagão para transportar carga de preferência.

Figura 54 – Aspecto da Estação – Década de 1980



Autor: Desconhecido
 Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa
 Nota: Lavanderia que ficava dentro do quadro da Estação

com um pequeno balcão para atendimento. Também aqui embaixo funcionava o depósito de roupa que vinham da lavanderia, lençol, fronha, cobertores, toalhas. A Estação tinha seu restaurante que era muito movimentado, principalmente quando chegava trem de passageiros.

As compras das passagens eram feitas no guichê ou bilheteria e ele era dividido em classes de passagens. Eram três bilheterias e cada uma tinha uma placa de identificação de venda: carro leito, primeira classe e segunda classe.

Sabe o que acho interessante, todos os banheiros que vi aqui dentro não existiam antes, era somente o banheiro público que ficava na plataforma. Era uma entrada única, de um lado ficava o feminino e do outro o masculino. Não existia banheiros para funcionários, tínhamos que usar o banheiro público

O pátio da estação era bastante grande e movimentado. Aqui era coalhado de trilhos, o espaço entre elas era pequeno e só afunilava na passagem de nível na rua.

Figura 55 – Guichê de venda de passagens – 2015



Fonte e autoria: Acervo Luis Carlos Kloster (2016)

Figura 56 – Aspecto do pátio da Estação – Década de 1950



Autor: Desconhecido

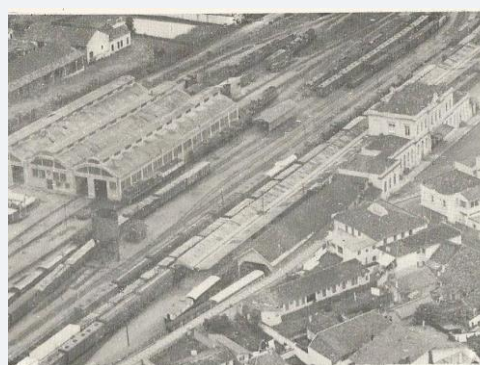
Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória

Figuras 57 e 58 – Aspectos do pátio da Rede – Década de 1980 e 1970



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa



ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E DEPÓSITO DE LOCOMOTIVAS

Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite

No pátio tinham além das linhas e trens, tinha o galpão das locomotivas, as caixas de água, o girador das máquinas manual, a lavanderia, poço artesiano, a casa dos engenheiros e também a Cooperativa Mista 26 de Outubro.

Figuras 59 e 60 – Aspectos do Pátio da Rede – Década de 1930 e 1970



Fonte e autoria: Acervo Ivo Bittencourt (2015)

4.1.1 Estação e suas histórias

Minha mãe morou por muitos anos no quadro da Estação. Então minha infância foi ver as passagens de trem e também brincar na linha e nos vagões que ficavam parados. Hoje o local de minha casa não existe mais, ela era encostada bem no morro e parte do morro foi tirado para ampliar as linhas, construção de mais caixas de água, a lavanderia e a roda de girar as máquinas. Todas as casas perto da estação tinham crianças, então brincávamos muito na rua e no pátio dela.

Fomos embora deste local em 1941, quando já tinha começado a guerra.

Na Estação Paraná, muitas pessoas iam com pacotes ou bacias até lá e tudo o que caía dos sacos furados eles juntavam, principalmente o fubá.

Aqui era as oficinas da Estação, onde montavam os trens e consertavam as máquinas (terminal).

Onde hoje tem o terminal central de ônibus, tinha um barracão muito grande de consertos de trem e a casa dos engenheiros (que eram muito bonitas). Se o trem (vagões) tombavam, eles traziam o vagão para cá e consertavam. Faziam toda a assistência. Lá em Oficinas também tinham barracões para consertos e manutenções dos vagões.

Figura 61 – Praça João Pessoa – Década de 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2015)

A arte de narrar está se tornando cada vez mais rara, em função de um mundo pautado na informação dinâmica e rápida. Em poucas linhas, recebemos, todos os dias, de todo o mundo, informações muitas vezes semelhantes e acompanhadas de explicações. Mesmo assim, somos pobres em histórias

que nos surpreendam, pois em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narração, mas sim da informação. As notícias são dadas, rapidamente explicadas, sem muitas alternativas de compreendê-las além do momento que acontece. Para Walter Benjamin, metade da arte narrativa está em evitar explicações, depois que transformadas em texto, o leitor é livre para interpretar a história como ele quiser, assim um fato narrado tem um alcance que não existe na informação (1994).

Uma imagem que sempre me vem na lembrança e que guardo bem foi a saída dos trens quando os soldados de Ponta Grossa foram para a guerra. Os filhos eram levados pelos pais e foi muito triste e aquela choradeira.

Figura 62 – Provável saída dos expedicionários – Década de 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Museu Campos Gerais (2015)

Figura 63 – Desfile comemorativo ao final da guerra



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Particular da autora (2016)

E depois a volta, alguns voltaram mutilados pela guerra e outros não. A alegria de voltar para a casa, aliada a vitória contra a Alemanha contagiou a cidade. Lembro que teve desfiles comemorativos pelas ruas.

Conheci a casa dos engenheiros que ficavam onde hoje tem o terminal, tinham muitas hortênsias nos fundos, cansei de pegar escondido para levar para a professora.

Na Estação tinha um poço e funcionava com ajuda de bomba. A água subia pelo cano e ia lá em cima naquela caixa de água alta, alta. Eles ligavam a bomba para levar para caixa e quando a caixa já estava cheia, eles iam lá fechavam lá em cima, subiam a escada por fora e fechavam e os vagões paravam na frente da estação e traziam ali perto e com uma borracha eles colocavam água nos carros de passageiros que tinha umas caixas em cima, para as pias

para lavar as mãos. A chegada do circo, como nós gostávamos quando o circo chegava. Os bichos vinham tudo no vagão aberto. Eram aqueles vagões que traziam nó de pinho e neles que traziam o elefante, girafa, zebra e outros mais.

Figura 64 – Imagens ilustrativas – Década de 1980



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2015)

Os barracões das máquinas duraram até 1992, quando foram demolidos. Lembro que a primeira Munchen Fest aconteceu nestes galpões.

Figuras 65 e 66 – 1ª Munchen Fest realizada no pátio da Estação em 1990



Autor: Domingos Silva
Fonte: Acervo Foto Elite

Nas horas de saída do trem, a plataforma ficava lotada de gente, de mercadoria, porque muitas pessoas vinham do interior fazer compras aqui na cidade. Então eu via muitas famílias com malas, sacos (naquele tempo era uns sacos de estopa) cheios de compras.

4.1.2 Viagens de trem

Quando eu me formei em 1946, no Instituto de Educação, fui a primeira nomeada de minha turma. Na época o governador era Moisés Lupion. Abriu uma vaga (como diziam na época) em Pirai do Sul e eu fui lecionar lá. Este é o motivo que sou bem familiarizada com a Estação. Por que? Eu vinha no final de semana para Ponta Grossa, saía de Pirai às 10 horas da manhã e chegava aqui a 1 hora da tarde. Morava no Colégio Santa Marcelina e a Juvita, uma auxiliar lá, me trazia do Colégio até a Estação de Pirai de carroça – era bacana. Minha mãe me esperava aqui em Ponta Grossa e quando não podia, sempre andava no carro de praça do Seu Abílio, que me levava para casa.

Figura 67 – Chegada de trem de passageiros e o movimento dos táxis – Década de 1950



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Ponta Grossa - Memória

Domingo à noite eu voltava, saía de Ponta Grossa as seis horas da tarde e chegava em Piraí as 10 horas da noite. Meus pais me levavam até a Estação para me despacharem. A Juvita me esperava.

O que era interessante que tinha passagem no misto ou no de passageiro. Misto era misturado trem de carga e passageiro. O trem de passageiro era mais rápido porque não tinha vagão de carga. Naquela época, tinha passagens para o trem de primeira classe, de segunda classe e para viagens mais longas tinha o vagão dormitório e o vagão restaurante.

A estrutura da Estação é quase a mesma. O guichê onde você comprava as passagens é o mesmo.

Todos os idosos que andaram pela Estação Ferroviária, tinham muito presente na memória a diferenciação dos vagões de viagem, descrevendo-os de maneira precisa, inclusive com gestos, com a mão interferindo na narrativa, “a alma, o olho e a mão estão assim inseridos no mesmo campo. Interagindo eles definem uma prática” (BENJAMIN, 1994, p. 220) e também uma lembrança.

Tinha o lugar certo para comprar passagem no de primeira (assentos estofados), no de segunda eram de madeira e no dormitório tinha 2 beliches e dava para viajar 4 pessoas.

Figuras 68 e 69 – Imagens ilustrativas do vagão de segunda classe



Fonte: Acervo Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – Regional Paraná

Quando era mais ou menos cinco e meia da tarde ou seis horas da tarde, o encarregado do restaurante vinha perguntando pelo vagão: vai jantar, vai jantar, quem ia jantar ele dava os tickets, geralmente para quem ia para São Paulo ou Porto Alegre. Eram para essas viagens mais longas que tinham os vagões dormitórios e restaurantes.

Você ficava esperando o trem na plataforma e como eles atrasavam muito, sempre tinha um encarregado da Estação que gritava, está atrasado, está atrasado. Na plataforma fervia de gente, pois era o único meio de transporte.

Uma história narrada nunca se encerra em si mesma, pois se constrói com as colmeias da memória, uma casa para o enxame dos pensamentos. Benjamin (1994), cita o exemplo de uma história narrada por Proust, que diz: “imagine caro leitor, ontem eu mergulhei um bolinho numa xícara de chá, então lembrei que tinha morado no campo, quando criança” (p.39). Porém, Proust narra essa história em oitenta páginas, descrevendo de maneira tão acolhedora, que num determinado momento deixa-se de ser um leitor ou então um ouvinte e se identifica com o próprio narrador.

Uma história que gosto de contar, não sei se algum dia vocês ouviram falar. Eu tinha um tio que era Chefe da Estação em Oficinas (perto do Campo do Operário) e vinha fazer compras aqui na cidade (o termo era, vou na cidade fazer compras)⁸⁸. Ele vinha de vagonete pela linha e nós nos animávamos porque na volta íamos junto, eu tinha uns 6 ou 7 anos. Quando chegava na cidade ia até a cooperativa ou o Armazém Salomão Tuma, fazia as compras e colocava em caixas o que tinha que levar, e voltava para Oficinas. Era uma viagem de 10 ou 15 minutos.

Falar em trem para mim é lembrar da Maria Fumaça. Na viagem muita gente passava mal do estômago, por causa do cheiro e fagulhas que

vinham com a fumaça.

Uma vez viajei com um casal que tinha um nenezinho e, que já mamava na mamadeira. Quando estava na hora da criança mamar, o marido ia até a frente e esquentava a mamadeira lá na caldeira da Maria Fumaça.

É umas coisas que hoje em dia se você imagina se torna ridículo. O pessoal de hoje em dia, tudo que você quer contar de antigamente, parece que está se tornando ridículo.

Figura 70 – Locomotiva Maria Fumaça no Pátio da Rede Ferroviária – Ponta Grossa. Década de 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo particular da autora (2016)

⁸⁸ Até hoje existem pessoas que mesmo morando no quadro urbano, usam o termo “vou ali na cidade”

Para Walter Benjamin, existem dois tipos de narradores: por muito tempo para as comunidades aquele que um dia viajou, tem muita história para contar e assim o narrador é aquele que vem de fora e que conheceu muitos lugares, por outro lado também deve-se escutar aquele que na massa anônima do povo, tem sua vida sem se deslocar para fora, mas que conhece a história local e suas tradições e experiências. A arte de narrar pode desaparecer se a experiência não for valorizada, pois muitas vezes, se você pede para a pessoa narrar um determinado acontecimento de sua vida para um grupo, o embaraço se generaliza, é como se estivesse privados de uma “faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (1994, p. 198).

Assim, no processo de recolhimento das narrações, houve necessidade de fugir um pouco da metodologia da história oral, deixando que fluísse na pessoa suas lembranças, para então chegar nas reminiscências de sua memória, fazendo com que a narração fosse a mais simples possível, desde contar a perda de um dente, até que durante a viagem se vivia com um cisco no olho. Isso é importante, pois pequenos momentos da memória involuntária fazem com que a memória voluntária se fortaleça e transporte a pessoa ao momento em que se viveu uma experiência.

Viajei muito de trem, quando era piá, viajava de Maria Fumaça e durante toda a viagem vivia com cisco no olho, pois vinha com a cabeça de fora. Com a máquina a Diesel, acabou isso. Esta máquina começou a operar em Ponta a partir de 1966.

Viajávamos muito de trem para ir a batizados, casamentos e visitas em geral. Já tinha ônibus da Princesa dos Campos que ia para Curitiba, mas viajar de trem era divertido, porque ia parando nas estações e comíamos as coisas que o pessoal produzia e vinha vender na janela. Quando cheguei aqui na Estação, lembrei de uma musiquinha que tocava quando o trem estava para sair, era a voz de um menino que dizia assim:

“Olha a noite sou um pobre jornaleiro
Que não tem um paradeiro
Ninguém tem pena de mim”

Muitos anos depois descobri que a voz do menino era do Wanderley Cardoso.

Lembro que no vagão de primeira classe serviam café, água, refrigerante. O gostoso da viagem de trem era o movimento de pessoas que subiam, desciam e a gente só ficava observando. Uma lembrança que tenho das viagens de trens, era que viajavam muito padres e freiras. Os padres sozinhos e as freiras sempre em 3 ou 4. Os padres sempre davam santinhos para a gente, nós víamos um e já falávamos: dá um santinho e eles tiravam de dentro do bolso da batina. Agora as

freiras sempre tinham coisa para comer, levavam sacolas de comida e davam bolachas para nós que éramos crianças.

As mercadorias vinham de trem, como eu era representante comercial aqui na cidade, eu ia para São Paulo de trem, tinha algum ônibus já em Curitiba, mas não tinha por aqui nessa época. Eu até fazia questão de ir de trem, pegava aqui cedo e ia embora. Almoçava, dormia na cabina do trem dormitório e no outro dia chegava por volta do meio dia. Ia de Maria Fumaça que parava em toda a parte para pegar água, não tinha ainda a locomotiva a Diesel, era tudo lenha e água.

O trem internacional era muito famoso, vinha do Rio Grande do Sul saindo do Uruguai para São Paulo. Quando eu era criança ele passava de 15 em 15 dias, morava em Jaguariaíva e ver sua parada era muito bom, como diziam minhas irmãs, era glamoroso e chique. Ele parava somente em Estações grandes como Ponta Grossa, Jaguariaíva.

4.1.3 A Estação e as novidades chegando

A narração no contexto benjaminiano, se distingue de outras formas de contar histórias oficiais, pois a pessoa resgata de sua experiência vivida o que ele conta: pode ser sua própria experiência ou aquela experiência que já foi relatada por outros, e “incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201) e, neste caso aos que irão ler os textos produzidos.

Quando chegou 1924, aqui em cima no Jardim Carvalho, tinha um compadre de meu avô chamado Juca Pedro (muito conhecido), tinha uma chacinha.

Figura 71 – Aspectos da Fazenda de Juca Pedro - 1850



Encontro na fazenda de Juca Pedro, onde hoje se situa o Jardim Carvalho.

Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa (2015)

Ele foi tomar chimarrão com meu avô e disse olhe: “compadre, nós vamos pegar o trem no domingo”. Domingo passava um trem aqui, eu viajei muito neste trem para São Paulo. Era um trem internacional que saía do Uruguai. Era trem só de passageiro. Esse trem tinha cozinha, dormitório, eram

cinco ou seis vagões, eles pegaram o trem aqui e foram para São Paulo. Juca Pedro falou, “é, ouvi falar que chegou em São Paulo um tal de “pé de bode”⁸⁹, vamos lá ver”, e foram.

Chegaram em São Paulo, carrinho bem novinho, não tinha estrada por aí, colocaram num vagão da estrada de ferro e o Juca Pedro ficou lá mais uns dois dias para tirar a carta (naquele tempo não existia carteira de motorista (rsrsrs), só carta). Aprendeu a dirigir pois aquilo era só duas marchas, primeira, segunda e a ré.

Colocaram 20 latas de gasolina azul, pois não tinha posto de gasolina aqui, não sei se Curitiba tinha. Só sei que trouxeram gasolina de lá. Chegaram aqui e descarregaram o pé de bode no Barracão de Cargas (local de descarga), e saíram pelas ruas e o pessoal na janela dizia: meu Deus, perguntavam, o que é isso? Era o primeiro carro da cidade, em 1924.

Figura 72 – Aspecto do Barracão de Cargas - 1930



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Osmário Ribas (2015)

Nos relatos foi muito comum o sentimento da saudade e a presença da aura de ter convivido mesmo que a distância com uma determinada pessoa que não era de seu convívio familiar. Mesmo depois de anos e da pessoa já morta, os laços de afeição permanecem. Walter Benjamin (1987) afirma que todos os “acontecimentos, mesmo os mais insignificantes, aproximaram-nos por sobre o abismo entre as gerações de modo mais categórico do que se fosse entre iguais (p.267). Quem sabe a memórias apresentadas aqui e que podem subsidiar textos posteriores que contribuam com a Educação Patrimonial no sentido da construção de uma identidade dos prédios históricos, sejam referenciados como um diálogo entre gerações.

Vi a chegada do Presidente Getúlio Vargas, sabia que ele passou aqui várias vezes? Vi ele lá no Coreto quando ele fez um comício, eu era

⁸⁹ Pé de bode era um carro que tinha roda de pau, depois veio a Ramona em 1926, segundo Sr. Antonio Coelho

moleque ainda, mas lembro quando ele foi candidato. Outro político famoso que chegou aqui e eu lembro foi o Jânio Quadros.

Figura 73 – Chegada de Getúlio Vargas – Década de 1930



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa (1998)

Figura 74 – Comício de Getúlio Vargas na Década de 1950



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa (1998)

Dos artistas que lembro que chegaram, foi o Vicente Celestino, o gaúcho Teixeira e a Méri Terezinha. Lá na Rua XV de Novembro tinha o Bar do Daminha, eram umas dez horas, eles faziam um café muito bom lá, daí chegou o Teixeira e batemos um papo. “Gente fina do Teixeira. “Coitado”.

Eu vinha muito na Estação, porque aqui tinha uma agência de correio. As vezes minha mãe queria mandar uma carta urgente para Curitiba,

ela me mandava vir colocar aqui, tinha que ser até as 11 horas da manhã. Minha mãe dizia: vá no Correio e lá vinha eu. Se mandasse pelo correio da avenida era mais demorado e aqui ia no dia.

4.1.4 Histórias Em torno da Estação

Ao escutar uma história, a pessoa está na frente do narrador, mas quem posteriormente a lê também partilha dessa companhia, porque ele tem sempre suas histórias enraizadas na história do povo.

Figura 75 – Bar do Abreu na Fernandes Pinheiro



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória

No tempo da Estrada de Ferro, na Rua Fernandes Pinheiro tinha o famoso Bar do Abreu. Ele tinha três filhos e mais ele que atendia a freguesia e o bar nunca fechava. A pessoa chegava com fome⁹⁰, cansei de chegar as três horas da manhã e ia ali, ele tinha os pastéis, quibes, coxinhas prontas e só fritava na hora. Se era verão tomava uma cerveja e se era inverno tomava um café, comia bem e me alimentava.

Muitas pessoas que vinham fazer compras em Ponta Grossa não voltavam no dia, então ficavam hospedados em pequenos hotéis e pensões que existiam na Rua Fernandes Pinheiro e arredores, bem como os viajantes que levavam mercadorias para revender no interior.

Uma feira livre muito famosa foi na Benjamin Constant e funcionou por muitos anos, quase em frente da Estação pequena saiu dali quando abriu o mercadão. Era cheia de barraquinhas e tinha até bebedouro para os cavalos que vinham com as carroças trazer mercadorias para vender na feira.

Figura 76 – Bebedouro dos cavalos na Rua Benjamin Constant - 1966



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Paulo José da Costa

⁹⁰ Tinha trem que possuía restaurante, mas eram poucos, a maior parte não tinha.

Figuras 77 e 78 – Aspectos da Feira Popular na Rua Benjamin Constant – Final da década de 1960



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa



Figura 79 – Campo do União em Uvaranas



Autor: Desconhecido

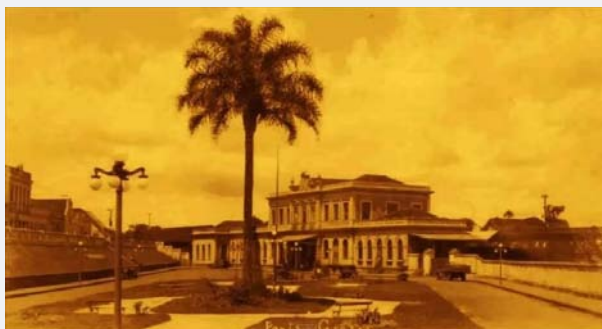
Fonte: Acervo Foto Elite

Quando morava no pátio da estação, era comum ficarmos vendo o movimento da saída do futebol do União Campo Alegre, passava uma gentarada.

4.1.5 Praça João Pessoa

Na Praça João Pessoa, tinha um pé de coqueiro bem alto e que nós tentávamos pegar coquinhos. Lá tinha um guarda de praça chamado Tomé. Ele usava um uniforme amarelo que nem uma polícia, ele tinha um apito e um bonezão grandão na cabeça. Esses guardas ficavam o dia inteiro ali na praça, limpando, molhando e cuidando da praça. Podia ter isso na praça ainda. Hoje vem um ônibus cheio para cortar uma grama.

Figuras 80 e 81 – Aspectos da Praça João Pessoa e a figura do guarda – Década de 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória

Quando era criança brincava muito nesta praça. Esta praça é muito antiga. Vinha muito trem ver o barulho dos trens, brincava, conversava e ia embora. Tinha que ir dormir para no dia seguinte enfrentar a lida. Trabalho desde os 10 anos de idade, desde que meu pai morreu. Vendia serragem com meu irmão mais novo. As pessoas só tinham fogão a lenha. Sabe que quando eu casei, o fogão da minha casa era com serragem. Usavam lenha e serragem. No fogão colocava uma garrafa no meio de pé e um pauzinho horizontal que encontrava com a garrafa e colocava serragem e apertava, apertava e quando ficava bem firme tirava a garrafa e o pauzinho bem devagarinho e colocava papel e acendia o fogo e oh, fazia todo o almoço. Cansei de fazer isso para minha mulher.

4.1.6 A Estação e a Economia

Aqui na Estação de Ponta Grossa se descarregava muito porco para a Fábrica Matarazzo de Jaguariaíva. Para frente do barracão tinha um grande mangueirão para a guarda dos porcos. A turma chegava com as tropas de porcos, colocavam ali no mangueirão e depois embarcavam no trem e seguia para Jaguariaíva.

Isso me lembra outra história, que escutava muito contar. Os porcos chegavam do interior andando. Saíam por exemplo de Pitanga⁹¹ e até chegar em Ponta Grossa levavam 30 dias a pé. Paravam onde tinha aguada boa para dormir. O porco nos primeiros 20 dias só emagrecia e depois firmava e daí começava a engordar. No começo da viagem o porco era pesado, quando suava no caminhar tirava aquela capa de gordura e depois vinha outra. Eram todos tocados a pé ou de carroção, aquele tempo tinha muito carroção.

⁹¹ Pitanga fica para frente de Guarapuava. Sr. Antonio

Figura 82 – Hotel Casimiro, na Rua Fernandes Pinheiro – Década de 1940



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite

Era um movimento extraordinário em torno da Estação, viu? Tinha os hotéis, como o Casemiro, do lado da Loja do Bady (que vendia a lata de manteiga Malibu). Tinha também o Astória⁹², no começo da Praça João Pessoa.

Figura 83 – Hotel Astória, na Rua Fernandes Pinheiro – Década de 1930



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Anticamente Ponta Grossa

Também tinha o trem pagador, que trazia todo o pagamento dos ferroviários, ao vivo, pagava aqui e ia embora, porque essa Rede Viação Paraná - Santa Catarina – RVPSC, muito antiga era aqui no Paraná e Santa Catarina. O comércio ficava animado, porque o dinheiro circulava. Era um montante grande e eles iam pagando nas estações. Chegava na estação o trem parava, pagava o agente e já deixava o pagamento do pessoal da Estação de cada local. Em Ponta Grossa tinha muito ferroviário, por causa dos consertos e tinha muito movimento porque aqui era o maior entroncamento do sul.

⁹² O Hotel Franze antes se chamou Hotel Guzzoni e depois se chamou **Hotel Astoria**. Na rua da Estação.

4.1.7 A Cooperativa Mista 26 de Outubro

Figuras 84 e 85 – Aspectos da Cooperativa em 1970 e 1950



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória

Cansei de comprar na cooperativa. Comprava o café moído na hora (era muito bom), sabão que era feito pelo meu amigo Androniquo, ele fazia com breu, macarrão feito por eles e tinha ali também uma alfaiataria.

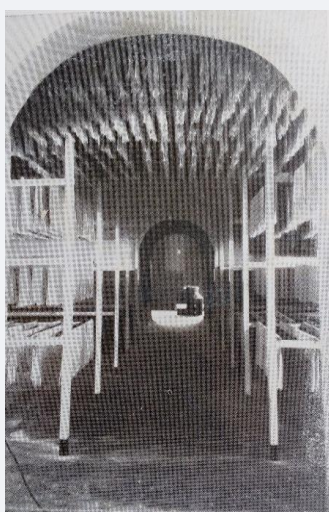
A Cooperativa era o maior armazém que existia em Ponta Grossa, até que surgiram os supermercados Tuma e Chamma. Comprava-se tudo na Cooperativa, desde botão, calçados, tecidos, roupas prontas, vestuário em geral, entre outros. Um dos responsáveis o Sr. Alvin

Carbonar, era muito antigo e vendia muito para ferroviário, então ele tinha muito pouco sapato social, eram mais aquelas botinas que tinham uma lingueta atrás para calçar e também alpargatas. Calçados finos eram muito poucos, pois o ferroviário não comprava coisa muito cara.

Tinha a seção de lojas e o armazém. O armazém era de atacado e de secos e molhados. As vezes descarregavam 2 a 3 vagões por dia na cooperativa. Eles faziam pilhas de 5 sacos e iam subindo até formar uma pilha de 200 sacos, de qualquer mercadoria, milho, feijão, arroz. Antes a mercadoria vinha tudo em saco, o primeiro pacote de 5 quilos que surgiu foi o do açúcar. No armazém da cooperativa tinha os caixotes com tampas, a pessoa chegava lá e pedia dois quilos de açúcar, três de farinha e tudo era colocado nos pacotes.

A cooperativa era aquela montoeira de sacos. Era um grande depósito. Nos fundos dela tinha fábrica de

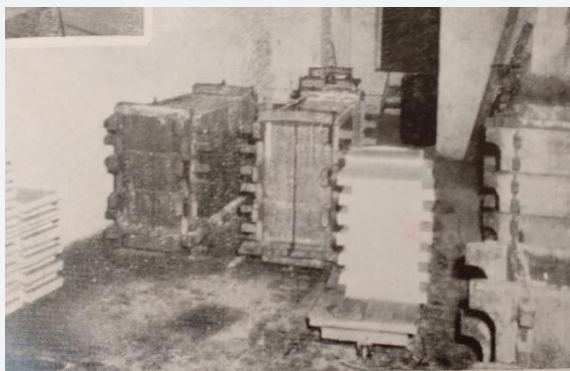
Figura 86 – Fábrica de Macarrão - 1955



Fonte: Álbum
Comemorativo - 1956

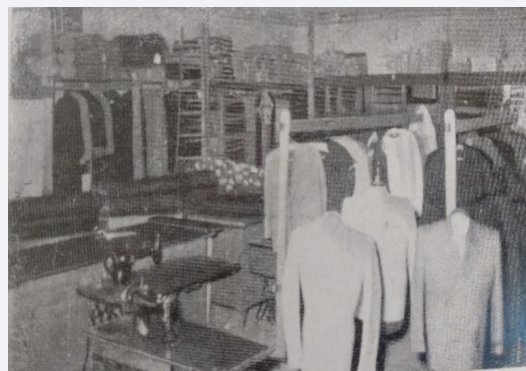
macarrão, torrefação de café, fábrica de sabão, de canjica, quirera. Tudo fabricação própria, fabricavam lá atrás e traziam para o armazém para vender. Vendiam tudinho no mesmo dia. O lucro do armazém aquele tempo era de 16% e da loja 20% e toda a entrada e saída era controlada rigorosamente. Com esse lucro a Cooperativa mantinha o Hospital 26 de Outubro.

Figura 87 – Fábrica de sabão – 1955



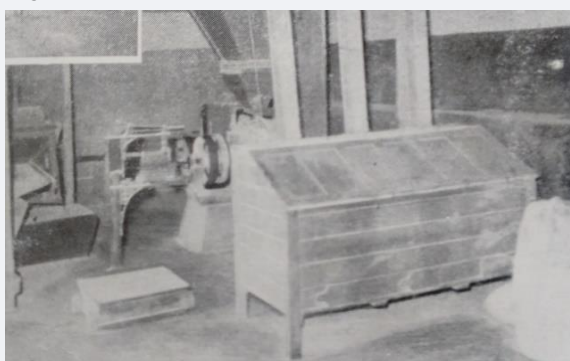
Autor: Desconhecido
Fonte: Álbum Comemorativo -1956

Figura 88 – Alfaiataria - 1955



Autor: Desconhecido
Fonte: Álbum Comemorativo -1956

Figura 89 – Fábrica de fubá – 1955



Autor: Desconhecido
Fonte: Álbum Comemorativo -1956

Figura 90 – Torrefação de café



Autor: Desconhecido
Fonte: Álbum Comemorativo -1956

Figura 91 – Secção de Armarinhos – 1955



Autor: Desconhecido
Fonte: Álbum Comemorativo -1956"

Figura 92 – Secção de Atacados - 1955

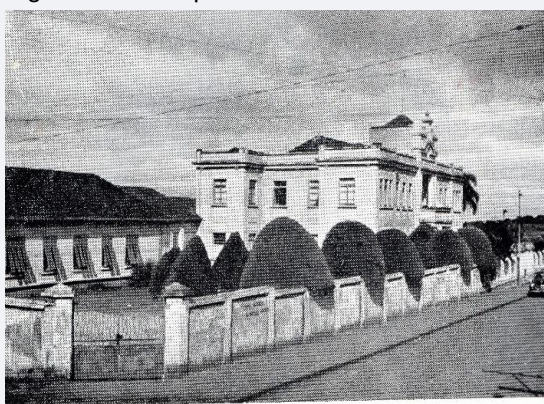


Autor: Desconhecido
Fonte: Álbum Comemorativo -1956

O Hospital atendia todos os ferroviários e familiares. Médicos como Dr. Francisco Búrzio, Dr. Russo, Dr. David Federman, entre outros, atendiam lá. Não ganhavam um tostão e trabalhavam de 3 a 4 horas por dia.

Uma história que gosto de contar, é que muitas vezes um membro da família ficava doente e vinham para o hospital consultar e se internar. A mulher como não tinha onde ficar, parava no hospital cuidando do marido. Muitas vezes saiam, iam fazer compras nas lojas de Ponta Grossa. O Hospital era internamento de doente e também hotel (risos) e o pessoal não pagava um tostão.

Figura 93 – Hospital 26 de Outubro – 1966



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória (2016)

Figura 94 – Hospital 26 de Outubro - 2014



Autor: Renato Pereira

Fonte: COMPAC/PMPG (2015)

4.1.8 Saudades

Em frente da Estação tinha as caixas de água, tiraram tudo, uma pena né, deveriam ter deixado alguma coisa.

Eu sonho com isto aqui ainda (Estação). Eu nunca mais entrei aqui depois que me aposentei, é bom, muito bom lembrar. Gostava de trabalhar aqui, principalmente pelo movimento, não só dos passageiros, mas também todo o pessoal que vinha de Uvaranas, do 26 de Outubro, a passagem deles era pela plataforma. Os que vinham do 26 de Outubro passavam por um quebra corpo que tinha na Rua Conselheiro Barradas, vinham contornando ou pulando os trens até chegar no começo da plataforma. Quando chegava, se não passasse pela bilheteria, passava pelo portãozinho lá na frente. Era o dia inteiro movimentado, as vezes até se confundia passageiro e passante. Ai, ai, gostava muito de trabalhar aqui.

Figura 95 – Plataforma da Estação Ferroviária



Fonte e autoria: Acervo Paulo José da Costa (2016)

Figura 96 – Plataforma da Estação Década de 1970



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória (2016)

Figura 97 – Estação na década de 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite

Nota: Detalhe do portão de passagem das pessoas que utilizavam a estação como ponto de passagem (2016)

Os sons que guardo daqui da Estação são as buzinas da máquina e o barulho do telégrafo.

Uma coisa que tenho muita saudade, que quando era criança eu gostava de ver as manobras dos trens, iam para frente, para trás, engatavam, desengatavam, era barulhento, soltava fumaça e faísca das rodas. O trem era movimento, era vida.

Agora o guichê e a escada, fazem voltar no tempo mesmo, o cheiro é o mesmo, cheiro de madeira, de coisas que duram.

4.2 MANSÃO VILA HILDA

Benjamin (1987) afirma que nunca se pode recuperar em sua plenitude o que foi esquecido, quem sabe isso seja até bom, pois o choque do resgate do passado também pode ser destrutivo, quando deixa-se de compreender a nossa saudade, “mas é por isso que a compreendemos, e tanto melhor, quanto mais profundamente jaz em nós o esquecido” (p.105). Quando o narrador se depara com uma foto de família ele pode sonhar como no passado se comemorava um natal, andava com uma bicicleta, mas isso fica na saudade e nunca mais poderá tornar a vive-lo, somente lembrar e propiciar que os outros conheçam momentos tão significativos.

Conheço a história de minha família, a partir de fotos, documentos e histórias contadas, pois vivi pouco tempo na casa. Mas esse tempo foi muito intenso. Pelos relatos sei que meu bisavô

Figura 98 – Família Alberto Thielen



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Morei junto com meus pais na Mansão até por volta dos 8 anos de idade e minhas lembranças não são muitas, mas lembro de muitas histórias vividas e contadas a partir do álbum de fotos.

A casa foi construída pelo meu avô Alberto⁹³ e de início ocupava quase todo o quarteirão. Assim, tinha muita criação de ovelhas (que faziam churrascadas) e de coelhos (ninguém mais aguentava comer coelho ... risos...)

Henrique Thielen foi casado com Alvina Elmer Thielen e tiveram 5 filhos: Alberto, Alvino, Marichen, Clara e Ida. A história da Mansão começa com Alberto Thielen⁹³ meu avô, que nasceu em 1897 em Ponta Grossa. Casou com Ida Hilda Thielen⁹⁴. Tiveram dois filhos Rodolfo Francisco⁹⁵ (conhecido como Chico) e Alberto Henrique⁹⁶ (conhecido como Bube).

Sou filha do segundo filho, o Alberto que faleceu em 2014 e tanto ele como minha mãe estão enterrados no Mausoléu da Família Thielen no Cemitério Municipal São José em Ponta Grossa.

Figura 99 – Mansão Vila Hilda –
Década de 1930



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

⁹³ Alberto Thielen faleceu em 1958

⁹⁴ Ida Hilda Thielen faleceu em 1972

⁹⁵ Rodolfo nasceu em 1927 e casou com Laura Vilela e tiveram dois filhos, Ricardo e Eduardo. Faleceu em 2014.

⁹⁶ Alberto nasceu em 1921 e casou com Beatriz Küster e tiveram dois filhos, Fernando e Clarice. Faleceu em 2014

⁹⁷ Alberto Thielen estudou na Alemanha e se tornou mestre cervejeiro assumindo a Cia de cervejas de seu pai Henrique Thielen

Figura 100 – Comemoração de Natal.
Década de 1950



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Subindo a escada de trás tinha o que chamávamos de Área de Vidro ou Jardim de Inverno, a copa, depois a cozinha e num quarto lateral a sala de costura ou quarto da Oma quando viva. Oma era minha bisavó, mãe da vovó Ida.

Figura 102 – Entrada dos fundos para o Jardim de Inverno



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Quando moramos na Vila, brincávamos muito de subir num pé de magnólia que ficava ao lado do portão de entrada de carros. Lá de cima observávamos tudo ao redor. Gostava muito de acompanhar minha avó na horta para colher legumes. A horta era de um bom tamanho.

Os natais eram comemorados na vila com uma árvore montada na sala de visitas. A árvore ia quase até o teto e era iluminada por velas. Uma vez pegou fogo nas cortinas e foi meio caótico, porque só estavam meus avós e nós as crianças. Os pais tinham saído para fazer visitas. Mas ficou tudo bem embora o Vô Alberto tenha tido uma crise de angina.

Figura 101 – Comemoração de Natal –
Década de 1960



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Aos domingos sempre tinha aperitivo no jardim de inverno. Presentes muitas vezes o tio Albary Guimarães e tia Paula que era irmã da Vó Ida. Também o Tio Nicolau Bach e tia Marichen que era irmã do Vô Alberto. Egon Roscamp que era viúvo da Clara irmã de Alberto. Doutor Orlando Moro, médico e amigo e Alexandre Aracema, que começou como pajem do meu pai e se tornou um grande amigo.

Figuras 103 e 104 – Aspectos do lazer no Jardim de Inverno



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen: (2016)

Figura 105 – Aspecto do torreão



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

No meu tempo no Torreão não tinha nada. Era só uma sala redonda, não tínhamos permissão de ir até lá, só íamos se algum adulto fosse junto.

Desde que me lembre, a Vila não era a quadra toda, já existia um casarão na esquina da Rua Júlia Wanderley. Agora o resto era da Vila, não lembro de quadras de esportes, tinha um campinho, que também servia para secar a roupa.

Meu avô era proprietário da Cervejaria Adriática, nunca soube porque foi vendida. Só sabia que durante a 2ª Guerra Mundial faltou malte e o vovô pediu emprestado para a Brahma que se negou a emprestar. Pediu para a Antarctica que emprestou. Então ele jurou que se vendesse a cervejaria algum dia só venderia para a Antarctica. E foi o que fez.

Como meu pai Alberto (Bube) estudou química para trabalhar na cervejaria e a mesma foi vendida, ele não tinha emprego, então ele e minha mãe montaram uma malharia no porão da vila. Faziam roupas tricotadas à máquina sob encomenda (não sei onde foram parar os teares). Em 1958, meu avô faleceu e em 1959 meu pai foi contratado pela Brahma do Rio de Janeiro, e em março de 1960 fomos então em definitivo para o Rio. Minha vó Hilda Thielen saiu da casa em 1960 e foi morar no Edifício Marieta. Passava as férias de verão com minha avó em Ponta Grossa e dela escutei muitas histórias das brincadeiras que meu pai e tio faziam nos jardins e quintal da casa, andavam de bicicleta, brincavam com cachorros, na fonte da frente e na trave que tinha no jardim. Tenho as fotos da família que mostra um pouco do cotidiano da casa.

Figura 106 – Aspectos do Cotidiano da Casa



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Figuras 107 e 108 – Brincadeiras no Jardim



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Figura 109 – Aspectos do Cotidiano da Casa



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Figura 110 – Dia de Aniversário – Década de 1930



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Figura 111 — Vó Oma e seus bisnetos



Quando ficaram maiores traziam os amigos para jogar bola ou para comemorar os aniversários.

Figuras 112 e 113 – Amigos da família no campo de basquete e na fonte



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Figura 114 – Escola de Datilografia na parte serviçal da mansão



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

A casa foi alugada então para freiras que ficaram um tempo lá. Tinham até uma escola de datilografia. Depois ficou fechada um tempo e foi vendida em 1968.

Ao lembrar de algo vivido num determinado espaço, seja ele sua residência ou um local conhecido de passagem e brincadeiras, é comum as pessoas descreverem não apenas os acontecimentos de sua história pessoal, mas apresentar uma experiência que faz parte tanto da sua história pessoal quanto da história da cidade (pires, 2012).

No caminhar pelo espaço urbano, sem direção e perder-se nas lembranças, ocorre a busca de si mesmo pelas trilhas da memória (BENJAMIN, 1987).

Quando penso e lembro da Vila Hilda, na minha memória surge minha infância na Rua Coronel Dulcídio esquina com a rua Francisco Burzio. Eu morava bem na esquina da Santa Casa. Nossa, brinquei muito nas escadarias deste hospital, pulava, subia correndo, descia, até que um dia eu quebrei um dente e como eu queria muito colocar um dente de ouro, esta foi a oportunidade, só perdi este dente quando estava na faculdade. Quando olho a Santa Casa, já lembro do Instituto Pasteur, que era um departamento do hospital. Toda a pessoa que era mordida por cachorro louco vinha aqui tomar injeção no umbigo. As vezes as mães até assustavam as crianças, se elas fizessem alguma traquinagem diziam: vou te levar tomar injeção no umbigo.

Figura 115 – Escola de Datilografia na parte serviçal da mansão



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Osmário Ribas (2015)
Nota: → Instituto Pasteur

Olhando agora no entorno, está muito modificado, muitas dessas casas não existiam ainda.

Minha casa era cercada de tábuas de madeira e toda ajardinada com margarida e maricão.

Tínhamos um poço e ajudava minha mãe a virar a manivela quando lavava as roupas na tina. Ela colocava os panos para corar na grama e depois mamãe dizia:

está na hora de molhar os panos e eu ia com a bacia molhando todos que já estavam secos. Nossa... está tudo mudado. Tudo vai mudando, o tipo de construções, a maneira de vida. Desde que eu era criança, muita coisa mudou, não é de agora, essa mudança vem vindo, dizem que é a evolução, eu acho que a evolução deve existir, mas o respeito, os princípios devem acompanhar a evolução.

Figura 116 – Avenida Francisco Búrzio – Década 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

Nota: → Residência da narradora

Quando se afirma que a memória é seletiva, que é voluntária e involuntária, que as memórias individuais formam em seu conjunto a memória social de uma comunidade, destaca-se assim a sua dinamicidade. O interesse do narrador deve ser consagrado ao “fluxo do tempo sob sua forma mais real, e por isso mesmo mais entrecruzada, que se manifesta com clareza na reminiscência (internamente) e no envelhecimento externamente)” (BENJAMIN, 2004, p. 45). É a obra da memória involuntária, ter a força de rejuvenescer e ser capaz de enfrentar os caminhos do envelhecimento.

Nesta descida da Coronel Dulcídio eu brinquei muito com as crianças da vizinhança (como tinha criança). Pulava corda, batia peteca, dava a volta na quadra para ver quem chegava antes, descia de carrinho de rolimã ou então dentro de um pneu. Esse era bom, a gente descia rodando dentro do pneu e nossa parada era lá na Vila Hilda (o prejuízo era trazer de volta empurrando). Mas era tão bom, brincava tudo junto, menina com guri, não tinha essa maldade que tem hoje. O que era engraçado era isso, a gente não usava calça comprida, você estava de vestido, não tinha isso se aparecia a calcinha, se levantava o vestido, a gente entrava no pneu e ia com tudo.

Vou te contar uma passagem que nunca esqueci. Um dia minha mãe tinha uma visita e eu dizia assim, mãe: posso alugar bicicleta? Alugava bicicleta lá em baixo no De Geus⁹⁸, e minha mãe sempre dizendo, espere um pouquinho e eu insistindo: posso alugar bicicleta? Até que minha mãe deixou. Peguei o dinheiro da gaveta da máquina de costura e fui. Voltei empurrando, agora o que acontecia? Bicicleta alugada já vinha caindo aos pedaços, estava andando faceira e meu amigo pediu para dar uma voltinha, não deixei e ele me empurrou na descida da Coronel Dulcídio e fui ladeira abaixo, fui parar lá na Vila Hilda quando com medo de uma carroça eu me joguei no chão e o raio da bicicleta entrou na minha cabeça. Até hoje tenho a cicatriz (risos).

As formas de narrar se aproximam na medida em que se encontram nos mesmos elementos urbanos que as pessoas conviveram no passado. Momentos de risos, de alegria e comemorações de uma viagem ao passado, que muitas vezes podem ser carregadas de saudosismo mesclado de uma melancolia, mas cheia de vida.

Nesta rua ainda antes de chegarmos na Vila Hilda, tinha o que nós chamávamos do Castelinho. Metade da minha infância foi brincando ali. Era do Seu Fidêncio Silveira. Ele tinha uma neta chamada Cirene Solano e sempre me chamava para brincar na casa, no meio do jardim e dos arvoredos. Sempre ia e sempre me impressionava. A primeira mesa que eu vi de rodar os alimentos foi ali, cheguei em casa encantada e contei para minha mãe que na casa da Dona Hélia tinha uma mesa que rodava e as pessoas iam se servindo. Eu achei aquilo tão maravilhoso.

Figuras 117 e 118 – Residência de Fidêncio Silveira



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite (2016)



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa (2016)

⁹⁸ Atualmente Casas Arnel. Os De Geus alugavam bicicletas, porque a criançada não tinha bicicleta, era um ou outro que podia ter.

Essa casa era bastante grande e tinha arvoredos e uma planta chamada buxinho que era baixa e bem podada, gostávamos de nos esconder atrás. Também brincávamos pela casa toda, naquela parte bem de cima era um terraço e onde tem aquelas três janelinhas era um salão bem grande, tinha o que hoje seria um salão de ginástica, com remo, aparelho de ginástica que colocava na barriga. Como brincamos de esconde-esconde lá. Era uma infância sadia.

Agora aqui na frente da Mansão Vila Hilda, posso dizer que não parece com a nossa Vila Hilda de brincar. Ela era mais acinzentada e a gente brincava aqui dentro, muitas e muitas vezes escondidos da Dona Ida. Ela tinha dois filhos, mas já eram mocinhos, se não me engano era o Bube e o Tide. Quando eles não podiam brincar a gente brincava escondido. Nós entrávamos pelo portão da frente pequeno e os meninos de modo geral pulavam o gradil.

Figuras 119 e 120 – Aspectos do Jardim



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Era gostoso e bonito brincar dentro, porque não tinha casa grande assim, como do Seu Fidêncio que para nós era um castelo. Na maior parte era casa baixa, muita casa de madeira. Então, quando se via uma Vila Hilda, nossa...

Buscar analogias e semelhanças entre o que passou e o que ainda está presente, relembrar os fatos e transformá-los numa metáfora, significa narrar aquilo que se sente de uma vida lembrada por quem a viveu, pois um “acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que um acontecimento lembrado é sem limites” (BENJAMIN, 1994, p.37), porque ele carrega no seu interior tudo o que veio antes e depois.

Dentro do jardim da casa a gente brincava de esconde-esconde, que era a brincadeira predileta e quando a gente via qualquer movimento na casa, “puf” já saía correndo e os meninos pulavam o gradil. Na casa

tinha muito buxinho, que eles podavam e ficava bem quadradinho. Por dentro, uma vez a gente entrou só na porta de entrada, que o menino da casa deixou olhar, eram tábuas largas e envernizada de tão lustrosa. Não tive contato com a Dona Hilda, ela era mais reservada, os meninos também eram fechados e não participavam das nossas loucuras de pneus e carrinhos de rolimã.

Essa casa era de derrubar o queixo, para nós era um palácio. Entrávamos escondidos, nunca pegaram a gente e se pegassem, fingiam que não viam. Era tudo criançada, como se diz hoje, piaçada.

Figuras 121 e 122 – Aspectos do Jardim



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

Meu pai foi muito amigo dos filhos do Alberto Thielen, Chico e Bube, eles eram colegas do Colégio regente Feijó, lá pelos idos de 1936, fizeram amizade nesta época que durou até o final da vida. Lembro de meu pai falando dessa casa, que foi construída em 1926. Era bem retirada da cidade e só tinha perto a Casa do Bispo. Quando eram moleques, vinham da fábrica por um carreiro e de carroça.

Meu pai contava que esse terreno pegava a quadra inteira, era tipo uma chácara, depois que foram vendendo aos poucos. Aqui sempre tinha festa, pois Alberto Thielen era uma pessoa de posse, almoços com políticos, aniversários, entre outros.

Figuras 123 e 124 – Comemorações



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Clarice Thielen (2016)

4.3 PRÉDIO DA PROEX – UEPG

O conhecimento que é produzido pelo lembrar, ainda não tem nenhuma certeza epistemológica, já que muitas vezes vem do suporte material (imagens) ou do imaterial (sensações). Pode ser que nossas lembranças sejam invenções a posteriori, nas quais acreditamos sem pestanejar. Mas por sua vez, o trabalho de rememorar pode possibilitar a reconstrução de uma narrativa histórica em forma de crônica, de um tempo vivido como experiência, já que ele é pleno do agora, revelando um tempo histórico diferenciado do tempo puramente cronológico.

Este prédio foi construído pela Família Naumann. Aqui foi sede dos Correios por muitos anos. O correio foi transferido da esquina da Marechal Deodoro com Rua Sant'Ana para este prédio da atual Proex.

Figura 125 – Primeira sede do correio década de 1930



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Osmário Ribas (2015)

Figura 126 – Sede do Correio no Edifício Guilherme Naumann – Década de 1940



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite (2015)

Conheci este prédio como Saúde Pública. Todo mundo que queria se vacinar vinha aqui. Quem queria viajar naquele tempo tinha que se vacinar, estudante para fazer a faculdade vinha aqui se vacinar. Lembro que papai falava que aqui existiam arquivos de pessoas que tinham doenças contagiosas e que a saúde acompanhava. Ele contava de arquivos de pessoas que tinham ido para sanatório de tuberculosos, que tinham passado tempo em leprosários.

Eles faziam campanhas nas escolas inclusive, quando eu estava no primário no Colégio Júlio Teodoro e levavam vermífugo e distribuíam entre as crianças. Todas as campanhas eram organizadas neste prédio, lembro que quando eu tinha 8 ou 9 anos (1050/1951) estava dando tifo em vários lugares e eles fizeram uma campanha de casa em

casa e quando se declarava que tinha crianças morando, eles davam os comprimidos. Só conheci este prédio como Saúde Pública.

Também conheci como Saúde Pública, inclusive com salas de abreuografia e aí criaram uns anexos lá para trás que existem até hoje, onde eram os dispensários. Não tenho certeza de que os anexos foram construídos pela família, acredito que não. Só lembro bem que aqui embaixo era a Saúde Pública e em cima funcionava o Departamento de Estradas de Rodagem – DER. A Saúde só saiu daqui, quando construíram o prédio novo na Engenheiro Schamber.

Depois disso a parte de baixo ficou fechada e não sei porque o Bispo Dom Geraldo Pellanda quem tinha as chaves. Foi pedido para ele para ceder o espaço para o Grupo de Escoteiros João Gaspar Guedes e para o Grupo Caiapós. Eu era escoteiro nesta época. Os escoteiros então utilizaram a antiga sala de abreuografia próximo a entrada do pátio.

No prédio que hoje funciona a Proex conheci como Saúde Pública e fui lá algumas vezes para pedir licença maternidade e depois para pedir licença de saúde.

Figura 127 – Dispensários construídos pela Saúde Pública



Autor: Wilton Paz
Fonte: Acervo particular da autora (2016)



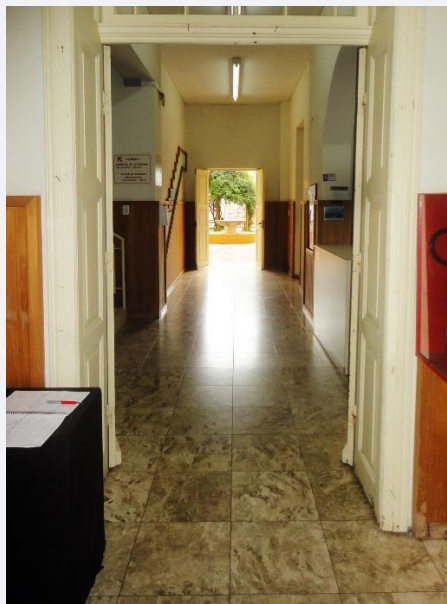
Autor: Acervo Wilton Paz
Fonte: Acervo particular da autora (2016)

As histórias que estou contando se referem ao meu tempo como escoteiro e também como frequentador da Saúde Pública. Esse prédio é muito bonito, mas foi bem descaracterizado, por exemplo essa porta de entrada é de imbuia, deviam tirar esta tinta. Você entrava e vinha reto e onde aparece a pintura de escada na parede, tinha uma escada de madeira que levava para o andar de cima, observo aqui várias portas, repartições e salas que não existiam.

Quando aqui chegamos com o grupo de escoteiros, usávamos a sala da abreugrafia e era tão alta que fizemos um mezanino para imitar um acampamento de patrulha.

Utilizávamos o pátio que só tinha pedrinhas e nós fazíamos ali o fogo de Conselho dos Escoteiros. Mas essa entrada do lado da escada era bem estreita e escura.

Figuras 129 e 130 – Descrição do narrador



Autor: Wilton Paz

Fonte: Acervo particular da autora (2016)

4.3.1 A Proex e seu entorno

Na Praça Marechal Floriano Peixoto eu lembro que onde hoje é o Quartel General era a Casa do Barão e Baronesa de Guaraúna. Tinha um portãozinho bem encostado na Proex, a casa tinha três janelas e daí uma porta arredondada e mais três janelas. O terreno era bem grande no fundo, e lá era o quintal e depois da Rua Das tropas vinha o potreiro da casa. Quando a baronesa morreu ela deixou a casa para Teodoro Batista Rosas, que foi prefeito da cidade e ele alugou para se hotel. Então ali existiu o Hotel Santos e depois o Hotel Palermo

Figura 131 – Edifício e ao lado a residência do Barão de Guaraúna



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite (2014)



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Foto Elite (1998)

4.4 MUSEU CAMPOS GERAIS

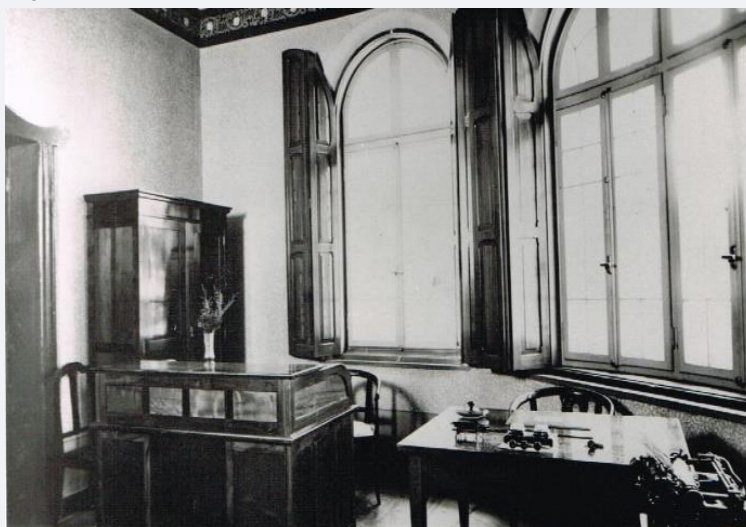
Imaginação e memória podem caminhar juntos, Benjamin (1994) afirma que a memória é um campo aberto com aceitação de imagens, testemunhos e não se apegam a verdades absolutas e científicas. “Sem dúvida, a maioria das recordações que buscamos aparecem em nossa frente sob a forma de imagens visuais” (p.48), até mesmo as reminiscências espontâneas da memória involuntária, se caracterizam como imagens visuais, ainda que com seu caráter enigmático, pois os sinais de envelhecimento se constituem nos reflexos sobre as coisas.

Comecei a trabalhar neste prédio em 1981, quando vim transferido de Candido de Abreu. Apesar de ter ficado somente três anos, tenho muita saudade daqui. Mas entrando no prédio, recordo de muitas coisas. Nossa!!!! Faz muitos anos que não entro aqui. Que sensação boa de retornar e lembrar de histórias que eu vivi.

Aqui no Fórum eu era Escrivão da 2ª Vara Criminal. Hoje está tudo mudado, mas naquele tempo era máquina de escrever. O escrivão era o datilógrafo do juiz. O juiz às vezes assoberbado de serviço, ia dar uma decisão no processo, então ele rascunhava e pedia: fulano, você pode datilografar isso aqui para mim? O escrivão datilograva o despacho ou sentenças e o juiz conferia.

Por exemplo, nas audiências criminais, o juiz interrogava o réu ou inquiria a testemunha e daí resumia em termos e ditava para o escrivão.

Figura 133 – Sala do Diretor do Fórum



Autor: Raul Bianchi

Fonte: A Acervo particular da autora (1998)

E o escrivão ia “batendo” o que o juiz ditava, o depoimento da testemunha ou então o interrogatório do réu. Ele era um auxiliar do juiz e tinha que ser um ótimo datilógrafo e ter um bom ouvido, porque muitas vezes o juiz falava baixinho e você não podia dizer: doutor, como é?

Na parte de baixo funcionava a 1ª a 3ª e a 4ª Vara Cível, cada Vara tinha a sala de audiências e do juiz. Tinha ainda a Sala do

Juiz Diretor do Fórum. Me contaram que as paredes do Fórum eram pintadas diferentes, mas quando eu aqui cheguei, todas estavam pintadas de cinza claro.

Aqui embaixo funcionava também o Cartório Distribuidor, onde todas as ações, todos os processos, todas as petições, todos os inquéritos que vinha para o juiz, chegavam e eram destinados ao cartório e juiz certo. Funcionava como se fosse o correio do Fórum. O distribuidor tinha uma função muito séria e era responsável por cada papel que entrava aqui. Era esse cartório que fornecia a Certidão de Antecedentes Criminais, por exemplo.

Figura 134 – Cartório Distribuidor



Autor: Raul Bianchi

Fonte: Acervo particular da autora (1998)

Figura 135 – Vara de Família



Autor: Raul Bianchi

Fonte: Acervo particular da autora (1998)

Na parte de baixo do prédio também funcionava a Vara de Família, Vara de Menores e o Gabinete do Juiz. Sempre tinha o Cartório e o Gabinete do Juiz. Sabe, muita gente confundia, então era assim: Vara era um conjunto composto de Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Cartório e Oficial de Justiça e todos os demais funcionários. Neste prédio chegou a funcionar as 2 Varas Criminais, 4 Varas Cível, 1 Vara de Família e 1 Vara de Menores. Então cada Vara tinha suas repartições físicas também.

Na parte de cima lembro com certeza do Tribunal do Júri. Veja, nem tudo consigo lembrar, pois trabalhei em vários Fóruns. Mas do Tribunal lembro bem, da sala que ficava atrás a esquerda de quem entra, onde os jurados vinham no intervalo tomar café, eles ficavam incomunicáveis. As vezes o júri varava na noite e até refeições traziam para eles aqui. Para não se comunicarem, sempre ficava junto o Oficial de Justiça e as vezes até o juiz. Quando você entra no Tribunal, na sala do lado direito funcionava o depósito de armas, ali eram guardadas as armas utilizadas como provas durante o julgamento. Antes e depois, as armas ficavam no Cofre do Banestado – Banco do Estado do Paraná.

Figura 136 – Hall superior



Autor: Raul Bianchi

Fonte: Acervo particular da autora (1998)

Figura 137 – Tribunal do Júri



Autor: Raul Bianchi

Fonte: Acervo particular da autora (1998)

Depois, lembro que o Fórum foi ficando pequeno para as diversas atividades, até que foi transferido para a nova sede em 1984. Desde então nunca mais tinha entrado no prédio.

Eu conheci o Fórum. Fui num julgamento só, mas eu ia muito lá comprar selo, pois antigamente os livros de comércio eram selados e só no Fórum é que se vendia. Tinha uma sessão específica para isso. Também se comprava o selo para colocar na chapinha (tampa) das garrafas.

Sempre achei o prédio do Fórum muito bonito e ostentoso. Quando era menor e ainda estudava no Regente, ia lá com as amigas para fazer segunda via de nossas certidões de nascimento. Sempre que uma dizia que tinha que ir no Fórum, as outras queriam ir junto, só pelo prazer de descer aquela escada toda trabalhada e com curvas, pelo corrimão. Nós íamos nos equilibrando no corrimão com o braço (risos).

Depois de casada eu ia lá para fazer a Certidão de Nascimento de meus filhos. Lá tinha o Cartório da Dona Julieta Sant'Ana.

Figura 138 – Escada para piso superior



Autor: Raul Bianchi

Fonte: Acervo particular da autora (1998)

4.5 REGENTE FEIJÓ

Quando Walter Benjamim afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi” (1994, p. 224), não é simplesmente voltar no tempo para conhecê-lo, mas para colocá-lo em situação de crítica e análise. O passado pode ser resinificado na linguagem do tempo do agora do idoso e contribuir para entender o presente e personificar um futuro dentro das perspectivas da preservação. O conceito de memória para o autor se caracteriza em uma capacidade

passiva e também ativa, bem como a relação com as imagens, então ela não é simples e nem imediata em sua teoria. As relações de ambas se dão na linguagem pois o homem, se constitui como sujeito da linguagem e deve dizer “eu”, assim na descontinuidade dos acontecimentos e das lembranças se fundamenta a historicidade do ser humano. “Se há uma história, se o homem é um ser histórico é só porque existe uma infância do homem, é porque ele deve se apropriar da linguagem” (KRAMER, 2009). Viver a história e recontar essa história a partir do saber individual, contribui para a construção do saber coletivo, que avança da mera informação oficial.

Tirei o Regente em 1943. Do Júlio Teodorico eu vim para o Regente e fiz o Exame de Admissão, que era para poder entrar no ginásio, e, olha, vou te dizer, era barrado, se não tinha conhecimento para prestar o exame era barrado, era um mini vestibular.

“Bendito seja esse Regente”. Esta é a porta da frente, mas nós entrávamos pelo portão lateral. As salas eram numeradas, por exemplo, no meu tempo e no meu horário era assim: sala número 2 era aula de português, a sala número 3 era de ciências (chamava Ciências Físicas e Naturais), com o Prof. Leopoldo Pinto Rosas. Tinha a sala equipada de número 17, que era de Ciências, quase botânica com o Professor José Pinto Rosas, a sala 4 era aula de desenho com o Professor Otávio Guimarães e a sala 5 era aula de música com a Professora Carol Ferreira. Assim eram as salas, todas numeradas.

Mas o nosso terror, posso dizer, se ele estiver escutando ele vai confirmar, era o Professor Coimbra da Sala 14, com as aulas de latim. Ele era alto e meio calvo. Se você passasse em latim tinha que ir na igreja rezar. Ele não era brabo, mas sim muito exigente e fechado.

Figura 139 – Sala de Ciências – Década 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa (2016)

Nós brincávamos de dar nome para as salas conforme o professor, a sala 14 era chamada de Inferno 14, porque o Professor Coimbra era muito brabo. Tinha uma professora que chamávamos de Cinderela, porque ela tinha pente no cabelo, colar, pulseira, brinco grande. Sempre o apelido decorria de nome de filme.

Saíamos de uma sala a outra, quando terminava a aula de 50 minutos, tinha um intervalo de 10 minutos e começava outra aula, então, você saía do português e ia para o desenho, do desenho para ciências. Você ficava “tecendo” pelo corredor de uma sala para outra. No meio da tarde tinha um intervalo maior em que íamos para o pátio. Quando comecei a estudar aqui as classes eram mistas, quando estava na terceira série separou, os meninos vinham de manhã e as meninas de tarde. Nós, meninas, fazíamos educação física no horário contrário, “ai que felicidade, a gente vinha fazer educação física”.

Na entrada principal do Regente, tinha um telefone instalado e o Professor Naumann (foi anos e anos inspetor) chamava classe por classe, por exemplo: terceiro B, sala 3.

No meu tempo, existia só este primeiro bloco mais antigo, quando eu já estava quase saindo estavam começando a construir a parte de trás que seria como um salão. Sempre armávamos a rede de vôlei lá dentro para jogar.

Também fazíamos ginástica lá no pavilhão de trás que estava recém construído.

Figura 140 – Hall de entrada do Colégio Regente Feijó



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Museu Campos Gerais (2016)

Figura 141 – Colégio planta original



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

Figura 142 – Colégio com os acréscimos



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

No pátio interno tinham as áreas com gradil e as salas de aula, banheiros e também a cantina. Quando do início das aulas nos ficávamos enfileirados, aguardando o chamado para a sala.

Figura 144 – Cotidiano – Década de 1940



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória (2016)

Figura 143 – Pátio interno e as áreas laterais Década de 1940



Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória (2016)

Em frente à Galeria dos diretores do Colégio, a memória trabalhou⁹⁹ e a narradora lembrou de diversos diretores que também foram seus professores e depois colegas de magistério:

Estudei no Regente de 1946 a 1949. Mas sabe uma coisa que me deixou muito triste, foram os jardins serem destruídos e arrancados. Na frente do Colégio tinha um

⁹⁹ Angelo Lopes: era do tempo da minha mãe e foi Secretário de Educação e nome de rua.

Elvídio Silva: não lembro

Joaquim Antonio Loyola Júnior: não era do meu tempo, mas conheci, era médico

Raul Pimentel: não é do meu tempo, mas conheci.

Benjamin Mourão: eu conheci

Milan Milasch: ah, esse foi meu professor de matemática, ele dizia assim: cale a boca, vai chover, as baitacas não param de falar.

José Pinto Rosas: foi meu diretor aqui no Regente

Raul Pinheiro Machado: amei, foi meu professor de história, tão simpático. Ele fazia a chamada assim: fulana, fulana, Margarida Santos, Netinha (e não me chamava de Maria da Conceição), Maria Zélia Fonseca... Me chamava pelo apelido.

Paulo Grott: Professor de matemática. Brabo que o cabelo da gente ficava em pé quando ele colocava o pé na porta.

Mauro Pereira de Araújo: não conheci

Brasil Pinheiro Machado: adorava o Dr. Brasil. Irmão do Raul e da Ismênia que foi minha colega na faculdade. Não foi meu professor, era só simpatia em pessoa.

Roberto Elke Júnior: meu companheiro, esse é jovem

Jônia dos Santos Ribas Safer: com ela permutei para ela ir para Pirai e eu vim para cá. O marido dela era agrônomo e foi designado para Pirai e daí troquei com ela

Sebastião: O famoso Bastico, foi meu vizinho

Wilson Rocha: famoso preguinho

Lauro Cunha Fortes: dentista

Cláudio Paczkowski: conheci, irmão da Genoveva

jardim maravilhoso de cedro, o Jacó Schell era o jardineiro. Ele podava os cedros em forma de figuras, então tinha castelos, formas de cogumelos e umas flores tão bonitas. Eu admirava porque sempre gostei de flor, desde criança. Daí soube que os alunos gazeavam muita aula e ficavam ali escondidos e o diretor mandou cortar tudo. Mas quando vi meu Regente pelado, Deus me livre. Que tristeza.

Estudei no Regente Feijó, era bom estudar lá. Só tirei o ginásio ali sabe, depois meu pai morreu e tive que trabalhar. Era

um Colégio enérgico, lembro do Professor Coimbra de latim e da Professora Adelaide Chamma de matemática. Era bom aluno, razoável e não fazia bagunça, no meu tempo não tinha isso era muito respeitado o professor. Minha esposa foi professora de primário e os alunos queriam muito bem ela, era outra a educação antigamente era a mãe e a segunda mãe era a professora. Principalmente a criança do primário

Sempre respeitei o professor no primário e no ginásio, pois ele é o elemento que está nos ensinando e hoje não respeitam, isso aí é falta de voltar à palmatória, eu sou do tempo da palmatória, era uma régua desse tamanho (mostrou com as mãos). A tabuada tem muita criança que não sabe, eu sei a tabuada até hoje, tá aqui na cabeça pode perguntar salteado vamos dizer $7 \times 9 = 63$; $6 \times 9 = 54$; $8 \times 9 = 72$ tenho tudo na cabeça até hoje, pode perguntar, tá tudo aqui, nunca esqueci.

4.5.1 O dia a dia no Colégio

O lembrar se torna forte, a partir da prática de andar, ver e reconhecer os patrimônios culturais como parte de uma vida, pois a fala conquista o pensamento e posteriormente a escrita o domina. “Assim, por uma pequena brecha no muro, cai um raio de luz no gabinete do alquimista e faz relampejar cristais, esferas e triângulos (BENJAMIN, 1987, p.30). O narrador quando vê o passado por meio das edificações,

Figuras 145, 146, 147 – Aspectos do Jardim Frontal do Colégio



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo particular de Márcia Lopes Saab (2016)

ele simplesmente não faz uma descrição daquilo que observa, mas projeta seus próprios sonhos, sentimentos e ideais.

Ai meu Deus do Céu. A gente diz que a melhor época é aquela que a gente está vivendo, a minha época de Regente, ficou na minha história. Adorava o tempo de ginásio, do Ginásio Regente Feijó.

Na lateral direita do Colégio (rua Bonifácio Vilela) tinha o gradil alto e cedro de ponta a ponta. Sabe o que a gente fazia, no intervalo a gente se escondia e ficava assobiando e provocando quem passava na rua. Ficava abaixado, assobiando e se escondia (risos).

No Regente foi uma época maravilhosa que eu vivi.

Sempre ficávamos junto do muro lateral conversando com as pessoas que passavam na rua, isto no intervalo. O Regente tinha dois portões laterais para entrada de alunos e o da frente que era só para professores.

Tinha aqui no ginásio um grupo de seis amigas inseparáveis, sempre trazíamos merenda e quando chegava a aula do Professor Leopoldo que coincidia com o intervalo, a gente abria as merendas e comia dentro da sala.

Figura 148 – Lateral do Colégio com pés de cedro



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa (2016)

Outra coisa que acontecia (isso eu nunca fiz), ir no cinema. Na quinta feira tinha matinê no Cine Império e algumas alunas gazeavam aula para ir no cinema. Ou então gazeavam aula para passear e a Igreja do Rosário era o nosso refúgio, quando acontecia algo nos reuníamos lá.

A Igreja do Rosário na época era aquela baixinha, sem janelas, escura e o chão era de tábua larga. Em véspera de prova a gente ficava na igreja rezando, rezando. Depois tirava nota baixa na prova e ia chorar na Igreja com medo de ir embora.

A Igreja do Rosário era do lado do Colégio. Daí sabe o que as meninas faziam? Eram bem levadas da cuca. Quinta feira muitas faziam gazeta, para ir na matinê no Império que reprisava o filme de domingo. Íamos com pouco material e geralmente neste dia podia ir sem o uniforme completo, pois já estava

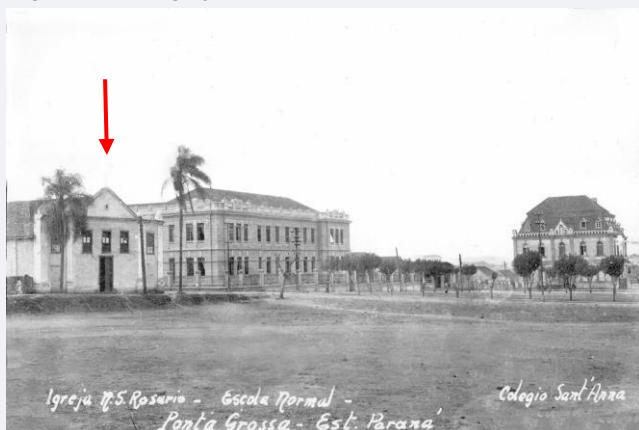
Figura 149 – Cine Império – Década 1950



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória (2016)

Figura 150 – Igreja do Rosário



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória (2016)

sujo. Trocávamos de roupa e junto com o material deixava escondido no confessionário da Igreja, e ia para o cinema. Nem sempre todas tinham o dinheiro na entrada, então uma de nós ficava conversando com o porteiro que recolhia as entradas (Miguel) e especulando: o filme é bom, sabe quem é a artista principal e assim por diante. Quando ele estava distraído entregava uma entrada só e as outras, vupt, passavam correndinho e se escondiam dentro até o filme começar.

Outras choravam para entrar (risos). Na saída sempre estava o Inspetor Naumann esperando, a aluna que estivesse com uniforme era suspensa. Eu não era assim, as colegas que me levavam.

Na esquina da Pinheiro Machado com a Rua do Rosário era o ponto de parada dos candidatos a namorinho e a gente por dentro da grade só olhando.

Mas no Colégio tinha um senhor baixinho, que andava como se fosse um guarda, chamado Seu Diogo, quando tinha alguém suspenso ele levava os avisos na casa. Daí tinha que agradar o Seu Diogo para ele não levar.

Conheci muito bem o Dioguinho que trabalhava no Regente e morava para baixo de minha casa. Era quase um anãozinho. Ele que carimbava nossas carteirinhas. Era na última aula a Dona Judite aparecia na sala e dizia: carteirinha na mesa para carimbar se compareceu, só na última aula, quem não estivesse na última aula, não ganhava comparecimento no dia para não gazear. A gente gazeava e dava para o Dioguinho e ele carimbava para nós. (risos)

Mas ele era meio beerrão. Era um portuguêsinho amigado com uma mulher de cor e ela só tinha filho ladrão. Roubava todas as galinhas da mamãe. Ela foi trabalhar na Catedral e roubou as toalhas, cálices da Igreja. O neto dela andava com aquelas roupas dos padres tudo de renda, tinha os feltros que cobriam os santos o filho tinha aqueles casaquinhos. (risos). Olha Márcia, o que eu vivi.

Eu fui suspensa só uma vez, mas o diretor perdoou. Você sabe como era engraçado, porque varia a situação. Eu era estudiosa, nunca fiquei de recuperação ou precisando de média, mas eu era um azougue aqui na escola. Eu regentina me adorava. Eu tenho orgulho que fui regentina.

A gente viveu muitas histórias no regente. Quando a aula era na sala da frente era uma festa e brigávamos pela carteira próxima a janela. Sabe por que? Para ficar vendo o movimento da pracinha (risos). Não gostava

de ter aula nas salas laterais, porque só tinha a Igreja do Rosário, ela era antiga, não tinha nem janela, era tudo fechado.

Vou te contar mais uma passagem, agora aqui em frente do Colégio. O parque era grudado com a praça, não tinha rua. Bem ali no meio (onde hoje está o parquinho) tinha uma fonte d'água. Aqui na ponta próximo ao Colégio tinha a parte que seria hoje uma academia, tinha argola, barra, corrente, entre outros aparelhos. A gente vinha na ginástica de manhã e quando terminava ia lá virar cambote e o Professor Naumann (inspetor) apitava aqui da porta e dizia: já para casa. Tinha aqui um portão do parque, você entrava e atravessava e dava lá no Ponto Azul.

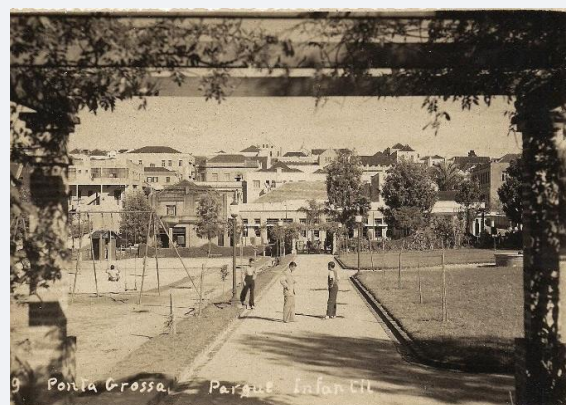
Tinha uma cerca em toda a volta do parque de arame tramatinho e por dentro tinha cerca viva de buxinho. Então duas cercas contornavam o parque, um portão aqui e outro lá.

Figura 151 e 152 – Praça e a área de Educação Física vista do interior do Colégio



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Anticamente Ponta Grossa (2016)



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

Figura 153 – Aspecto da aula de Educação Física



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Carlos Fontes Neto (2016)

Eu sempre participei de atividades esportivas, como as Olimpíadas Estudantil. Participava de vários esportes e ganhava.

A professora de Educação Física era a Professora Belizária, Rodrigues que chamávamos carinhosamente de Dona Beli e também a Professora Lira Veiga. As aulas eram na pracinha da frente, porque dentro do Colégio não tinha muito espaço. Dona Beli nos levava para a praça e lá fazíamos atletismo. O parque era cercado de cedro e ninguém via a gente lá. Tinha aquelas argolas que os meninos também faziam ginástica.

Eram elas que davam aula de Educação Física e também preparavam os alunos para os desfiles.

Minha mãe era de um capricho e eu seguia na risca. Então quando ia ter desfile a D. Belizária – chamávamos de D. Beli – professora de educação física – me levava de sala em sala para mostrar como devia ser o uniforme.

Figura 154 – Participação em Olimpíadas



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Maria Cristina Bacovis (2016)

Figura 155 - Desfile das alunas do Colégio Regente Feijó



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

Nota: Em comemoração do fim da 2ª Guerra Mundial - 1945

4.5.2 O Colégio e seus arredores

E tinha uma fonte luminosa lá na frente da Concha Acústica. Muito bonita. No domingo as pessoas tinham o hábito de vir na missa, uns iam na Catedral e outros aqui na Igreja do Rosário. Depois tinha aquela turma que gostava de ir na matinê.

À noite, geralmente por volta das 19 horas, os músicos do 13º RI, vinham e tocavam na Concha Acústica e a fonte luminosa fica funcionando. A gente ficava embevecida, porque saía água colorida e formavam uns desenhos. Era um passeio, a gente andando na praça,

a banda tocando, a gente vendo a fonte, via também quem estava mais na praça e flertando, só de longe.

A praça em frente ao Regente era coisa mais linda. O Parque da era todo ajardinado, tinha a parte de areia, a gente treinava vôlei ali, eu jogava vôlei ali. Eu gostava de correr e a pista era de pedriscos, em volta era tudo cedro, flores, muito bonito e depois que fizeram a Concha Acústica. Tinha as balanças para as crianças. A Concha Acústica foi feita por Juca Hofmann, tirou as cercas e plantou árvores.

Figura 156 – Praça Barão do Rio Branco e a Concha Acústica - 197



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2016)

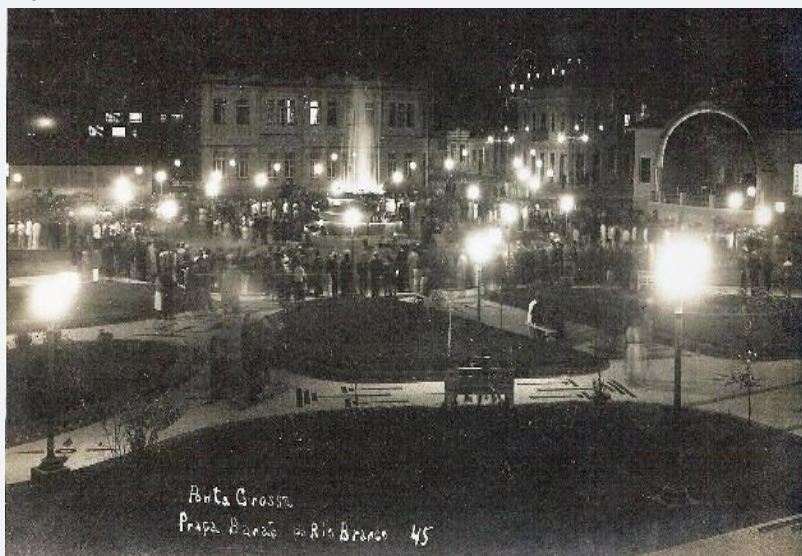
Figura 157 – A praça, comemorações, retretas e a fonte



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Ponta Grossa Memória (2016)

Figura 158 – Fonte Luminosa - 1960



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Antigamente Ponta Grossa (2016)

Conheci a fonte luminosa desde que eu era criança, sabia que eu pensava que a água que era colorida e quando ia lá, sempre levava uma garrafinha para trazer um pouco da água para casa. Eu era criança e o passeio de pobre era ir ver a retreta na praça, tocada pela banda do 13. Meu cunhado que me levava, eu era pequena, mas já tinha uma irmã casada. A gente ia

na fonte e eles sentavam a gente lá, cada vez que eu ia queria levar um vidrinho para trazer água colorida. O Vadeco dizia: vai lá buscar lá para mim e eu dizia: depois eu vou, depois eu vou. Aí apagava e ele dizia ah, mas agora já ficou tudo igual, mas nunca me contaram que era luz que apagava. (risos) Foi Prefeito Dr. Amadeu Puppi quem tirou, ninguém viu.

Mas que coisa maravilhosa, na Concha Acústica ficavam os músicos tocando e o povo todo reunido em volta, como eu gostava

Quando a gente voltava a gente passava na confeitaria ele comprava um doce para cada uma, queijadinha e bom bocado. Ali tinha duas sorveterias, a Polar e a Ideal. Ele comprava sempre na Ideal. E a gente voltava feliz da vida. Passava o quadro da estação e já chegava em casa pois era só atravessar a linha.

Gostava muito de ir no cinema, principalmente no Cine Império. Você sabia que embaixo do Império era um rio? Ali era o seguinte, onde hoje está o Bradesco, era o Zacarias e lá tinha uma nascente de um riozinho, ele descia e passava pela praça onde tinha a fonte luminosa (que jogava água para cima). Depois passava por baixo do Império e ia lá para baixo onde hoje tem o mercadão. Fizeram toda a canalização depois com o tempo.

Figura 159 – Canalização



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Anticamente Ponta Grossa (2016)

Figura 160 – Empresa Zacarias



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Anticamente Ponta Grossa (2016)

Figura 161 – Saída Cine Império



Autor: Desconhecido

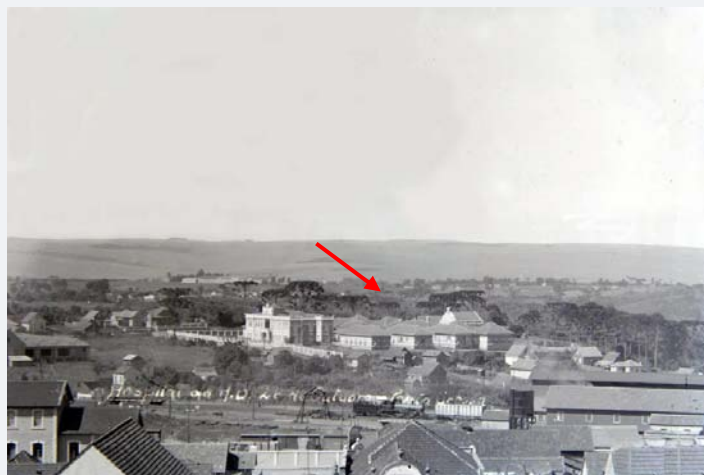
Fonte: Acervo Anticamente Ponta Grossa (2016)

No Império eu gostava de ir assistir aqueles “farfestão”, aqueles filmes antigos muito bons. Eu ia nos três cinemas, conforme o filme. Três cinemas bons que tinham em Ponta Grossa, Renascença, Império e por último o Ópera. Sabe, gostava muito de filme mexicano, era bom aqueles filmes deles. Depois do cinema sempre ia tomar uma cerveja Adriática ou uma caçulinha (guaraná) na lanchonete do Ponto Azul.

O Império era um cinema de gente mais simples, mais era o que mais lotava, o Rena (Renascença) era cheio de coisa e o Ópera não existia. Depois que apareceu o Ópera, passei a frequentar lá também. Mas uma coisa que não esqueço, era que na quarta feira de noite no Império, passavam cinco filmes (de quinta, sábado, domingo), pela metade do preço, era conhecido como a quarta do pão duro. Eu ia, com minha irmã e praticamente toda a vizinhança, ia a rua inteira, a volta parecia uma procissão. Nesta época eu morava na Rua Enfermeiro Paulino do lado do Hospital 26 de Outubro, então quando terminava o filme, para chegar em casa nós tínhamos que atravessar o quadro da Estação Ferroviária, torcendo por duas coisas: que tivesse pouco vagões e que tivesse defunto no necrotério do hospital. Porque se tivesse defunto no necrotério eles acendiam um fogo, graças a Deus, pois a rua era escura e assombrada. Ai meu Deus do Céu. A gente apronta sempre né?

Sabe, que quando acabava o terreno do hospital era nossa casa, e depois tudo mato, pinheiro, só tinha carreiros para chegar lá embaixo em Olarias.

Figura 162 – Terreno do Hospital 26 de Outubro – Década de 1940



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Foto Elite (2015)

Nota: Local onde morava a narradora

4.6 OUTRAS HISTÓRIAS LEMBRADAS E SITUAÇÕES VIVIDAS

A narração sempre carrega em seu interior, e muitas vezes de forma clara, “uma dimensão utilitária”, e essa utilidade pode aparecer em forma de um ensinamento moral, um conselho, uma receita, um provérbio e até numa forma de conduta de vida, pois o narrador pode ser um homem que sabe dar conselhos em função das tradições e experiências vividas. Se o dar conselhos pode estar fora de moda, ou algo antiquado, é porque as experiências não são mais comunicáveis.

Em consequência, não podemos dar conselho nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação). O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria (BENJAMIN, 1994, p.200).

Nesta citação está presente de maneira clara a questão da experiência, narração e tempo do agora, pois pode-se observar nas narrativas a seguir o poder de ressignificação a partir da rememoração e o poder da linguagem. O centro da narrativa assim, não é o sujeito que narra, mas a linguagem que é um constructo humano.

Minha mãe contava uma história sempre que eu ia dormir e esta história contei para meus filhos. Era de um homem que trabalhava

numa fazenda e a mulher do dono da fazenda achava que ele ganhava pouco e comentou isso com o seu marido, que respondeu, vamos perguntar para ele se o que ganha é suficiente. Feita a pergunta, o trabalhador respondeu: o que eu ganho é suficiente, dá para passar o mês, ainda eu pago uma dívida velha que tenho e ainda coloco dinheiro a juros. A dívida velha era a mãe dele e os juros eram os filhos que ele estava criando.

A minha mãe já tinha meu irmão e estava me esperando. Minha avó (mãe de minha mãe), fazia 2 anos que tinha falecido, o nome dela era Maria Da Conceição. Naquela época para saber, se era menino ou menina. Colocava-se uma tesoura numa cadeira e uma faca na outra e colocava uma almofada para esconder e daí a gestante ia sentar nesta ou naquela. Se fosse menina era tesoura e se fosse menino era faca. Minha mãe sentou na tesoura.

Na cidade tinha muito o cheiro do lúpulo e do malte, inclusive é remédio sabe? A composição para tirar esse problema de espinha é só tomar com água, o malte e o lúpulo junto. As pessoas chegavam na Cervejaria Adriática, traziam uma garrafinha, vamos dizer, uma garrafinha de guaraná vazia, para pegar a mistura e tomar e saía as espinhas, era um remédio.

Professora, me desculpe, mas eu desconfiei da senhora aquele dia, pensei, mas como uma mulher me cerca na rua, sem nenhum crachá e como ela vai ter a chave do museu, comecei a matutar, matutar e daí conversei com o meu genro que é oficial de justiça, contei a história, ele disse, cuidado, que é vigarista, você chega no Fórum lá e o caboclo te encosta, é sequestro rápido, você tem que desconfiar das pessoas, cuidado, é um caso típico de assaltar alguém e sequestrar. Pensei, me sequestrar porque, sou um aposentado, pé rapado. Comecei a pensar.

Contei que a senhora me disse o nome e coisa e tal. Mas ele disse, o nome que ela disse não adianta nada se ela não tem crachá, ela pode estar usando o nome de outra pessoa, (é provável). E ele disse, não vá, não vá no Fórum, se você for, primeiro avise a polícia, você chega e a polícia está de olho, pode saber que tem alguém atrás. Aí eu fiquei pensando, pensando, se ela me pegou para fazer esta coisa, pode estar correndo atrás de outras pessoas, imbuída da mesma má fé.

Daí de noite, tenho um vizinho que trabalha na Universidade, e a esposa dele é aposentada e é sua amiga fui lá perguntar e ela disse pode ir sem medo, essa mulher existe, é professora mesmo, não tenha medo de ir lá.

4.7 FRASES SIGNIFICATIVAS

“Quando nasceu o “fulano”? Ah não sei, mas vá no cemitério que no túmulo dele tem”.

“Você sabe quando começa a ficar velho? É quando as pessoas passam a mão na cabeça como se fossemos uma criança e perguntam se eu estou boazinha. Isso me derruba”.

“O pessoal de hoje em dia, tudo que você quer contar de antigamente, parece que está se tornando ridículo”.

“Mudou muito a maneira de vida”.

“Qual é o melhor tempo da vida? O melhor tempo é aquele que você está vivendo. Qual o meu melhor tempo? É agora, estamos aqui conversando não está bom? Esse sol brilhante, eu com saúde, você fazendo teu doutorado. Não é a melhor época de sua vida, agora, é hoje. A melhor hora é aquela que você está vivendo”

“Os anos passam e eu esqueci e não guardei”.

“Tudo a gente não grava, porque foge”.

“O que a gente vive fica na história”.

“É bom saber da história. A História fica para sempre né? Um bom prefeito, um bom governador fica para a história”.

“Tenho 81 anos, posso dizer 18 ao contrário”.

“É importante preservar os prédios antigos. Porque fica para sempre né, o prédio é uma história. Tem coisas que as vezes tem que tirar, fazer o que, mas o prédio da estação tem que ficar, pois é tudo de material, mas devia ter um policiamento direto”.

O pesquisador deve realizar uma “experiência” – *Erfahrung* com o passado, mas não de maneira reducionista, não glorificar o patrimônio ou o monumento, mas a experiência vivida nestes locais, que a partir da fala dos narradores pode se transformar num documento. Se no passado o ancião era considerado um privilegiado porque acumulou experiências, hoje muitos o consideram um velho cujo discurso é inútil. Por isso as relações deles com os patrimônios devem ser valorizadas, pois cada história narrada abre a possibilidade de uma nova história, que desemboca numa outra, apontando a possibilidade de uma quarta história. Assim, a produção de textos didáticos a partir dessas histórias narradas, também se torna dinâmico, pois apresenta inúmeras possibilidades, tanto de escrita, quanto de visualização por imagens, como também apresenta ao professor condições de análise do texto no contexto e das imagens com o imaginário, recheado de simbologias e da imaginação social.

Um desafio que deve ser superado na Educação Patrimonial, é trabalhar além do simples saudosismo e da referência dos Patrimônios Culturais ligados a grandes realizações humanas na arte de construir. Eles devem ser dispositivos narrativos que tem muita história para contar a partir daqueles que viveram, desenvolveram e acumularam experiências.

Como o próprio conceito apresenta, a Educação Patrimonial deve constituir-se de todos os processos educativos formais e não formais e devem fazer a mediação entre diferentes grupos, épocas e pessoas. Assim, nos Apêndices 6 e 7 apresentam-se dois modelos de textos

Desta maneira, as possibilidades de leitura da cidade e de seu patrimônio se ampliam, evidenciando a personalidade e valorização do bem cultural, assumindo o processo cultural, como um cenário, onde o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, e é necessário conhecer essas teias e fazer sua análise; portanto, não a cultura como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado” (GEERTZ, 1978). Essa afirmação propicia reflexões acerca do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial em busca de seus significados, seja como troca, intercâmbio, seja na busca de suportes teóricos.

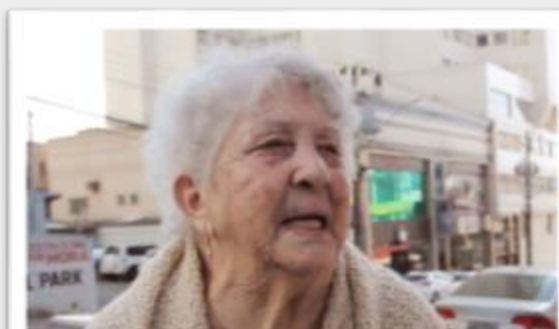
4.8 PROTAGONISTAS DE UMA TESE



Antonio Carlos Coelho, nasceu em Reserva em 24 de maio de 1936. Veio para Ponta Grossa com dois anos de idade. Hoje tem 81 anos. Estudou no Grupo Escolar Júlio Teodorico e no Colégio Regente Feijó. Começou a carreira de comerciante como representante comercial e montou seu próprio negócio em 1976



Mário Smiguel, nasceu em 19 de outubro de 1939, em Jaguariaíva e veio para Ponta Grossa com 10 anos. Hoje tem 78 anos. Estudou no Colégio Regente Feijó. Trabalhou 8 anos na Cooperativa 26 de Outubro e 22 anos na Rede Ferroviária



Maria da Conceição Figueiredo (Netinha), nasceu em 1923 em Ponta Grossa e hoje tem 89 anos. Estudou no Colégio Júlio Teodorico, no Colégio Regente Feijó. Formada professora em 1946 no Instituto de Educação e começou a lecionar em 1947 e se aposentou com 31 anos de serviço.



Denise Erlund Metynoski, morou em Ponta Grossa até 1966, quando se mudou para Curitiba. Em Ponta Grossa, estudou no Colégio Júlio Teodorico. Atualmente é pesquisado.



Clarice Thielen, filha de Alberto Henrique Thielen e Beatriz Küster. Morou na Mansão Vila Hilda em Ponta Grossa até os 8 anos de idade. Atualmente é médica.



Osmário Ribas, filho de Romeu e Geni Ribas. Seu pai foi muito amigo da Família Thielen.



Paulo Roberto Hilgenberg,
Juiz de Direito aposentado
Membro do Conselho Municipal do
Patrimônio Cultural



Lourdes de Bortoli, nasceu em
1933 e tem 83 anos de idade
Estudou na Escola de Aplicação, no
Colégio Regente Feijó e no Instituto
de Educação.
Morou no quadro da Estação
Ferroviária até os 9 anos de idade.
Professora Aposentada com 30 anos
de carreira



Aldo Safraider
Servidor Judiciário aposentado
78 anos de idade
Trabalhou no Fórum de 1981 a 1983

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Configura-se como um objetivo desta tese analisar as potencialidades e limitações da memória dos idosos em se instituir como estratégia para a Educação Patrimonial, tomando como referencial os conceitos relativos à Memória, Experiência, Narração e Tempo do Agora. Importante ressaltar que a Educação Patrimonial só se sustenta se houver um patrimônio preservado e que possa dialogar com a comunidade; e o caminho inverso também acontece, o Patrimônio só se sustenta se tiver ações efetivas da educação voltadas não só à preservação, mas também ao reconhecimento do bem cultural como referência da identidade local.

O caminhar da pesquisa se pautou na memória dos idosos e na reelaboração de novas leituras a partir de suas vivências e experiências e, assim, foi possível identificar, a partir dos fundamentos teóricos de Walter Benjamin, que é possível narrar o passado a partir dos mecanismos da memória individual e a mesma se constituir em memória coletiva, divulgada por meio de textos em diferentes situações.

De início, a preservação no Brasil se vinculou a referendar espaços consagrados aos grandes feitos e grandes construções, que justificassem a construção da memória de um país. Posteriormente, com o advento da República, as ações preservacionistas voltaram-se para a necessidade de construção de uma história oficial, que referenciasse uma memória nacional comum a todos. No início do século XX, no período conhecido como dos Modernistas, Mário de Andrade, preocupado com a perda de importantes patrimônios do período colonial e imperial, elabora um anteprojeto de lei que versava sobre a preservação em todas as dinâmicas culturais: construções, meio ambiente natural e o saber-fazer. Com a instalação da ditadura do Estado Novo, as ideias do modernista foram engavetadas e esquecidas e foi instituído então no Brasil o Decreto-Lei 25/37, que afirmava o patrimônio nacional voltado à pedra e cal, por meio de tombamento de arquitetura grandiloquente e criando o IPHAN. Na esteira da política nacional, as unidades da federação seguiram o mesmo caminho.

A visão patrimonial no Brasil se alargou com a Constituição de 1988, que versava sobre ações culturais como patrimônio, independentemente de ser tombado ou não, e se ampliou ainda mais em 2000, quando passou a acontecer os registros dos patrimônios imateriais. Logo em seguida, é implantada a estrutura da Educação

Patrimonial no Instituto, por meio da CEDUC, que passa a desenvolver ações voltadas à educação, não somente nas escolas, mas principalmente com a criação das Casas do Patrimônio, que envolvem a comunidade como um todo.

Nos municípios que possuem uma política pública de preservação, os bens passaram a ser preservados por meio do tombamento, mas sem uma preocupação efetiva de propiciar a manutenção e respeito ao imóvel, com ações educativas efetivas. Exemplifica-se Ponta Grossa, que tem em torno de 61 imóveis tombados, e a maioria não é conhecido pela população, muitos estão em estado de total abandono, alguns sofrendo descaracterização frequente, outros, ainda, sendo entregues à iniciativa privada e nenhuma ação efetiva de Educação Patrimonial.

As universidades, por sua vez, desenvolvem pesquisas na graduação e na pós-graduação relativas à temática, ora na história, na geografia, na educação, no direito, no turismo, entre outras. Essas pesquisas voltam-se para o estudo do tombamento, da memória, da capacidade de carga, da configuração espacial e temporal, do uso, da gestão, das representações sociais, das mentalidades e imaginário, entre outras tantas problemáticas. Mas o patrimônio, de modo geral, ainda é visto como um entrave no desenvolvimento urbano, na concepção de políticas públicas favoráveis à manutenção, no descaso da comunidade, que quebra, pisa, destrói, descaracteriza e usa de maneira inadequada. Há necessidade de os estudos avançarem do teórico para o prático, para a sensibilização da comunidade de que cultura e patrimônio fazem parte de sua história e não se caracterizam apenas como um prédio bonito e que, por isso, deva ser mantido.

Quando um patrimônio é descaracterizado ou destruído, tanto o tangível quanto o intangível, é impossível a sua recuperação total, porque ele só se justifica se continuar existindo para representar uma época, uma vida social, cultural e econômica. Cada edifício que possui uma referência para a identidade local, quando deixa de existir, leva consigo as significações dos momentos vividos pelos antepassados, fazendo-os desaparecer. E também porque ele é um produto de reprodução das relações ora de dominação, ora de desigualdade, mas também de experiência únicas, de construção e transmissão coletiva de apropriações sociais.

Compreender por que determinados bens merecem a preservação e outros não se caracteriza como campo de profundas discussões, uma vez que se trata de valores de diferentes modalidades, mas o importante, sem dúvida, é são os valores cultural e afetivo, que decorrem de ações sociais e que são produzidos no jogo constante das relações sociais e econômicas. Desta maneira, é necessário conhecer campo do

Patrimônio Cultural em suas instâncias históricas, para assim problematizar a Educação Patrimonial dentro de políticas públicas que envolvam de maneira efetiva a comunidade, a escola e os órgãos institucionais de preservação.

Não se pretendeu nesta pesquisa fetichizar o patrimônio, vendo-o como uma coisa em si só, mas conhecê-lo dentro dos processos que o constitui como patrimônio e como mediador de histórias de vida nele vividas. Quem pode falar a respeito são os idosos, que vivenciaram, usufruíram, não no sentido da patrimonialização, mas sim no contexto para o qual foram construídos esses patrimônios. Para que as histórias vividas e narradas pelo idoso se constituíssem novos parâmetros de olhar o patrimônio, sempre é necessário conhecer o contexto histórico da produção do bem e sua permanência no decorrer do processo histórico da preservação. Só assim é possível identificar, na fala dos idosos, outras histórias possíveis, em que a tradição e a memória se caracterizem como valores de convivência, confiabilidade e experiência.

De início, pretendia-se caracterizar o idoso como um flâneur (o homem das multidões), e que, na sua flânerie (o caminhar errante e vagaroso), ele registraria momentos vividos que seriam lembrados a partir do momento da provocação. Essa provocação seria a parada nos patrimônios culturais e a partir daí se iniciaria a narração. Em alguns momentos, ele foi sim um flâneur, no andar vagaroso, na busca de um banco na praça para descansar, na aceleração do tempo (passado) e na ociosidade do mesmo (presente), nas cenas recordadas ao fechar os olhos (um namoro, um pecado cometido, um dissabor vivido). Mas o idoso, nesta tese, se caracterizou muito mais como um trapeiro, aquele que recorda momentos e vê nos espaços coisas em que não se presta atenção. Ele imprimia o seu espírito nas coisas e se transformou em narrador, cuja fidelidade ao passado vivido pode contribuir para o entendimento do presente. (BENJAMIN, 1989).

No ensaio “O Narrador”, Benjamin (1994) faz uma comparação entre o narrador e a figura do trapeiro *Lumpensammler*, que é o personagem das cidades industrializadas que cata os restos, os cacos, os objetos descartados, movidos pela necessidade da sobrevivência, mas também pelo desejo íntimo de não deixar nada se perder.

O narrador sucateiro não tem por objetivo recolher os grandes acontecimentos e ou datas significativas, mas sim apanhar e reviver tudo o que muitas vezes a história oficial deixa de reconhecer como importante, como algo que não tem significado. Narrar que se gostava de ir ao cinema no período da aula pode parecer, num primeiro

momento, sem sentido e denotar uma narração individual, casuísta e sem fundamentação, mas, ao olhar mais aprofundado do pesquisador, aparece como elemento que contribui com a análise do discurso histórico e que colabora com a construção de uma narrativa afetiva, em relação ao tempo e ao espaço de um cotidiano que viveu e que faz parte da memória coletiva e social (GAGNEBIN, 2006).

O idoso, nesta tese, que pode ser visto também como um trapeiro, por meio de sua memória propiciou lembranças e recordações que constituem uma experiência do tempo, num tempo vivido com experiência. Ao se levar em consideração que a Teoria Crítica, na qual Walter Benjamin era ligado, busca analisar o conjunto da vida não somente no campo político, histórico ou econômico, mas – e principalmente – no social, o idoso pode ser um instrumento e um elo de ligação do passado e presente.

Analisando as pesquisas de rua, identificou-se a falta de conhecimento do público em relação às suas realidades patrimoniais, tanto em relação à sua história, bem como à sua localização. Por outro lado, as pesquisas aplicadas aos professores e coordenadores mostrou, além do desconhecimento parcial, a necessidade que eles possuem de material diversificado para trabalhar o conteúdo relativo aos patrimônios. Não obstante, ambos os públicos demonstraram interesse em conhecer a história oficial e também a outra história produzida pelos relatos e narrativas. Isso só fortalece a necessidade de produção de materiais alternativos à história oficial para a composição das histórias patrimoniais, sendo possível isso ocorrer pela memória dos que viveram diferentes situações e que ainda têm condições de narrá-las¹⁰⁰.

Essas histórias contadas não podem ser pensadas e analisadas a partir de um devir contínuo, tranquilo e linear, pois transmitem justamente o que a tradição oficial não recorda voluntariamente. Elas não servem para a construção de uma memória e uma celebração oficial que sejam comuns a todos e nem representam aquilo que comumente se configurou em chamar de estado único de bem-estar social coletivo.

O historiador e pesquisador dos Patrimônios Culturais e da Educação Patrimonial que se baseia nos princípios teóricos de Walter Benjamin deve respeitar as imagens do passado, mas sem engessá-las, e investigar nas temporalidades (presente e passado) os sinais de uma outra história possível.

¹⁰⁰ Assim, a partir dessas duas amostras (rua e professores), chegou-se à conclusão de que há necessidade constante de busca de novas abordagens referentes à dinâmica da preservação e, conseqüentemente, ao fortalecimento da Educação Patrimonial, pois a riqueza das falas dos idosos contribuem de maneira efetiva na produção da história local.

Não são as cidades que contam o seu passado, afirmava Calvino (1990), mas elas possuem o escrito no traçado de suas ruas, praças, igrejas, escolas, casas e bairros. Elas conduzem a diferentes leituras, que são possíveis de serem realizadas a partir do momento que os sujeitos dão significado às suas experiências. O sujeito dessa pesquisa foi, sem dúvida, o idoso, que se tornou ao longo do caminho o personagem central, articulando sua história e suas narrativas, transformando os patrimônios em um espaço praticado e de errância.

Muitas vezes afirma-se que a memória é seletiva, que memória individual não é confiável, entretanto, o que pôde ser identificado durante a pesquisa com as narrações foi a veracidade das informações, por meio das fotos ilustrativas encontradas em diferentes arquivos da cidade (pessoais, públicos, on line). Também buscou-se comparar as falas com os materiais já produzidos, como livros, jornais, álbuns comemorativos e também nos anos de estudos já realizados por esta autora sobre a cidade em foco.

A fidelidade dos idosos e suas memórias encontrou, portanto, subsídios de comprovação nos diferentes documentos escritos, mas com uma relevante diferença, as memórias foram entremeadas de uma carga emotiva e afetiva, muito ligadas ao pessoal. Em nenhum momento, as histórias narradas eram vistas por eles como fato importante na história da cidade, mas sim como vivências e experiências no lugar em que nasceram ou então escolheram para viver.

Lembrar não é reviver, mas é refazer com imagens e ideias de hoje as experiências do passado, afirmava Bosi (1994), para, assim, pensar no futuro. E este futuro seria a transmissão das tradições e histórias narradas, sendo possível, então, reelaborar leituras dos prédios considerados patrimônios culturais de uma cidade, a partir da memória dos idosos, visando um melhor entendimento da abrangência do Patrimônio Cultural, assim como possibilidades de subsidiar a Educação Patrimonial.

Destaca-se que a Educação Patrimonial, nesta tese, se caracteriza pela constituição de processos educativos formais e não formais, para o reconhecimento pela comunidade, por meio de um diálogo constante com seus patrimônios. Isso pode acontecer quando se usa esse patrimônio para ações diversas (shows, apresentações musicais e teatrais, troca e venda de produtos, exposições artísticas, entre outros) e também pela distribuição de materiais para as escolas que ajudem o professor e o aluno a desvendar esse campo, e também para a comunidade em geral.

Os textos poderão ser trabalhados na escola por meio de ações interdisciplinares; no planejamento anual, alternativamente, os professores podem identificar que nas narrativas dos idosos existem conteúdos diversificados que abrangem a história, o português, a geografia e também a matemática. Muitos textos podem ser produzidos a partir deste caminho da relação do idoso com o patrimônio a partir das narrativas das histórias vividas. Afirmava Benjamin (1987) que a verdadeira educação deve envolver reciprocidade, principalmente quando se trata de idades e culturas diferentes. A distância entre os jovens e os idosos faz parte de um processo histórico, em decorrência do empobrecimento da troca de experiências, porque muitas vezes há o isolamento do indivíduo, que leva ao isolamento das gerações.

É relevante que os textos sejam elaborados dentro dos critérios de uma pedagogia crítica, de visão de mundo e conhecimento dos patrimônios, por uma equipe interdisciplinar e contextualizada no âmbito do projeto político-pedagógico de cada município ou área de atuação. O material é farto, é preciso saber utilizá-lo, para que atenda os interesses de professores e alunos e que cativa a comunidade a olhar seus referenciais culturais com novas abordagens.

E quando se fala da comunidade, essas mesmas narrativas podem ser transformadas em pequenos textos a partir de fragmentos, metáforas, poesias e aforismos, acompanhados de imagens que propiciem o conhecimento dos patrimônios e que beneficiem o leitor com a curiosidade e despertem o interesse do olhar na cidade.

Assim, no contexto desta pesquisa, o idoso é aquele que propicia a construção de uma ponte entre o passado e o presente, em que a narração de experiências é mais do que “coisas da idade”, e que na teoria benjaminiana se transforma numa rememoração poética. As histórias narradas pelos idosos representam momentos vividos em diferentes épocas e contextos. Uma lembrança levou a outra e fez com que a memória se desencadeasse, num processo contínuo, não no sentido linear e cronológico, mas sim de aspectos do cotidiano que fizeram parte de sua trajetória histórica¹⁰¹.

¹⁰¹ As narrativas dos idosos contribuem para a Educação Patrimonial de duas maneiras: ora com a produção de textos didáticos resultantes das histórias vividas por cada um, ora por meio da metodologia desenvolvida nesta tese com a fundamentação teórica pautada em Walter Benjamin. Além dos textos que podem ser produzidos a partir das falas, o professor poderá também buscar novos atores que relatem novas histórias e respeitando as diferenças, os tempos, a postura de cada interlocutor e desenvolver a técnica de aproximar os momentos vividos individualmente.

Conclui-se afirmando que as memórias dos idosos são verdadeiras caixas de surpresa e suas memórias trabalham como um caleidoscópio, suas lembranças surgem ao momento que sente vontade de falar, formando um arco íris de nuances de emoções diversas. Risos, gargalhadas, tristeza, saudades, angústia, afeição, suspiros, pausa, melancolia, vontade, alegria, desânimo, força e também uma lágrima que tenta cair são elementos que compõem o universo das memórias individuais que justificam a preservação de uma memória coletiva.

Muitas histórias ficaram guardadas no meu arquivo desta pesquisadora, e mais ainda na memória dos idosos. Campo infinito que não se esgota em si e possibilita novas abordagens, novos questionamentos e novas narrativas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Filosofia e Teoria Crítica**. Coleção Os Pensadores. 1. ed., v. XLVIII, São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília – DF, n. 30, p. 270-287, 2002.
- ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARGAN, Giulio. Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 280p.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: RUGIERO, Romano. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.
- BARBOSA, Raquel Lazzari de Leite; CATANI, Denice Barbara; MORAES, Dislane Zerbinatti. Para Benjamin, segundo Benjamin, como disse Benjamin. Apropriações da obra do autor no campo educacional brasileiro (1980-2013). In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JÚNIOR, Rubens; VEDDA, Miguel. (Org.). **Walter Benjamin**: experiência histórica e imagens dialéticas. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- BARBOSA, Maria José Somerlate (Org). **Passo e compasso**: nos ritmos do envelhecer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- BARRETO, Lima. **Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá**. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1919.
- _____. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1993.
- BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Trad. Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BELO, Rafael Alexandre. **Walter Benjamin: inspirações para a historiografia da educação**. In Revista Crítica Histórica. Ano II, n.3, julho/ 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Obras escolhidas II**: Rua de Mão Única. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa et al. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Obras escolhidas:** Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Passagens.** São Paulo: Editora da UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. Texto I. In: _____. **Produzindo o passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. 23.ed. São Paulo: T.A.Queiroz, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória:** ensaios da psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho:** limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996.

BRASIL, Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 12 mai. 2015

BRESCIANI, Maria Stella M. Cidades: Espaço e Memória. In: _____. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardes. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, Célia REI S. **A margem do patrimônio cultural:** estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 – 1980). 56f. 1999. Tese (Exame de qualificação – Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, Assis, 1999.

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade; cidade e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional**, n.23, p.116-125, 1994.

CALASSO, Roberto. **Os 49 degraus.** São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p.95-115, 1994.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica:** ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Trad. Cecília Prada. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CHAGAS, Mario. **Imaginação Museal:** museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:

https://issuu.com/romulofreitasgonzales/docs/imagina____o_museal__museu__mem__r. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

_____. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial**: Educação, Memória e Identidades. Caderno temático 3. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2013.

CHAMMA, Guisela V. Frey. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988. 194p.

COELHO NETO, J. Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 179p.

COUTO, Mia. **A varanda do frangipani**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Estórias abensonhadas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. In: BARRETO, E. A. (Org.). **Patrimônio Cultural e educação**: artigos e resultados. Goiânia: UFG, 2008.

DROPA, Márcia Maria. **A memória do patrimônio histórico tombado em Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

DROPA, Márcia Maria; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **A memória e narração como instrumentos na educação patrimonial: uma análise a partir de Walter Benjamin**. In: Anais do CIPUAM – Congresso Ibero-americano de Programas para adultos maiores. Ponta Grossa: UEPG, 2015.

_____; _____. As relações entre educação, cultura e patrimônio: apontamentos teóricos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XII., 2015. **Anais...** Curitiba: PUCPR. 2015. Disponível em: www.educere.pucpr.br. Acesso em: 12 mai. 2016.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. **Cadernos Pedagógicos**: territórios educativos para a educação integral: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania, São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico, p. 29 – 33, 1992.

FERNANDES, José Ricardo. Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p. 265-276, set./ago. 1992/1993.

FERREIRA, Marcelo Santana. Uma varanda na África: quando o corpo é também continente. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia (Org.). **Política Cidade e Educação**: Itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009.

FLORENCIO Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2. ed. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. Espaço e poder. Entrevista de Paul Rabinow. Trad. Heloísa Buarque de Holanda e Lucia Canedo. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n. 23, p.138-145, 1994.

FRANCO, Renato. **10 Lições sobre Walter Benjamin**. Petrópolis: Vozes, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRITSCH, Lilian; PECHMAN, Sérgio. A Reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, Cultura e Cidades. São Paulo, v. 5, n. 8/9, 1984/1985.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. 248p.

GAETA, Antonio Carlos. Walter Benjamin e a leitura da cidade moderna. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. v.3, n.12, jan./mar. 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever e esquecer**. São Paulo: Ed.34, 2006.

_____. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIGANTE, M. A. **História oral de idosos asilados em São Carlos – SP**: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Franca, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. 156 p.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316p.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Coleção Os Pensadores. 1.ed., v. XLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Texto de Sonia Rampin Florêncio et al. Brasília-DF, 2016.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Márcia Cavalcanti (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 146p.

_____. **Espelho das Cidades**. Trad. Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005

KRAMER, Sonia. Infância, memória e saber – considerações à luz da obra de Walter Benjamin. **Revista Escola Letra Freudiana: A criança e o saber**, n. 23, 1997. Disponível em: <http://www.escolalettrafreudiana.com.br/publicacao/52>. Acesso em: 23 jun. 2014.

KRAMER, Sonia. Educação a Contrapelo. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia (Org). **Política Cidade e Educação: Itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009.

LA PASTINA FILHO, José. **Política oficial de preservação: a ação do SPHAN/Pró-Memória no Paraná**. Curitiba: 1989 (Texto não publicado).

LAVALLE, Aída Mansani. **Germânia-Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Centro de Publicações, UEPG, 1996. 373p.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 116p.

_____. Os (Des)caminhos da preservação. **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

LUPORINI, Teresa Jussara. **De Escola Normal a Instituto de Educação**: a trajetória de uma escola. Ponta Grossa: UEPG, 1994. 110p.

_____. **Lugares da memória no estado do Paraná**: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural. 1997. 354 p. Tese (Doutorado em Administração e Supervisão Escolar) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

LUPORINI, Teresa Jussara; BLUM, Silvia Maria (Orgs.). **Educação patrimonial**: a metodologia do estudo do meio como processo de formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa – PR. Ponta Grossa: SME, 2012.

LYRA, Cyro Correa (Coord.). **Guia dos bens tombados**: Paraná. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994. 202p.

LOWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n. 45, mai.\ago. 2002.

_____. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Sete teses sobre Walter Benjamin**. 2011. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/28/sete-teses-sobre-walter-benjamin-e-a-teoria-critica/>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MACEDO, Roberto Sidnei; MACEDO de Sá, Silvia Michele. **Etnocurrículo**: etnoaprendizagens: a educação referenciada na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JÚNIOR, Rubens; VEDDA, Miguel. (Org.). **Walter Benjamin**: experiência histórica e imagens dialéticas. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Aloisio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MANCUSO, Maria Inês Rauter. **A cidade na memória dos velhos: um estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores**. 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MANIQUE, Antonio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didactica da História: patrimônio e história local**. Lisboa: Texto Editora, 1994.

MATOS, Olgária. **Os arcanos do inteiramente outro**: a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **O iluminismo visionário**: Benjamin leitor de Descartes e Kant. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A Escola de Frankfurt**: luzes e sombras do iluminismo. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MENESES, U. T. B. **O patrimônio cultural**: entre o público e o privado. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MONASTIRSKI, Leonel Brizola. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa – PR. 1997. 190p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MORAGAS, Ricardo. **Gerontologia social**: envelhecimento e qualidade de vida. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404p.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Trad. Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.

NOBRE, Marcos. **Curso Livre de Teoria Crítica**. 3.ed. Campinas: Papirus. 2008.

_____. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/ São Paulo**, São Paulo, n. 10, p.7-18, dez. 1993.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Educação Patrimonial no IPHAN**. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2011.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa (Orgs.). **Universidade Aberta para a Terceira Idade**: o idoso como protagonista na extensão universitária. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

OSTERNACK, Maria Lourdes Pedroso. **Boletim comemorativo de abertura do Museu Campos Gerais**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983.

OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Cidade, memória e pesquisa: um percurso com Walter Benjamin. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia (Org.). **Política Cidade e Educação**: Itinerários de Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997. 196p.

PEREIRA, J. S., ORIÁ, R. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 20, n.23, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/260>. Acesso em: 21 jul. 2015.

PIRES, Eloiza Gurgel. **Educação, narrativa e experiência urbana: a aprendizagem da cidade**. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1012.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**: no caminho de Swann. V. 1. Trad. Fernando Py, 1913. Digitalizado.

_____. Entrevista: Marcel Proust e a memória. Trad. Marcelo Coutinho Vargas. **Espaços e Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

SIMPÓSIO de Cultura Paranaense, I., **Anais...** Ponta Grossa, Fundação Araucária, 2003.

REZENDE SILVA, Maria Beatriz Setubal de. Preservação na gestão das cidades. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p.165-174, 1996.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alan François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p.195-203, 1996.

ROUANET, Sergio. Apresentação. In: BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p. 77-95, 1996.

SARLO, Beatriz. **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo**. Trad. Joana Angélica Melo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.

SELIGMANN, Silva Marcio. **Leituras de Walter Benjamin**. v.1. São Paulo: Fapesp, 1999.

SILVA, Noêmia Lima. **Estatuto do Idoso em Quadrinhos**. Série informativa sobre direitos humanos e envelhecimento. São Cristóvão: Universidade Federal do Sergipe, 2014.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia Bezerra. Educação Patrimonial: Perspectivas e Dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia (Org.). **Política Cidade e Educação: Itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009.

SPHAN: Resumo Cronológico. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n. 22, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade. Apresentação de: VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1982. 198p.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 286p.

VIANA, Uheliton Fonseca. **Patrimônio e educação: desafios para o processo de ensino-aprendizagem**. 2009, 177p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

WALTY, Iete Lara Camargos. Velhice, marginalidade e oralidade: resistência e/ou exclusão. In: BARBOSA, Maria José Somerlate. (Org.). **Passo e compasso: nos ritmos do envelhecer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Dicionário histórico-biográfico do Paraná**. Curitiba: Chain, Banco do Estado do Paraná, 1991. 654p.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

ABPF. Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – Regional do Paraná. Disponível em: <http://abpf-pr.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ÁLBUM Comemorativo do Cinquentenário da Cooperativa Mista 26 de Outubro: 1906-1956. Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

ALBUM DE PONTA GROSSA. Ponta Grossa, Ano I, Fascículo 6, 1920.

ÁLBUM DO PARANÁ. Ano I. Fasc. 6, 1920.

ÁLBUM DO PARANÁ. Curitiba: 1920 – Ano I, Fasc. 13.

ÁLBUM DO PARANÁ. Empresa Editôra. São Paulo: Capri e Olivero, 1923.

ANTIGAMENTE em Ponta Grossa. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1490692787822154/?fref=ts>. Acesso em: 3 mar. 2016.

ARQUIVOS da Casa da Memória da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

ARQUIVOS do Museu Campos Gerais da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FOTO ELITE. Disponível em <https://www.facebook.com/fotoelitepg/?fref=ts>. Acesso em: 10 jul. 2016.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. Curitiba, 1953. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>. Acesso em: 20 mai. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PONTA GROSSA. Código de Posturas da Intendência. 1891.

PONTA GROSSA. Código de Posturas do Município, 1914.

PONTA GROSSA. Código de Posturas do Município, 1939.

PONTA GROSSA. Memória e fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/376145445801289/?fref=ts>. Acesso em: 3 mar. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
Pesquisa Patrimônio Cultural de Ponta Grossa

Local _____	Data _____	Horário _____																					
Idade _____																							
Profissão _____		Escolaridade _____																					
Bairro reside: _____																							
1- Você sabe o que é e significa um Patrimônio Cultural Histórico? () Sim () Não																							
2- Quantos patrimônios históricos culturais conhece em Ponta Grossa? Ø - 1 - 2 - 3 - 4 5 6 ou mais																							
3- Você conhece a localização e história dos seguintes lugares <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 40%;"></th> <th style="width: 30%; text-align: center;">Localização</th> <th style="width: 30%; text-align: center;">História</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>- Estações da Estrada de Ferro</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> </tr> <tr> <td>- Vila Hilda</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> </tr> <tr> <td>- Centro de Ação Social</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> </tr> <tr> <td>- Prédio da Proex</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> </tr> <tr> <td>- Antigo Fórum</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> </tr> <tr> <td>- Colégio Regente Feijó</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> <td style="text-align: center;">() Sim () Não</td> </tr> </tbody> </table>				Localização	História	- Estações da Estrada de Ferro	() Sim () Não	() Sim () Não	- Vila Hilda	() Sim () Não	() Sim () Não	- Centro de Ação Social	() Sim () Não	() Sim () Não	- Prédio da Proex	() Sim () Não	() Sim () Não	- Antigo Fórum	() Sim () Não	() Sim () Não	- Colégio Regente Feijó	() Sim () Não	() Sim () Não
	Localização	História																					
- Estações da Estrada de Ferro	() Sim () Não	() Sim () Não																					
- Vila Hilda	() Sim () Não	() Sim () Não																					
- Centro de Ação Social	() Sim () Não	() Sim () Não																					
- Prédio da Proex	() Sim () Não	() Sim () Não																					
- Antigo Fórum	() Sim () Não	() Sim () Não																					
- Colégio Regente Feijó	() Sim () Não	() Sim () Não																					
4- Acredita que é importante preservar os prédios históricos? () Sim () Não																							
5- Já ouviu falar em Educação: () Ambiental () Patrimonial																							
6- No período de escola teve aula de Educação Patrimonial? () Sim () Não																							
7- Você teria interesse de ler histórias dos Patrimônios Culturais de Ponta Grossa, a partir da narração dos idosos () Sim () Não																							
8- As histórias contadas pelos idosos que conheceram os prédios que hoje são Patrimônios Culturais Históricos, poderiam ser transformadas em textos e serem aplicados pelo professor ao ensinar sobre os nossos patrimônios? () Sim () Não																							

APÊNDICE 2

Tabulação da Pesquisa com Coordenadores da Rede Estadual Realização - janeiro a julho de 2015

Pesquisa on line

Pedagogos	28
Diretor	1
Equipe Pedagógica	1

Identificação

Identificados	16
Não Identificados	14

Tempo de Magistério

Tempo	Anos
6 a 12	4
13 a 18	2
19 a 24	12
25 a 30	5
31 a 36	6
45	1
Total	30

Escolas

01	Escola Estadual do Campo Brasília Antunes da Silva	1
02	Colégio Estadual Colônia Dona Luíza	1
03	General Antonio Sampaio	2
04	Colégio Estadual Becker e Silva	1
05	Colégio Integração	1
06	Instituto de Educação Cesar Prieto Martinez	2
07	CEEBJA Odair Pasqualini	1
08	Colégio Estadual Dorah G. Daitschmann	3
09	Escola Estadual Prof. Margarete M. Mazur	1
10	Colégio Estadual Maestro Bento Mossurunga	2
11	Colégio José Elias da Rocha	2
12	Jesus Divino Operário	1
13	Colégio Estadual Prof. José Gomes do Amaral	2
14	Colégio Estadual Prof. Colares	1
15	CEEP/ CEEBJA	3
16	Colégio General Osório	1
17	Escola Estadual Sirley Jagas	1
18	Colégio estadual Nossa Senhor das Graças	1
19	Meneleu de Almeida Torres	1
20	Colégio estadual Padre Arnaldo Jansen	1
21	Colégio Estadual Prof. Linda Bacila e Escola Estadual Prof. Iolando Taques	1

Questão 1 - Conceito de Patrimônio Cultural

01	Adquirido pelas comunidades ao longo da história, com ação do homem ou não	2
02	Bem que constitui relevância cultural na construção da história local com transmissão de valores ou identidades	
03	Tudo que o homem realiza	
04	Bens relacionados ao aspecto cultural constituídos ou convencionados por guardarem características a serem protegidas e preservadas novas gerações	
05	Tudo que remete a história e memória de uma cultura	
06	Conjunto de Bens materiais (prédios) e imateriais ou subjetivas (tradições orais). Tudo que se refere a registrar a cultura e a história e que delegue a novas gerações conhecimento oculto ou implícito	5
07	Toda a manifestação que é expressada pelo ser humano e que compõe a sociedade – tradições, costumes, modos de ser, sentir, de se relacionar e de conviver	2
08	Conjunto de tradições, costumes e patrimônios materiais, que contam a história de um povo	4
09	Conjunto de bens considerados de interesse relevante para a sua permanência e conservação – significado histórico – identidade	3
10	Bem público pertencente a sociedade como um todo	
11	Tudo que preservamos enquanto herança de nossa cultura	
12	Valores que estabelecemos com culturalmente valorizados, mantendo-os em nossas atitudes e ações	
13	Herança do passado, que recebemos das gerações anteriores, materiais e imateriais e que deixamos para outras gerações	2
14	Todo bem material que possui um valor próprio. Monumentos históricos, objetos, documentos, pontos turísticos e festas. Parte da história local preservado e cuidado por órgãos competentes	3
15	Zelo pela memória do seu contexto histórico	1
16	Preservação, história, cultura e valorização	1
17	Todo o corpo físico e cultural	1
18	Tudo que é importante para a sociedade	1
19	História vivida sendo contada	1

Questão 2 – Você consegue identificar um patrimônio cultural local nas seguintes categorias

Lugares		Objetos		Celebrações	
Cidades Históricas tombadas	1	Livros	4	Cultos	1
Mansão Vila Hilda	6	Pertences pessoais expostos no Museu	2	Festas religiosas tradicionais da cidade	3
Colégio regente Feijó	1	Estátuas de Pedra da Ilha de Páscoa	1	Festa do Divino	7
Capela Santa Bárbara	4	Maria Fumaça	2	Semana Santa	1
Cidade de Olinda – PE	1	Bandeiras	1	Festas Populares e Típicas	2
Praças Construções e Pontos Turísticos	4	Quadros	1	Desde o nascimento até a morte todas as celebrações têm cunho cultural	1
Casas, igrejas, escolas, associações, ruas. Todo o espaço com o ser humano	2	Jornais/Revistas/Fotografias	3	Parques e Reservas	1
Cemitério do Cerradinho – Itaiacoca	1	Mobiliário	2	Espaços de Conservação da Memória	1
Teatros e Museus	2	Objetos criados pelo homem/Artefatos indígenas/ Artefatos tropeiros	4	Missa e Ritos Religiosos	3
Casa do Divino	1	Roupas	1	Corpus Christi	1
Vila Velha	2	Utensílios domésticos	1	Festas Folclóricas	1

Lugares		Objetos		Celebrações	
Sete Quedas do Iguaçu	1	Réplicas de esculturas Museu Egípcio – P. Grossa	1	Festas religiosas e Festa e Procissão de Sant'Ana	2
Estação Ferroviária	5	Monumentos	2	Natal	1
Basílicas e parques	1	Artesanato	2	Munchen Fest	2
Cemitérios	2	Sino da Capela de Santa Bárbara	1	Dia da Independência do Brasil	1
Museu Época	1	Obra de arte	1	Desfiles Cívicos	1
Prédios Antigos	1	Imagens religiosas	3	Orações	1
Móveis	1	Monumento aos tropeiros	1	Casamentos e Primeira Comunhão	2
Centro de Cultura	1	Vitrolas e LPs antigos	1	Festas Juninas	1
Catedral	1	Rádios/ Máquinas de escrever	2	Carnaval	1
Patrimônios Tombados	1	Moedas e armas	2		
Praça Barão do Rio Branco	1	Peças da Antiga Catedral	2		
		Mobília da Casa do Divino			
		Imagem do Sagrado Coração de Jesus – Igreja dos Polacos	1		
		Armários de imbuia do Colégio Colônia Dona Luiza	1		
		Peças do Museu Época	1		

Formas de Expressão		Modos de fazer e saberes	
Linguagem Oral	2	Culinária e Comidas Típicas e Receitas das Avós	8
Particularidade nos verbetes de Ponta Grossa ¹⁰² e palavras e expressões no dia a dia Palavras que foram e são usadas pela população	4	Benzedeiras, batizado no Olho D'Água João Maria, Sabedoria popular	4
Artísticas	2	Fármacos Naturais e Ervas Medicinais	2
Tupi Guarani	1	Rituais Indígenas	1
Danças Típicas	1	Expressões – “Deus que ajude”	1
Bens Imateriais	1	Artesanato	2
Todas as expressões são culturais	1	Tomar chimarrão e modo de preparo	1
Músicas e danças populares e folclóricas	6	Fazeres e saberes produzidos pela intervenção homem	1
Arte e Esculturas	2	Identificação de seca ou chuva pela observação dos arcos ao redor da lua	1
Danças	3	Representações do patrimônio	1
Orações	1	Costumes	2
Capoeira	1	Capoeira	1
Comidas	1	Cultura	1
Costumes	2	Danças	2
Baile Municipal no Clube Homens do Trabalho	1	Hábitos	1

¹⁰² Vina, Ade mesmo, Toco de amarrar bode, Ah de, Ô loco meu, Loco véio, Esta guria

Fenata	1	Tortas de Carambeí	1
Cultura	1	Não entendi	1
Desenho	1	Colônia Sutil – Quilombola	1
Pintura	1	Pinhão na Chapa e Artesanato com pinhão	2
Exposições Fotográfica	1	Reportagens e Cinemas	2
Celebrações, Novenas e Missas	3	Programas Culturais e Orquestra Sinfônica	2
Cordel, Fandango, Samba e capoeira	1	Missas, Cultos e Novenas	1
		Bolo de Santo Antônio	1
		Churrasco	1
		Barreado	1
		Cantigas	1
		Semana do Livro	1

Questão 3 – Conhece os princípios básicos da Educação Patrimonial?

Sim	Não
17	13

Como conheceu?

Curso na Secretaria de Educação	2
Estudos Pessoais	2
Curso de Qualificação pela SMICT	2
Discussão na Universidade	2
Curso de Especialização em Educação Patrimonial	1
Capacitação Informal	3
Trabalhos em equipes multidisciplinares	2
Cursos de Capacitação	1
Livros	2

Questão 4 – Acompanhou alguma prática pedagógica em Educação Patrimonial desenvolvida por professores na Escola em que trabalha?

Sim	Não
11	19

De que maneira?

Professores de história e do Programa Mais Educação	2
Apresentação Capoeiras, Danças Típicas e Culinária	1
Estudo em sala e visita a Curitiba	1
Todas as que envolveram a família na escola e a Consciência Negra	1
Visitas Canyon do Guartelá	2
Curso Multidisciplinar	3
Em determinado ano a escola realizou uma feira com objetos antigos da comunidade	1

Questão 5 - Na sua opinião qual a maior dificuldade para os professores desenvolverem ações da Educação Patrimonial objetivando a preservação do patrimônio histórico cultural de Ponta Grossa?

Falta de informação específica e motivação que abordem a questão na escola. Informação e aprofundamento. Falta de capacitação	5
Logística, deslocamento e interesse dos professores em promover aulas sobre o tema, preço do transporte e recursos financeiros	7
Pouca divulgação dos conceitos e reflexão maior para trabalhar os assuntos	2
Falta de material escrito sobre o assunto para aliar a teoria e a prática. Falta de uma apostila orientadora. Comunicação dos bens tombados e ações	5
Colaboração de todos os segmentos. Falta de valorização da comunidade em relação aos seus patrimônios. Falta de respeito e zelo.	3

Nunca constatei	2
Falta de incentivo à cultura e falta de conhecimento da sua importância	2
Carga horária reduzida e rotatividade docente	2
Desinteresse e descomprometimento político	1
Falta de tempo que é escasso diante de todo o compromisso que tem	1
Acolhimento das propostas pelos participantes, planejamento já estabelecido e não desenvolvem ações específicas. Falta de apoio	3
Falta de projetos que desenvolvam o senso de preservação	1
Restrição dos conteúdos às séries iniciais	1
Preciso conhecer a história e o assunto	2
Indisciplina dos alunos	1
A própria cidade e seu povo não valorizam o Patrimônio Cultural	1
Estimular o aluno para a aprendizagem	1

Questão 6 – As Escolas possuem material didático de apoio acessível para subsidiar a Educação Patrimonial?

Sim	Não
5	25

Questão 7 – Uma tese de doutorado pode contribuir com material didático relativo ao Patrimônio Cultural local?

Sim	Não
28	2

Comentários sobre o NÃO

Tese de doutorado se limita a pesquisa. Na escola é preciso questões práticas, não apenas pesquisas e dados	2
---	---

Comentários sobre o SIM

Realiza levantamentos. Interessante ter acesso as pesquisas da área. Oportuniza novos conhecimentos	3
Li um trabalho que falava das festas antigas da cidade	1
Não comentou	9
Se for um instrumento de pesquisa sobre e quais são os pontos culturais da cidade, com material atualizado, pode ficar no acervo da escola para consulta de todos. Assim enriquece o acervo cultural	5
Se for material didático deve ser direcionado a um público específico. A tese é um trabalho científico para auxílio do professor. Irá atentar para a importância do tema	2
Essencial a divulgação por meio de cursos de extensão a professores e pedagogos, seminários e visitas divulgando o assunto.	1
Mandar via Núcleo Regional de Educação como material de apoio, pois as escolas precisam de material específico que ensine e valorize o patrimônio local	2
Se for uma tese só para apresentação, NÃO. Se for para verdadeiramente desenvolver o senso da preservação do patrimônio local, SIM. Temos muitas dissertações, teses e PDE que não saem do papel.	1
Estudos e pesquisas são as únicas formas de contribuir para o conhecimento	1
Pode ser subsídio para o trabalho com os alunos	1
Embasamento teórico fortifica as ações	1
Seria um grande início, escolas e professores precisam de subsídios e as teses podem contribuir	2

Questão 8 – Qual sua opinião sobre a preservação do Patrimônio Cultural em Ponta Grossa

Muito frágil. Precisa melhorar. Prédios tombados se deteriorando por falta de manutenção e outros desaparecendo aos poucos. Não é valorizado e nem cuidado	6
Necessário despertar nas novas gerações o gosto pelas coisas da terra e povo	1
Precisa valorizar e resgatar. Maior incentivo no caso financeiro	2
Deixa muito a desejar – deve haver uma ação conjunta – educação – comércio e indústria. Não observamos uma preocupação dos gestores em preservar. Já perdemos muito.	3

Se faz necessária para a conservação de nossa identidade. A conscientização sobre o nosso patrimônio é muito pequena	2
Terrível a atuação dos órgãos competentes. Os interesses partidários determinam ações políticas de descaso. Preservação ainda é precária. Esquecido pelas autoridades	3
Falta um olhar mais atento sobre os patrimônios culturais. Um pouco abandonado.	2
Não há preservação e divulgação do que possuímos	2
Há muito a ser feito pelos professores e alunos no entendimento da preservação	1
Deixa a desejar. Ex: demolição da catedral	1
Algumas pesquisas são tendenciosas, nem sempre é o foco do professor que atua nas escolas	1
Na minha opinião são bem cuidados. Mas falta a população conhecer	1
Falta de seriedade na preservação por parte das autoridades e valorização por parte da população	1
Cidade sem memória, sem valorização e investimentos	1
Muito importante para o conhecimento das gerações futuras	1

APÊNDICE 3
Tabulação da Pesquisa com Professores da Rede Estadual
Realização: janeiro a julho de 2015

Pesquisa on line

Professores	24
Assessoria	1
Total	25

Identificação

Identificados	19
Não Identificados	6
Total	25

Tempo de Magistério

Tempo	Anos
1 a 5	4
6 a 12	7
13 a 18	5
19 a 24	3
25 a 30	5
31 a 36	1
Total	25

Escolas

01	Frei Doroteu de Pádua	2
02	Hália Terezinha Gruba	1
03	General Osório	3
04	Colégio Padre Arnaldo Jansen	1
05	Colégio Estadual Colônia Dona Luiza	1
06	Jesus Divino Operário	1
07	Escola Medalha Milagrosa	1
08	Escola Estadual Pde Anchieta da Ressaca	1
09	Colégio Estadual Prof. Sirlei Jagas	1
10	Colégio Estadual Prof. Becker e Silva	1
11	Colégio Estadual Júlia Wanderley	2
12	Escola Estadual de Campo Brasília Antunes da Silva	1
13	SEED	1
14	Colégio Epaminondas	1
15	Colégio Estadual Senador Correia	1
16	Colégio Regente Feijó	1
17	Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves	1
18	Colégio Estadual Francisco Neves Filho	1
19	Escola Estadual José Elias da Rocha	1
20	CEEBJA Paschoal Salles Rosa	1
21	Iolando Taque Fonseca	1
	Total	25

Questão 1 - Conceito de Patrimônio Cultural

01	Monumentos com significância para o grupo. Estrutura física e modo de viver. Algo que deve ser preservado como memória viva de um povo.	2
02	Obras, construções, casas com função cultural e histórica	1
03	A transformação do espaço do recorte espacial a ser estudado	1
04	É tudo que tem valor para o povo e que faz parte da nossa história	2
05	Toda a produção material e imaterial do homem, que compõe a cultura de um povo. Representação da história. Devem ser cuidados para manter a identidade.	5
06	Identidade de um povo. O que é incorporado como identidade, podendo ser algo físico ou abstrato	2
07	As formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.	2
08	Conjunto de costumes de um povo – construções, modos de vida, religiosidade, hábitos, o ambiente. Algo construído pelo homem	1
09	Tudo que envolve cultura de um povo, algo que vem da tradição, que deve ser preservado para que a história do povo viva	2
10	Todos os lugares da comunidade e cultura adquirida	2
11	Edificações arquitetônicas que comprovam estilos de épocas diferenciadas que devem ficar para a posteridade.	1
12	O que transmite cultura de um povo em espaço de tempo e territorial de forma objetiva ou subjetiva	1
13	O que integra os resquícios da história material e imaterial, capaz de ajudar a reconstruir e contar a história	1
14	Tudo que se relaciona à história local. Cultura, memória, costumes, crenças, influências dos colonizadores e que revela, a “cara” da sociedade ancestral	1
15	Tudo que o homem criou com seu meio de trabalho é patrimônio a ser preservado.	1

Recorrências

Conjunto de bens materiais e imateriais 6

Povo 6

Memória 1

Questão 2 – Você consegue identificar um patrimônio cultural local nas seguintes categorias

Lugares		Objetos		Celebrações	
Estação Saudade	10	Maria Fumaça	4	Munchen Fest	5
Casa da Memória	3	Bustos e estátuas de nossas praças	2	Festa do Divino	5
Reservatório Botuquara	1	Estética dos objetos	1	Festas Religiosas	1
Centro de Cultura	1	Instrumentos e equipamentos dos tropeiros	4	Missas e Missa Polonesa	2
Como as crianças brincam na rua	1	Culinária e Utensílios domésticos	5	FENATA	1
Vila Velha	5	Mansão Vila Hilda	1	Festa da Nossa Senhora das Brotas	1
Canyon Guartelá	1	Livros e documentos	4	Festas Juninas	1
Casa do Divino	1	Não sei	1	Festa e Procissão de Sant'Ana	2
Vila Hilda	3	Imagens de devoção	1	Celebrações no Olho d'Água João Maria	1
Proex	1	Pinguins de geladeira	1	Auto de Natal	1
Museu Campos Gerais	1	Fotografias	2	Via Sacra	1
Serra do Pirahy	1	Quadros e telas	2	Procissões	1
Ponto Azul	1	Materiais Didáticos	1	Festas Escolares	1
Cataratas do Iguaçu	1	Máquinas de escrever	1	Desfiles Cívicos	2

Pinturas rupestres de Tibagi	1	LPs	1	Festas e Ritos religiosos	4
Parques Ecológicos	1	Antiga cruz da catedral	1	Na internet	1
Parque Histórico de Carambeí	1	Roupas	1	Festas de rodeio	1
Escola	1	Internet	1	Fesuva	1
Santa Casa	1	Ferro de passar de brasa	1	Cavalhadas em Ponta Grossa	1
Cemitérios	3	Nome das ruas	1		
Regente Feijó	1	Coxinha de Farofa (lapa)	1		
Biblioteca	1				
Casa bem antiga	1				

Formas de Expressão		Modos de fazer e saberes	
Danças	3	Tortas alemães	1
Rezas	1	Chopp	1
Palavras endêmicas, linguagens locais e dialetos ¹⁰³	7	Repassado de geração em geração	1
Rituais	1	Culinária, Comidas Típicas e temperos	7
Músicas e Cantos Populares	3	Museus	1
Dança do Divino	1	Natal Polonês	1
Cantata de Natal	1	Rezas, Benzedeiras e benzimentos, remédios caseiros e simpatias	6
Grupos Folclóricos	1	Lendas	1
Procissão de Corpus Christi	1	Artesanato	3
Hot Dog	1	Tricô, Crochê e trabalhos manuais	2
Não entendi	1	Caminho dos tropeiros	1
Costumes	1	Costumes: dormir com pijama do lado do avesso, colocar ovo no muro	3
Fandango (dança)	1	Desconheço	1
FENATA	1	Vocabulário e expressões regionais	2
Leitura e ver Tv	1	Músicas	1
Palavras de origem indígena, africana, italiana, polonesa, árabe, etc	1	Tradições	1
Modo e estilo de vida	1	Contadores de história	1
Sobrenome de família	1	Receita do Barreado	1
Muchen Fest	1	Transmissões orais	1
Lendas	1	Feira do livro	1
		Adquirir culturas	1
		Sincretismo religioso	1

Questão 3 – Conhece os princípios básicos da Educação Patrimonial?

Sim	Não
13	12

Como conheceu?

Pela DCE	1
Leituras e palestras	2
Cursos e documentos	2
Instituições Educacionais	1

¹⁰³ Salsicha, Vina, Piá, menino, Guri, Daí, Louco de bom, Longe, Tongo Véio, Adê.

Licenciatura	1
Formação Continuada	3
Pós-graduação	2
Projeto Mais Educação	1
	13

Questão 4- Na sua opinião qual a maior dificuldade para os professores desenvolverem ações da Educação Patrimonial objetivando a preservação do patrimônio histórico cultural de Ponta Grossa?

Falta de material de apoio impresso e visual, destinado para a educação escolar	5
Lista dos lugares históricos. Uma apostila sobre os mesmos. Divulgação insatisfatória	3
Fica mais na responsabilidade professores História. Professores que acreditam que esse trabalho não é de todos e acaba sendo de alguns infelizmente.	2
Falta embasamento teórico	1
Falta de cursos. Falta de qualificação dos professores	2
Tempo no currículo e má organização pedagógica. Inclusão no currículo	3
Falta interesse e estímulo. Falta de apoio da escola, dos colegas e dos alunos e de projetos sobre o tema. Falta de tempo para adquirir experiência	6
Falta conhecimento e informação dos docentes, sobretudo os mais antigos que não se importam com novas demandas do conhecimento histórico	4
Carência de recursos materiais, principalmente para saídas de campo	2
Sobrecarga de trabalho e pouca hora aula	2
Falta de educação das crianças em casa, o que dificulta desenvolver nos alunos uma consciência de preservação	1
Ausência de uma política estadual de educação para o patrimônio	1
Desenvolvimento de projetos interdisciplinares	1
Permanência no ideário das pessoas que o que é velho não serve para nada.	1
Falta de interesse da própria cidade na conservação de seu patrimônio cultural	1
Verbas destinadas ao patrimônio histórico são pequenas. O poder público não dá o devido valor para o estudo histórico local	1
Ações só aconteceram por iniciativa do próprio professor	1

Questão 5 – As Escolas possuem material didático de apoio acessível para subsidiar a Educação Patrimonial?

Sim	Não
5	20

Comentários

Material devem ser adequados
Produções sobre o tema na biblioteca
Livros didáticos, materiais do PNDL, FNDE e nos projetos do PDE. Hoje não há desculpa para a falta de informação

Questão 6 – Uma tese de doutorado pode contribuir com material didático relativo ao Patrimônio Cultural local?

Sim	Não
24	1

Comentários sobre o NÃO

Sem comentário	1
----------------	---

Comentários sobre o SIM

Desde que divulgada nas escolas e com acesso para os professores	3
Fornece fundamentos, subsídios, informações e dicas sobre o estudo, com o objetivo de valorizar o Patrimônio Cultural	4
Devem ser estudadas nas reuniões pedagógicas	1

Com linguagem acessível, atrativa e que rompa com jargões acadêmicos e linguagem hermética que o meio produz e reproduz constantemente. Um material destinado à Educação Patrimonial paranaense e/ou dos Campos Gerais ajudaria muito os professores em sala de aula, com efeitos benéficos a médio e longo prazo no que diz respeito a preservação e consciência cultural local	2
Linguagem de nível fundamental e médio, objetiva e com boa ilustração	1
Tudo que é produzido para despertar o aluno para a preservação é importante. Contextualização histórica dos patrimônios culturais.	1
Universidades tem muito a contribuir para a Educação Básica, mas esses estudos devem chegar às escolas	1
Sempre será bem-vindo material sobre a educação patrimonial, com proposta de recursos didáticos específicos sobre a temática	2
Fique ao alcance dos interessados e com propostas viáveis para serem colocadas em prática. E com seriedade na concretização das ações de preservação, se for só para ficar no papel não adiantará nada	2
Novas ideias instruindo os tombamentos	1
Se o pesquisador tiver como objetivo levar a mesma à escola e ao conhecimento da comunidade	1

Questão 7 - Qual sua opinião sobre a preservação do Patrimônio Cultural em Ponta Grossa

Falta políticas públicas	1
Deficitária, falta muito ainda, meio esquecida	3
Falta de investimento e cuidados. Vergonhosa	3
Não tenho conhecimento mais aprofundado	1
Importante, reflete a identidade e por isso deve ser preservado. Preserva a memória e revela o sentimento de orgulho. Importante para conhecer o passado	4
Alunos e comunidade não tem conhecimento e interesse na preservação do Patrimônio Cultural Histórico em Ponta Grossa	2
Uma cidade tão importante para a história do Paraná tem seu patrimônio cultural e histórico abandonado e largado, tornando, principalmente seus prédios ambientes inúteis, sujos, perigosos e que apresentam perigo ao público, como imóveis velhos e em situação de risco. Há poucas pessoas que tomam iniciativas para falar sobre o tema, mas, quando a fazem, são impossibilitadas diante de entraves políticos, burocráticos e a ineficiência da máquina pública. O problema é que o mesmo grupo que dita os rumos do patrimônio público e cultural, ajuda a preservar somente um lado da memória regional, a memória daqueles que convêm, perpetuando nomes e sobrenomes de uma elite política e burocrática decadente através de honrarias e louros para antepassados que nada fizeram por nós e hoje tem seus nomes agraciados em edifícios públicos e ruas onde ninguém sabe a localização. O patrimônio material e imaterial pertence ao coletivo e é por ele que deve ser preservado, valorizado e repassado geração pós geração.	1
Sendo substituídos ou em péssimo estado de conservação	2
Não sou de Ponta Grossa	1
Colégio Regente Feijó apesar do descaso da SEED, desenvolve práticas patrimoniais, como guarda de documentos e materiais didáticos antigos	1
Apoio da prefeitura para manutenção	1
Falta de pessoal interessado na preservação	1
Nossa cidade poderia aproveitar melhor seu potencial histórico	2
Pouco efetiva. Muitos prédios demolidos. Falta de exploração do potencial centro cultural de Ponta Grossa – Ex: A Estação	1
Ações lentas e muitas vezes falta das mesmas.	1

APÊNDICE 4
Tabulação da Pesquisa com Coordenadores da Rede Municipal
Realização - 10 a 15 de dezembro de 2015

Coordenadores	28
Diretores	4

Identificação

Identificados	22
Não Identificados	10

Tempo de Magistério

Tempo	Anos
6 a 12	8
13 a 18	3
19 a 24	10
25 a 30	8
31 a 36	3
Total	32

Escolas

01	Escola Deodoro Alves Quintiliano
02	Zanoni Rogoski
03	CMEI Prefeito Paulo Cunha Nascimento
04	Flávio Carvalho Guimarães
05	Guaracy Paraná Vieira
06	Paulo Grott
07	Escola Municipal Prefeito Cláudio Mascarenhas
08	Escola Municipal Plauto Miró Guimarães
09	Dr. Fulton Vitel Borges de Macedo
10	Zilá Bernadete Bach
11	João Maria Cruz
12	Prof. Osni Vilaca Mongruel
13	CMEI Odete Cominato
14	Alda Santos Rebonato
15	Orival
16	Edgar Sponholz
17	Faris Antonio Michaelle
18	CMEI Prof Cleris Roseana Ribas Joslin
19	Escola Djalma de Almeida Cezar
20	Maria Laura
21	Dr. Leopoldo Pinto Rosas
22	Ruth Holzmann Ribas
23	Maria Elvira Justus Schmidt
24	Catarina Miró
25	Adelaide Thomé Chamma
26	Frederico Constante Degraf
27	Ana de Barros Holzmann
28	Rubens Furstenberg
29	CMEI Petronio Fernal
30	Escola Ludovico Egg
31	Humberto Cordeiro
32	Ecléa de Passos Horn

Questão 1 - Conceito de Patrimônio Cultural

	Lugares (cidades, bairros, lugares históricos e praças) – Construções (prédios e monumentos) – Objetos (roupas e fotografias), manifestações culturais retratam história local. Referência de nossa identidade	7
	História da Cultura da Região	2
	Bens Materiais e Imateriais (costumes, comidas típicas, lendas, cantos, danças, linguagem, superstição, músicas, rituais e festas), considerados interesse e importância para a história e identidade da comunidade. Possuem valor. Cultura de um povo. Contam história da cidade.	11
	Patrimônios (parte da história da comunidade) devem ser preservados	1
	História do povo ao longo do tempo, Costumes do povo, lembranças do passado	2
	Conjunto de bens - parte da história – cultura – identidade povo/sociedade – do lugar	7
	Herança deixada. Conservação gerações futuras conhecerem a história e perceberem a rapidez das mudanças	3
	Tudo que deve ser preservado, estudado relacionado diretamente com monumentos, objetos, espaços –possuir identidade para a cultura.	1
	Preservação da história de um povo	1
	Bens históricos materiais e imateriais deixados aos descendentes	1
	Tudo que faz parte da história –edificações, documentos, fotos.	1
	Conjuntos de bens materiais que representam um grupo social ou comunidade ou uma população	2
	Conjunto bens materiais e imateriais que representam a memória de um povo.	1

Recorrências

Conjunto de bens materiais e imateriais – 12

Povo 16

Memória 1

Questão 2 – Você consegue identificar um patrimônio cultural local nas seguintes categorias

Lugares		Objetos		Celebrações	
Vila Velha	3	Monumento do Tropeiro	5	Carnaval Desfile Carnaval	2
Estação Saudade	10	Maria Fumaça	8	Procissão e Festa de Sant'Ana	5
Casa da memória	1	Taça de Vila Velha	2	Corpus Christi	2
Mansão Vila Hilda	15	Quadro Monaliza	1	Apresentações e Cantata de Natal e o Natal	3
Ouro Preto	2	Quadros	2	Festa Senhor do Bonfim	1
Capela de Santa Bárbara	2	Museus	1	Munchen Fest	3
Praças	4	Sinos	1	Festa do Divino	9
Casas	1	Bustos	1	Benção dos Carros	1
Prédios Antigos	2	Coleções no Museu	4	Desfile Cívicos Militares	2
PROEX	1	Livros	4	Festas	3
Centro de Cultura	4	Objetos de Valor	1	Celebrações, Procissões e Festas religiosas	4
Museu Campos Gerais	1	Documentos	1	Celebrações Políticas	1
Casa do Divino	1	Armas Antigas	1	Apresentações artísticas, Danças e diversas	3
Concha Acústica	1	Instrumentos Musicais	1	Festa junina	2
Igrejas	1	Móveis	1	Bumba meu Boi	1
Castelos	1	Túmulos	1	FENATA	1
Ruínas	1	Marco Zero	1	EFAPI	1
Catedral	2	Objetos Expedicionários	1	Festa da Uva	1
Cemitério	2	Obras de Arte	1	Festas Populares	1
Santa Casa	1	Monumentos	1	Páscoa	1
Centro de Ação Social	1	Estátuas	1	Cantigas	1
Igreja dos Polacos	1	Jornais Antigos	1	Referências em visitas e pesquisa	1

Cine Ópera	1	Utensílios	1	Danças Típicas	1
Estação Arte	1	Concha Acústica	1	Lutas Marciais	1
		Cuia de Chimarrão na Praça Getúlio Vargas	1		
		Imagem de Sant'Ana	1		
		Capela de Santa Bárbara	1		
		Memorial do Ponto Azul	1		
		Casa do Divino	1		

Formas de Expressão		Modos de fazer e saberes	
Folia dos Reis	1	Culinária e Comidas típicas	12
Linguajar e Dialeto Pontagrossense ¹⁰⁴	2	Previsões de Chuva (dor parte do corpo)	1
Apresentação teatral	1	Benzimentos	2
Sino da Igreja	1	Simpatias	2
Canto, Música e Dança	7	Artesanato	4
Não sei	2	Biblioteca	3
Expressão no fio do bigode	1	Chás caseiros	2
Maneira de Viver	1	Desfile Aniversário Ponta Grossa	1
Ditados populares	1	Geração em Geração	1
Pintura	1	Lendas	1
Escultura	1	Maneira de Viver e transmitir	1
Festa do Divino	1	Crenças	1
Celebrações Ucrânicas	1	Pesquisas históricas, ensaios e projetos	1
Crendices Populares	1	Tropeirismo	1
Desfiles Cívicos	1	Pintura das Casas (ucranianos e poloneses)	1
Língua dos Imigrantes	1	Crendices	1
Poesia	1	Folclore	1
Dialetos	1	Botecos da cidade	1
Costumes	1	Rituais e Festas	2
Linguagem e linguagem e expressões coloquiais	3	Alcatra na pedra e quirera com suan	1
Vocabulário	1	Arte	1
Apresentações Culturais	1	Dança	1
Estátuas	1	Música	1
Religioso	1	Não sei, não lembro	4
Jacu Rabudo	1		
Expressões Corporais e Faciais	1		

Questão 3 – Conhece os princípios básicos da Educação Patrimonial?

Sim	Não
17	15

Como conheceu?

Documento na Escola sobre Educação Patrimonial	1
Formação Escolar	2
Curso de Qualificação pela SMICT	2
Formação Continuada	4
Estudos, Leituras, Pesquisas e Informações	2

¹⁰⁴ Campiar, Intoxicar, Guri, Piá, Ade mesmo, Curu, Loco Véio, Atorar, Toró de Chuva, Bocó, Tongo

Cursos de formação pela Prefeitura	3
Livros Didáticos	2
Televisão	1
Total	17

Questão 4 – Acompanhou alguma prática pedagógica em Educação Patrimonial desenvolvida por professores na Escola em que trabalha?

Sim	Não
22	10

De que maneira?

Desenvolvimento de prática pedagógica – criação do Blog: www.pontagrossapronline.blogspot.com	1
Desenvolvimento do Projeto Bairro de Oficinas	1
Concurso de Patrimônio de Ponta Grossa	1
Desenvolvimento de atividades relativas ao tema	3
Professora de Conhecimentos Naturais trabalhou com alunos do 4º e 5º Anos	1
Proposta da Secretaria Municipal de Educação	7
Passeios e investigação sobre o bairro e o Patrono	1
Sempre as professoras trabalham o assunto e eu estou a par do que estão fazendo	1
Em relação à cultura dos antigos quilombos que fazem parte do nosso contexto escolar	1
Projeto sobre a Escola e seu Patrono	2
Projetos Diversos	3

Questão 5 – Na sua opinião qual a maior dificuldade para os professores desenvolverem ações da Educação Patrimonial objetivando a preservação do patrimônio histórico cultural de Ponta Grossa?

Falta conhecimento dos professores em relação ao assunto para fundamentarem suas práticas em sala de aula	2
Maior obrigatoriedade de formação na área	2
Mais formações sobre o tema, com professores especializados e aulas passeios (com guias para vivenciar na prática o aprendizado em sala)	4
Ausência de material específico impresso ou digital, e atualizado sobre o assunto na escola e que subsidiem a prática	9
Pouca oferta de capacitação e orientação de como realizar as ações	2
Interesse e comprometimento	2
Referência nos planejamentos	1
Construir na criança hábitos que muitas vezes só é ensinado na escola acerca do cuidado apreço por determinado local ou fato histórico, valorizando como nossa história	1
Não é muito cobrado, pois não temos uma cultura para desenvolver este trabalho que é muito importante	1
Falta de tempo	1
Acesso aos patrimônios – custo e distância da escola	4
Não vejo dificuldade. Tivemos muitos cursos de capacitação	3
Por fazermos parte da Educação Infantil, torna-se amplo a construção desses conceitos sobre a história da cidade, bem como essa aprendizagem (crianças de 0 a 5 anos). Assim há necessidade de sairmos da imagem fotográfica e fôssemos para a vivência prática. Mas isso não significa não trabalhar com a Educação Patrimonial, significaria valorizar as experiências dos alunos que ainda são muito pequenos	1
Incentivo	1
Conhecer a história do lugar onde vivem e conhecer os patrimônios culturais	2
Apostila direcionada com assuntos patrimoniais para cada série	1
Falta de recursos bibliográficos aqui da cidade	1
Aliar teoria e prática	1

Questão 6 – As Escolas possuem material didático de apoio acessível para subsidiar a Educação Patrimonial?

Sim	Não
17	15

Alguns livros, revistas, DVDs e panfletos	5
Livro e acesso a internet (hoje tem tudo na internet para pesquisa).Material on line no site da prefeitura	6
Devemos ter orientação sobre como explorá-los melhor	1
Livros Didáticos	2
Alguns materiais que na grande maioria foram organizados na escola	1
A literatura local vem se expandindo um pouco, mas não chegam nas escolas	1
Aquisição de livro sobre a temática na Feira do Livro	1

Questão 7 Uma tese de doutorado pode contribuir com material didático relativo ao Patrimônio Cultural local?

Sim	Não
29	3

Comentários sobre o NÃO

Como material didático não é possível, pois aborda um assunto que nem sempre corresponde ao trabalho/conteúdo escolar	1
Precisamos de material significativos para os alunos	2
	3

Comentários sobre o SIM

Sendo resultado de uma pesquisa será de grande riqueza e usado pelos professores como material de pesquisa aumenta o grau de conhecimento sobre a temática	2
Todo o material de suporte pedagógico é bem-vindo para somar e enriquecer e também como referencial teórico. Desde que seja de fácil acesso e compreensão	4
Trabalho muito rico e que enriquece a quantidade de materiais sobre o assunto	3
Pesquisa pode colaborar de como trabalhar a temática com os educandos. Daria aos professores uma base e fonte de pesquisa e apoio	3
Precisamos de material atualizado sobre nossos patrimônios culturais	4
Contribuir para aprofundar conhecimentos e atualização	4
Material sobre a cidade é muito bom, para contribuir com nossa prática	3
Devido ao pouco material que temos tudo que contribui é bem-vindo.	2
Com essas pesquisas o conhecimento pode ser expandido para diversas áreas	2
Pode contribuir se for disponibilizado fotos, vídeos e materiais explicativos sobre o tema	2

Questão 8 - Qual sua opinião sobre a preservação do Patrimônio Cultural em Ponta Grossa

A Estação nunca deveria ter sido modificada, a Cervejaria e a Catedral deveriam ser preservados	1
O custo da manutenção é inviável. Preservação e conservação deveriam ser devolvidos os seus donos	1
Importante preservar o Patrimônio da cidade	1
Para entender a necessidade de preservar, primeiro precisamos conhecer a história, pois se não despertar o sentimento de que aquele patrimônio foi importante não sentirá a necessidade de preservar. Necessário refletir e ensinar com alunos a importância de preservar	2
Conservar o Patrimônio Cultural Histórico, significa valorizar, revisitar, reviver momentos que fizeram parte da história da cidade em tempos diferentes e revela nossa cultura.	2
Temos muitos lugares e eventos que envolvem o Patrimônio Cultural em nossa cidade, porém poucos tem acesso e respeito para cuidar. Cabe a nós educadores essa tarefa.	2

Incentivar a valorização de projetos e formar cidadãos que saibam contribuir com a preservação. Deve ser bem trabalhado nas escolas	
Pouco valorizado e preservados ainda, com altos gastos com a revitalização	2
Muito forte e presente, com lugares bem cuidados	2
Há boa vontade dos governantes e pessoal envolvido e sempre surgem programas válidos. Governo tenta a preservação. Aos poucos estão sendo preservados	3
Pouco divulgado e valorizado e sem material disponível. Pouco abandonado	3
Falta conscientização e valorização do povo	3
Alguns espaços estão preservados, outros não. Não se compara com a Lapa e Carambeí. Faltam políticas públicas. Precisa mais interesse e investimento. Necessário reformas e equipe cuidando.	5
Precisamos ensinar nosso futuro a preservar e cuidar dos patrimônios culturais.	2
Nosso município é riquíssimo, temos muitos bens culturais, mas pouco acabamos falando a respeito, talvez até por falta de um estudo mais aprofundado.	1
Já perdemos muitos lugares que poderiam fazer parte do Patrimônio Cultural	1



APÊNDICE 5

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGENS

Pelo presente documento, eu _____,
nacionalidade: _____, estado civil: _____, profissão:
_____, portador do documento de Identidade Nº
_____, domiciliado e residente na cidade de _____,
endereço: _____, nº _____, complemento: _____,
bairro: _____ declaro ceder a pesquisadora MARCIA MARIA DROPA,
portadora do documento de Identidade nº 2.064.856-2, autora do Projeto de Pesquisa intitulado: “*A Narrativa dos Idosos a partir de Walter Benjamin: uma contribuição para a Educação Patrimonial*” - Tese
de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem quaisquer restrições
quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva os direitos autorais do
depoimento (áudio, vídeo, imagem) e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que
prestei ao referido pesquisador em _____ de _____ de 20_____, num
total de _____ minutos gravados. A pesquisadora fica assim autorizada a utilizar e publicar, para
fins culturais, científicos e de pesquisa (artigos, slides e transparências), o mencionado depoimento no
todo ou em partes, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos,
com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE 6

Modelo de um texto ilustrativo a partir das narrações

A Mansão Vila Hilda e seu cotidiano



A Mansão Vila Hilda foi construída em 1926 por Alberto Thielen, filho de Henrique Thielen proprietário da Cervejaria Adriática.

Esta indústria foi por muito tempo a maior referência em produção de cerveja na cidade de Ponta Grossa e no Paraná



Em 1922, foi realizado o primeiro projeto arquitetônico e, em 1925, deu-se início à construção, sendo concluída em 1926. Esta residência, recebeu o nome de Vila Hilda, como uma homenagem que Alberto Thielen fez a sua esposa Ida Hilda Thielen.

Alberto e Hilda tiveram dois filhos
Rodolfo Francisco chamado
também de Chico e Alberto
Henrique, conhecido por Bube.



Alberto Thielen assumiu a
cervejaria Adriática a partir
do falecimento de seu pai.



Mas antes tinha
viado para a
Alemanha para
estudar a técnica de
mestre cervejeiro e
assim ampliar a
produção e
diversidade de
cervejas que saiam de
sua fábrica.



A Vila Hilda em 1930, ocupava quase todo o quarteirão, assim existia muito espaço para as brincadeiras das crianças, como correr, pular, jogar, brincar com os cachorros, brincar na fonte e andar de bicicleta



Os Natais eram realizados na Mansão de acordo com a tradição. Uma grande árvore era montada, enfeitada com bolas e velas, e muitas guirlandas. Também havia a distribuição de brinquedos



O cotidiano da casa era coordenado pela Dona Ida Hilda e morava também na residência sua mãe Vó Oma



Quando os meninos comemoravam aniversários, convidavam os amigos, era comum jogar basquete na quadra próxima ao quintal ou então brincar pelos labirintos do jardim.



APÊNDICE 7

Modelo de um texto descritivo

O trânsito das novidades circulava pelos trilhos

O espaço onde por muitos anos funcionou a Estação Ferroviária de Ponta Grossa era vivo, com um movimento que trazia e levava novidades. O ir e vir de vagões puxados por sua elegante Maria Fumaça era o símbolo da chegada e partida de pessoas, de mercadorias, de novidades, de saudades, enfim, acontecia o trânsito da vida nas rodas, nos trilhos, na fumaça, no apito, no tic e tac do relógio, nas cartas do correio, nos sacos e malas de bagagem e até nas lágrimas da alegria de ver chegar e da saudade de ver partir.

Sou a plataforma da Estação e o meu coração é marcado por pegadas que embarcaram e desembarcaram carregadas com malas de vida e de histórias.

Corria o ano de 1943, o movimento começou logo cedo, muitos jovens chegavam com suas bagagens para partir e seus familiares com lágrimas nos olhos. O mundo estava agitado e sangrava em sua ferida de guerra.

– Tenho essa imagem muito presente na minha lembrança e nunca esqueci a saída dos trens levando os soldados de Ponta Grossa para a 2ª Guerra Mundial. Os filhos eram levados pelo pai e mãe, foi muito triste e aquela choradeira! O choro também acompanhou o retorno dos diversos mutilados pela guerra, tanto no corpo físico quanto no coração. Ah, mas a alegria de voltar para casa, aliada com a vitória contra a Alemanha contagiou a cidade, que se vestiu em festas com desfiles comemorativos pelas ruas e praças...

Os sons do dia da partida e da chegada ecoaram na cidade por muito tempo, e aquilo que Ponta Grossa viveu, ficou para a história.

– Era um movimento extraordinário na Estação e em sua volta, isso aqui era coalhado de trilhos e vagões.

Mas, isso já é uma outra história!